

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**APATIA POPULAR NO PENSAMENTO POLÍTICO E
SOCIAL BRASILEIRO:**

Uma análise a partir das obras de Oliveira Viana, Caio Prado Júnior e
Fernando Henrique Cardoso.

RODRIGO BADARÓ DE CARVALHO

BELO HORIZONTE

2022

RODRIGO BADARÓ DE CARVALHO

**APATIA POPULAR NO PENSAMENTO POLÍTICO E
SOCIAL BRASILEIRO:**

Uma análise a partir das obras de Oliveira Viana, Caio Prado Júnior e
Fernando Henrique Cardoso.

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política da Universidade
Federal de Minas Gerais como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em Ciência
Política

Orientadores: Prof. Dr. Ricardo Fabrino
Mendonça (UFMG)
Prof. Dr. Marcelo Sevaybricker Moreira
(UFLA)

Belo Horizonte

2022

320 Carvalho, Rodrigo Badaró de.
C331a Apatia popular no pensamento político e social brasileiro
2022 [manuscrito] : uma análise a partir das obras de Oliveira Viana,
Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso. / Rodrigo
Badaró de Carvalho. - 2022.
318 f.
Orientador: Ricardo Fabrino Mendonça.
Coorientador: Marcelo Sevaybricker Moreira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Ciência política – Teses. 2. Intelectuais – Teses.
3. Racismo - Teses. I. Mendonça, Ricardo Fabrino.
II. Moreira, Marcelo Sevaybricker. III. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ATA 06ª/2022 DA DEFESA DE TESE DO ALUNO RODRIGO BADARÓ DE CARVALHO

Realizou-se, no dia 26 de setembro de 2022, às 14:00 horas, no Auditório Prof. Baesse, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa da tese, intitulada “APATIA POPULAR NO PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO: uma análise a partir das obras de Oliveira Viana, Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso”, elaborada e apresentada por RODRIGO BADARÓ DE CARVALHO, número de registro 2018654092, graduado no curso de CIÊNCIAS DO ESTADO. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Ricardo Fabrino Mendonça - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Marcelo Sevaybricker Moreira – Coorientador (UFLA) - (Videoconferência), Profa. Vera Alves Cepêda (UFSCAR) - (Videoconferência), Prof. Fernando Perlatto Bom Jardim (UFJF) - (Videoconferência), Prof. Sergio Barreira de Faria Tavolaro (UnB) - (Videoconferência), Prof. Juarez Rocha Guimarães (DCP/UFMG). A comissão considerou a tese APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 26 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO SEVAYBRICKER MOREIRA, Usuário Externo**, em 26/09/2022, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Fabrino Mendonça, Professor do Magistério Superior**, em 26/09/2022, às 23:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Barreira de Faria Tavolaro, Usuário Externo**, em 27/09/2022, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vera Alves Cepêda, Usuária Externa**, em 09/10/2022, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Perlatto Bom Jardim, Usuário Externo**, em 15/10/2022, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Rocha Guimaraes, Servidor(a)**, em 01/11/2022, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1786161** e o código CRC **28C51A23**.

Referência: Processo nº 23072.257480/2022-54

SEI nº 1786161

*Às Lécias, Marcelo's, Genivaldo's, "Dom e Bruno"s
Mariele's, Amarildo's, Herzog's, de ontem e de hoje.*

*E aos milhares de brasileiros anônimos que perderam suas vidas na pandemia,
vítimas de um vírus, mas também de um projeto criminoso de poder.*

*Memória de um tempo
Onde lutar por seu direito
É um defeito que mata*

*São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão*

*De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santana
Nessa crença num enorme coração*

*Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução*

*São cruzeiros sem nomes, sem corpos, sem datas
Memória de um tempo
Onde lutar por seu direito
É um defeito que mata*

(Pequena memória para um tempo sem memória - Gonzaguinha)

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são frequentemente registros pessoais que interessam pouco à atividade de pesquisa científica. Por isso mesmo, é provável que seja a parte menos lida de uma tese. Contudo, diante do cenário pandêmico que marcou mais da metade da minha trajetória no Doutorado e que acompanhou toda a elaboração desta tese, ler os agradecimentos de outros pesquisadores foi prática comum em minha trajetória. Foram muitos os relatos acerca das inúmeras dificuldades, as perdas pessoais e as quase-desistências pelo caminho. Para quem se viu isolado em meio à crise sanitária e humanitária, esses textos serviram como um lembrete de que o caminho era mesmo tortuoso para todos. Agradeço, pois, aos inúmeros e inúmeras que vieram antes, abriram portas, deram os primeiros passos, mas também deixaram registrados os obstáculos pelos quais passaram. Por meio deles também nos identificamos e nos fortalecemos.

Diante desse contexto, devo agradecimentos iniciais ao SUS e aos seus milhares de profissionais que mesmo em meio aos ataques e negacionismos nos ofereceu vacinas, tornando, ainda que tardiamente, a pandemia menos letal. Sem ele, talvez sequer houvesse esta tese.

Devo inúmeros agradecimentos às UF's, em especial à UFMG. Também profundamente atacada, foi essa instituição que deu coesão ao meu pouco convencional percurso acadêmico, de Ciências do Estado a Ciência Política, passando pelo Direito. O agradecimento aqui, contudo, pode ser personificado no agradecimento aos orientadores Prof. Ricardo Fabrino Mendonça e Prof. Marcelo Sevaybricker Moreira. Desde a primeira conversa encontrei em vocês pessoas incríveis e abertas a ouvir, acolher, ler, sugerir, reler, sugerir, ler mais uma vez... se esta tese tem algum mérito, sem dúvida, é devido a esse incansável trabalho. Aprendi sobre um monte de coisas, inclusive sobre o que significa a tarefa de orientar, e tenho certeza de que seguirei aprendendo, mas fica aqui registrado o meu muito obrigado neste final de ciclo!

Também na UFMG conheci inúmeras outras pessoas, organizações e projetos. Assumindo o inevitável risco de deixar alguns deles de fora, agradeço ao Prof. Juarez Rocha Guimarães, exemplo de intelectual público e que estabeleceu diálogo fundamental ao longo desses anos, se disponibilizando não apenas para a banca de defesa desta tese, mas também para a banca de qualificação e de defesa do projeto.

Agradeço também aos professores Sérgio Tavolaro, Fernando Perlatto e à professora Vera Alves Cepêda pelo aceite em compor a banca final de avaliação desta tese. Agradeço também aos que contribuíram em momento anterior, em especial aos professores Bernardo Ricupero, pela presença na banca de qualificação, e Milton Lahuerta e Rubens Goyata Campante, pela presença na banca de defesa do projeto.

Agradeço ao Prof. Marcelo Cattoni pela parceria de longa data junto ao curso de Ciências do Estado e pela orientação no mestrado que abriu caminhos e provocou reflexões que me ajudaram a chegar até aqui. Agradeço ao Prof. David Gomes pela disponibilidade e pela rica interlocução de sempre, mas também pela possibilidade incrível de coordenar o projeto de extensão *Ideias em Prática* ao longo dos últimos anos.

Agradeço aos inúmeros alunos que toparam fazer parte do projeto *Ideias em Prática*, muitos deles no formato *online* durante o período pandêmico; aos demais discentes com quem tive a oportunidade de trabalhar junto no corpo editorial da Revista de Ciências do Estado (REVICE); e ao Centro Acadêmico de Ciências do Estado (CACE), pelas diversas atividades feitas em conjunto nos últimos anos e pelo reconhecimento e carinho que sempre tiveram comigo.

Agradeço aos colegas de turma pelo companheirismo ao longo de todo o percurso. Aos colegas do Margem agradeço pela acolhida e pela ampliação do horizonte de reflexão crítica no interior da Ciência Política que me propiciaram. Entre aprendizados e companheirismos, obrigado pela parceria ao longo de toda essa travessia.

Agradeço aos amigos de infância, do bairro e da escola, aqueles que o tempo e a distância física não foram capazes de diminuir a força da nossa amizade. Aos amigos da Faculdade e da Pós-Graduação que com o pagode, com a 'jogatina' ou com o futebol ajudaram a fazer esses anos serem mais leves.

Agradeço aos companheiros de militância, aos que estiveram nas lutas sociais que se fizeram mais necessárias que nunca nos últimos anos. Em especial, o meu agradecimento aos alunos, professores, assistentes sociais, enfim, aos companheiros do *Cursinho Popular Milton Santos*.

Agradeço à minha família. Tenho certeza que a conclusão de uma fase tão importante da vida não seria possível sem que uma série de estímulos tivessem sido dados desde a mais tenra idade. Autoestima e autoconfiança são aspectos fundamentais que só

foram possíveis devido ao amparo, acolhimento e segurança que sempre encontrei em meu pai, em minha mãe e em minha irmã. Cada conquista minha é também uma conquista de vocês.

Devo muito à Lis, minha noiva, que esteve comigo ao longo de todo esse tempo, vivenciando de perto cada passo, ouvindo, acolhendo, dialogando e contribuindo não só com ideias que estão nesta tese, mas também com o meu desenvolvimento pessoal. As conversas e lágrimas das manhãs de domingo estão espalhadas por essa tese. Obrigado por ter sido efetivamente uma companheira indispensável em todo esse período <3

Por fim, agradeço à FAPEMIG pela concessão da bolsa de doutorado, fundamental para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho investiga os modos pelos quais diferentes tradições intelectuais interpretaram o povo brasileiro ao longo do século XX. Metodologicamente, opta-se por utilizar da categoria de tradições intelectuais, compreendendo ser esta a forma mais adequada para pensar a continuidade de determinadas ideias ao longo do tempo. De forma mais específica, elegem-se três autores a serem investigados em profundidade. Analisam-se as obras do conservador Oliveira Viana, do socialista Caio Prado Júnior e do liberal Fernando Henrique Cardoso. A partir da análise desses importantes autores do Pensamento Político e Social Brasileiro e reconhecendo suas diferenciações internas, aponta-se para a persistência do diagnóstico de uma incapacidade popular para a vida cívica. Além dessa convergência, analisam-se os impactos dessas compreensões para a elaboração dos projetos políticos desses intelectuais. Ao final, discute-se o peso do racismo estrutural no conjunto das interpretações. Por meio do diálogo com a historiografia brasileira contemporânea, busca-se trazer elementos para sugerir uma nova leitura que reconheça a agência do povo brasileiro ao longo da história. Em linhas gerais, indica-se a centralidade das ações políticas dos grupos subalternizados em diversos processos político-sociais. Por fim, reflete-se sobre como esses grupos constituíram formas de resistência e de reinvenção da vida que não foram devidamente observadas por importantes intelectuais brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Apatia popular; Tradições Intelectuais; Pensamento Político e Social Brasileiro; Racismo Estrutural; Resistência.

ABSTRACT

The present work is an investigation of the ways in which different intellectual traditions interpreted the Brazilian people throughout the 20th Century. The category of intellectual traditions was chosen to be used as the methodology, understanding that this is the most appropriate method to think about the continuity of certain ideas over time. More specifically, three authors were chosen to be investigated in depth. The works of the conservative Oliveira Viana, the socialist Caio Prado Júnior and the liberal Fernando Henrique Cardoso are the ones being analyzed. Based on the analysis of these important authors of Brazilian Political and Social Thinking and recognizing their internal differences, there's evidence of the persistence of the diagnosis of a popular incapacity for civic life. In addition to this convergence, there's also analyses of the impacts of these understandings for the elaboration of these intellectuals' political projects. Finally, the weight of structural racism in the set of interpretations is put into discussion. Through the dialogue with contemporary Brazilian historiography, this work aims to bring elements to suggest a new reading that recognizes the agency of the Brazilian people throughout History. In general terms, it indicates the centrality of the political actions of the subaltern groups in various political and social processes. Lastly, there is a reflection on how these groups constituted forms of resistance and reinvention of life that were not properly observed by important Brazilian intellectuals.

KEYWORDS: Social weakness; Intellectual Traditions; Brazilian Political and Social Thinking; Structural Racism; Resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: A CIÊNCIA POLÍTICA E O PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO: UMA APROXIMAÇÃO METODOLÓGICA	18
APRESENTAÇÃO.....	18
Palavras Iniciais.....	20
O lugar e o sentido.....	21
ENTRE O TEXTO E O CONTEXTO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA.....	27
O TRABALHO EM TEORIA E O PENSAMENTO BRASILEIRO	35
Idealismo Orgânico e Idealismo Constitucional: duas formas de pensar o Brasil .	38
DIÁLOGOS POSSÍVEIS	44
Construindo Tradições.....	45
Uma proposta de abordagem interdisciplinar	51
UM RESUMO	54
CAPÍTULO 2 – OLIVEIRA VIANA.....	56
OLIVEIRA VIANA, VIDA E OBRA	57
Um Saquarema no Século XX.....	57
A controversa recepção da obra de Viana	62
A LEITURA DE SOCIEDADE EM VIANA	68
O matuto formador da nacionalidade	68
Aristocratas, plebeus e escravos	71
Do insolidarismo ao espírito de clã	79
OS PROJETOS POLÍTICOS DE OLIVEIRA VIANA	84
Centralização, monarquia e autoritarismo	84
O Corporativismo	87
O POLÍTICO, O SOCIAL E O RACIAL EM VIANA.....	94
Racismo e Conservadorismo	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
CAPÍTULO 3 – CAIO PRADO JÚNIOR.....	108
VISÃO GERAL DO CAPÍTULO	108
O AUTOR EM SEU TEMPO	109
CAIO PRADO JÚNIOR, FORMADOR DO BRASIL – 1930/1940.....	112
O Brasil dos anos 30 aos anos 1960	118
CPJ E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA – OS ANOS 1950/60	123
A Questão Agrária	126
O papel da Burguesia.....	130
A LEITURA DA SOCIEDADE EM CAIO PRADO JÚNIOR	134

A sociedade na História.....	135
As classes, as revoltas e os processos políticos.....	142
A Revolução Brasileira – revolução sem povo?.....	151
CAIO PRADO E A NACIONALIZAÇÃO DO MARXISMO.....	157
CAPÍTULO 4 – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	162
APRESENTAÇÃO.....	162
O LIBERALISMO	163
Em busca do ‘Liberalismo Real’	163
O Liberalismo no Brasil	172
Novamente os Liberais Doutrinários e os Autoritários Instrumentais	175
O LIBERAL FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	179
Aspectos Biográficos.....	179
Filiações teóricas e metodológicas de Cardoso	180
Do nacional desenvolvimentismo ao desenvolvimento associado.....	185
A LEITURA DO ESTADO.....	191
A LEITURA DA SOCIEDADE.....	200
POPULISMO, UM PRODUTO DA DEBILIDADE	214
O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE E ASSOCIADO.....	219
CONCLUSÃO.....	227
CAPÍTULO 5 – (RE)PENSAR A LEITURA DA SOCIEDADE NO SÉCULO XXI	231
APATIA POPULAR, ESCRAVIDÃO E MODERNIZAÇÃO.....	232
Apatia popular no século XXI.....	236
Modernização e Escravidão.....	243
POR UMA OUTRA LEITURA DE POVO	248
Do paradigma da ausência ao paradigma da agência	248
Escravos ou operários.....	252
Revisitando a História Nacional	255
EM BUSCA DE OUTRAS GRAMÁTICAS – UM OUTRO OLHAR PARA O SUBALTERNO.....	276
Resistências cotidianas	276
Costurando as partes - ou a gramática do tambor.....	283
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	291
Junho de 2013 e a Crise Brasileira: uma breve digressão	294
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	302

INTRODUÇÃO

*Em Mangueira quando morre um poeta, todos choram
Vivo tranquilo em Mangueira porque
Sei que alguém há de chorar quando eu morrer*
Nelson Cavaquinho

Uma antiga piada apresenta a situação hipotética em que diversos povos se reúnem com uma divindade e reclamam da injusta distribuição de recursos naturais pelos países mundo afora. Temperaturas baixíssimas, condições desfavoráveis para a agricultura, ciclones, vulcões, terremotos, desertos, todas essas condições estariam presentes em quase todos os países do globo. O Brasil seria a grande exceção, repleto de terras férteis, muito sol, uma ampla costa marítima, ricas florestas e, ainda, livre de guerras. Diante do questionamento, a resposta divina seria: conhece o povinho que coloquei lá?

O tom jocoso não esconde um entendimento amplamente presente entre nós. A riqueza natural e o caráter acolhedor do povo brasileiro seriam contrastados pela sua incapacidade para a vida cívica, a sua pouca cultura política ou a sua religiosidade forte – antes católica, agora cada vez mais protestante. Para além da anedota, é possível identificar traços dessa concepção enraizados em diferentes esferas da vida brasileira. Nas artes, no futebol, no jornalismo, na política ou mesmo ainda no meio acadêmico, não faltam interpretações que reforçam a ideia de um povo apático, amorfo, débil ou mesmo ausente ao longo de toda a história política do país.

Compreender esses processos tão presentes em nossa formação social exige retornar a alguns autores clássicos do Pensamento Político e Social Brasileiro. Não se trata de achar uma obra original que explique toda essa construção em sua complexidade, mas sim entender que tais percepções não surgem da noite para o dia, possuindo uma historicidade que merece ser investigada. Nesse resgate, é inevitável mencionar algumas obras seminais, aquelas que Antônio Cândido (1976) afirma ter condicionado o modo pelo qual passamos a compreender o nosso passado e também a projetar os caminhos para o futuro. O autor destaca a importância de *Raízes do Brasil*, obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. Em direção semelhante, Fernando Henrique Cardoso (1993) diz serem esses “autores que inventaram o Brasil”.

Apesar da importância dessa “geração dos anos 1930”, é fundamental compreender que parte dos diagnósticos por ela produzidos atualizam entendimentos que lhe antecediam, ao mesmo tempo que nos anos seguintes essas interpretações seguiriam sendo polemizadas e reformuladas. Nesse sentido, pensar acerca do persistente diagnóstico da incapacidade popular no Brasil exige investigar esse tema em sua longa duração. Não por outra razão propomos nesta tese a análise de autores que produziram suas obras em diferentes períodos e que se filiaram a diferentes tradições intelectuais. O trabalho com tradições, aliás, busca escapar do “presenteísmo” e também evitar abordagens estritamente contextualistas – esclarecemos essa discussão logo no Capítulo 1.

Para compreender os teóricos e as tradições, se realiza um duplo movimento. Por um lado, se observa como tais tradições brasileiras estão em relação com aquelas internacionalmente estabelecidas. Por outro, faz-se um especial esforço de compreender como essas obras dialogam com contribuições já presentes no interior do Pensamento Político e Social Brasileiro. Assim, trabalha-se em uma relação que reconhece as especificidades brasileiras, mas não as singularizam a ponto de negar relação do pensamento nacional com aquele produzido fora do país.

Para operacionalizar essa proposta, elegeu-se como objeto de análise a produção intelectual de Oliveira Viana, interpretado como importante nome da tradição conservadora, tendo produzido suas principais obras no começo do século XX; Caio Prado Júnior, expoente da tradição socialista e também um dos representantes daquela “geração dos anos 1930” antes mencionada; por fim, Fernando Henrique Cardoso, entendido como teórico liberal brasileiro, sendo sua obra produzida já na segunda metade do século. Reconhecendo que a interpretação do passado serve como abertura de caminho para o futuro, investiga-se como esses autores perceberam a formação social brasileira e de que modo seus diagnósticos condicionaram a elaboração de seus projetos políticos. Tal estudo interessa, pois, para compreender o passado e também o presente, importa ao campo disciplinar da Ciência Política, mas dialoga também com outras áreas, notadamente com a História.

No Capítulo 1, busca-se refletir teórica e metodologicamente sobre a proposta desta tese. Justifica-se a pesquisa com tradições intelectuais a partir do debate estabelecido com o contextualismo linguístico, identifica-se algumas das mais influentes

categorizações de tradições de pensamento no Brasil e propõe-se o desenho de pesquisa desta tese a partir delas. Ainda no Capítulo 1, empreende-se uma leitura crítica do processo de profissionalização e especialização da Ciência Política e de outras áreas das humanidades. Embora reconhecendo o importante avanço da área nas últimas décadas, aponta-se para a perda de potencial analítico com o distanciamento em relação à discussão teórica e com o isolamento do Pensamento Político e Social Brasileiro como uma “subárea”. Porém, ao mesmo tempo em que se defende o estudo nesse campo, aponta-se para o risco de um retorno aos autores apenas em tom elogioso. A esta tese interessa muito especialmente verificar os silenciamentos produzidos ou reforçados, as histórias que não foram contadas, aquilo que foi ignorado ou percebido como “falta” na experiência brasileira.

A partir desse horizonte teórico, inicia-se no Capítulo 2 a análise do primeiro autor, Oliveira Viana, cuja obra argumentamos que deve ser compreendida como parte da tradição conservadora. Identifica-se também o racismo como chave explicativa fundamental do seu pensamento. Assim, a partir dessas duas chaves de leitura é possível caracterizar os diferentes momentos de sua produção intelectual, desde seu eugenismo até o corporativismo, sua leitura da sociedade brasileira e suas propostas políticas.

No Capítulo 3, investiga-se a obra de Caio Prado Júnior compreendendo ser ele quem inaugurou um esforço sistemático de interpretação da história brasileira a partir do materialismo histórico. O modo pelo qual o autor “nacionaliza” o marxismo, contudo, é revelador do seu entendimento acerca da estrutura social brasileira. Também se destaca o modo pelo qual a sua obra é atravessada não mais pela noção eugênica tão presente em Viana, mas por uma compreensão do Brasil como constituído por culturas inferiores e superiores. Por fim, indica-se como tais compreensões condicionaram suas propostas para a revolução brasileira.

No Capítulo 4 analisa-se a construção teórica de Fernando Henrique Cardoso. A partir de uma discussão acerca do liberalismo no Brasil e fora dele, caracteriza-se o autor como expoente dessa tradição. Apresenta-se os argumentos fundamentais que caracterizaram o conjunto de sua obra e, assim como é feito com os demais autores, investiga-se o modo pelo qual se interpreta a sociedade brasileira e os seus impactos em sua proposta de desenvolvimento associado.

Na análise dos três autores busca-se, para além do objetivo principal de investigar a leitura de sociedade e sua implicação na elaboração de projetos políticos, apresentar também aspectos biográficos, os contextos mais gerais em que desenvolveram suas obras, suas principais contribuições e o modo pelo qual suas teses foram recepcionadas. Em alguns casos, polemizamos com algumas das mais influentes recepções.

No Capítulo 5, faz-se uma reflexão a partir do conjunto dos autores estudados. Em linhas gerais, identifica-se o racismo como sendo elemento estrutural que limitou as interpretações do Brasil, mesmo naqueles autores que buscaram justamente apontar as mazelas deixadas pela escravidão em nossa formação social. Longe de constituir problema superado, indicamos como esses padrões analíticos seguem presentes no debate político, em análises de fenômenos recentes e também em novos esforços de interpretação do Brasil. Recorre-se à ampla literatura produzida pela historiografia brasileira recente e também à bibliografia sobre formas de resistência para esboçar, ainda que brevemente, um retrato contra hegemônico caracterizado por importantes lutas sociais e pelos modos criativos de reinvenção da vida que caracterizaram os grupos subalternos no Brasil. Defendemos que esse retrato, negligenciado por importantes tradições do Pensamento Político e Social Brasileiro, deve ser resgatado como ponto de partida fundamental para superação dos problemas estruturais que caracterizam hoje a nossa realidade político-social.

Em nossa reflexão final, apresentamos como os setores subalternizados construíram uma cultura da diáspora por meio da qual se manifestaram politicamente, articularam formas de resistência e criaram vínculos, sentimento de pertencimento. Assim, como forma de enunciar essa temática que ganhará centralidade apenas no Capítulo 5, iniciamos esta tese e prefaciamos todos os capítulos com trechos de canções brasileiras que, em seu conjunto, auxiliam na construção de uma outra imagem do corpo social brasileiro. O sentido dessas inserções não dialoga, pois, diretamente com cada capítulo, mas busca antecipar o argumento apresentado ao final, qual seja, de que a história dos grupos subalternos no Brasil não corresponde à interpretação empreendida por alguns de nossos mais canônicos intelectuais. E que, se é verdade que os diagnósticos centrados na apatia popular estão arraigados entre nós, também há na própria cultura brasileira aspectos que rompem com esses mesmos diagnósticos e resgatam essa história

de agência política frequentemente ignorada por alguns de nossos mais influentes pensadores.

CAPÍTULO 1: A CIÊNCIA POLÍTICA E O PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO: UMA APROXIMAÇÃO METODOLÓGICA

*Meu avô já foi escravo
Mas viveu com valentia
Descumpria a ordem dada
Agitava a escravaria
Vergalhão, corrente, tronco
Era quase todo dia
Quanto mais ele apanhava
Menos ele obedecia
Paulo César Pinheiro*

APRESENTAÇÃO

A construção de uma imagem do Brasil, seus principais problemas e potencialidades, é obra de uma diversidade de agentes ao longo da nossa história. Uma espécie de consenso é percebida em torno do papel central assumido por muitos daqueles autores clássicos do Brasil, hoje compreendidos e estudados como parte do Pensamento Político e Social Brasileiro. Gildo Marçal Brandão indica como “aprendemos todos a pensar o país com aqueles pensadores” e que “apesar do caráter datado de muitas de suas proposições teóricas e bases empíricas, (...) continuam a ser lidos como testemunhas do passado e como fontes de problemas, conceitos, hipóteses e argumentos para a investigação científica do presente” (BRANDÃO, 2005, p. 234). Esses autores operam, pois, como uma espécie de “pais fundadores” do Brasil, não do ponto de vista institucional, mas no que diz respeito à autoimagem que carregamos do país.

Assume-se também aqui essa perspectiva de reconhecer nas construções de muitos desses pensadores um ponto central da autopercepção que ainda hoje se carrega do Brasil. Esse é, pois, o ponto de partida para o desenvolvimento da proposta que aqui se apresenta. Exatamente por considerar esse conjunto de trabalhos como fundador de um Brasil, busca-se verificar nos seus mais importantes pensadores algumas convergências que merecem ser mais profundamente tematizadas. Mais especificamente, propõe-se verificar como um conjunto de autores percebeu a sociedade brasileira e as mobilizações sociais ao longo da história. Busca-se, ainda, identificar de que forma essa leitura acerca da

história social nacional impactou na construção de diferentes alternativas políticas e econômicas elaboradas por esses pensadores.

A hipótese que se levanta aponta para a predominância de uma narrativa que identifica uma apatia social como traço central da formação nacional, atravessando diferentes pensadores, de diferentes gerações e tradições de pensamento. Em outras palavras, busca-se ver de que forma a noção recorrente no século XIX – consagrada na expressão “o Brasil não tem povo”, de Louis Couty (1881) – se atualizou e seguiu presente de alguma forma em alguns dos mais importantes pensadores nacionais do século XX, moldando a forma como esses teóricos pensaram a adoção dos seus projetos, sejam eles conservadores, liberais ou socialistas.

Assim, a investigação acerca dos autores envolverá também uma preocupação em compreender o contexto de sua formulação e a sua recepção. Mas o intuito central que nos move consiste em observar, em um recorte de tempo maior, como a referida leitura acerca da estrutura social brasileira se atualizou e impactou formulações e construções de projetos nacionais de modernização, desenvolvimento ou democratização elaborados por aqueles autores. Não se propõe, assim, uma análise que se restrinja às análises das produções teóricas em seus respectivos contextos, mas sim pensar o seu desenvolvimento durante um período de tempo maior. A partir disso, pretende-se compreender o que essas diferentes tradições constituíram, verificando as eventuais permanências e rupturas de uma imagem depreciativa da estrutura social brasileira ao longo do tempo e atravessando diferentes tradições do pensamento político e social brasileiro.

Para desenvolver essa tarefa, será investigado o pensamento de Oliveira Viana, entendido como expoente de uma tradição conservadora brasileira, verificando como as suas formulações teóricas e o seu projeto para o Brasil se relacionam com a sua análise da estrutura social nacional. Em seguida, analisa-se a obra de Caio Prado Júnior, com especial ênfase no modo pelo qual a sua leitura acerca da estrutura social brasileira condiciona a sua perspectiva acerca da revolução brasileira e a sua percepção quanto à possibilidade de implementação do socialismo no Brasil. Por fim, investiga-se a obra de Fernando Henrique Cardoso para também verificar como aparece em sua obra a leitura acerca da estrutura social e compreender como essa percepção se manifesta em sua proposta de desenvolvimento associado. A partir desses três autores se procura investigar

como no interior das tradições conservadora, socialista e liberal se identificou a apatia popular como traço formativo do país.

Acredita-se que esse tipo de investigação contribui sobremaneira para refletir acerca dos elementos que constituem um pano de fundo ainda presente na compreensão do Brasil. À medida em que as ciências se profissionalizam, e muito especialmente a Ciência Política, se desenvolvem novos e importantes métodos de análise que passam com frequência a ter protagonismo na compreensão de processos político-sociais. Nesse contexto, nos parece relevante revisitar a produção teórica desses “pais fundadores” considerando que algumas construções que atravessaram vários deles são naturalmente relevantes e muitas vezes poderão se mostrar presentes, ainda que de forma irrefletida, mesmo em análises que têm bases metodológicas bastante rigorosas.

Neste primeiro capítulo, busca-se explicar os caminhos pelos quais se pensa a construção desta tese, bem como alguns dos referenciais teóricos importantes que a sustentam e/ou que já propuseram esforços de análise em direção semelhante. Há antes, porém, uma tentativa de situar e, em alguma medida, defender o lugar desta proposta e de outras que vão em direção semelhante no interior da área de Ciência Política.

Palavras Iniciais

Pensada inicialmente como uma espécie de introdução metodológica, esta seção tem o intuito de, a um só tempo, refletir sobre e explicar o próprio sentido do trabalho. Trata-se de uma espécie de exercício metateórico que tenta expor o que se faz ao fazer, buscando justificar a importância e a necessidade de um trabalho como este. A tentativa de explicação da relevância se direciona, claro, para quem lê, mas também de modo mais abrangente para o próprio campo da Ciência Política, permeada de trabalhos empíricos que muitas vezes se encontram dissociados de reflexões teóricas mais abrangentes. Há também um claro intuito de, ao escrever, constituir para o próprio autor o universo de sentido desta longa e desgastante jornada. E, no limite, como se dá de forma mais explícita com as propostas que se filiam ao legado das teorias críticas, mas inevitavelmente em qualquer trabalho nessa seara, há também uma motivação que se conecta a esforços de transformação da realidade político-social.

O conhecimento político, afinal, é contemporâneo da “política” como atividade humana prática e reflexiva. Sua datação, nesse sentido, é quase imemorial. No tratamento de seus objetos, tal reflexão sempre foi obrigada a considerar questões de fato – organizadas em torno da questão “o que fazer?” – e questões normativas – “por que e para que fazer?”. Nesse sentido, sempre incorporou uma dimensão alucinatória em sua maneira de olhar o mundo. A própria ideia de decisão política implica a crença de que os seus efeitos acrescentarão ao mundo algo que naturalmente ele não contém. (...) Os cientistas políticos (...) possuem modelos preferenciais de sistemas eleitorais, formas de governo e desenho das instituições. Talvez seja esse um traço constitutivo de uma tradição de reflexão sobre a vida pública, já anunciado por Aristóteles: a Política é um saber prático, e não uma ciência teórica, devotada à contemplação de um mundo imóvel e eterno. Está, nesse sentido, associada à ação e à presença dos humanos na vida social e a seus esforços de imaginação e de entendimento (LESSA, 2011, p. 25).

A passagem acima de Renato Lessa indica aquela que é a tarefa a que nos propomos nesta tese. Trata-se de seguir a tradição formadora da Política e atrelar a sua discussão teórica a um saber prático. Ou, em outros termos, estudar a história, mergulhar na compreensão dos pensadores sem, contudo, perder de vista o contexto atual em que se desenvolve este trabalho. Embora tomando os devidos cuidados para não incorrer em anacronismos, a preocupação fundamental aqui reside no tempo presente, ainda que o trabalho teórico nos obrigue a investigar contextos históricos anteriores.

O lugar e o sentido

A Ciência Política e o Pensamento Político e Social Brasileiro têm se caracterizado recentemente por processos contraditórios. Por um lado, verificou-se uma ampla expansão da quantidade de teses e dissertações defendidas e o seu fortalecimento em eventos importantes da área, com destaque para a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). O relato desse crescimento e aparente fortalecimento está expresso em balanços e análises diversas feitas sobre o campo, como no de Christian Lynch (2013a; 2013b; 2016a; 2016b; 2017) e no conjunto de análises de pesquisadores sob organização de Lilia Schwarcz e André Botelho (2011). Por outro lado, no entanto, é amplamente percebida e denunciada uma abordagem empiricista predominante na área e o seu grande distanciamento de temas da teoria política e, em especial, do Pensamento Político e Social Brasileiro. Esse diagnóstico pode ser identificado, dentre tantos outros, nos trabalhos de Milton Lahuerta e André Botelho (2005), nas obras de Renato Lessa (2010; 2011).

A contradição inicialmente percebida talvez se explique a partir do entendimento de uma expansão dos espaços institucionais da Ciência Política, como um todo. Ou, talvez ainda antes, o próprio processo de expansão universitária vivenciada pelo Brasil ao longo desse período pode ter sido o real responsável pelo salto no número de teses defendidas na área do pensamento político de duas nos anos 1980 para doze nos anos 1990, dezoito nos anos 2000 e previsão de 30 para 2020 (LYNCH, 2016a, p. 75). Uma análise que controle esse crescimento do número de teses em relação ao número de teses defendidas em outras subáreas, ou mesmo em relação ao seu montante total – talvez indique um crescimento relativo menor que aquele aparentemente observado¹.

Alguns esforços importantes foram feitos no sentido de compreender melhor os espaços institucionais encontrados por diferentes campos da Ciência Política. Chama a atenção o trabalho de João Feres Junior, Luiz Augusto Campos e San Romanelli Assumpção (2016). Os autores avaliam a presença de trabalhos de Teoria Política Normativa (TPN) nas principais revistas da área entre o período de 1991 e 2014. Percebem que entre 2010 e 2013 houve aumento percentual considerável dos trabalhos de teoria política na comparação com aqueles trabalhos de abordagem empírica. Sugerem, pois, não haver tendência de aprofundamento de trabalhos empíricos, em detrimento daqueles de TPN, no interior do processo de consolidação da Ciência Política no Brasil. Não deixam de atestar, no entanto, que trabalhos que se enquadram na TPN não chegaram, mesmo nos melhores anos, a representar 10% do montante analisado.

Fernando Leite (2015; 2017) dedicou longo trabalho de pesquisa nesse tema. Sua conclusão reforça mais fortemente a percepção da Teoria Política como um campo minoritário no interior da Ciência Política. O autor aponta em direção oposta às conclusões tiradas por Amorim Neto e Santos (2015), para quem já estaria superada no interior da área a dicotomia entre empiria e teoria. Segundo Leite, seria possível perceber através dos próprios dados que “persiste uma oposição entre estudos empíricos e teóricos. O que ocorreu é que a Ciência Política se estabeleceu *como uma disciplina empírica*, de modo que os estudos teóricos foram insulados do *mainstream*” (Leite, 2017, p. 781).

Para Leite (2017), seria possível perceber no interior da Ciência Política brasileira processo semelhante àquele percebido nos Estados Unidos da América, em que a

¹ Apenas a título de exemplo, segundo dados do CNPq o número de Doutores no país saltou de pouco mais de 27 mil para mais de 140 mil entre 1990 e 2014 (cf. FERREIRA e CHAVES, 2015).

Filosofia Política se separa e quase constitui uma disciplina autônoma. Certamente não são poucas as possibilidades de pesquisa que se abrem, seja para colocar à prova essa conclusão e observar a evolução desses trabalhos em função de variáveis outras; seja para reconstruir a história dessas abordagens e compreender melhor como se chegou até aqui. Independentemente desses esforços, parece bastante acertada a percepção da predominância de uma abordagem fortemente empírica na Ciência Política brasileira, estabelecendo um distanciamento bastante profundo não só em relação às discussões teóricas, mas também, e em especial, no que diz respeito ao Pensamento Político e Social Brasileiro.

Um dos riscos desse distanciamento consiste em se produzir uma separação tal entre a análise política-institucional e as análises de aspectos socioculturais que as áreas passem a funcionar autonomamente como campos separados, ainda que focados no mesmo objeto. Se se vai por esse caminho, pior para as duas abordagens. De um lado, a teoria se transforma em filosofia; de outro, as mais atuais abordagens metodológicas e o manejo de dados são incapazes de serem interpretados à luz de aspectos característicos da realidade político-social brasileira.

Assim, de um lado se produz diversos estudos acerca do Pensamento Político e Social Brasileiro que não se empenham em conectar suas investigações com questões que estão na ordem do dia. De outro, é comum se importar abordagens e variáveis internacionalmente utilizadas, comparar realidades e práticas distintas chegando a conclusões que sugerem, por exemplo, que a democracia prescinde de uma “cultura democrática”.

Sustentamos que fatores econômicos e institucionais são suficientes para gerar uma explicação convincente da dinâmica das democracias sem que seja necessário recorrer à cultura. Constatamos empiricamente que os traços culturais mais óbvios, tais como a religião dominante, têm pouca importância para a emergência e a durabilidade de democracias. Disso decorre que, embora possa haver boas razões para esperar que culturas importem, o material empírico disponível provê pouco apoio para a concepção de que a democracia requer uma cultura democrática (PRZEWORSKI, CHEIBUB e LIMONGI, 2003, p.10).

Longe de se constituir como exceção ou uma construção isolada, a abordagem ilustrativamente trazida acima é recorrente na Ciência Política contemporânea. Trata-se de análises institucionalistas responsáveis por parte significativa da produção científica e organização da área. Com essas concepções Marcelo Moreira (2012) trava um rico debate

e adverte sobre a incoerência de se conceber a democracia a partir de interesses de determinados grupos sociais sem, ao mesmo tempo, conceber que os interesses de agrupamentos sociais estejam diretamente conectados com seus valores, linguagens e crenças. Essa abordagem, que ignora o peso da cultura na política, termina por colocar em local de menor importância estudos que têm como base de investigação as tradições de pensamento nacional, bem como outros aspectos da cultura nacional.

Esses trabalhos, ainda que embasados sobre os mais avançados métodos, não refletem acerca da sua filiação teórica. Sem esse esforço reflexivo, algumas das vezes, tratam da democracia como se houvesse um único significado facilmente apreendido por todos, ignorando as suas diversas dimensões (cf. MENDONÇA, 2018). Ao proceder dessa forma, reproduzem a tradição predominante na Ciência Política, muito especialmente naquela desenvolvida nos Estados Unidos, que é, segundo Álvaro Bianchi (2011), o compromisso com os princípios do liberalismo, o enfoque institucionalista e a afirmação do caráter científico de seu empreendimento.

O processo de institucionalização da Ciência Política no Brasil é relativamente recente. A partir dos anos 1960, quando se inicia a criação de programas de pós-graduação da área em importantes universidades e institutos de pesquisa nacional, ocorre um fluxo de influências estrangeiras, especialmente dos EUA, fortemente fundados na pesquisa empírica. O fato de alguns teóricos fundadores, com destaque para Wanderley Guilherme dos Santos e Luiz Werneck Vianna, terem mantido uma forte vinculação com o Pensamento Político e Social Brasileiro não impediu que ocorresse uma cisão no interior da área. André Botelho e Milton Lahuerta, ao descreverem a criação da ciência política como campo científico, contam que se deu um esforço que tratou como “pré-científico” o padrão existente no país e que a própria construção, por vezes ainda utilizada, “Intérpretes do Brasil”, assumiria também o sentido de se opor à existência de “Explicadores” do Brasil, representados por aqueles que se valem de um maior rigor metodológico² (BOTELHO e LAHUERTA, 2005, p. 7-8).

² Aqui parece haver um rico espaço para se avaliar as variações regionais nesse processo de institucionalização da Ciência Política no país. Um maior aprofundamento nesse tema talvez torne possível identificar no Rio de Janeiro, por exemplo, em função da presença de pesquisadores como Wanderley Guilherme dos Santos e Luiz Werneck Vianna, uma ruptura menor com aqueles “intérpretes do Brasil”. Resgate histórico desses processos é feito por Maria Cecília Forjaz (1997).

Tal construção, no entanto, é repleta de problemas. Os próprios autores buscam demonstrar como a tarefa de interpretar pertence a todos. Mesmo no tempo presente, a tarefa interpretativa se impõe não só àqueles que se dedicam à pesquisa em teoria, inevitavelmente adotando uma “Política de interpretação da interpretação”, mas também aos que operam com dados e com modelos matemáticos dos mais diversos. Para além disso, Botelho e Lahuerta reforçam que uma interpretação que se pretende crítica não pode desprezar como mera falsidade qualquer forma de pensamento que considere conservador ou pré-científico, posto que as modalidades de interpretação social são também, num certo sentido, matrizes do Brasil como sociedade.

Apontamento semelhante é feito por Renato Lessa ao descrever o processo de formação da Ciência Política, identificando seu distanciamento da História, da Antropologia e da Sociologia, ao mesmo tempo em que se aproximou de áreas como a Economia. Esse processo é percebido pelo autor como a razão pela qual se perdeu de vista a subjetividade inerente aos processos político-sociais e passou a ser possível “representar sujeitos sociais como ‘eleitores’ e portadores de ‘preferências’, e instituições como ‘incentivos’” e afirma ainda que “se comunidades epistêmicas são reconhecíveis pela linguagem particular que empregam, o emprego de tais termos pode ser assumido como índice da presença de politólogos no mundo” (LESSA, 2011, p. 49).

Não é diversa a contribuição de Christina Andrews (2005) ao denunciar a existência de um “homo econômico” presente na Ciência Política contemporânea, recorrentemente terminando em reificação ao empreender análises sociais. Amparada pelas obras de Habermas (1984) e Lukács (1974), denuncia a tendência inerente aos procedimentos científicos convencionais de gerarem abstrações até o nível da reificação. Limitando-se ao conceito de razão instrumental, o uso dos modelos matemáticos pelo cientista social, sem propor uma reflexão crítica sobre os pressupostos, encontrar-se-ia à beira da hipóstase da realidade social. Não reconhecendo a base intersubjetiva que constitui o mundo social, Andrews indica que “o cientista social se alija de seu próprio objeto de estudo, tomando-o como uma natureza incompatível com a própria ideia de sociedade” (2005, p. 31).

A autora empreende uma importante contribuição para pensar as limitações das abordagens que recorrentemente se pretendem objetivamente científicas, verdadeiramente “explicadoras” e livres da subjetividade da interpretação da realidade.

Andrews recorre a Habermas para fazer pensar sobre a própria essência do trabalho do cientista social.

O cientista social basicamente não tem outro acesso ao mundo-da-vida além daquele que o leigo tem. Ele já tem que pertencer de certo modo ao mundo-da-vida cujos elementos quer descrever. Para descrevê-los, ele deve entendê-los; para entendê-los, deve ser capaz, em princípio, de participar de sua produção; e participação pressupõe que se pertence. Como veremos, essa circunstância proíbe o intérprete de separar questões de sentido e questões de validade a ponto de atribuir à interpretação do sentido um caráter puramente descritivo (HABERMAS, 1984, p. 108 *apud* ANDREWS, 2005, p. 22).

A primeira conclusão que emerge desse debate consiste, pois, em compreender os limites impostos para que se empreendam estudos sobre comportamentos sociais que estejam libertadas dos limites da própria interpretação atribuída pelo cientista. Essa compreensão, longe de invalidar esforços de investigação científica na área, devem antes funcionar como uma espécie de alerta de risco, sempre fazendo lembrar dos aspectos intersubjetivos que permeiam nosso objeto de estudo.

Tal construção, porém, não deve ser vista como inviabilizadora do estudo empírico. A autora faz questão de esclarecer esse aspecto, ressaltando a possibilidade de utilizar dos métodos quantitativos sem cair na armadilha da reificação. Para construir uma abordagem que torne possível, vale-se de Lazarsfeld e Barton (1951). O ponto central dessa abordagem consiste em negar a existência prévia de respostas que sejam consideradas racionais. Tal construção só pode ser feita a partir do contexto real que permeia as interações sociais. Em suas palavras

Para Lazarsfeld e Barton (1951), porém, só o próprio contexto deve expor a lógica, isto é, a racionalidade, das interações entre os atores sociais, a partir das quais categorias de comportamentos podem ser construídas pelo pesquisador. Assim sendo, o procedimento exploratório não pressupõe a existência, no contexto sob investigação, de um tipo específico de comportamento racional. O procedimento exploratório tem justamente o objetivo de captar do contexto as categorias e variáveis relevantes para os próprios participantes da interação social. (ANDREWS, 2005, p. 33)

Como dito anteriormente, um dos intuitos nesta seção consiste em delimitar o local e o sentido deste trabalho no interior da Ciência Política. Assim, esses parágrafos buscam enfatizar a importância do trabalho em teoria no interior da área. Longe, contudo, de reforçar a cisão, aponta-se a importância de análises empíricas que se fundem em ampla base teórica.

Nessa direção, cumpre ter bem estabelecido como ponto de partida a compreensão acerca da importância e do lugar atribuídos às ideias. Rejeitando abordagens que tratam

a cultura e aspectos históricos como menos relevantes, busca-se aqui identificar no Pensamento Político e Social Brasileiro elementos que contribuíram para a construção de um imaginário social nacional compartilhado. Pretende-se, assim, indicar a importância de compreender como se construiu uma autoimagem do Brasil que permeou as construções de diferentes projetos nacionais, sejam eles projetos conservadores, socialistas ou liberais. Nesse sentido, entende-se que essas construções foram e seguem sendo importantes para pensar temas centrais à Ciência Política contemporânea como democracia, desenvolvimento e capitalismo no Brasil contemporâneo.

Não se trata de seguir aqui o caminho oposto, adotando a noção de que as ideias são capazes de se transplantarem da teoria para a prática de forma direta, imediata. Também não se busca adotar um culturalismo que acredite ser possível compreender todos os aspectos político-sociais brasileiros a partir de uma excepcional singularidade nacional, desconectada de outras realidades. É válido retomar a própria indicação de Lahuerta e Botelho (2005, p. 12) quando afirmam que a tarefa não consiste em substituir a variável institucional pela cultural, mas compreender o enraizamento das instituições em relação também à dimensão cultural.

Esclarecidas essas primeiras questões, é preciso tratar dos desafios metodológicos e também apresentar em linhas gerais o fio condutor deste trabalho. Propõe-se essencialmente um trabalho em teoria, tendo o pensamento político e social brasileiro como objeto central de estudo.

ENTRE O TEXTO E O CONTEXTO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA.

O caminho seguido pela Ciência Política brasileira se associa em alguma medida ao processo vivenciado pela área no exterior, especialmente nos Estados Unidos da América, conforme se abordou acima. Estão fartamente documentados na literatura o peso dessa influência e os mecanismos que estiveram presentes nesse processo, notadamente fundações estrangeiras que financiaram pesquisadores brasileiros que se transformaram em pais-fundadores da Ciência Política no Brasil.

Esse processo é compreendido de forma diversa por diferentes teóricos. Feres Jr. indica existir no país uma necessidade de “parecer americano”, sendo isso, inclusive, uma forma de escapar das frustrações de ser brasileiro e estar sempre aquém das expectativas.

Dar-se-ia aqui, pois, a assimilação quase que direta dos padrões estrangeiros em função mesmo da condição de “colonizado cultural” (Feres Junior, 2000, p. 107).

Renato Lessa, por sua vez, muito embora argumente em direção semelhante ao dizer que muitas vezes a importação da CP estadunidense é vista como sinônimo de “internacionalização, reconhece que essa importação não se dá de forma total, sem sofrer certas modulações no contexto nacional.³ Apesar da forte influência behaviorista, afirma que no Brasil essa onda foi rebatida por vários críticos que apontavam seus limites e que “temas fortes da tradição da filosofia política nunca desapareceram”. Lessa cita como Wanderley Guilherme dos Santos, no Rio de Janeiro, Fábio Wanderley Reis, em Minas Gerais, e a tradição paulista da USP não perderam de vista um pano de fundo da filosofia política e do pensamento político e social brasileiro (LESSA, 2011, p. 21-22). Essa é a perspectiva também adotada por Marcelo Moreira (2012; 2013).

Ao considerar, no entanto, a inegável influência externa nas agendas de pesquisa no Brasil, especialmente nas últimas décadas, torna-se importante identificar quando o tema da pesquisa em teoria passa a assumir maior centralidade. Nesse sentido, um dos principais responsáveis pela retomada de um forte esforço de pesquisa no campo da História das Ideias foi Quentin Skinner. Está amplamente narrado em uma diversidade de trabalhos o impacto e a importância de sua obra nesse processo histórico da própria disciplina. Ricardo Silva (2009, p. 307-310) diz que sua obra tem um impacto também na História, campo que igualmente percebera um declínio da história intelectual em detrimento da História Social. Em um contexto em que as análises teóricas perdiam força, o autor teve o papel de fazer retomar os estudos nesse campo.

A obra de Skinner fez esclarecer alguns aspectos fundamentais para quem empreende pesquisas na área da história intelectual e da teoria política. Responsável pela construção de um rigoroso método, um de seus principais méritos consistiu na elaboração de práticas que superassem as mitologias por ele mesmo identificadas como recorrentes, são elas: as mitologias da doutrina; da coerência; da prolepse e do paroquialismo. Ricardo Silva esclarece os principais aspectos que envolvem cada uma delas:

- a) mitologia da doutrina – os enunciados dos autores clássicos, mesmo que esparsos e ocasionais, são forçosa e sistematicamente enquadrados em

³ Ainda nesse esforço de compreensão da origem estadunidense e das variações nacionais, e indo além da realidade brasileira, vale a pena conferir os trabalhos de Álvaro Bianchi (2011;2017).

“doutrinas”, construções típico-ideais do próprio historiador, que este atribui ao universo das crenças do autor estudado;

b) mitologia da coerência – presume-se que o autor construiu (ou ao menos tentou construir) sistemas intelectuais fechados, em que todos os seus enunciados mantêm uma relação de coerência com os demais, o que impede o historiador de perceber as contradições entre os enunciados de um autor ou suas mudanças de concepção a respeito de certos temas;

c) mitologia da prolepse – confunde-se o significado dos enunciados para o historiador com o significado para o autor, sendo este último negligenciado. O enunciado só revelaria seu significado no presente, conclusão que repousa sobre o contestável pressuposto teleológico de que a ação linguística precisaria esperar pelo futuro para revelar-se totalmente;

d) mitologia do paroquialismo – seguindo padrões atuais de discriminação e classificação, o historiador, em face de um mundo passado que lhe é estranho, constrói uma identidade entre o universo mental do autor do passado e o seu próprio universo atual de crenças, produzindo uma falsa familiaridade entre culturas muito distintas. (SILVA, 2009, p. 307)

Todas essas mitologias ao final acabariam por se conectar a uma característica em comum, qual seja, a produção de interpretações anacrônicas, atribuindo a autores ideias e intenções que muitas vezes sequer encontravam-se disponíveis no contexto histórico do proferimento (SILVA, 2009, p. 305). Trata-se, pois, do risco do *textualismo*, que consiste em buscar interpretar o texto abstraindo do seu *contexto*, de modo que os sentidos se alteram profundamente nessa operação metodologicamente problemática. A crítica ao textualismo se dá, em grande medida, no sentido de compreender que não há elementos “atemporais” nos textos, uma sabedoria sem tempo, que poderia ser apreendida a partir da leitura exaustiva dos textos (SILVA, 2009, p. 307).

A crítica de Quentin Skinner ao textualismo, como nos indica Marcelo Moreira, se deu na oposição à ideia de que a compreensão mais profunda poderia se dar através apenas da imersão profunda e sistemática no seu texto. O ponto central aqui consiste em extrapolar o texto para “investigar o contexto discursivo em que ele foi gestado a fim de determinar que significados estavam à disposição do pensador do passado, quais eram os pontos principais de debate” (MOREIRA, 2013, p. 68). Para além da atenção à dimensão locucionária, que corresponde ao conteúdo propriamente dito, e à dimensão perlocucionária, que se refere ao efeito produzido na audiência, o autor aponta a importância de compreender a dimensão ilocucionária, isto é, aquela que trata das intenções do autor (SKINNER, 1988, p. 61 *apud* MOREIRA, 2013, p. 68).

A grande tarefa a ser realizada a partir desses ensinamentos, portanto, consiste em compreender o que é que um autor “quis dizer” ao escrever uma certa obra. A partir dos

contextos e dos problemas colocados naquele momento, essa tarefa passa a ser vista como possível de ser realizada e, mais do que isso, desejável. A proposta de Skinner envolve não apenas a recusa do textualismo, mas também do contextualismo sociológico. Embora reconheça que as condições econômicas e sociais sejam antecedentes causais importantes, isso não deve levar à errada pressuposição de que as ideias de um texto podem ser compreendidas apenas a partir de seu contexto social (SILVA, 2009, p. 308).

A contribuição de Skinner, especialmente no que diz respeito aos riscos de anacronismos e à importância de compreender o contexto linguístico em que está inserido um certo autor, é certamente muito valiosa. Embora tenha se tornado o principal expoente dessa vertente, o autor não está sozinho nessa abordagem. Trata-se de construção desenvolvida em diálogo por um conjunto de autores e que, posteriormente, se alastrou por diversas áreas. Como saída para não reduzir essa abordagem a apenas um autor, assumindo o risco de suprimir importantes diferenciações, mas empenhado em não alongar excessivamente essa investigação, é útil nomear essa construção a partir da sua premissa fundamental e do lugar de onde saíram suas principais produções: contextualismo da Escola de Cambridge (SKINNER, 1966; 1988; POCOCK, 1962; DUNN; 1968).

A força dessa abordagem foi tal que é possível ainda hoje perceber os seus impactos. Não são poucos os autores que identificam no interior do pensamento brasileiro divisões provocadas por essa influência externa. A cisão entre abordagens “textualistas” e outras “contextualistas” no interior dos grupos que trabalham com o pensamento político e social brasileiro, por exemplo, é apontada por Sérgio Miceli em entrevista que consta em obra organizada por Lilia Schwarcz e André Botelho:

A julgar pelo recente encontro carioca do grupo, continua havendo, no meu entender, duas tendências: de um lado, uma abordagem contextualista, para a qual os textos ou obras estão como que imantados, de outro, um enfoque na linhagem da história das ideias, inclinado a fazer paráfrases, aproximações postizas entre livros e autores, ou então construindo uma perspectiva um tanto “espiritualizada” de interpretação (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011, p. 143).

Na mesma medida em que se fortalece e ganha importância, o Contextualismo da Escola de Cambridge passa também a receber importantes apontamentos críticos. Ricardo Silva sintetiza essas críticas em três grandes aspectos: a crítica ao antiquarismo; a objeção quanto ao estatuto epistemológico de sua metodologia e as críticas à equivalência entre intenção de um autor e significado do texto.

Quanto ao Antiquarismo, a principal crítica termina por recair sobre o próprio sentido do trabalho com a história das ideias. O método de Skinner, se levado à risca, indicam os críticos, faria com que o trabalho com as ideias fosse concebido como uma sucessão de eventos singulares, desconexos. Os críticos apontam, não sem certa ironia, para o fato de que Skinner, preocupado e empenhado na denúncia das mitologias, teria ele próprio incidido na ‘mitologia da fragmentação’ (MINOGUE, 1988), na qual a própria ideia de processo histórico perderia o seu sentido (SILVA, 2009, p. 311). No limite, a abordagem levaria à compreensão de todos os eventos como *sui generis* (FEMIA, 1988), razão pela qual deixa de ser possível escrever a história e é possível tão somente “empilhar documentos” (SILVA, 2009, p. 311). Essa perspectiva, aliás, torna impróprio o trabalho com tradições de pensamento (MOREIRA, 2013, p. 69).

No que diz respeito às críticas ao estatuto epistemológico, aqui há contribuições que nos parecem ainda mais importantes. De forma geral, uma das principais críticas feitas nesse aspecto reside em identificar a permanência de uma espécie de abordagem positivista no campo da história das ideias ao buscar fazer uma reconstrução objetiva do passado. Não é preciso retomar aqui as críticas feitas na parte inicial deste capítulo quanto à impropriedade de se adotar uma abordagem com tais pretensões no campo das Ciências Sociais. Não deixa, pois, de ser curioso perceber como ao mesmo tempo em que o contextualismo da Escola de Cambridge foi responsável por dar importantes impulsos para a retomada de trabalho teóricos, não deixou de trazer em seu interior também uma pretensão de objetividade. Essa crítica, aliás, faz valer a própria necessidade de atenção ao contexto para compreender o valor e os limites dessa abordagem. Talvez o próprio contexto da produção em Ciências Sociais no contexto anglo-saxão de meados do século passado ajude a compreender o núcleo epistemológico dessa proposição. Vale a pena verificar os apontamentos feitos por Marcelo Moreira sobre o tema.

(...) o autor [Skinner] parece acreditar ser possível que o intérprete de um texto, por um processo de autocontrole, separe radicalmente os seus próprios conceitos dos do autor estudado, desconsiderando que, para que qualquer interpretação se torne viável, é preciso um compartilhamento linguístico mínimo entre intérprete e o autor. Muitos, portanto, asseveram que a proposta skinneriana leva, no limite, a uma nova forma de positivismo, no qual se assume a premissa relativa à possibilidade de reconstrução objetiva do passado. Concordamos que “descobrir a intenção original do autor” (“o que ele quis dizer quando formulou determinada proposição?”) não parece representar apropriadamente o ofício inerentemente interpretativo (MOREIRA, 2013, p. 72)

Às diversas críticas produzidas se seguiram uma série de textos em resposta. Ao mesmo tempo, outras escolas se fundaram trazendo outras abordagens possíveis para o tema. A História dos Conceitos, na forma proposta por Reinhart Koselleck (1999; 2006), passou a assumir papel central na construção de uma abordagem centrada na análise perlocucionária, isto é, centrada nos sentidos assumidos ao longo do tempo e nos efeitos produzidos sobre um certo público. Trata-se de abordagem rica, fartamente utilizada em trabalhos desta área. Uma análise mais detalhada de sua contribuição pode ser encontrada nos próprios textos de Ricardo Silva (2009, p. 303-306), na obra de Marcelo Moreira (2013, p. 66-82), e com especial ênfase nas obras de João Feres Júnior (2009), inclusive em suas obras em coautoria com Marcelo Jasmin (2006; 2007). Destaca-se também a centralidade da História dos Conceitos no trabalho de Luísa Rauter Pereira (2011), ao analisar a história do conceito de povo no Brasil entre meados dos séculos XVIII e XIX. Devido à proposta que aqui se apresenta, no entanto, não se dará maior aprofundamento a essa corrente. Para o desenvolvimento desta tese interessa muito especialmente centrar o esforço de análise nas contribuições trazidas por Mark Bevir em seu esforço de crítica ao contextualismo de Cambridge.

Bevir desenvolve rico diálogo com a obra de Skinner e é um dos responsáveis por formular a crítica à equivalência entre intenção de um autor e significado do texto identificada nas obras do autor de Cambridge. Embora reconheça a importância do contexto como elemento condicionador de toda produção intelectual, o autor indica ser possível compreender a existência de diferentes lógicas consistentes no trato da História da Ideias. Isso não significa que caiba ao historiador escolher livremente ou desistir de uma lógica e adotar outra – tais lógicas são determinadas pelo contexto específico. Mas, diferentemente de Skinner, Bevir não vê como possível a construção de um método que seja capaz de sempre levar a uma resposta que possa ser entendida como a única logicamente válida. “Dois conjuntos diferentes de conceitos podem gerar lógicas diferentes para a história das ideias, e as duas lógicas podem ser formalmente consistentes”, muito embora ele advirta também de que não se trata de simplesmente desistir de uma lógica e adotar outra, “como quem decide parar de jogar rúgbi e resolve jogar futebol” (BEVIR, 2011, p. 107, *tradução livre*). A força de qualquer lógica específica depende, pois, de um contexto específico, não é arbitrária e nem tampouco se manifesta como uma questão de caprichos e preferências pessoais.

Bevir opera com uma dissociação entre os métodos históricos heurísticamente aplicados e a sua suposta sustentação lógico-filosófica. Embora reconheça o valor desses métodos para a evolução da área, o ponto do autor consiste, pois, em dissociar a sua sustentação de uma lógica filosófica. Identificando em Skinner a pretensão de apresentar seu método contextualista como sendo a única maneira de evitar mitos anacrônicos e alcançar interpretações válidas, a divergência entre os autores se torna evidente à medida que Bevir (2011, p. 117) assume como um de seus pontos centrais que nenhum método é necessário ou suficiente para a objetividade histórica.

Bevir não apresenta uma visão que corrobora a abordagem estritamente textualista. O autor reforça, inclusive, o fato de ser um erro atribuir significados intrinsecamente a um texto, compreendendo que só é possível falar em significado de um texto para uma pessoa ou para um grupo de pessoas situados em um dado contexto. Por outro lado, também não vê como identificar a partir dos textos os respectivos desejos dos autores. Ou, dito de outro modo, Bevir não percebe como possível empreender a proposta de Skinner de se identificar no texto “o que o autor quis dizer”.

Skinner argumentou que, para entender um enunciado, os historiadores precisam entender não apenas seu significado, mas também sua força ilocucionária pretendida; os historiadores precisam descobrir se sua força pretendida era, por exemplo, advertir, ridicularizar ou subverter. Quero argumentar que a força ilocucionária consiste em desejos irrelevantes para o significado ou crenças que fazem parte do significado (BEVIR, 2011, p. 109, *tradução livre*).

Apenas a título de exemplo, Bevir indica como até mesmo no uso de expressões simples como “Está chovendo” se apresenta uma crença que pode estar relacionada a variados desejos, como mudar o assunto, ter uma conversa leve ou informar alguém. Compreender, pois, a força ilocucionária dos textos demandaria uma série de premissas nem sempre verdadeiras – por exemplo a de que os autores são sempre racionais, sinceros e conscientes do que fazem. Importante ainda destacar o problema da identificação de crenças a partir da leitura de textos a medida em que se ignora o aspecto subjetivo que permeia a própria interpretação, podendo o significado do texto sofrer variações consideráveis.

A partir da contribuição de Bevir, vislumbra-se a possibilidade de uma abordagem na pesquisa com a história das ideias que não se restrinja a uma análise contextualista, fugindo do problema do antiquarismo tantas vezes apontado como crítica à Escola de Cambridge. Mas evitando também cair nos problemas e riscos de uma abordagem

textualista, muitos deles apontados pelo próprio Skinner, o intuito aqui não é o de perceber as construções teóricas anteriores como ideias que se transplantam para o presente de forma imediata. Uma espécie de caminho para lidar com essa difícil dicotomia passa por analisar e recuperar as crenças compartilhadas.

Minha análise torna assim a tarefa principal do historiador intelectual a recuperação, não da força ilocucionária dos textos, mas das crenças relevantes. Os historiadores intelectuais não precisam se concentrar no que um autor estava fazendo em um texto. Eles podem se concentrar nas interconexões complexas entre as crenças e argumentos de um autor. Como alternativa, eles podem se concentrar em narrativas sobre movimentos intelectuais e nos padrões de mudança de crenças e compromissos neles incorporados (BEVIR, 2011, p. 110, *tradução livre*).

O foco em crenças abre espaço também para pensar uma dinâmica fluida entre agência e estrutura. A partir desse enquadramento é possível pensar os autores como produto e produtores de construções intercompartilhadas que permanecem vivas ao longo do tempo. Centrar a análise nas crenças também abre espaço para que se dê um salto e seja possível pensar essas crenças compartilhadas como sendo constitutivas de tradições.

(...) indivíduos são agentes situados. Os indivíduos estão situados no sentido de que necessariamente expõem o pano de fundo de uma tradição que eles herdaram e que os influencia. Eles não são autônomos; eles não podem raciocinar, formar crenças e agir fora de todos os contextos sociais. Igualmente, porém, os indivíduos são agentes, pois são capazes de refletir sobre sua herança e modificá-la (...) os historiadores intelectuais podem explicar por que alguém mantinha uma crença, localizando-a em uma rede mais ampla de crenças, localizando as redes mais amplas de crença no contexto de uma tradição e narrando mudanças na tradição como respostas a dilemas (BEVIR, 2011, p. 111, *tradução livre*).

O uso de tradições é útil, portanto, não como forma de engessar e simplificar elaborações complexas de determinados autores, mas como forma de compreender que as suas formulações não estão desconectadas do que veio antes e terminam por influenciar também o que se produziu depois. Tradição aparece, pois, como um conceito capaz de traduzir uma certa complexidade interna, entender a existência de uma continuidade histórica das ideias, ao mesmo tempo em que também se transforma com o passar do tempo. Justamente por essas características, elas não se constituem de um todo coerente e facilmente identificado, razão pela qual é comum que suas construções sejam também alvo de controvérsias.

A partir desse horizonte teórico, tendo como pano de fundo as contribuições do contextualismo da Escola de Cambridge, mas se sustentando sobretudo no arcabouço teórico desenvolvido a partir do diálogo crítico com essa escola, propõe-se o

desenvolvimento neste trabalho de uma abordagem com tradições intelectuais inseridas constitutivas do Pensamento Político e Social Brasileiro. Compreende-se essa categoria como a mais adequada para pensar não apenas o valor das ideias em seu contexto histórico, mas também para pensá-las como estruturas que ajudam a organizar os ideais políticos ao longo do tempo, incluindo o tempo presente.

Ao longo, pois, dos capítulos em que trataremos do pensamento de Oliveira Viana, Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso buscaremos compreender o contexto em que se inseriram esses intelectuais, como suas obras dialogaram com os debates de seu tempo. Mas, além disso, pretende-se verificar como diagnósticos específicos e formas de compreender a sociedade brasileira atravessaram diferentes tradições e gerações de pensamento brasileiro, não se resumindo a um autor ou contexto específico.

O TRABALHO EM TEORIA E O PENSAMENTO BRASILEIRO

A proposta delineada acima não constitui uma abordagem de todo inovadora. É certo que se trata de tentativa de romper com aquele diagnóstico de Miceli apresentado anteriormente – de que no Brasil ainda seria facilmente identificada a divisão clássica entre as abordagens “textualista” e “contextualista”. Não quer dizer, no entanto, que alguns pensadores não tenham percepção diferente do tema, nem tampouco que outros autores já não tenham feito o esforço de romper com essa dicotomia.

Sobre esse tema, no mesmo conjunto de entrevistas em que se situa o diagnóstico de Miceli, está também a consideração de Ricardo Benzaquen de Araujo. Ele afirma que

a velha oposição entre uma perspectiva que privilegia a análise interna dos textos e uma outra que procura explicá-los pelo destaque concedido ao contexto – em suas múltiplas dimensões –, começa a conviver com posições que buscam combinar esses dois pontos de vista e, portanto, matizar aquela oposição (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011, p. 142).

Apenas a título de exemplo, cumpre destacar que um esforço nessa direção é empreendido na tese de Wendel Cintra. O autor faz uma análise do conceito de democracia no pensamento brasileiro entre 1914 e 1945 e sugere que

(...) há nas obras do período um estoque de respostas que – sem prejuízo do contexto político e dos objetivos imediatos que os autores tinham em mente ao escrevê-las – lidam com problemas nucleares da política, muitos dos quais continuam a fazer parte das indagações contemporâneas (...) este trabalho postula que a história do pensamento político é capaz de conferir reflexividade às questões políticas do presente. Pretende-se, assim, superar – no campo da história das ideias – a dicotomia entre uma *abordagem filosófica* – que lida

com as ideias abstraídas de seu contexto de elaboração – e um *historicismo radical* – para o qual o “significado” de um texto revela-se apenas no próprio contexto em que foi elaborado ou nas “intenções” que um autor possuía (CINTRA, 2013, p. 15-16).

Wendel propõe, amparado na construção teórica de Pierre Rosanvallon, que se faça uma combinação da leitura contextual com a teoria política para construir uma história a partir de *problemas*. Isso permite ao autor articular sua proposta em um ponto entre o mencionado historicismo radical e a abordagem filosófica. Assim, o seu retorno aos usos do conceito de democracia no período entre 1914 e 1945 não consiste em esforço cujo sentido se limita àquele período histórico, ao contrário, ele abre espaço para uma reflexão mais ampla sobre a democracia. O autor foge, pois, de uma cisão radical entre passado e presente impeditiva de qualquer reflexão historicamente orientada, assumindo a perspectiva de pensar que as ideias podem funcionar “como um laboratório em atividade do nosso presente” (Rosanvallon, 2010, p.77 *apud* CINTRA, 2013, p. 17).

Na apresentação do livro *Um enigma chamado Brasil*, os organizadores também se colocam em posição similar, externalizando o interesse de compreender os autores em seu tempo sem, contudo, perder do horizonte as questões do tempo presente que instigam a visita aos autores do passado.

Talvez a única preocupação que una os diferentes ensaios que compõem o livro seja a articulação tensa entre autor, obra e recepção; procedimento necessário para evitar os males do anacronismo, esse problema incontornável, mas que aflige a todo aquele que quer se debruçar sobre o passado, com lentes mais adaptadas. Ir ao passado com perguntas do presente é tarefa da qual não se desvia ou que se evita. Mas cobrar do passado o presente é desajuste de análise, problema de interpretação. O desafio é indagar nossos autores, suas questões, problemas e soluções, e dar ao tempo o seu tempo (BOTELHO e SCHWARCZ, 2013, p. 8-9).

Por fim, em direção similar, é útil trazer aqui mais uma vez o diagnóstico de Moreira (2012, p. 81) ao apontar que “são escassos os estudos de teoria política que procuram esclarecer a relação identificada (...) entre ideias, crenças e linguagens políticas e a prática política cotidiana no país, como se as primeiras tivessem pouca influência sobre a segunda.” O autor reforça ainda como a maior parte dos trabalhos nesta área centram a análise em um ou poucos autores ou escolas de pensamento, especialmente naqueles autores inseridos no início do século XX.

(...) raros são os esforços de síntese em que grandes tendências da inteligência nacional sejam identificadas. Também não é comum encontrar estudos que investiguem a vinculação entre as obras dos pensadores brasileiros e as práticas políticas do país (...) Em resumo, são produzidos estudos de excelente qualidade nessa área, mas que se caracterizam por focar momentos isolados do

pensamento brasileiro, sem produzir quadros ampliados de interpretação e com clara inclinação biográfica (MOREIRA, 2012, p. 82-83).

É buscando contribuir nessa direção que esta tese se insere nos trabalhos produzidos acerca do Pensamento Político e Social Brasileiro. Entende-se que o desafio reside em compreender os autores em seu tempo, a obra e a respectiva recepção, sem, contudo, deixar de refletir sobre como se constituíram, em uma perspectiva de longa duração, tradições e formas de pensar cujos efeitos ainda são úteis para compreender aspectos da realidade do nosso tempo. A presente proposta busca explorar aspectos do pensamento nacional que não só atravessaram diferentes gerações, mas também se fizeram presente em diferentes tradições de pensamento. Ao fazer isso, acredita-se também oferecer elementos para que trabalhos posteriores possam seguir investigando como esses aspectos analisados se relacionam com a política institucional brasileira.

Outro aspecto importante de se apresentado neste capítulo inicial diz respeito à necessária distinção entre duas dimensões que envolvem a pesquisa nesta área. A primeira delas consiste em compreender a importância do Pensamento Político e Social Brasileiro enquanto tal, razão pela qual se defende a sua maior presença no interior da Ciência Política. A segunda consiste em não abrir mão de uma leitura crítica dos autores dessa tradição com o intuito de reforçar a primeira dimensão, sob o risco de 1) dar às ideias um peso maior que aquele que elas possuem, sugerindo uma transposição imediata do campo das ideias para a prática política; 2) não apontar equívocos e aspectos superados na análise da realidade político-social, o que por sua vez pode 3) reduzir os espaços para outras pesquisas que atuem na direção de produzir novas leituras sobre o tema, levando, por fim, ao enfraquecimento do próprio campo.

Dito de outro modo, é fundamental não tratar como equivalente a defesa da importância da área do Pensamento Político e Social Brasileiro a uma prática estritamente elogiosa dos autores. A defesa desta área deve se dar tendo em vista justamente as dimensões apontadas anteriormente. É por ser um fato indissociável da realidade político-social, embora não passível de ser reduzido a ela, que tal construção tem valor – e não por serem todos os autores responsáveis por obras primorosas, cujo rigor e a capacidade de explicar a realidade se manteria intacta ao longo do tempo.

É nessa direção, portanto, que se pretende desenvolver este trabalho. Investigar autores situados em um tempo anterior – ou, melhor dizendo, autores situados em

diferentes momentos –, compreender as questões e as limitações do seu tempo, sem, no entanto, deixar de trazer para essa investigação questões do tempo presente. Em alguma medida, busca-se empreender o esforço reflexivo que, nos termos de Luiz Werneck Vianna, se dá na medida em que “ao interpretar o país, se inclui no movimento das forças sociais que o transformam” (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011, p. 156-7).

Idealismo Orgânico e Idealismo Constitucional: duas formas de pensar o Brasil

No interior do pensamento brasileiro, a partir de diversas premissas, desenvolveram-se vários trabalhos com o intuito de tratar das tradições de pensamento nacional. É possível perceber esforço nessa direção pelo menos desde o próprio Oliveira Vianna, com sua distinção entre *idealismo utópico* e *idealismo orgânico*. Várias outras distinções foram produzidas, com destaque para aquelas de Guerreiro Ramos, percebendo a existência de uma sociologia crítico-assimilativa e outra alienada; a construção de Wanderley Guilherme dos Santos, percebendo a dualidade entre liberais doutrinários e autoritários instrumentais; e a leitura de Luiz Werneck Vianna que compreende o pensamento nacional a partir da tensão entre iberistas e americanistas. Uma dessas categorizações, embora relativamente recente, impactou e é utilizada como referência por grande parte dos trabalhos que se desenvolveram desde então. Trata-se da obra *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, de Gildo Marçal Brandão (2007).

Em consonância com a abordagem que trouxemos na seção anterior, Brandão certamente constitui um dos autores que reconheceram o imperativo de estar atento aos contextos linguísticos compartilhados para evitar anacronismos. Por outro lado, porém, também não se limitou apenas a realizar reconstruções de debates muito pontualmente situados. Sua proposta representou um esforço de compreender a força das ideias ao longo do tempo. Assim, parte de sua premissa consiste em reconhecer, como trouxemos anteriormente, o modo pelo qual “aprendemos todos a pensar o país com aqueles pensadores” clássicos brasileiros e que “apesar do caráter datado de muitas de suas proposições teóricas e bases empíricas, o fato é que continuam a ser lidos como testemunhas do passado e como fontes de problemas, conceitos, hipóteses e argumentos para a investigação científica do presente” (BRANDÃO, 2005, p. 234). Naturalmente, os diferentes contextos moldam essas tradições, de modo que nas continuidades também é possível observar algumas rupturas. Mas o seu ponto central consiste em identificar que

a exposição dos debates do pensamento político “não pode ser dissociada do debate contemporâneo que lhe é momento e parte constitutiva”. Nesse sentido afirma que

não há como não confrontar leituras distintas do pensamento político-social brasileiro, especialmente os principais modelos de interpretação formulados nas últimas décadas, ao mesmo tempo verificando em que medida há continuidade ou ruptura entre as formulações clássicas dos convencionalmente denominados “intérpretes do Brasil” e o trabalho intelectual que vem sendo produzido na universidade segundo os métodos de investigação especializada

(...)

na medida em que originais e exegeses confluem para a formação do mesmo campo, cujos impactos político-culturais serão intercambiáveis, mais do que análogos; acabam por formar, em conjunto, a “tradição”, as exegeses, prolongando-a, reinterpretando-a, renovando-a e, no limite, reinventando-a. Invertido o olhar, a tradição – e com ela, as formas de pensar que discrimina – persiste(m) nessas releituras que, por sua vez, interpelam as obras e os conceitos a partir de agendas e circunstâncias em parte inusitadas, impondo novos recortes e combinações (BRANDÃO, 2005, p. 238).

Nesse sentido, o pensamento político nacional pode ser compreendido como grandes forças que operam conformando estilos determinados, formas de pensar e modos intelectuais de se relacionar com a realidade que inclui todos os que operam neste campo, mesmo os que se encontram mais inseridos na dinâmica estabelecida a partir da institucionalização científica (BRANDÃO, 2005, p. 236). O não reconhecimento dessas continuidades, inclusive, é visto por Brandão como um problema maior que envolve não só a grande amplitude de pesquisadores que envolvem a ciência política institucionalizada hoje, como o próprio campo dos que produziram debates teóricos em uma abordagem em diálogo mais direto com os clássicos do pensamento político nacional. Para ilustrar esse aspecto, Brandão diz como é surpreendente que Raymundo Faoro, apresentado como o mais vigoroso intérprete liberal da nossa história, não reconhecia Tavares Bastos como seu ancestral. Isso, no entanto, não impede de perceber a obra daquele como uma contribuição do trabalho deste, ainda que em contexto profundamente diverso. Menciona ainda como as obras de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Oliveira S. Ferreira, mesmo sem serem necessariamente conservadoras, são fortemente influenciadas por Oliveira Viana. A referência à obra de Viana, no entanto, também não aparece explicitada por nenhum desses autores (BRANDÃO, 2005, p. 257).

O esforço de investigar os diferentes modos de se compreender o Brasil, em sintonia com o esforço de Brandão, é feito por diversos autores. Christian Lynch (2016a) aponta, na sua *Cartografia do Pensamento Político Brasileiro*, as premissas tácita ou

conscientemente aceitas que levam o pensamento nacional a ser recorrentemente compreendido como algo menor, subalterno em relação à Teoria Política. Respondendo afirmativamente à clássica pergunta se *Existe um pensamento político brasileiro?* (FAORO, 1994), identifica traços marcantes do nosso pensamento, dentre os quais estariam a menor presença de radicalismos, o menor esforço de construção cosmopolita, o menor grau de generalização, a maior centralidade da retórica, da oratória, da autoridade e, o que nesse ponto nos interessa em especial, o pouco esforço de continuidade e de construção de tradições. Antes dele, aliás, Bernardo Sorj (2008) já apontava para uma desfiliação do saber, indicando a inexistência de cumulatividade entre nós. Isso se deve ao fato de que cada nova geração de pensadores ignora ou rechaça o que as gerações anteriores produziram.

Esse padrão talvez esteja em sintonia com outra característica também identificada por Lynch: a carga negativa recorrentemente incidida sobre o passado, ao passo que se projeta no futuro uma perspectiva excessivamente positiva. É possível que a carga negativa sobre o passado recaia também em alguma medida sobre os próprios intelectuais. Independente das razões, no entanto, aparece como traço constitutivo deste pensamento a forte tendência dos autores a se apresentarem como pioneiros em suas iniciativas.

No esforço de empreender essas costuras, Brandão identifica importantes elementos que são constitutivos dos modos de pensar o Brasil. Um dos elementos centrais reside na oposição entre *Idealismo Orgânico* e *Idealismo Constitucional*. Essa dualidade seria identificada na obra de diversos autores importantes na construção do pensamento político nacional, de Visconde do Uruguai a Wanderley Guilherme dos Santos, passando por Cruz Costa, Tavares Bastos, Simon Schwartzman, Guerreiro Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Hélio Jaguaribe, João Camilo Torres e Roberto Campos. Trata-se, nos termos de Brandão, de uma “dicotomia sem dialética”, um modo de empreender leituras sobre o Brasil que não é capaz de escapar à profunda dualidade entre o real e o dever-ser (BRANDÃO, 2007, p. 141-150).

Na proposta de Brandão, “Idealistas Orgânicos” são apresentados como aqueles que identificam a necessidade de um Estado forte, em muitas das vezes autoritário, como forma de empreender a modernização e romper com o atraso brasileiro. O Idealismo Constitucional, por sua vez, consiste na crença de matriz liberal que percebe no desenho das instituições o único caminho possível para superar o “atraso” – via de regra essa

vertente indica o próprio Estado, ao sufocar a sociedade, como sendo um dos entraves fundamentais à modernização.

Christian Lynch e Jorge Chaloub (2021, p. 281-282) destacam como Gildo Brandão buscava com *Linhagens...* atualizar o debate travado nos anos 1970 entre Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier⁴. Sem dúvida, contudo, sua proposta é originariamente tributária da construção de Oliveira Viana (1939). O autor, que será analisado no Capítulo 2, se compreendia como um “idealista orgânico”, vendo com maus olhos a incorporação de instituições advindas do exterior, como o federalismo, indicando que seria necessário no Brasil o Estado assumir um poder maior para promover o desenvolvimento da sociedade. Em contraposição, denunciava o “idealismo utópico” dos liberais brasileiros, que ao importar instituições estranhas à realidade do país faria com que essas mesmas instituições produzissem efeitos opostos àqueles identificados nos países de origem, via de regra culturas anglo-saxãs.

Brandão retoma e adapta, portanto, a categorização de Viana em sua proposta de compreender as linhagens do pensamento político nacional. O autor busca verificar em que medida os conceitos de “idealismo orgânico” e “idealismo constitucional” (recusando, pois, a denominação “utópico” e o sentido pejorativo dado a ela por Viana) são capazes de descrever e analisar as principais “formas de pensamento” que do último quartel do século XIX para cá dominaram o Pensamento Político e Social Brasileiro (BRANDÃO, 2007, p. 235-236).

Se na linhagem dos “Idealistas Orgânicos” estariam autores como o próprio Viana, Alberto Torres e Francisco Campos, entre os “Idealistas Constitucionais” estariam autores como Raymundo Faoro ou Tavares Bastos. Para esta perspectiva, o problema reside na estruturação de um Estado excessivamente forte responsável pelo sufocamento da sociedade e por lhe impor uma certa estrutura. O ajuste das atribuições estatais seria

⁴ Christian Lynch (2016a) diz que “Wanderley afirmava a existência de duas principais tradições do PPB: a dos autoritários instrumentais e a dos liberais doutrinários. Os primeiros teriam percebido que, no quadro de uma sociedade fragmentada e autoritária, o Estado representava uma agência para a promoção da mudança social, devendo-se, pois, fortalecê-lo para modernizar o país para atingir o ideal liberal. Já os liberais doutrinários eram cosmopolitas comprometidos com os interesses oligárquicos, que reproduziam a cartilha europeia e norte-americana na crença de que “a rotina institucional criaria os automatismos políticos e sociais ajustados ao funcionamento normal da ordem liberal” (SANTOS, 1978, p. 51 *apud* LYNCH, 2016a, P. 98). Também Bolívar Lamounier identifica na formação do pensamento brasileiro a forte presença de uma dualidade entre “Brasil Legal x Brasil Real” (LAMOUNIER, 1982, p. 407-433; LAMOUNIER, 1977).

para eles, via de regra, o fator fundamental para reduzir seu grau de interferência e, assim, fazer emergir uma sociedade livre.

Além dessas duas categorias, Brandão também identifica outras duas linhagens alternativas, com menor prevalência no pensamento nacional. A primeira delas é o radicalismo de classe média, que consiste também em uma ressignificação, agora de categoria utilizada por Antônio Cândido. Por fim, a quarta linhagem seria o marxismo de matriz comunista. Tais categorias, contudo, são expressões mais localizadas, sem a mesma força das duas anteriores. Concordamos com Christian Lynch e Jorge Chaloub (2021, p. 315) com o diagnóstico de que essas categorias propostas por Brandão são excessivamente presas à FFLCH, razão pela qual não têm o mesmo potencial analítico das duas primeiras.

Chegando à Ciência Política institucionalizada do tempo presente, Brandão percebe a permanência ainda da dualidade entre idealistas orgânicos e constitucionais, mas agora atravessados por um foco especial na compreensão da realidade a partir da análise institucional. É o caso das análises que consideram, por exemplo, o funcionamento da democracia a partir estritamente do pleno funcionamento das instituições. Ou, como tratamos antes, abordagens que negam a importância da “variável cultura” (PRZEWORSKI, LIMONGI e CHEIBUB, 2003). Vejamos nos termos do próprio autor

(...) talvez valha a pena chamar a atenção para a circunstância de como o horizontalismo de suas análises [institucionalistas], aparentemente influenciadas pelas inovações metodológicas da ciência política que se faz internacionalmente, prolonga e renova um estilo de pensamento arraigado na vida política brasileira desde o Império, para o qual basta o bom funcionamento das instituições para termos democracia, basta a boa lei para produzir a boa sociedade (BRANDÃO, 2007, p. 157-158).

Brandão chega, finalmente, a este cenário capaz de situar a própria corrente institucionalista no interior das grandes tradições de pensamento nacional por ele identificadas. Longe de rejeitar por completo a contribuição dessa vertente, alerta para os limites e riscos da sua adoção de forma massiva. Trata-se de compreender que a legitimidade dessa abordagem deriva da própria experiência democrática em curso, o que torna difícil perceber “onde termina o seu realismo e começa a aceitação resignada (e a apologia indireta) do existente” (BRANDÃO, 2007, p. 157). O realismo se confunde, em grande medida, com o que Brandão chamou *metodolatria*. A adoração ao método, a pretensão de distanciamento bem como a fragmentação do objeto nos insere em uma

situação que centra sua análise excessivamente na apreensão do real, “atualiza as dicotomias dos intérpretes do País e nos impede de pensar a natureza conflitiva e necessariamente transitória da ordem burguesa contemporânea” (BRANDÃO, 2007, p. 158).

Nesse sentido, para além de uma abordagem inovadora no que diz respeito à percepção das tradições de pensamento no Brasil, a obra de Brandão serve também como inspiração para desenvolver um trabalho neste campo a partir de uma perspectiva reflexiva e crítica. Em outros termos, significa dizer que o retorno às tradições de pensamento se sustenta em uma abordagem anti-positivista, que recusa a ordem estabelecida e que busca contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e humana. A busca por superar alguns dos princípios que têm predominado nas ciências sociais, quais sejam, a “compartimentalização do saber, a ruptura entre o normativo e o empírico, a separação entre a explicação científica e a explicação histórica, e o antagonismo entre teoria política e história das ideias” (BRANDÃO, 2007, p. 189), consiste em outro objetivo traçado por Brandão em sua tentativa de constituir um *programa de pesquisa à esquerda* (BRANDÃO, 2007, p. 160-181) e *uma teoria política a partir do sul da américa* (BRANDÃO, 2007, p.182-200), a partir do qual também procuramos construir este trabalho.

Contudo, identifica-se também limitações da proposta de Brandão, algumas delas fruto das circunstâncias que a impediram de ser desenvolvida por completo. Concordando com Lynch e Chaloub (cf. LYNCH e CHALOUB, 2021), reconhecemos que, para além do provincialismo que marca alguma de suas categorias, há problemática hierarquização do saber que insistiu em compreender como “universal” a teoria produzida na Europa e nos Estados (Idem, p. 311). Inclusive com o intuito de contrariar essa tendência, opta-se por compreender o pensamento brasileiro em sua relação com as ideologias universais, razão pela qual pensamos também nossos autores como parte das tradições conservadora, socialista e liberal.

Partindo desta perspectiva, compreende-se que esta tese se situa no interior do campo do Pensamento Político e Social Brasileiro não apenas por tomar alguns dos principais teóricos brasileiros como objeto de investigação, mas também por adotar como objetivo a identificação de impasses fundamentais à compreensão do Brasil que atravessam a história brasileira. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se investiga e se

apontam as limitações de importantes teóricos e tradições do pensamento nacional, este trabalho se junta a eles em seu objetivo mais geral de fornecer interpretações que orientem a ação política, ainda que em direções diferentes – e por vezes opostas – àquelas apontadas por alguns de nossos pensadores.

Nesta tarefa, cumpre reforçar que embora se aposte nas investigações no campo do pensamento brasileiro como caminho para pensar a superação de problemas estruturais nacionais, não se adota aqui abordagem que visa identificar uma “singularidade autorreferente”. Trata-se de compreender a cultura como elemento chave sem, contudo, também cair em um culturalismo que termine por reforçar diagnósticos tão comuns na história do próprio pensamento nacional. Diante disso, portanto, parece ser possível trabalhar com o pensamento e com a história nacional a partir de uma perspectiva que considere, a um só tempo, esse objeto como singular e universal, guardando em si mesmo significação teórica. Parece possível identificar nesse objeto manifestações locais de processos globais e, muitas das vezes, é a partir daquelas manifestações que esses processos podem ser devidamente criticados (BRANDÃO, 2007, p. 180).

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Inspirada pelas construções teóricas que estiveram presentes nessa primeira parte, indica-se alguns outros trabalhos que assumem papel central no delineamento desta proposta. Em uma primeira abordagem, parece possível apontar pelo menos duas grandes categorias em que se encontram contribuições importantes. Em uma delas estão os trabalhos que percebem padrões no campo das tradições de pensamento político nacional e auxiliam na compreensão e categorização dessas tradições de pensamento. Na outra, o diálogo mais específico com a historiografia emerge como eixo que permite, à luz do tempo presente, refletir acerca do que as próprias tradições de pensamento constituíram ao produzir interpretações sobre o país. Compreendendo que a proposta aqui desenhada não está desconectada de outros trabalhos, busca-se apontar alguns estudos e construções do pensamento nacional que auxiliam e inspiram no tratamento que aqui se busca dar ao tema.

Construindo Tradições

Como vimos, Brandão se apropria de uma divisão proposta por Oliveira Viana para buscar compreender o pensamento nacional. Muito embora seja essa uma proposição inspiradora, é importante ter por perto várias outras categorizações possíveis já empreendidas. Algumas delas, inclusive, como mencionado anteriormente, aproximam-se daquela feita pelo autor, notadamente as de Wanderley Guilherme dos Santos (1967) ou mesmo a proposta de Bolívar Lamounier (1977). Há também outras divisões já empreendidas, com maior ou menor grau de complexidade, no interior do pensamento político e social brasileiro. Também já mencionamos a interpretação canônica de Luiz Werneck Vianna, centrada na dualidade entre os “iberistas” e os “americanistas” (1991; 1997). Várias dessas divisões nos parecem possíveis de serem tomadas como complementares, reforçando o caráter fluido e conflituoso dessas categorizações.

Uma das formas mais aceitas na subdivisão dos autores se dá a partir de um certo grau de afinidade com ideais universalmente conhecidos. É esse o ponto de partida que se propõe neste trabalho ao operar com três autores, a princípio pertencentes a três diferentes tradições de pensamento, sendo elas a conservadora, a socialista e a liberal. Essa é uma das possibilidades de divisão das tradições, tomando como base sobretudo as proposições normativas de cada autor. A essas três grandes categorias certamente seria possível, por meio dessa mesma perspectiva, incluir uma série de outras categorias.

No caso brasileiro, salta aos olhos o destaque assumido por uma tradição *Desenvolvimentista*, que será amplamente tematizada posto que se constituiu também em diálogo com a tradição Socialista e Liberal, aqui representadas, respectivamente, por Caio Prado Júnior (Capítulo 3) e Fernando Henrique Cardoso (Capítulo 4). Em direção semelhante, Marcelo Moreira buscou oferecer um retrato do pensamento brasileiro a partir das tradições autoritárias, liberais, socialistas e nacionalistas no Brasil (Cf. MOREIRA, 2018). Não restam dúvidas de que ainda outras categorias poderiam ser pensadas nessa primeira aproximação, sendo necessários vários adjetivos para dar conta das nuances e subdivisões existentes em cada uma delas.

Diversas são as categorizações e as possibilidades de entradas e recortes no trabalho com as obras do pensamento brasileiro. Algumas dessas abordagens indicam conexões e absorção das ideias entre autores de gerações diversas (cf. BOTELHO, 2007); há aqueles que buscam verificar como temáticas específicas perpassaram diferentes

períodos do pensamento político (cf. SCHWARCZ, 1993; RICUPERO, 2007; ARANTES, 1997). Mais recentemente, ainda, tem ocorrido esforço importante no sentido de indicar como questões candentes do tempo presente obtiveram ressonância décadas atrás em alguns dos debates do pensamento político brasileiro (cf. BASTOS, 2011; MAIA, 2011). Há também quem busque mostrar a atualidade das interpretações clássicas do Brasil a partir da sua ressignificação, enxergando-as como obras capazes de servir como retratos contra hegemônicos da modernidade (Cf. MAIA, 2009; TAVOLARO, 2017). É notável também o trabalho de compilação e síntese de algumas das mais relevantes obras do pensamento nacional realizado por diversos teóricos (Cf. LYNCH, 2016a; MOTA, 1999; REIS, 2007; RICUPERO, 2011).

Diante da rica possibilidade de análises, recortes e tradições para estudar o pensamento político e social brasileiro, Sérgio Tavolaro (2005) sugere a possibilidade de agrupar tais pensadores com base nas temáticas que abordam, identificando duas grandes tradições: da sociologia patriarcal-patrimonial e a sociologia da dependência. Essa divisão supera o enfoque normativo, permitindo identificar obras cujos objetivos residiam em compreender os traços personalistas e patriarcais da sociedade brasileira (G. Freyre, S. B. De Holanda e R. DaMatta), o caráter patrimonialista do Estado (R. Faoro e F. H. Cardoso), ou a face da dependência econômica (C. Furtado, F.H. Cardoso, C. Prado Junior, F. Fernandes e O. Ianni), dentre outros aspectos que envolvem pensar o Brasil. A partir dessa proposta de compreensão do pensamento nacional, Tavolaro busca em sua obra oferecer uma alternativa de pensar a inserção do Brasil na modernidade.

A sociologia patriarcal-patrimonial seria composta por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto da Matta. Eles apresentariam, em comum, segundo Tavolaro (2005), o fato de atribuírem à herança patrimonial-patriarcal as distorções identificadas na sociabilidade moderna brasileira. A sociologia da dependência, por sua vez, seria composta por Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Essa vertente também apresentaria forte suspeição quanto à equidade entre Brasil e as denominadas “sociedades modernas centrais”. Nesse caso não se trataria de acentuar os resquícios ibéricos, mas sim a não superada condição de “dependência estrutural”, que marcara nossa economia desde os momentos iniciais de sua formação, e que assume o papel de “variável independente”,

sendo capaz de explicar a pretensa particularidade do padrão de sociabilidade que se consolidou entre nós (TAVOLARO, 2005).

Apesar dos diferentes enfoques analíticos adotados por cada um desses pensadores ou por essas tradições, esse agrupamento se daria devido à possibilidade de identificação de um certo padrão que consiste em compreender os aspectos característicos do Brasil, que o singularizam quando comparado a outros países. E, mais especificamente, parte importante dessas reflexões se dariam a partir de uma análise dos atributos que supostamente faltariam para que o Brasil conformasse uma experiência moderna de acordo com os parâmetros modelares recorrentemente utilizados na sociologia (TAVOLARO, 2017). É na negação de uma suposta adequação a tais parâmetros que Sérgio Tavolaro diz que

(...) as duas abordagens comumente tidas como diametralmente opostas chegam a um diagnóstico bastante similar, ainda que partam de perspectivas bastante diferentes: diferenciação social, racionalização da normatividade e separação entre o público e privado – os três pilares da sociabilidade moderna, de acordo com esse discurso – não teriam se consolidado no Brasil tal e qual o fizeram nos chamados ‘países modernos centrais’. No interior desse terreno cognitivo, pois, nossa condição moderna não seria outra senão uma espécie de desvio em relação às ditas ‘sociedades centrais da modernidade’ (TAVOLARO, 2005, p. 11).

Assim, o autor parte de uma divisão feita em relação ao pensamento nacional, qual seja, a diferenciação entre as tradições da sociologia *patriarcal-patrimonial* e da sociologia da *dependência*, para chegar à identificação de um diagnóstico comum entre elas. Ambas as tradições compartilhariam a percepção do desvio brasileiro em relação às experiências efetivamente modernas. Em alguma medida, é um caminho semelhante àquele seguido por Jessé Souza. Inspirado em Taylor (1997), Souza (2000) aponta para a existência de uma *Sociologia da Inautenticidade* que teria sido responsável pela formulação de uma *teoria emocional da ação* (SOUZA, 2006).

Os autores acima mencionados produziram críticas a aspectos dessas leituras do Brasil, indicando, por exemplo, que essas interpretações produziram simplificações na leitura da modernidade em países centrais, razão pela qual a forma como compreendiam a realidade nacional apresentava distorções. Os caminhos seguidos pelos críticos variam: para Sérgio Tavolaro (2005) seria necessário se compreender a existência de *modernidades múltiplas* ou, ainda, pensar na existência de *retratos não-modelares da modernidade* (2017). Já em Jessé há a proposta de compreender que no Brasil se conformou uma *modernidade seletiva* (SOUZA, 2000).

Embora sinteticamente apresentado, parece possível identificar um rico e plural conjunto de abordagens e recortes pré-existent no que diz respeito ao pensamento político e social brasileiro. Produzidos a partir de problemas variados, e certamente também com diferentes níveis de domínio e rigor na apresentação desses autores, chegou-se à identificação de padrões e respostas diversas no interior do pensamento nacional.

Partindo desse conjunto de esforços já empreendidos na tentativa de apresentar diferenciações e semelhanças no pensamento nacional, propomos partir das tradições compreendidas normativamente – notadamente, as tradições conservadora, socialista e liberal – para identificar se há semelhanças nas construções desses autores no que diz respeito às análises do corpo social brasileiro. Uma sugestão de resposta afirmativa a essa questão pode ser retirada de alguns trabalhos que, muito embora indiquem aí uma possibilidade de consenso e nos motive a seguir por esse caminho, não se aprofundaram substancialmente nessa tarefa de modo a demonstrar a possibilidade de se conformar em torno dessa questão uma espécie de pilar de construção do pensamento nacional.

Bolívar Lamounier (1983, p. 409-419) indicava naquilo que compreende como “Ciência Política no Brasil até 1964”⁵ a presença de uma certa autonomia da análise política justamente, e paradoxalmente, devido à presença de uma percepção da sociedade como uma “massa amorfa, sem indivíduos dignos desse nome, sem grupos organizados” que, no limite, caracterizavam um cenário de “inexistência de uma sociedade viável” e a percepção de que “o Brasil não era realmente um Estado nacional”. Lamounier indica que especialmente nos pensadores autoritários (Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Nestor Duarte) estava presente um forte consenso em torno do diagnóstico da massificação pré-capitalista da sociedade que anularia por completo qualquer possibilidade de ação política por partes dos indivíduos (LAMOUNIER, 1983). Assim, a partir do diagnóstico corrente acerca da sociedade como massa amorfa teria emergido no Brasil, mesmo antes de 1964, uma tradição que concedeu autonomia às análises políticas, centradas no papel do Estado.

⁵ O ano de 1964 marca uma mudança na história política nacional, mas não só por isso se constitui como marco explicativo das diferenças no pensamento que lhe antecede e aquele que o sucede. O próprio desenvolvimento da Ciência Política institucional encontra campo fértil para o seu desenvolvimento no projeto modernizador autoritário desenvolvido a partir de 64. Sobre isso, conferir MICELI, 1989; FORJAZ, 1997; LESSA, 2011.

A análise de Lamounier acerca desse padrão de compreensão da sociedade brasileira, no entanto, se dá de forma bastante pontual. Seu intuito é compreender as características do pensamento naquele período, não havendo investigação aprofundada de como esses diagnósticos aparecem na obra de pensadores específicos, apontando apenas de forma genérica e utilizando de exemplo apenas pensadores que compreende como autoritários. Talvez essa própria abordagem seja influenciada por sua própria filiação à tradição liberal (cf. LYNCH e CASSIMIRO, 2018).

A abordagem de Lamounier também é problemática na medida em que estabelece uma divisão estanque entre um pensamento “pré” e outro “pós” 1964, dificultando que se compreenda a permanência de formas de pensar que atavessem esses períodos. Trata-se do pensamento pré-64 como tendo sido responsável por desempenhar um papel importante no seu tempo, mas os efeitos de suas produções e possíveis potencialidades também são tratadas como se estivessem restritas àquele período.

Christian Lynch (2016a), como mencionamos anteriormente, indica também como certos diagnósticos foram recorrentes no pensamento político nacional. Ele apresenta uma série de características recorrentes no pensamento nacional dentre as quais identifica-se o “pedagogismo”. Trata-se de uma “necessidade de educar a população nas culturas necessárias à boa prática das instituições transplantadas” (LYNCH, 2016a, p. 86). Embora não haja maior detalhamento acerca desse tema, parece razoável supor que em grande parte dos casos o pano de fundo do pedagogismo presente na obra daqueles autores era justamente o problema da inexistência de uma “sociedade viável”, em que a “prática pedagógica” apareceria justamente como caminho para a sua superação.

Apontamento na direção que se propõe aqui investigar também é feito por Marcelo Cattoni de Oliveira ao identificar na Teoria Constitucional nacional uma recorrente alusão à ausência de grandes rupturas institucionais revolucionárias realizadas pelo povo. A suposta ausência desse “macro sujeito povo soberano” levaria ao apontamento de uma ausência de legitimidade às diversas ordens constitucionais instauradas, servindo de base para a construção de discursos autoritários. Para o autor, há uma convergência nessa direção entre pensadores conservadores e progressistas, de tal modo que é possível perceber semelhanças, por exemplo, entre o “darwinismo” de Oliveira Viana e o “historicismo” de Sérgio Buarque de Holanda, convergindo no diagnóstico de que inexisteriam rupturas genuínas na história política do país. A suposta ausência de rupturas

revolucionárias denunciaria a própria falta de povo ou de nação o que, por sua vez, faria com que a única via aberta fosse a de uma modernização autoritária” (OLIVEIRA, 2011, p. 22-23). Embora o intuito dessa proposição recaia mais fortemente sobre a sua proposta de uma Teoria da Constituição, a sugestão de Oliveira acerca da existência de uma tradição marcada por uma *leitura teológico-política da falta de povo soberano* reforça e motiva a proposta de investigação aqui delineada.

A partir desse conjunto de análises, parece possível e importante retornar às contribuições de Gildo Brandão. Como se sabe, o autor está empenhado na tarefa de “demarcar a existência, no plano das ideias e das formas de pensar, de continuidades, linhagens, tradições” (BRANDÃO, p. 245). A tese central do autor consiste em perceber, a partir da divisão proposta originalmente por Oliveira Viana, a continuidade de um embate entre “idealismo orgânico” e “idealismo constitucional”. Propõe-se, porém, dar um passo atrás e destacar o consenso de fundo que permeia essas duas construções. Nos termos de Brandão,

Tanto quanto os “idealistas orgânicos”, o “idealismo constitucional” dos liberais afirma a centralidade do papel do Estado na formação social brasileira, com a radical diferença de que para os primeiros é o caráter inorgânico da sociedade que põe a necessidade de um Estado forte que a tutele e agregue, enquanto, para os segundos, é a presença do Estado todo poderoso que sufoca a sociedade e a fragmenta (BRANDÃO, 2007, p. 248).

Embora não seja o intuito do autor tematizar essa questão, é curioso notar a partir da sua própria chave de leitura do Brasil como parece constituir um consenso de fundo no pensamento nacional a identificação de uma debilidade social. O embate se coloca mais no sentido de, para alguns, perceber o Estado como agente “libertador”, enquanto para outros é justamente o Estado que atomiza e sufoca a sociedade. Fernando Perlatto traduziu bem esse tema ao dizer que

a maior parte desse diagnóstico de que a sociedade brasileira seria marcada pelo insolidarismo social tem duas premissas diferenciadas, que, paradoxalmente, acabam por aproximar-se em suas conclusões: ou se acredita na ideia de que, historicamente, tivemos um Estado muito forte, patrimonialista ou “populista”, que teria atrapalhado o desenvolvimento autônomo da nossa sociedade civil, estabelecendo relações heterônomas entre Estado e sociedade; ou se acredita que a nossa cultura, herdada de Portugal, ao contrário da anglo-saxã, seria marcada pelo descompromisso com a vida pública, prendendo-se em relações privatistas, em detrimento de valores relacionados à solidariedade, ao coletivo e ao bem público (PERLATTO, 2018, p. 138).

Além disso, há um último ponto que nos interessa. Se Brandão aponta que a divisão originária entre as tradições se repõe em novos termos à medida em que os

problemas se atualizam e o campo da Ciência Política cresce e se institucionaliza, interessa a este trabalho refletir sobre o caminho assumido pelo referido consenso acerca da apatia popular no decorrer desse processo. Por um lado, parece correto identificar que o problema do povo, ou da nação, foi colocado no centro do debate em um período histórico bastante específico. Mas, por outro, investigar como esse problema esteve presente e condicionou construções de projetos políticos em diferentes perspectivas abre também a possibilidade de pensar as formas pelas quais ele se atualiza. Buscaremos, pois, investigar em detalhe e verificar como esses diagnósticos acerca do insolidarismo social se atualizou e, ao mesmo tempo, como impactou as construções teóricas de Oliveira Viana (Capítulo 2), Caio Prado Júnior (Capítulo 3) e Fernando Henrique Cardoso (Capítulo 4). Ao final (Capítulo 5), busca-se refletir acerca da atualidade dessa temática.

Uma proposta de abordagem interdisciplinar

Nas páginas anteriores buscamos contribuições para sustentar a presente proposta em autores que estão inseridos, em sua maioria, na Ciência Política, mas também em outros que vão da Filosofia ao Direito, passando pela Antropologia, História e Sociologia. A pluralidade de origens e de perspectivas se manifesta de diversos modos, notadamente nos usos incertos da própria terminologia para se referir aos teóricos do Brasil em questão⁶.

De forma mais geral, o esforço de aproximação com essas áreas cumpre imperativos que vêm sendo indicados por diversos pesquisadores. O próprio Brandão (2007, p. 157-161) indica os limites da disciplinarização e da necessidade de se assumir uma agenda de pesquisa que seja interdisciplinar e centrada nos problemas da sociedade global. Em direção semelhante, Rubem Barboza Filho, em entrevista a Lilia Schwarcz, diz sobre o contato com outras áreas:

Penso que as relações com outras áreas deveriam ser intensificadas, em especial com a filosofia ou teoria política e com uma reflexão epistemológica mais exigente. Não quero supervalorizar a questão epistemológica, mas ela é

⁶ Lynch (2013; 2016a) sugere a adoção padronizada do termo “Pensamento Político Brasileiro”. Essa, no entanto, não parece ser uma proposta livre de contestações. Basta ver como a inclusão do termo “social” no interior da expressão é feito por uma série de outros autores da própria Ciência Política. A questão certamente é causada e resulta na própria existência de diferentes espaços de debate no âmbito dos encontros da ANPOCS. Um deles é intitulado “Pensamento social no Brasil”, enquanto o outro assume o nome “Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro”. Para alargar o escopo e evitar incompreensões, adotamos nesta tese a terminologia “Pensamento Político e Social Brasileiro”.

necessária. Por outro lado, acho também que seria produtivo um contato maior com os historiadores. Vários episódios e circunstâncias de nossa história estão sendo revistos por eles, e creio que isso poderia nos ajudar muito a entender melhor a reflexão de vários dos nossos pensadores (SCHWARCZ, 2011, p. 147).

Nesse sentido concordamos com a indicação de Barbosa Filho e estamos convictos de que o campo da História é certamente um dos que mais diretamente se envolve na temática da presente proposta. Parece bastante rico, pois, sempre que possível, empreender uma aproximação com alguns dos mais notáveis trabalhos historiográficos recentes acerca da História do Brasil.

Visitar as contribuições recentes da historiografia acerca de temas que foram tratados pelos autores aqui selecionados cumpre um duplo papel que nos parece fundamental, para além da pura (re)aproximação entre os campos do conhecimento. Por um lado, esse esforço pode trazer visões predominantes hoje nesse campo, contribuindo, portanto, na superação de leituras tradicionais reificadoras que predominaram durante longo período na historiografia nacional. Ao trazer essas contribuições pretende-se também afastar possíveis interpretações que se convençam não só da força que a ideia aqui apresentada teve nas diferentes tradições do pensamento nacional ao longo da história, mas que também façam reforçar o mesmo diagnóstico à luz do tempo presente. Para que se tenha, pois, um texto que informe acerca do que tem sido produzido no campo da História e para que se evite o predomínio de leituras reificadoras acerca da história brasileira, esse diálogo assume papel central.

Nessa tarefa, são resgatados trabalhos de diversos historiadores, sociólogos e antropólogos. É feito amplo resgate da história brasileira com o intuito de verificar as diferentes formas de associativismo e de luta política encampadas por sujeitos diversos, inclusive os escravizados. Verifica-se o resgate da história do republicanismo no Brasil feita por Heloísa Starling (2018); as leituras mais contemporâneas acerca da independência, do período imperial e regencial no Brasil (GRINGBERG e SALLES, 2009) bem como se investiga os significados atribuídos a esses processos, notadamente para a compreensão da inserção do Brasil na modernidade e para a formação de esferas públicas (GOMES, 2016; PERLATTO, 2018). Se revisita ampla bibliografia acerca da escravidão no Brasil e do processo de abolição (ALONSO, 2015), verificando também como a historiografia recente reconhece a presença de lutas políticas fundamentais em todos esses processos, incluindo na Primeira República (SCHWARCZ e STARLING,

2015). Esse conjunto de trabalhos fornece elementos que auxiliam em uma reinterpretação dos significados da Era Vargas e também do período democrático recorrentemente apresentado como “período populista” (FERREIRA, 2013; GOMES, 1988; 2004; 2013; WEFFORT, 1978).

Em síntese, a partir desse amplo levantamento buscaremos compreender a fundo aquilo que Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2009) identificam como a passagem de um “paradigma da ausência” para o “paradigma da agência”. Essa mudança significaria, segundo os próprios autores, passar a compreender as ações de escravos, libertos e trabalhadores urbanos como resultante das negociações, das escolhas e das decisões frente às instituições e aos poderes. Incluímos também no escopo dessas discussões amplas reflexões sobre os modos pelos quais sujeitos subalternizados se expressaram ao longo da história, identificando importante base teórica para pensar sobre diferentes formas de resistência e de reconstrução dos modos de vida (ASSUNÇÃO e MENDONÇA, 2016; CERTEAU, 1994; MENDONÇA, 2012; SIMAS e RUFINO, 2018; SCOTT, 1990).

Contudo, na estruturação do trabalho buscamos evitar a contraposição simples e apressada entre essas amplas fontes e produções bibliográficas contemporâneas com os trabalhos dos autores do Pensamento Político e Social Brasileiro. A contraposição feita dessa forma poderia recair em anacronismo, enfraquecendo nosso objetivo de refletir, no tempo presente, sobre os efeitos daquelas construções do passado. Assim, nos capítulos 2, 3 e 4 o esforço fundamental será de compreensão ampla acerca dos modos pelos quais Oliveira Viana, Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso estruturam suas construções teóricas. Reserva-se o capítulo 5 para refletir acerca das continuidades e rupturas nos modos de compreender a formação social brasileira e também para repensar sobre esses temas à luz de bibliografia atual sobre o tema.

Por fim, cabe destacar que este não constitui esforço solitário. Diversos autores têm buscado, a partir de abordagens mais ou menos próximas ao Pensamento Político e Social Brasileiro, compreender como se deram determinadas construções acerca do que compreendemos como Brasil, as leituras de povo, interpretações do que seria um governo do povo ou mesmo a formulação de diferentes linguagens democráticas (cf. PEREIRA, 2011; CINTRA, 2013; MOREIRA, 2014; PERLATTO, 2018). Embora com recorte

próprio, o que dificultará o diálogo direto com alguns desses trabalhos, reconhecemos certa convergência nos esforços empreendidos.

**

UM RESUMO

A partir, portanto, do conjunto de elementos trazidos nessas páginas, pretende-se analisar a construção acerca da estrutura social brasileira no interior do pensamento nacional, verificando em que medida tal construção limitou ou, no limite, condicionou as construções de projetos nacionais em diferentes tradições de pensamento nacional, notadamente as tradições conservadora, socialista e liberal, representadas respectivamente por Oliveira Viana, Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso.

O arcabouço teórico mobilizado acima nos sugere ser possível compreender as tradições como entidades relativamente fluidas, entendendo-as como portadoras de uma certa lógica interna que as caracteriza, mas sem que se perca de vista a possibilidade de horizontes compartilhados entre as tradições. Assim, parece ser possível trata-las no plural, a medida em que se pensa nos diferentes diagnósticos que produziram sobre o Brasil, ao passo que também parece ser possível tratá-la no singular no que diz respeito a alguns dos consensos que permearam essa construção. Um dos objetivos deste trabalho consiste justamente em verificar se é possível identificar entre expoentes de três tradições diferentes elementos que torne possível agrupá-los com base nas análises feitas acerca do corpo social brasileiro.

Compartilha-se da perspectiva de que há profundas divergências no interior do pensamento brasileiro, como a mencionada anteriormente acerca do papel do Estado como agente que sufoca e impede o florescimento da sociedade, ou a outra que identifica no Estado o principal agente que faz possível a nação, onde só há massa amorfa. Entre um e outro polo, nos propomos a investigar a convergência em torno do diagnóstico de apatia popular no Brasil e os seus eventuais impactos. Nesse sentido, é especialmente importante verificar com o devido cuidado como essas noções foram expressas ao longo do tempo. E, para isso, é necessária a investigação de obras de autores diversos, pertencentes a diferentes tradições e gerações de pensamento nacional.

No escopo deste trabalho, acredita-se que será possível perceber que Fernando Henrique Cardoso se beneficiou e teve contato com as obras de Caio Prado Júnior, ao passo que este também cita textualmente em diversos momentos de sua leitura da história nacional os estudos de Oliveira Viana. Mas em outros casos é possível também que as conexões e as reproduções desses estilos e diagnósticos se deem de forma inconsciente ou indireta. Mencionamos anteriormente a referência de Gildo Brandão aos casos de Maria Sylvia de Carvalho Franco e Maria Isaura Pereira de Queiroz, cujas obras foram profundamente tributárias de Oliveira Viana, mas não fizeram menções ao pensamento do autor (BRANDÃO, 2007, p. 257). Não desprezaremos também, pois, essas vinculações silenciosas.

Cumpra, ainda, reiterar que a busca por identificar a apatia popular como um diagnóstico comum no pensamento nacional em nada se confunde com o empreendimento de um anacrônico julgamento dos autores em razão desse diagnóstico; também não se pretende, como de resto já deve estar claro, restringir a análise à busca das razões pelas quais tais autores produziram seus respectivos diagnósticos. O intuito é verificar de que forma isso aparece nas respectivas obras, bem como compreender de que forma a leitura de sociedade direciona, em maior ou menor medida, as saídas pensadas em termos de projetos políticos formulados por cada um desses autores.

Ao final, com o intuito de apontar como muitas das vezes as leituras históricas feitas pelos teóricos não representam, aos olhos do nosso tempo, um retrato fiel daquelas realidades históricas descritas, serão apresentadas contribuições de trabalhos da historiografia mais recente que apresentem visões atualizadas acerca de importantes processos político-sociais. Por fim, busca-se esboçar uma breve reflexão acerca dos sentidos dessa construção para o Brasil do nosso tempo e identificar continuidades possíveis dessa forma de ver o país. Por um lado, parece não ser viável fazer grandes saltos analíticos para o tempo presente com o rigor que se desejaria. Por outro, não se abre mão do esforço reflexivo neste trabalho. E, embora ele se dê inevitavelmente, mesmo sem um esforço deliberado nessa direção, parece-nos importante pensar sobre as possíveis maneiras pelas quais essa forma de compreender o Brasil ainda se manifestam no tempo presente.

CAPÍTULO 2 – OLIVEIRA VIANA

*Batuque na cozinha sinhá não quer
Por causa do batuque eu queimei meu pé*

João Machado Guedes | Clementina de Jesus

Inicia-se a análise propriamente dos autores desta tese a partir de Oliveira Viana. A escolha não se dá por acaso, trata-se de autor cuja relevância é inequívoca, tendo trazido contribuições importantes em seu tempo para a compreensão do Brasil. Mais que uma visão restrita ao seu próprio período, seu pensamento seguiu servindo de base para inúmeros teóricos que lhe sucederam⁷. Viana contribuiu para a consolidação de uma forma de compreender o Brasil que, com alterações, manteve-se ao longo do tempo. Seu “idealismo orgânico” inspirou um conjunto grande de intelectuais que seguiram apontando para a impropriedade de importações institucionais no Brasil. Esse tema, como se debateu no capítulo anterior, fora tratado por Gildo Marçal Brandão (2007) com o intuito de compreender toda uma linhagem do pensamento político brasileiro. O debate, contudo, antecede em muito o trabalho de Brandão, sendo identificados esforços importantes nessa direção décadas antes, com destaque para o trabalho seminal de Wanderley Guilherme dos Santos (1978).

O esforço analítico que orienta esse capítulo consiste em identificar a leitura de sociedade presente na obra de Oliveira Viana, razão pela qual se dá especial ênfase a obra *Populações Meridionais do Brasil*. Compreendida a sua interpretação acerca do processo de formação social brasileiro, argumenta-se que essa leitura funciona como pilar fundamental que dá sustentação aos prognósticos estritamente políticos elaborados pelo autor.

Ao aprofundar em sua leitura acerca da formação social brasileira, contudo, percebe-se que o pensamento de Viana está estruturado sob bases profundamente racistas. A centralidade do racismo ao interpretar sua obra consiste em enquadramento analítico que diverge de importantes esforços recentes de interpretação de sua obra. Tal inserção,

⁷ A sua presença em autores com inclinação ideológica e leituras sobre o Brasil tão diversas, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior é uma das evidências disso.

a nosso juízo, é fundamental e nos leva a propor a indissociabilidade dos três aspectos em seu pensamento: o político, o social e o racial.

A partir dessa análise, e em debate com alguns dos principais intérpretes de Viana, propõe-se que sua obra deve ser pensada como parte de uma tradição conservadora e fortemente atravessada pelo racismo. Esses aspectos mais gerais seriam capazes de contemplar traços específicos e momentâneos do seu pensamento, notadamente o ruralismo, o corporativismo e o eugenismo.

O capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira, apresentam-se alguns traços biográficos de Oliveira Viana, sua trajetória profissional, as principais obras e como elas foram recebidas em diferentes contextos. Na segunda parte, realiza-se uma análise mais detida da leitura de sociedade na obra de Viana, buscando verificar como alguns dos conceitos centrais de sua obra foram desenvolvidos. Na terceira parte, em sintonia com a segunda, verifica-se como a leitura de sociedade em Viana abre caminho também para a compreensão do seu pensamento político. Por fim, na quarta e última parte retoma-se a centralidade da questão racial para a melhor compreensão da obra do autor.

OLIVEIRA VIANA, VIDA E OBRA

Um Saquarema no Século XX

Francisco José de Oliveira Viana foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros do início do século XX. Nascido em 20 de junho de 1883, seu local de nascimento, Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro, é desde já revelador de parte de suas visões políticas. “Saquarema” era a forma pela qual era amplamente conhecido o partido conservador durante o Segundo Reinado no Brasil. Não fugindo às tradições dos principais intelectuais de sua época, Oliveira Viana é de família ligada à aristocracia rural, filho de um Coronel da Guarda Nacional.

Em 1905, o autor tornou-se bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, seguindo também na tradição forte do bacharelismo brasileiro. Após se formar, desempenhou uma série de funções de destaque. Ocupou cargos administrativos, tornou-se professor na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro e foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Com a ascensão de Getúlio Vargas

após 1930, passou a assumir os cargos de maior destaque de toda a sua carreira. Dentre eles: entre 1932 e 1940 compôs os quadros do Ministério do Trabalho, com participação importante na elaboração da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A atuação na ditadura de Vargas não consistiu em algo eventual. Ao contrário, Viana foi um dos intelectuais que ajudou a dar sustentação ideológica a parte das políticas varguistas do período. Em 1940 assumiu o prestigiado cargo de Ministro do Tribunal de Contas, cargo que exerceu até o ano de sua morte (1951). Desde 1937, ocupou a cadeira que era de Alberto de Oliveira na Academia Brasileira de Letras⁸.

Como se nota a partir destes breves aspectos biográficos, o pensador fluminense cresceu em um período de mudanças importantes, presenciando a transição de um país monárquico, agrário, escravocrata para um regime republicano, federalista e um país em industrialização e com o número crescente de trabalhadores assalariados urbanos. Vivenciou a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crise do liberalismo que a sucedeu. Viu emergir e serem derrotados os regimes nazifascistas italiano e alemão. Testemunhou os regimes constitucionais saírem de 35 em 1920 e chegarem a 12 em 1944 (GOMES, 2010, p. 214). Em meio a essas transformações no cenário internacional, Viana dedicou a vida a investigar os processos de formação social do Brasil, incluindo o que entendia por sua “psicologia social”. Com esse intuito, produziu uma vasta bibliografia⁹ investigando os processos históricos de formação nacional e também se empenhando em construir desenhos políticos alternativos que pudessem ser implementados no Brasil.

Assim como o contexto vivido por Oliveira Viana sofreu mudanças importantes ao longo do tempo, a recepção de sua obra também se alterou com o passar dos anos. Seu

⁸ Uma breve biografia de Oliveira Viana pode ser vista em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-jose-de-oliveira-viana>. Para um trabalho mais profundo sobre a vida do pensador, cf. TORRES, J. B. de V. Oliveira Vianna: sua vida e posição e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956.

⁹ Viana é dono de uma rica e ampla bibliografia. Diversos textos foram produzidos para jornais e revistas, tantos outros serviram de introdução a boletins do IBGE ou de outros institutos. Os livros de sua autoria são os seguintes: *Populações meridionais do Brasil* (1920); *Pequenos estudos de psicologia social* (1921); *O idealismo na evolução política do Império e da República* (1922); *Evolução do povo brasileiro* (1923); *O ocaso do Império* (1925); *O idealismo na Constituição* (1927); *Problemas de política objetiva* (1930); *Raça e assimilação* (1932); *Formation ethnique du Brésil colonial* (1932); *Problemas do Direito Corporativo* (1938); *As novas diretrizes da política social* (1939); *Problemas de Direito Sindical* (1943); *Instituições políticas brasileiras, 2 vols.* (1949); *Direito do Trabalho e democracia social* (1951); *Problemas de organização e problemas de direção* (1952); *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil* (1958); *História social da economia capitalista no Brasil - 2 vols.* (1988); *Ensaio inéditos* (1991). Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/oliveira-viana/bibliografia>, acesso em 26 de abr. de 2021.

primeiro livro, *Populações Meridionais do Brasil*, foi publicado ainda em 1920 e sua aceitação se deu de forma rápida. Em passagem bastante conhecida, Capistrano de Abreu afirmava que “ao final da década de 1920 Oliveira Viana grassava” (CARVALHO, 1991, p. 82). Seu sucesso é explicável tão somente pelas próprias teses e pelo contexto em que se inseria, dado que seus hábitos, segundo José Murilo de Carvalho, eram quase monásticos, evitando aparições públicas e espaços relacionados aos ambientes de poder. Mesmo estando tão próximo de grandes líderes políticos, Viana não tirou proveito pessoal disto, caracterizando-se como um homem público, “aquilo que acusava os brasileiros de não serem” (CARVALHO, 1991, p. 83).

Os anos 1920 eram bastante favoráveis às teses trazidas pelo autor. O seu eugenismo ainda encontrava um meio disposto a recepcioná-lo. Seu elogio à centralização política e ao autoritarismo combinava com o ambiente de crise liberal vivenciado no mundo. E especialmente no Brasil, esse período é caracterizado por fortes críticas à Primeira República (1889-1930), não por acaso um período que se tornou amplamente conhecido como “República Velha”¹⁰. Nesse contexto, Oliveira Viana oferecia uma leitura histórica e mesmo um prognóstico possível de (re)organização político-social que o fizera merecedor de amplo reconhecimento quase imediato após a publicação de *Populações Meridionais*. Os anos 1930 representaram o auge da trajetória do autor, tanto pelo amplo alcance de suas ideias quanto pela possibilidade de atuação política junto ao governo Vargas (1930-1945), levando adiante algumas das suas propostas de organização institucional, notadamente o corporativismo, tratado mais adiante.

Compreender a recepção favorável à obra de Viana não significa, porém, negar a existência de críticas, mas sim compreender que, em seu conjunto, os diálogos e referências elogiosas as superaram em muito. Gildo Marçal Brandão (2002, p. 301) destaca que um dos poucos críticos ferozes de Viana foi Astrojildo Pereira. Seu texto *Sociologia ou apologética?*, escrito em 1929, contesta o argumento da inexistência da luta de classes no processo de formação social brasileiro presente em *Populações Meridionais*. A publicação do ensaio de Pereira, contudo, só se deu de fato em 1944 no

¹⁰ Heloísa Starling e Lilia Schwarcz sugerem tratar o período como Primeira República reconhecendo o tom pejorativo inscrito no termo República Velha. Apontando para os vícios sobretudo institucionais, mas reconhecendo também o protagonismo de importantes setores sociais, concluem: “melhor optar por primeira república. ‘Primeira’, pois teve o protagonismo do início (para o bem e para o mal) e porque ensinou novas e múltiplas formas de exercício da cidadania.” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 350).

livro *Interpretações*. A essa altura o contexto político e intelectual já sofrera mudanças consideráveis.

Os anos 1930 foram marcados pelo surgimento de outras grandes obras do pensamento político e social brasileiro, notadamente com as contribuições de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior¹¹. Embora muitos desses autores se beneficiem da leitura histórica de Viana e com ela dialoguem, progressivamente abre-se um horizonte de crítica ao autor. Não só as suas proposições autoritárias, fortemente associadas à experiência varguista, mas também as suas leituras eugenistas vão aos poucos se tornando obsoletas.

Nos anos 1940, as transformações políticas também passam a compor esse cenário com a derrota do nazifascismo, bem como o retorno de democracias liberais em diversos países, incluindo o Brasil do pós-1945. Esse conjunto de mudanças faz com que em 1949, quando do lançamento de *Instituições Políticas Brasileiras*, aclamada por José Murilo de Carvalho (1991) como sendo a maior daquela década, a obra já não fosse recebida com tanto entusiasmo pelo público. As inúmeras mudanças conjunturais levaram à perda de prestígio de Viana. O próprio conteúdo do seu livro também sofreu mudanças: suas teses raciais, embora não fossem revisadas, não mais apareciam com tanta centralidade.

Os anos seguintes representariam um aprofundamento ainda maior nas críticas e o abandono de Oliveira Viana como um interlocutor almejado. Mesmo autores que se valeram de certas categorias inauguradas por Viana preferiram evitar a referência direta a sua obra, citando-o apenas indiretamente¹².

Ângela de Castro Gomes indica que a partir dos anos 1950 havia na crítica ao autor a conjunção de dois aspectos que pouco a pouco iam perdendo espaço no debate intelectual: o autoritarismo e o ensaísmo. Assim, a rejeição de “Oliveira Vianna como autor e ator relevante para o pensamento social brasileiro vai se forjando ao longo dos anos 1950, em boa parte como uma afirmação dos meios universitários contra o ensaísmo

¹¹ No capítulo seguinte é feita uma discussão específica com a obra de Caio Prado Júnior e reserva-se espaço maior para uma discussão acerca do que representou a geração dos anos 1930.

¹² Mencionamos no capítulo anterior a percepção de Brandão (2005, p. 257) de que autores como Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Oliveiros S. Ferreira fizeram importantes análises sobre o processo de formação social brasileiro se beneficiando de uma série de categorias analíticas de Viana, embora ignorem ou não explicitem o quanto essas análises são tributárias ou confluentes com as do autor fluminense. O mesmo vale para Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior.

e o autoritarismo, nele indissociáveis” (GOMES, 2010, p. 210). Além disso, a mudança no próprio debate racial e o enfraquecimento de propostas eugenistas como evidência, dentre outros textos, a publicação de *Casa Grande & Senzala*, certamente também contribuíram para essa perda de espaço. Para José Murilo de Carvalho também o período do regime militar teria contribuído para essa rejeição.

O regime militar agravou a reação, pois, para muitos, sua ideologia fundava-se na visão de Brasil e na proposta política do sociólogo fluminense. Xingar Oliveira Viana tomou-se, então, um dos esportes prediletos dos intelectuais de esquerda ou mesmo liberais. Os rótulos acumularam-se: racista, elitista, estatista, corporativista, colonizado, nas críticas mais analíticas; reacionário, quando a emoção tomava conta do crítico. Oliveira Viana foi mandado aos infernos (CARVALHO, 1991, p. 81).

A partir disso, torna-se possível compreender a proposta de Lúcia Lippi (1993), dividindo a recepção da obra de Viana em três momentos. Inicialmente, nos anos 20, quando a obra do autor foi muitíssimo bem recebida. Depois, os anos 50 marcariam o período em que fora mandado ao inferno, nos termos de José Murilo de Carvalho. A partir dos anos 70, porém, haveria uma retomada desses trabalhos (cf. BRESCIANI, 1973; DINIZ e LIMA, 1971; MEDEIROS, 1978; PAIVA, 1976). Um desses trabalhos, o de Wanderley Guilherme dos Santos (1967), foi pioneiro em recuperar a obra de Oliveira Viana identificando nela uma tradição importante do país. A partir do seu resgate se desenvolveu ampla polêmica com Bolívar Lamounier e, décadas mais tarde, seguiria sendo revisitada por importantes intelectuais.

O início dos anos 1990, no entanto, acentua o movimento de resgate da obra de Viana. Como mencionamos anteriormente, José Murilo de Carvalho (1991) foi um dos pesquisadores que se propôs a visitar Viana no inferno a que este havia sido relegado. No mesmo ano, Luiz Werneck Vianna publicou pela *Revista Dados* artigo em que analisa a polêmica de Oliveira Viana com Tavares Bastos (1991). Em 1993, Elide Bastos e João Moraes organizaram importante obra em que são reunidos diversos trabalhos sobre o autor, incluindo os anteriormente publicados de José Murilo de Carvalho e Werneck Vianna, bem como o já mencionado de Lucia Lippi de Oliveira (1993).

A partir de então, Oliveira Viana passou a ser visto como um dos mais importantes intelectuais do início do século XX, merecendo esforços consideráveis de análise de seus textos e constando nas principais obras que pretendem apresentar os grandes pensadores nacionais (cf. BRANDÃO, 2007; LYNCH, 2016a; MOTA, 2002; REIS, 2006). O resgate

de suas teses, no entanto, não se deu de forma homogênea. Diferentes aspectos são enfatizados por diferentes pesquisadores, de tal modo que não é simples atribuir a Oliveira Viana um único traço característico. Alguns dos aspectos críticos comuns no período em que Viana fora enviado ao inferno também desapareceram ou perderam força na crítica ao autor. Nesse sentido, chama a atenção que as construções permeadas de racismo e eugenia tenham sido colocadas em segundo plano, relevadas pelas contingências do contexto, predominando uma tentativa de compreender isoladamente o pensamento político do autor.

Nos parágrafos abaixo faz-se uma breve análise das diferentes formas pelas quais alguns dos principais estudiosos de Oliveira Viana perceberam o teor de suas proposições políticas. Trata-se de tarefa bastante árdua, permeada por debates internos bastante ricos. Faz-se aqui apenas uma rápida apresentação dessas interpretações, sendo elas retomadas novamente ao final do capítulo.

A controversa recepção da obra de Viana

Diante da difícil tarefa de sintetizar e categorizar o pensamento de Oliveira Viana, parece útil perceber as próprias pistas fornecida pelo autor. Ao longo de toda sua obra, há uma preocupação central: compreender a realidade social para formular soluções políticas que sejam compatíveis com ela. Para o autor, um dos grandes problemas políticos do Brasil estaria na insistência em importar ideais estrangeiros que não possuem qualquer correspondência com a realidade social nacional.

Aos teóricos que insistiram nesse caminho, Oliveira Viana denominou “idealistas utópicos”. Seriam eles autores que não compreenderiam a realidade social, apenas acreditando que as constituições e as instituições artificialmente impostas criariam novas realidades. Para o autor, o caminho haveria de ser o inverso: o desenho institucional precisaria ser construído a partir da estrutura organicamente já existente. Assim, ele oferecia um idealismo orgânico contra o idealismo constitucional.

Essa perspectiva levou Oliveira Viana a compreender a história brasileira, muito especialmente o século XIX, a partir da importância central da Monarquia. Para ele, essa foi a grande instituição capaz de criar efetivamente a nação e, nos momentos em que o poder central esteve frágil, o projeto nacional viu-se sob forte risco de dissolução. Nesse

sentido, tem-se também um pensador identificado com o regime monárquico, ao menos no que se refere ao legado do reinado de D. Pedro II. Como intelectual capaz de compreender a realidade orgânica e, por isso, entender a importância da monarquia para o país, indica alguns dos pensadores que já haviam construído ideias próximas às suas. Reconhece como reacionários¹³ audazes que não se deixaram levar pelo entusiasmo da liberdade e da democracia nomes como Olinda, Feijó, Bernardo de Vasconcelos, Evaristo, Paraná, Eusébio, Itaboraí, Caxias e Uruguai (VIANA, 2005, p. 405).

Dentre seus contemporâneos, chama a atenção a proximidade com os pensamentos de Alberto Torres, tendo sido ele, a seu tempo, quem maior influência exerceu sobre Viana. Alguns pesquisadores apontam, inclusive, que o contato com Torres teria sido responsável por um deslocamento em seu pensamento, catalisando a sua filiação aos ideais autoritários (BRASIL JR., 2007)¹⁴. A solução autoritária inicialmente aparece atrelada à defesa da monarquia e, depois, estará associada à construção de um modelo corporativista.

A sua categorização como autoritário, no entanto, é objeto de debate. Há consideráveis divergências sobre as similaridades de Viana com outros pensadores marcadamente autoritários, tais quais Francisco Campos, Azevedo Amaral e até mesmo o supracitado Alberto Torres¹⁵. Para alguns pesquisadores, apesar de pontos de contato, haveria divergências significativas, merecendo nova caracterização.

Em 1978, empenhado em apresentar as diferentes vertentes do liberalismo no Brasil, Wanderley Guilherme dos Santos (1978) atribuiu ao pensamento de Viana uma caracterização extra: tratar-se-ia de um autoritarismo instrumental. Com essa definição deu, pois, maior centralidade aos muitos elogios feitos por Viana à experiência de organização política anglo-saxônica, mas que, por outro lado, compreendeu a impossibilidade de se importar esse arcabouço institucional para o Brasil, dada as suas precárias condições sociais. Haveria uma diferença profunda entre a formação histórica

¹³ A denominação “reacionários” é dada pelo próprio Viana.

¹⁴ Brasil Jr. investiga alguns escritos em jornais de Oliveira Viana ainda no começo dos anos 1910, indicando ser o autor um liberal bastante convicto. A mudança em suas formulações teria se dado, provavelmente não por coincidência, após o contato com Alberto Torres e sua obra.

¹⁵ Embora não se dedique com maior profundidade a esse aspecto específico, Vanilda Paiva (1976) percebe em Viana uma leitura racial consideravelmente distinta daquela de Torres, o que permite pensar mesmo a diferenciação entre esses dois autores, apesar da inegável contribuição do pensamento de Torres para a obra de Viana.

brasileira e aquela percebida na Europa e na Inglaterra, em especial. Para resolver esse problema, o autoritarismo apareceria como caminho rumo ao processo de modernização, trazendo consigo um aspecto instrumental capaz de permitir o desenvolvimento futuro das instituições liberais no país. Paradoxalmente, seria necessária uma experiência antiliberal para tornar possível o estabelecimento do liberalismo. Segundo essa categorização, Viana não seria um autoritário *tout court*, embora estivesse também em clara oposição aos liberais doutrinários. Destaca que, em sua visão,

o Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal. Em outras palavras, seria necessário um sistema político autoritário para que se pudesse construir uma sociedade liberal (SANTOS, 1998, p. 34).

Embora se diferencie profundamente dos liberais doutrinários, esse modelo também se diferenciaria de outros projetos autoritários em função do seu aspecto transitório. Essa transitoriedade estabeleceria uma “linha divisória entre o autoritarismo instrumental e outras propostas políticas não democráticas” (SANTOS, 1998, p. 46). Tal diferença levaria Santos a categorizar Viana de forma diversa de autores marcadamente autoritários, como Francisco Campos e Azevedo Amaral.

A proposta de Santos, porém, é objeto de muitas críticas. Uma das mais severas certamente é feita por Bolívar Lamounier. Embora reconhecendo as divergências internas entre os autoritários, apontava o autor justamente para o valor de interpretá-los em função de uma dimensão implícita em comum que seria o “momento formativo de uma ideologia autoritária”, formando propriamente uma ideologia de Estado. Nesse sentido, Lamounier (1977) trata de Viana conjuntamente à análise de Alberto Torres, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

De modo ligeiramente distinto, Luiz Werneck Vianna ressalta a existência, em Oliveira Viana, de um elogio da herança ibérica, mas não a recusa absoluta do moderno. O caminho passaria por atingir a cultura moderna passando por cima da etapa liberal a partir da invenção de uma nova ordem social (1993, p. 391).

José Murilo de Carvalho também diverge da interpretação proposta por Santos, considerando inapropriado buscar um fundo liberal nas proposições de Viana, visto que o conceito de boa sociedade dele não seria o das sociedades anglo-saxônicas, mas o de uma sociedade pré-capitalista. As bases de seu pensamento não seriam encontradas no

liberalismo internacional, mas justamente nos construtores da ordem monárquica, com a defesa do mundo rural, o culto à terra e aos valores domésticos patriarcais.

As críticas e discussões acerca da melhor forma de categorizar o pensamento de Viana seguiram atravessando o trabalho de diversos autores. Mais recentemente, Antônio Brasil Júnior, descolando-se dos demais leitores, tem preferido apontar para as muitas tensões entre diferentes vinculações referenciais ao longo da trajetória de Viana. Assim, mais que pensar a conjugação do liberalismo, do iberismo e do autoritarismo em seu pensamento, seria importante perceber como, em diferentes momentos, cada uma dessas ideias obteve maior força. Em direção semelhante vai também Fernanda Xavier da Silva (2015) em *As quatro faces de Oliveira Viana*, demonstrando diversos aspectos da sua obra e como foram recepcionados por diferentes pesquisadores.

Há, contudo, ainda outros esforços de categorização do pensamento de Oliveira Viana que não estão tão bem contemplados em nenhuma dessas leituras. Trata-se da concepção que compreende o autor como um teórico corporativista.

Superando as discussões sobre o caráter instrumental do autoritarismo, bem como o suposto iberismo de Viana, Ronaldo Teodoro dos Santos defende haver na obra do pensador fluminense uma construção teórica que melhor se explica a partir do corporativismo, especialmente em sua relação com o corporativismo forjado no interior da Igreja Católica¹⁶. Para Santos, o autoritarismo teria como um de seus traços a dissociação da ação do Estado em relação à sociedade, apresentando-se como um regime em que as decisões seriam tomadas de cima para baixo. Destacando o diagnóstico de Viana, para quem “a sociedade existe, encerra forças incoercíveis e incompreensíveis, com que o Estado, apesar da sua onipotência atual, tem que contar se não quiser fracassar nas suas tentativas de reforma ou de transformação da sociedade” (VIANA, 1943, p. 243-44, *apud* Santos, 2014, p. 72), Ronaldo Santos defende que Viana não propõe o arbítrio unilateral do poder público, sendo este também caracterizado pelo diálogo e tentativa de resgate da “cultura imanente ao povo brasileiro”.

¹⁶ Em sua tese, Ronaldo Teodoro investiga o comportamento corporativo no Brasil, apontando suas relações com o processo de mercantilização da saúde. Ao verificar as raízes do corporativismo, o autor aponta para sua conexão com a Igreja Católica, traduzido especialmente pela Doutrina Social da Igreja. O corporativismo de Oliveira Viana estaria também fortemente relacionado a essa construção.

Assim, em alguma medida a autoridade do Estado também seria firmada a partir do reconhecimento do povo, indicando os limites de uma atuação que fosse independente da sociedade e apontando para a limitação da sua categorização como autoritário (SANTOS, 2014, p. 72).

O ‘Legislador’ de Oliveira Vianna, apesar de “tecnicamente iluminado”, não goza do virtuosismo institucional que muitos analistas lhe imputam, uma vez que seus pressupostos teórico-metodológicos tensionam o entendimento que toma o tecido societário como um resultado exclusivo da ação estatal” (...) está presente no autor a busca de uma construção nacional, subsidiada por uma transformação processada também no plano do comportamento moral e cívico. Neste sentido, ao tomar a ‘cultura popular’ como premissa, o desenho institucional que daí resulta passa a ser justificado como parte de um diálogo “orgânico” com essa realidade sociocultural. Por tais vias, o corporativismo não seria pura exterioridade epistemológica, por resultar de uma situação objetiva, assim como a democracia estava para as tradições dos povos europeus (SANTOS, 2014, P. 72-73).

Nos diversos trabalhos que têm buscado compreender o corporativismo e o neocorporativismo (cf. CARDOSO, 2011; GENTILE, 2019; VANNUCCHI, 2019a, 2019b), Oliveira Viana emerge como um dos principais pensadores que deu início às articulações dessas propostas no Brasil. Dentre os autores que têm percebido Viana como parte de uma tradição corporativista, merece destaque a construção de Ângela de Castro Gomes.

Para a autora, Viana estaria inserido em um contexto em que a questão central não residia mais em apenas apontar a existência de condições adversas à vigência do modelo de Estado Liberal. O autor iria além e afirmaria mesmo a impossibilidade e indesejabilidade desse arcabouço institucional (GOMES, 2010, p. 213). Nesse sentido, Gomes se dissocia claramente de visões que percebem a obra de Viana como autoritária instrumental.

O corporativismo deveria, pois, ser constituído com o intuito de abandonar o arcabouço institucional da Primeira República, sustentado sobre o “velho princípio de separação dos poderes, que vinha sendo criticado e transformado pelo conceito germânico de harmonia entre poderes” (GOMES, 2010, p. 221). A nova “democracia” que surgia negava a ideia de sociedade fundada pelo dissenso e apontava para a necessidade de unidade em todos os aspectos, tanto político, econômico, social e moral (GOMES, 2010, p. 222). Esse novo modelo produzia a forte identificação entre Estado e nação, concentrando a autoridade na figura do Presidente e eliminando os corpos intermediários, percebidos como desagregadores, promotores de interesses particularistas. A exceção é

feita às representações corporativas que cumpririam função de especialização técnica (GOMES, 2010, p. 222-223).

Sistema presidencial fortalecido e projeto corporativo se transformariam em elementos centrais para estabilização política e para o desenvolvimento econômico. Gomes (2010, p. 225) chama a atenção para a “complexidade do novo arranjo institucional, que articulava o público e o privado em uma fórmula que procurava solucionar a tensão constitutiva das relações entre Estado e sociedade no Brasil, vencendo o ‘insolidarismo’ que havia sido a nossa marca de origem”.

Na visão da autora, o Estado que se forma no Brasil a partir dos anos 30 poderia ser concebido tanto a partir do processo de ‘modernização’ de tradições personalistas caros à sociedade brasileira como também seria uma afirmação do poder público, através de uma burocracia (impessoal e técnica) e de um modelo alternativo de representação (GOMES, 2005, p. 107). A construção de Gomes, a nosso ver, recusa menos a identificação de Viana como autoritário, indicando que o corporativismo era também uma *engenharia política* para a implementação de um projeto autoritário (GOMES, 2005, p. 109).

A compreensão de Viana como pensador corporativista produz ganhos analíticos importantes, embora se destaque a relevância de não a utilizar como forma de negar ou escamotear o caráter autoritário que atravessa suas proposições. Há, ainda, outros aspectos pouco tematizados nas recepções da obra de Viana que merecem ser melhor explorados, notadamente o desaparecimento de suas proposições eugênicas do conjunto da análise do seu pensamento político.

Antes, porém, de seguir dialogando com as diversas recepções da obra de Viana, cumpre investigar em detalhe a sua interpretação da estrutura social e compreender o impacto produzido por ela no conjunto do seu pensamento. Se há amplas discussões acerca dos seus prognósticos e de qual seria o seu projeto de país, bem como a melhor forma de categorizá-lo, há confortável convergência no que diz respeito à sua leitura da formação social brasileira, especialmente no que diz respeito ao seu diagnóstico do insolidarismo. Na próxima seção, pois, se aprofunda um pouco mais nas investigações acerca do pensamento social de Viana.

Ao investigar em detalhe a leitura de sociedade de Oliveira Viana, tal e qual se fará com demais autores ao longo desta tese, pretende-se demonstrar como a sua interpretação da estrutura social brasileira, fortemente marcada pela ideia de incapacidade popular, estará na base das controversas proposições políticas do autor.

A LEITURA DE SOCIEDADE EM VIANA

Como antecipado na sessão anterior, a leitura de sociedade consiste em tema menos controverso da obra de Viana. Não significa, porém, que seja livre de divergências. Nas linhas abaixo se fará uma análise ampla desse tema, especialmente a partir de sua obra *Populações do Brasil Meridional*. Dentre os assuntos controversos será abordado o aspecto racial que atravessa sua obra. Trata-se de elemento que consideramos indissociável de sua visão do que seria a sociedade brasileira, seus problemas e potenciais. Essa percepção, no entanto, diverge de alguns dos seus leitores que buscam compreender sua obra sem discutir propriamente as suas teses raciais.

Considerando que não é possível dissociar o eugenismo do autor do conjunto de sua obra, propõe-se a seguir um esforço de síntese da leitura de sociedade que emerge na própria obra do pensador fluminense. Na seção seguinte, analisar-se-á o pensamento político de Viana, pensando-o também a partir da sua relação com a estrutura social abaixo apresentada.

O matuto formador da nacionalidade

A proposta inicial da obra de Viana parte de um diagnóstico da impossibilidade de se falar abstratamente em um Brasil. Ele compreende que, mesmo se tivéssemos uma origem étnica comum, não seria possível um olhar homogeneizante. Para Viana, é preciso, ao menos, compreender três histórias diferentes: a do sertanejo, dos sertões, ao norte; do matuto, das matas, no centro-sul; do gaúcho, dos pampas, no extremo sul (VIANA, 2005, p. 52). Em sua visão, esses três ‘tipos’ traduziriam as diferenças marcantes da formação social nacional. O conjunto dessas investigações não caberia em um único livro, razão pela qual se propunha três volumes distintos. Na edição inicial de 1920, porém, constava apenas a análise da “formação das populações rurais do centro-sul (paulistas-fluminenses-mineiros)”. Apenas décadas mais tarde o segundo volume,

tratando do campeador rio-grandense, viria a ser publicado, já em um contexto amplamente desfavorável às ideias de Viana. A obra sobre as populações setentrionais do Brasil, em que o sertanejo nordestino assumiria papel central, por sua vez, não chegou a ser escrita¹⁷.

Assim, o estudo de Viana acerca da população brasileira que se transformou efetivamente em um livro central e amplamente conhecido foi seu estudo sobre a população do centro-sul que será também analisado de forma privilegiada aqui neste capítulo. Ademais, o próprio autor alertava para o fato de que o peso da massa social do centro-sul seria maior e que o gaúcho e o sertanejo, “ambos de formação pastoril, são tipos muito regionais, localizados em zonas limitadas e cuja história tem um campo de ação restrito às raias do seu habitat gerador” (VIANA, 2005, p. 53). E reforça ainda que

São, realmente, os homens saídos dos chapadões do centro-sul, e não os saídos do norte e do extremo-sul, os que, depois de 1822, carregam as maiores responsabilidades na organização e direção da nacionalidade e dão maiores contingentes ao escol que dirige o país durante os dois Impérios (VIANA, 2005, p. 54).

Viana elucida desde o princípio de *Populações...* um dos elementos que atravessa toda sua argumentação: a ideia de que “o passado vive em nós, latente, obscuro nas células do nosso subconsciente.” (VIANA, 2005, p. 49). Esse entendimento é central para o autor no sentido de levá-lo a analisar como se comporta, como pensa e vive a população brasileira. No Brasil, nação portadora de história tão curta, viria incidir com ainda mais força o peso dessa história nos modos de organização da sociedade. Tudo o que conhecemos pela história seriam, na verdade, aspectos bem recentes da formação social nacional. A própria periodização feita pelo autor faz reforçar essa característica: refere-se ao Século XVI como sendo o Século I, o século XVII como Século II e assim sucessivamente. O uso dessa cronologia, a um só tempo, reforça a ideia de Viana acerca da diminuta história nacional e antecipa ao leitor atento a (não) importância dada pelo pensador aos povos originários no processo de formação social nacional.

¹⁷ Em *Populações...*, no entanto, Viana não deixa de transmitir suas impressões acerca do sertanejo e do gaúcho. Os gaúchos seriam um tipo combativo, de índole impetuosa. Suas características seriam explicáveis por sua composição racial e também pelo *habitat* adequado (as planícies ilimitadas) e pela proximidade com o estrangeiro, causadora de longas guerras (VIANA, 2005, p. 347). O caboclo do Nordeste, por sua vez, protegido pela caatinga, seria portador de “índole intrépida”, “natureza primitiva” e “instintos selvagens” (VIANA, 2005, p. 347).

O foco na população rural é justificado por Viana devido ao seu predomínio no processo de formação nacional. O urbano consistiria em parte subordinada ao rural, não conformando um novo tipo social. O esforço de compreensão do Brasil rural é enunciado pelo próprio autor como sendo uma tarefa inovadora. Tratar-se-ia de forças sociais que possuem grande peso na formação de nossa civilização e não poderiam permanecer, como estariam, “esquecidas até agora pelos nossos publicistas, historiadores e estadistas”. Seria, pois, “tempo de fazer justiça a essas gentes obscuras do nosso interior, que tão abnegadamente construíram a nossa nacionalidade e ainda mantêm na sua solidez e na sua grandeza” (VIANA, 2005, p. 56)¹⁸.

O caráter inovador de suas investigações faria mostrar aos grandes líderes políticos que a visão que possuem dos nossos problemas seria deturpada pelo fascínio que têm com o movimento democrático da Revolução Francesa e com o espírito liberal percebido nas instituições da República Americana. Seu texto demonstraria, “no confronto com os grandes povos” que há “muitas *deficiências* da nossa organização social e política” (VIANA, 2005, p. 56-57, grifo nosso). Para o autor seria necessário aceitar as verdades cruéis ou dolorosas para corrigi-las, afastando quaisquer romantismos ou interpretações ficcionais amáveis da realidade nacional (VIANA, 2005, p. 58).

A assertividade do diagnóstico abriria, pois, espaço para a devida correção. Sairíamos de um completo desconhecimento da realidade e tomaríamos consciência da nossa real situação. A partir daí, seria possível tomar decisões assertivas, capazes de educar e corrigir as deficiências que marcam esse corpo social. Dito de outro modo, o diagnóstico da deficiência social vem seguido de uma proposta de atuação capaz de corrigir esse problema. Tal correção seria urgente diante de um cenário em que as teorias (pseudo) científicas apontavam para o caminho inevitável do desaparecimento das raças inferiores e predomínio de outras superiores. No contexto desses estudos, estaríamos caminhando rumo à nossa própria eliminação.

Há um século estamos sendo como os fumadores de ópio, no meio de raças ativas, audazes e progressivas. Há um século estamos vivendo de sonhos e ficções, no meio de povos práticos e objetivos. Há um século estamos cultivando a política do devaneio e da ilusão diante de homens de ação e de

¹⁸ Sobre isso, é curioso notar que, embora Viana assuma como sua a missão de fazer justiça ao povo do interior que esteve oculto dos grandes estudos, esse seria um esforço que ganharia força durante os anos 1910 e principalmente a partir dos anos 1920. O próprio Alberto Torres, inspirador de Viana, bem como o movimento modernista trariam à tona essa preocupação. Alguns anos depois, a obra de Gilberto Freyre faria mergulho profundo nesse universo. Sobre isso, cf. PAIVA, 1976.

prea, que, por toda parte, em todas as regiões do globo, vão plantando, pela paz ou pela força, os padrões da sua soberania (VIANA, 2005, p. 58).

Mas, afinal, qual seria então essa formação social brasileira? Na construção de Viana há uma importante divisão. De um lado, a análise das classes dominantes, notadamente a aristocracia rural. De outro, as camadas inferiores, plebeias, majoritariamente mestiças, e escravas, negras.

Aristocratas, plebeus e escravos

Iniciando pela descrição da aristocracia rural, Viana destaca fortemente Pernambuco e São Paulo como espaços em que se desenvolveram padrões aristocráticos repletos de luxo e riqueza. Os traços étnicos seriam também similares, sendo ambas portadoras da mesma civilização, com membros altamente cultos e instruídos, mantendo tratamento fidalgo entre si (VIANA, 2005, p. 67). Assim, e até de modo surpreendente, a colônia teria visto nascer uma aristocracia extremamente refinada. Oriunda tanto de Portugal como da Espanha, essa classe colonial seria capaz de fazer inveja às encontradas nas metrópoles.

Pela elevação dos sentimentos, pela hombridade, pela altivez, pela dignidade, mesmo pelo fausto e fortuna que ostentam, esses aristocratas, paulistas ou pernambucanos mostram-se muito superiores à nobreza da própria metrópole. Não são eles somente homens de cabedais, com hábitos de sociabilidade e de luxo; são também espíritos do melhor quilate intelectual e da melhor cultura. Ninguém os excede nos primores do bem falar e do bem escrever. Sente-se na sua linguagem ainda aquele raro sabor de vernaculidade, que na Península parecia já haver-se perdido (VIANA, 2005, p. 69).

Haveria, contudo, uma diferença bastante relevante. Se a Europa presenciaria uma considerável força centrípeta, atraindo as classes superiores para as cidades, na colônia haveria uma força centrífuga, “impelindo essas classes para os campos e o seu rude isolamento” (VIANA, 2005, p. 70). Assim, portanto, as classes nobres tendem pouco a pouco a irem para a área rural da colônia. E embora esses grupos inicialmente encarem essa situação como uma desclassificação, Viana adverte tratar-se de uma incompreensão. “A verdade é que este retraimento significa apenas que a vida social dos colonizadores do Brasil se está organizando, diferenciando e adquirindo uma fisionomia própria” (VIANA, 2005, p. 74). Nesse processo, não seria mais possível manter os traços nobiliárquicos, dada a incompatibilidade destes com as atividades econômicas e com o meio rural, de forma geral.

Mesmo as cidades auríferas que surgem e ganham notória relevância no século III da colonização teriam, segundo Viana, existência efêmera, sendo rapidamente absorvidas pelo oceano rural. Esse processo de ruralização se desenvolveria ao longo de três séculos, completando-se no século IV, quando para Viana, já estaria completa. “Quando se faz a Independência, o elemento autenticamente fidalgo já rareia na sociedade e no governo. Nos dois Impérios, os elementos dominantes na política e na Corte são já, como veremos, na sua quase unanimidade, homens de pura formação rural” (VIANA, 2005, p. 77).

Assim, analisando os impactos do meio colonial na formação da aristocracia e verificando seu impacto após séculos de conformação, Viana conclui que não haveria mais o instinto urbano (VIANA, 2005, p. 79). Nesse ponto, vale destacar, não percebe qualquer aspecto depreciativo, trata-se apenas da constatação da existência de outra cultura, outros hábitos e valores formados na América. Os traços tipicamente rurais não teriam retirado dessa aristocracia brasileira os seus aspectos mais admiráveis. Em parte, isso se explicará também pelo aspecto racial: oriundos de uma raça superior, mesmo com as mudanças importantes percebidas no contexto, o sangue ariano ainda teria papel central na compreensão dessa aristocracia.

Esse grupo, segundo Viana, teria ficado a maior parte do tempo alijado do poder político nacional. Apenas com a vinda da corte passam a se contrapor às outras duas classes recém instituídas: lusos transmigrados e mercadores que se fortaleciam após a abertura dos portos. Do conflito entre a nobreza das fazendas, “medularmente brasileira”, e os outros grupos se faz a Independência. Em síntese, a Independência representaria a “derrota do elemento estrangeiro, representado no fidalgo adventício ou no luso comerciante; triunfo completo do elemento nacional, representado principalmente na alta nobreza fazendeira.” (VIANA, 2005, p. 92). Essa nobreza rural seria o núcleo central para se compreender a história nacional.

Dela parte o movimento pastoril e agrícola do I século. Dela parte o movimento sertanista do II século. Dela parte o movimento minerador do III século. Nela se apoia o movimento político da Independência e da fundação do Império. Centro de polarização de todas as classes sociais do País, a sua entrada no cenário da alta política nacional é o maior acontecimento do IV século (VIANA, 2005, p. 93).

Como visto acima, para Viana a classe aristocrática possuiria hábitos louváveis e carregaria consigo as qualidades mais instintivas e estruturais originárias da península ibérica. Em contraste, porém, nas camadas plebeias haveria a “profusa mistura de sangue

bárbaros” que seria responsável por provocar uma “desorganização sensível na moralidade dos seus elementos componentes” (VIANA, 2005, p. 98).

Viana observava que, em parte pela herança lusa, mas principalmente em decorrência do insulamento dos latifúndios, a instituição da família se tornou a “mais bela escola de educação moral do nosso povo”¹⁹ (VIANA, 2005, p. 100). Essa instituição, porém, praticamente inexistiria nas camadas plebeias,

o princípio dominante da sua formação é a mancebia, a ligação transitória, a poliandria difusa – e essa particularidade de organização enfraquece e dissolve o poder do pater-famílias. Daí ter a nossa família plebeia, em contraste com a família fazendeira, uma estrutura instabilíssima. Dessa instabilidade e dessa dissolução da autoridade paterna é que provém a maior parte das falhas morais do baixo povo dos campos (VIANA, 2005, p. 100)²⁰

Aqui, no que diz respeito às comparações feitas por Viana com os povos europeus, emerge uma diferença importante. O sentimento de decoro pessoal seria exclusivo da alta classe agrícola. Se, na península, esse elemento estaria também presente nos grupos camponeses, no Brasil não seria encontrando em suas “camadas inferiores”. Afirma o autor que “o elemento mestiço, que prepondera na plebe rural, não prima de modo algum pela respeitabilidade (VIANA, 2005, p. 104).

Como se vê, para Viana a elite rural brasileira é herdeira da elite portuguesa, tendo inclusive a aprimorado em alguns aspectos. Por outro lado, a plebe rural seria uma versão degenerada dos camponeses peninsulares. Isso se daria, em grande medida, por efeito da própria miscigenação. Há em toda a obra do autor uma construção abertamente demofóbica cuja sustentação está nas bases raciais do seu pensamento. Voltaremos a tratar desse tema em detalhe adiante.

¹⁹ Esse entendimento acerca da centralidade da família patriarcal na formação da nação é um dos vários aspectos do pensamento de Oliveira Viana que viriam a ser incorporado por autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

²⁰ Digno de nota também o elogio feito por Viana ao patriarcalismo: “Na alta classe rural, o contrário. É imensa a ação educadora do pater-famílias sobre os filhos, parentes e agregados, adscritos ao seu poder. É o pater-famílias que, por exemplo, dá noivo às filhas, escolhendo-o segundo as conveniências da posição e da fortuna. Ele é quem consente no casamento do filho, embora já em maioridade. Ele é quem lhe determina a profissão, ou lhe destina uma função na economia da fazenda. Ele é quem instala na sua vizinhança os domínios dos filhos casados, e nunca deixa de exercer sobre eles a sua absoluta ascendência patriarcal. Ele é quem os disciplina, quando menores, com um rigor que hoje parecerá bárbaro, tamanha a severidade e a rudeza. Por esse tempo, os filhos têm pelos pais um respeito que raia pelo terror. Esse respeito é, em certas famílias, uma tradição tão vivaz, que é comum verem-se os próprios irmãos cadetes pedirem a bênção ao primogênito. Noutras, as esposas chamam “senhor” aos maridos, e esses, “senhoras” às esposas.” (VIANA, 2005, P. 116).

Outro aspecto que cumpre papel importante na leitura de sociedade feita por Viana é o predomínio da grande propriedade, elemento inibidor de outras atividades na colônia. O latifúndio, a imensidão territorial e as características climáticas não permitiriam, segundo ele, o surgimento de pequenos e médios proprietários, formando-se uma sociedade em que não há muitos espaços entre “a escravaria e a mestiçagem”. Tratar-se-ia dos “desclassificados” (VIANA, 2005, p. 120), por vezes também tratados como “agregados”, terminologia inaugurada por Viana e que terá vida longa nos estudos sobre a formação social brasileira²¹. Sobre esse grupo,

se diferenciam dos escravos pela sua origem étnica, pela sua situação social, pela sua condição econômica e pela sua residência fora da casa senhorial. São uma sorte de colonos livres. Diferem, porém, dos colonos propriamente ditos. (...) Esses agregados são moradores, ou foreiros. Habitam fora do perímetro das senzalas, em pequenos lotes aforados, em toscas choupanas, circundantes ao casario senhorial, que, do alto da sua colina, os centraliza e domina (VIANA, 2005, p. 125-6).

Embora inicialmente composta por uma importante camada de plebeus portugueses que migram para a colônia sem, contudo, terem acesso às sesmarias, destaca Viana que pouco a pouco essa plebe rural passa a receber contingentes mestiços advindos das fazendas. São grupos de origem completamente diversa.

São o transbordo das senzalas repletas, as récovas da escravaria, o sobejo da mestiçagem das fazendas. São os mamelucos. São os cafuzos. São os mulatos alforriados. Egressos do trabalho rural, esses mestiços repulantes fogem da servidão dos engenhos para a vida livre de colonato (VIANA, 2005, p. 129)²².

Um dos traços dessa mestiçagem seria a sua indisposição ao trabalho rural. O labor dos engenhos seria percebido como uma forma de nivelamento aos negros escravos, razão pela qual, segundo Viana, os mestiços não desejam trabalhar nem servir, encontrando-se em uma situação em que a estrutura econômico-social não lhe oferece grandes alternativas. O mestiço seria, assim, um desclassificado permanente, sendo repellido pelo “branco superior” e, ao mesmo tempo, ele próprio fugiria das classes inferiores. Ele viveria “numa sorte de equilíbrio instável, sob a pressão constante de forças contraditórias” (VIANA, 2005, p. 131).

²¹ Esse assunto será retomado no capítulo seguinte, ao tratar do pensamento de Caio Prado Júnior. Também voltaremos a ele no Capítulo 5, nesse caso retomando a obra de Adalberto Cardoso (2008; 2015) para contestar esse diagnóstico que foi recorrente na historiografia e no Pensamento Político Brasileiro.

²² Pedindo desculpas pelos excessos das citações, tratam-se muitas vezes de passagens bastante carregadas, cuja explicação pode cumprir o efeito de eufemizar o tom da narrativa.

Embora vista como inadaptada ao trabalho, essa mestiçagem será útil ao senhor na defesa do domínio rural. Formam um importante contingente associado ao senhor de terras. Dela sairá também os sertanistas e bandeirantes, com seus traços combativos e guerreiros. Assim, esse contingente de mestiços será responsável em parte pela defesa da propriedade rural e também permitirá a expansão territorial, levando a civilização rural a avançar pelo interior do território nacional (VIANA, 2005, p. 132-134).

Aqui também são evocados os aspectos raciais para explicar o caráter desse grupo. Embora, no geral, os mestiços sejam merecedores de tratamento depreciativo, haveria exceções em seu interior que permitiriam a Viana enxergar os bandeirantes como portadores de grande força, imaginação, coragem e vontade. Tratar-se-ia de um processo explicado por uma ‘lei da antropologia social’. É que, para Viana, apesar de mestiços, alguns desses bandeirantes descenderiam de uma porção mais eugênica da massa peninsular, herdando apenas suas características positivas.

Na sua espantosa energia e fortaleza moral, os caudilhos bandeirantes bem revelam quão poderosas foram essas reservas de eugenismo acumuladas nos primeiros séculos. Uma das primeiras razões para a concessão de sesmarias é, aliás, ter batido o índio, ou penetrado o sertão, ou lutado com o flibusteiro normando ou neerlandês. Como na idade média, a seleção se faz, na sociedade colonial do II e III séculos, pela bravura, pelo valor, pela “virtude”, no sentido romano da expressão (VIANA, 2005, p. 140).

Enquanto os mestiços formados a partir das misturas entre negros e indígenas leva à degradação, o sangue da classe branca tende a se preservar e, por vezes, onde se mistura, tende a purificar. Assim, enquanto boa parte dos mestiços se degradam “pela corrupção, pela miséria, pela ociosidade, pela poligamia intensa”, os bandeirantes “se conservam puros e estremos, mantendo, intactas, as qualidades nobres e heroicas da raça, que as lutas com o selvagem e a educação varonil do sertanismo endurecem e retemperam ainda mais” (VIANA, 2005, p. 140-1).

De grande complexidade, as numerosas bandeiras seriam compostas por uma pluralidade considerável de grupos sociais e raciais. O elogio às bandeiras, no entanto, sustenta-se sob a condução forte dos homens superiores que tudo resolvem em seu interior. O sucesso dessas expedições se explicaria pelo pulso forte e disciplinado de homens específicos que podem, inclusive, ser nomeados. Dentre outros, são eles: Afonso Sardinha, Pascoal de Araújo, Bartolomeu Bueno, Matias Cardoso, Antônio Raposo, Manoel Preto, Borba Gato, Fernão Dias e Domingos Jorge (VIANA, 2005, p. 146).

Pouco a pouco, esses bandeirantes se expandem pelo território nacional e se fixam, abandonando a vida nômade e pondo fim à atividade bandeirante. Esses líderes se estabelecem nas novas províncias com a mesma cultura aristocrática e carregando o sentimento de repulsa aos mestiços, guardando sua pureza étnica. Esse resguardo, segundo Viana, “vai ter sobre a nossa evolução nacional uma influência inestimável” (VIANA, 2005, p. 161). Essas aristocracias dificultariam, tanto quanto possível, que a “ralé colonial” tivesse acesso a terras. Isso porque o acesso a terras representaria a possibilidade de participação política, dada a estreita relação entre direito político e propriedade nesse período. Para Viana, é sob a ação seletiva de *tão salutareis preconceitos*, que se funda a nossa nobreza territorial ou fazendeira (VIANA, 2005, p. 164, grifo nosso).

A escassez do ouro de fácil extração e a carta régia de 1705 teriam levado a uma imigração intensa para a região das minas. Do conflito com a elite de origem bandeirante, sairia vencedora a “plebe de forasteiros” (VIANA, 2005, p. 166). A presença desses grupos de origem plebeia, no entanto, não produziu grande abalos àqueles aristocratas. Isso devido ao fato de que boa parte desses imigrantes seriam também brancos oriundos da península, “arianos puros, vindos do Minho e das duas Beiras, onde a irrigação celta, romana e goda supera o afluxo mourisco e donde saem os mais típicos representantes da raça lusa”. Nesse contexto, apesar da grande devastação provocada pela miscigenação sobre as classes inferiores, as classes superiores manteriam intactas “a pureza de sangue e a pureza de caráter” (VIANA, 2005, p. 166).

Seguindo na análise dos diferentes agrupamentos sociais nacionais, Viana dispensa atenção considerável ao tratar dos traços particulares dos mestiços. Diz das dificuldades que sobre eles incidiam para ascender socialmente. A regra à época da mineração seria bastante clara: o distintivo da nobreza, da superioridade social e moral seria o de ter a pele branca, provir de sangue europeu, não ter mescla com as raças inferiores, principalmente a negra (VIANA, 2005, p. 168). Ao aprofundar no tema, porém, indica que, no interior das “classes inferiores”, seria possível identificar uma diferenciação social considerável.

Para compreender melhor sua visão sobre os mestiços, porém, é necessário entender a compreensão do autor acerca da existência de distintos grupos negros, com diferenças mais profundas que aquelas encontradas entre franceses, espanhóis e

portugueses. As passagens abaixo sintetizam as muitas em que Viana diferencia os povos negros formadores do Brasil.

Tribos há de negros absolutamente indomesticáveis e incivilizáveis, de instintos selvagens, de mentalidade rudimentar, incapazes de qualquer melhoria ou ascensão. Outras revelam inteligência superior, capacidade progressiva, talentos artísticos, temperamento dócil, generoso e obediente: é o caso dos “egbas”, dos “iorubas”, dos “minas”. Outras há ainda de negros inteligentíssimos, vivazes, sagazes, arditos, mas de caráter pouco sólido, como os “angolas”. Certas tribos se caracterizam pela sua altivez e indomabilidade, pela sua índole agressiva e belicosa, como os “efãs” e os “haussás”. Os seus representantes se fazem os agentes principais das nossas insurreições negreiras e preferem, muitas vezes, a fuga ou o suicídio à servidão. (...) “é impossível confundir-se a fealdade típica dos “ijexás” com a beleza dos “egbas”, dos “fulos” e dos “minas”; a índole meiga e sociável destes com a ferocidade e a rudeza dos “efãs”; a varonilidade e a bravura dos “daomeanos” com a pouca integridade moral dos “angolas” e “geges” (VIANA, 2005, p. 168-169).

Assim, diante dessa pluralidade de povos negros sinteticamente apresentada acima, seria impossível também compreender um único grupo como produto dessa miscigenação: haveria uma pluralidade dentro do grupo dos mestiços, o que não permite identificar um só tipo “somato-psicológico” (VIANA, 2005, p. 169). O que se convencionou chamar de mulato seria, segundo o autor, o mulato inferior, degradado, fruto do cruzamento do branco com o negro inferior. Esse seria, digamos assim, o “mulato típico”. Mas não é só esse o tipo de mulato existente.

Há, porém, mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do País. São aqueles que, em virtude de caldeamentos felizes, mais se aproximam, pela moralidade e pela cor, do tipo da raça branca. Caprichos de fisiologia, retornos atávicos, em cooperação com certas leis antropológicas, agindo de um modo favorável, geram esses mestiços de escol. Produtos diretos do cruzamento de branco com negro, herdando, às vezes, todos os caracteres psíquicos e, mesmo, somáticos da raça nobre. Do matiz dos cabelos à coloração da pele, da moralidade dos sentimentos ao vigor da inteligência, são de uma aparência perfeitamente ariana (VIANA, 2005, p. 170-171).

E prossegue:

Em síntese: da mestiçagem dos latifúndios só a nata, a gema é que se incorpora – ou por meio de casamento, ou pela posse direta da terra nos novos núcleos – à classe superior, à nobreza territorial. Só os que se identificam com essa aristocracia rural pela similitude de caráter, de conduta e, principalmente, de cor, é que “sobem”. Os mestiços inferiores, os menos dissimuláveis, os facilmente reconhecíveis, os estigmatizados – os “cabras”, os “pardos”, os “mulatos”, os “fulos”, os “cafuzos”, estes são implacavelmente eliminados (VIANA, 2005, p. 172).

Viana dialoga com extensa pseudoteoria²³ que busca explicar a dinâmica das raças no interior dos processos de miscigenação. O predomínio de uma raça sobre outra, bem como o retorno a uma raça original, dependeria de uma série de fatores. Diz, por exemplo, que, quando os cruzamentos surgem da fusão de raças muito distintas, há um caráter degenerescente, tendendo o retorno às raças inferiores, absorvendo elementos da superior. O resultado dessa degeneração seria perceptível nos “vadios congênitos e incorrigíveis”, bem como nos “grandes empreiteiros de arruaças e motins” das nossas cidades (VIANA, 2005, p. 174).

O resultado de todo esse processo seria a diferenciação racial diretamente relacionada aos papéis desempenhados por cada agrupamento social. Dos três grandes grupos sociais se perceberiam também três origens étnicas: entre os “escravos”, predomina o tipo negro. “Entre os ‘foreiros’ – o mestiço. Entre os ‘senhores’ – o branco” (VIANA, 2005, p. 178).

Embora as passagens anteriores já sejam suficientemente claras, cumpre destacar que a leitura de Viana sobre o processo de formação social e da composição dos seus extratos associados às questões raciais não representa apenas um simples diagnóstico descritivo de como o processo se deu. Há, aqui, um elogio da distinção entre brancos, mestiços e negros no que diz respeito aos cargos ocupados. Para o autor, os preconceitos que reinaram durante os primeiros séculos na sociedade brasileira não seriam, como o uso desse termo parece sugerir, algo negativo. Ao contrário, eles cumpririam função importante, “são admiráveis *aparelhos seletivos*, que impedem a ascensão até às classes dirigentes desses mestiços inferiores” (VIANA, 2005, p. 172-173, grifo nosso).

Ao especular sobre como seriam os destinos da nação se a composição étnica da nobreza sofresse mudanças importantes, Viana parte para uma comparação com outros países mundo afora.

Da predominância do negro e do mestiço na classe dirigente do Haiti provém a sua desorganização atual. Na nobreza chilena predominam os elementos bascos, e daí o alto tônus moral, que a destaca. São os saxões que preponderam na aristocracia britânica mas, se, invés deles, preponderassem os celtas comunários, que eram o fundo primitivo da população, os destinos da Inglaterra estariam inteiramente transformados (VIANA, 2005, p. 178).

²³ Vanilda Paiva (1976) identifica, no âmbito internacional, influência importante das teorias de Gobineau, Lapouge e, especialmente, das modificações feitas por Le Bon à obra desses autores nas construções de Viana. Retomaremos esse debate ao final do capítulo. Mas para uma leitura sistemática dessas teorias, ver *O espetáculo das raças*, de Lila Schwarcz (1993).

Assim, seria motivo de enorme felicidade que a seleção da nossa nobreza se desse em um “sentido ariano”, sendo formado pelos “melhores exemplares da raça lusa”. E conclui:

Esse caráter ariano da classe superior, tão valentemente preservado na sua pureza pelos nossos antepassados dos três primeiros séculos, salva-nos de uma regressão lamentável. Fazendo-se o centro de convergência dos elementos brancos, essa classe, representada principalmente pela nobreza territorial, se constitui entre nós no que poderíamos chamar o sensorium do espírito ariano, isto é, num órgão com a capacidade de refletir e assimilar, em nossa nacionalidade, a civilização ocidental e os seus altos ideais. O negro, o índio, os seus mestiços, esses não nos podiam, na generalidade dos seus elementos, dar uma mentalidade capaz de exercer essa função superior (VIANA, 2005, p. 179).

Como se vê, a compreensão de Viana acerca da formação social brasileira tem como base aspectos próprios da estrutura rural, latifundiária, específica da realidade nacional. Mas é também indissociável do seu pensamento toda a sua teorização racial sustentada sob bases pseudocientíficas. Não é só o medo do “novo Haiti²⁴”, tema muito presente na intelectualidade brasileira do século XIX –, mas uma ampla teorização que tem como base o pressuposto de que haverá boa formação social, capaz de comandar, onde o tipo hegemônico for o branco superior. Onde houver sangue negro ou indígena, aí residirá também parte importante do problema político e social brasileiro. A visão de Viana sobre esses processos já deixa entrever no que consiste a sua percepção sobre a condução da política no país, seja em suas análises históricas, seja nos prognósticos que pouco a pouco constrói para encontrar saídas para o futuro nacional.

Do insolidarismo ao espírito de clã

Toda essa estrutura social rural, conforme já antecipado, desenvolve-se no interior do latifúndio. Viana busca apresentar a dinâmica dessas três diferentes classes/raças no interior dessa ordem latifundiária. Um dos aspectos que merece destaque no tratamento do latifúndio é a sua autossuficiência. Embora com frequência haja um produto que se destaque na pauta de exportações, há também no interior dessas fazendas grande produção que leva Viana a afirmar que “se toda a sociedade se extinguisse em derredor dele, do seu

²⁴ A revolução negra no Haiti ao final do século XVIII – os “jacobinos negros” (JAMES, 1989) –, produziu um medo generalizado de que a população negra brasileira se rebelasse tal e qual a haitiana. O medo, a propósito, não era de todo irreal: revoltas de fato se estruturaram no Brasil inspiradas naquela experiência histórica. Sobre isso, cf. MOREL, 2017; SCHWARCZ e STARLING, 2015.

próprio domínio extrairia o bastante para as suas necessidades fundamentais e continuaria a viver como se nada houvesse” (VIANA, 2005, p. 191)

O latifúndio teria, assim, uma força centrípeta que a tudo atrai, de modo diverso do que haveria em outros locais. Fora dele não haveria espaço para o comércio, especialmente para o sedentário. Sobreviveria apenas aquele que vai até as fazendas levar, por exemplo, alguma máquina ou equipamento. Outras funções também artesanais como carpinteiros e serralheiros são levadas para dentro dos latifúndios. Nisso, o Brasil se diferenciaria da experiência medieval em que essas funções se desenvolvem nos espaços urbanos. O resultado de tudo isso é um atrofiamento ou desaparecimento de núcleos urbanos. Esse seria um dos mais basilares aspectos que marcariam a diferenciação da sociedade brasileira em relação à europeia. Seríamos, assim, “completamente outros” (VIANA, 2005, p. 194).

Viana rechaça, porém, que a estrutura dessa relação se dê em favor do proprietário rural. Os trabalhadores rurais também encontrariam no Brasil grande liberdade em relação aos senhores, seja pela possibilidade de migração, pela farta disponibilidade de terras e de alimentos no território nacional. Assim, haveria uma situação tal em que fazendeiro e lavrador não teriam entre si relação de dependência. Os laços de solidariedade existentes entre esses grupos seriam puramente voluntários, e não fruto de nenhum imperativo de ordem social ou natural²⁵ (VIANA, 2005, p. 197).

Aponta ainda para a dificuldade de formação de uma classe média, dados os investimentos altos necessários para cultivos como o do Café ou da Cana. Por outro lado, outros cultivos que eram executados em pequenas propriedades na Europa aqui eram irregulares, como a vinha e o trigo. A precariedade do comércio também prejudicaria esse pequeno proprietário. Além disso, culturas típicas de áreas circunvizinhas às grandes cidades (pomares, hortas, flores, laticínios) não poderiam ser praticadas devido à ausência de espaços urbanos desenvolvidos no interior (VIANA, 2005, p. 201-203).

Desse cenário em que o latifúndio domina e impede o florescimento de pequenas propriedades, de uma classe média, bem como impede a solidariedade das classes, chegar-

²⁵ Cumprir notar que Viana identifica padrões diversos ao Norte e, especialmente, ao extremo Sul do país. Nesses locais haveria condições particulares que, por vezes, forçariam a criação de tais vínculos. Não teria papel central, no entanto, nas populações do centro-sul, objeto de estudo do autor e grupo que teria peso maior no conjunto da sociedade brasileira.

se-ia à conclusão já amplamente conhecida de Louis Couty, aqui reeditada por Viana: “O Brasil não tem povo!” (VIANA, 2005, p. 205). A ausência de vínculos de solidariedade afastaria a possibilidade de uma leitura da estrutura brasileira como semelhante a uma experiência europeia anterior, notadamente o feudalismo. Assim, para o autor não seria possível falar em feudalismo no Brasil posto que as relações se davam de forma radicalmente diversa e, especialmente, a terra não possuiria o valor que possuía na organização social do velho mundo.

No mundo europeu, toda a organização social tem a sua razão de ser nesta causa primeira: a necessidade de terra, a penúria de terra, a carência de terra. Se os escravos surgem; se surgem os servos; se aparecem os vilões; se o feudalismo se organiza; se a luta se abre entre o povo e a nobreza, é tudo pela míngua de terra. Toda a trama de dependências entre senhores e servos, todo o vasto travejamento do mundo feudal, com as suas servidões, as suas banalidades, as suas corvéias, as suas talhas, explica-se, antes de tudo, pela falta de terra. Entre nós, ao contrário, a terra vasta e a terra exuberante – o deserto e o trópico – não tornam necessária a aproximação das classes dentro do ecúmeno rural; não as constringem dentro de uma conexão forçada e permanente; fazem os laços, que as prendem, facilmente solúveis; e lhes dão, no tocante à sua estrutura, à coesão dos seus elementos componentes, uma incoerência, uma desintegração, uma fluidez, uma instabilidade, que as tornam, realmente, inorgânicas e informes (VIANA, 2005, p. 205).

Formar-se-ia no Brasil uma estrutura radicalmente diferente, marcada pela grande extensão territorial, disponibilidade de terras e de recursos nas florestas, além, claro, do peso da escravidão. Esse conjunto de elementos encontrados faria subverter profundamente a organização feudal europeia: se lá haveria ordem, dependência, coesão e estabilidade, aqui haveria incoerência, desintegração, indisciplina e instabilidade. O meio social brasileiro rejeitaria por completo o regime feudal²⁶. Sinteticamente, Viana diz que quatro seriam as grandes forças que fariam romper o laço feudal: o latifúndio, o deserto, o trópico e a escravidão. (VIANA, 2005, p. 206).

Em síntese, é possível perceber em Viana o diagnóstico de uma completa desestruturação social. A incapacidade popular pode ser compreendida em sua obra, por um lado, como fruto do grande latifúndio e das contingências tanto naturais quanto sociais a ela relacionadas. Isso levaria à formação de uma estrutura social inorgânica, sem solidariedade ou, melhor, apenas com a “solidariedade clânica”, sem vínculos e relações profundas entre si. Esse entendimento, porém, não pode se dar de forma dissociada de

²⁶ Interessante notar que anos mais tarde o debate sobre o feudalismo no Brasil seguiria bastante vivo, sendo objeto de polêmica entre Caio Prado Júnior e pensadores do PCB. Esse debate será objeto do próximo capítulo.

sua visão fortemente eugênica acerca dos processos de formação social. É também parte do insolidarismo a própria seletividade das “raças superiores”, amplamente discutida pelo autor. Assim, conjugam-se em seu pensamento uma visão que compreende a debilidade do social a partir do aspecto eugênico-racial e também a partir das contingências econômicas, naturais, geográficas.

O insolidarismo, no entanto, não impede que se desenvolva algum tipo de vínculo entre os grupos sociais. Um dos vínculos descritos por Viana e que assume papel relevante para conectar a sua leitura de sociedade com a sua percepção da política está no que o autor denominara “Espírito de Clã”. Antes de explicar esse espírito, porém, indica a existência de uma “anarquia branca”. Embora este termo não apareça bem definido, é possível entendê-lo como o poder arbitrário de algumas instituições, tais como o exército, as câmaras locais e, muito especialmente, as instituições do poder judiciário. No Brasil colonial haveria espaço bastante fértil para desmandos de todo tipo, tornando a sociedade, mas principalmente a “população inferior”, suscetível a julgamentos facciosos e desproporcionais.

Eis aqui mais um aspecto que diferenciaria profundamente a realidade social brasileira daquela encontrada na Europa. Enquanto lá os cidadãos confiam em seus magistrados e percebem neles um agente protetor de suas liberdades, por aqui a lógica seria radicalmente distinta. Aqui o “homem do povo” não pode, tal e qual o cidadão suíço, inglês ou alemão, confiar nas instituições. Esse homem que não possui bens e posses encontra-se totalmente desamparado, sentindo-se praticamente fora da lei (VIANA, 2005, p. 206).

Desse modo, embora as condições econômicas não demandassem maior solidariedade, assim como também não havia grandes inimigos externos que os motivassem, tornava-se necessário vincular-se a um “clã” com o intuito de se proteger do arbítrio dos poderosos. Em seus termos,

Nessa situação de permanente desamparo legal, em que vivem, sob esse regime histórico de mandonismo, de favoritismo, de caudilhismo judiciário, todos os desprotegidos, todos os fracos, todos os pobres e inermes tendem a abrigar-se, por um impulso natural de defesa, à sombra dos poderosos, para que os protejam e defendam dos juizes corruptos, das “devassas” monstruosas, das “residências” infamantes, das vinditas implacáveis (VIANA, 2005, p. 205).

Diante dessa condição, esses grupos inferiores assumiriam uma fidelidade absoluta em relação aos senhores. Estariam à disposição para todo tipo de auxílio, desde

a defesa pessoal do patrono até o voto no candidato indicado pelo chefe. Transforma-se em questão de honra servir ao chefe. Mas a relação de dependência não se encerra por aí: para Viana, ela avança ao ponto de se conformar uma submissão completa. Esse “homem do povo” teria a necessidade constante de alguém para lhe guiar a ação e lhe causaria sofrimento sempre que precisasse agir de forma autônoma. “É essa certeza íntima de que alguém pensa por ele e, no momento oportuno, lhe dará o santo e a senha de ação; é essa certeza íntima que o acalma, o assegura, o tranqüiliza, o refrigera” (VIANA, 2005, p. 208).

No interior dessa sociedade, não há solidariedade e também não há conflitos importantes. Os conflitos que ocorreram no país são apresentados como poucos e de pequena relevância, quando não são mesmo traduzidos apenas como reflexos desses espíritos de clã. Os movimentos quilombolas e resistências indígenas, por sua vez, são todos eles apresentados como obstáculos ao desenvolvimento da civilização, não sendo reconhecidos qualquer importância na estruturação dessa sociedade.

Toda a evolução grega, toda a evolução romana, toda a evolução medieval, toda a evolução moderna se fazem sob a influência fecunda das lutas de classes. Em nossa história, tais conflitos são raríssimos. Quando surgem, apresentam invariavelmente um caráter efêmero, ocasional, descontínuo, local. É a luta dos fazendeiros paulistas contra os jesuítas, na questão dos índios. É a luta dos oligarcas maranhenses contra os comerciantes monopolistas, na revolução de Beckman. É a luta dos nobres da terra contra os “mascates”, em Pernambuco. É a formidável coligação paulista contra os reinóis de Nunes Viana, na “guerra dos emboabas (VIANA, 2005, p. 213, grifo nosso)

O mergulho no processo de formação histórico-social empreendido por Oliveira Viana é bastante profundo, partindo das origens mais remotas da aristocracia rural e chegando à formação do espírito de clã entre nós. Fruto da precariedade e da anarquia, o espírito de clã faria reforçar mais uma vez uma estrutura social radicalmente distinta daquelas percebidas na Europa. O resultado disso seria uma relação clientelística, de dependência, em que não há liberdade mesmo onde não há a formalidade da instituição da escravidão. Tratar-se-ia de um conjunto de homens dependentes em todos os níveis de seus chefes e, por consequência, fiéis a eles. Essa relação se daria de tal modo que esses grupos sequer seriam capazes de agir por si próprios, reféns que seriam de alguém que lhe dê ordens.

A compreensão das camadas plebeias como sendo submissas aos chefes dos clãs também possui, como se retomará adiante, uma explicação racial. É que, para Viana,

negros e indígenas não teriam capacidade civilizada de ação. Assim, novamente, não é apenas por conta de aspectos histórico-sociais que se explicaria a formação do espírito de clã – ela também se explica à medida em que se compreende a composição racial da população brasileira.

Haveria aqui, pois, espírito de clã e uma relação radicalmente distinta dos cidadãos com as instituições. Atrelado a isso, haveria uma massa submissa aos senhores. Essa submissão, porém, não seria necessariamente problemática, posto que estes mesmos homens seriam incapazes de tomar decisões de forma autônoma. A leitura de sociedade feita por Viana, como se vê, já demonstra as limitações percebidas pelo autor para a construção de um projeto político democrático, republicano ou liberal no Brasil. Partindo do social, passando pelo biológico e pelo econômico, chega-se agora ao político.

OS PROJETOS POLÍTICOS DE OLIVEIRA VIANA

Centralização, monarquia e autoritarismo

Em *Populações...* não há propriamente um prognóstico político de Viana. Trata-se de um estudo histórico mais direcionado aos processos de formação social, conforme tratamos. Porém, mesmo nessa obra já é possível entrever visões políticas do autor que seguiriam sendo desenvolvidas em obras posteriores. O ponto de partida é elucidativo: o insolidarismo seria quase completo, permitindo tão somente o desenvolvimento do espírito de clã; a estrutura social, analisada especialmente pelo critério racial, seria inferior e incapaz. Negros e indígenas aparecem como problema que precisa ser superado, seja pela sua ação de resistência – até o século II o maior problema eram “os selvagens”, a partir do século III, conhece-se o perigo dos quilombolas²⁷ (VIANA, 2005, p. 225) –, seja pela sua participação no sangue que dá origem aos mestiços e, em alguns casos, degenera as raças arianas. A política também deve servir, pois, para resolver esse problema.

²⁷ Embora tratados como problemas, seriam problemas também locais, sequer seriam capazes de criar um sentimento nacional e de coletividade mais forte. “Os palmares resistem às arremetidas das forças regulares, mas o clã aguerrido de Bernardo Vieira de Melo e os mamelucos de Domingos Jorge os aniquilam. Esses quilombos não são, aliás, um perigo geral. Ameaçam apenas certas zonas, alguns pontos, certas localidades da região meridional. Fora daí, a tranquilidade é completa. Contra eles a sociedade rural não sente a necessidade de uma defesa comum, exercida por um poder forte e organizado.” P. 321

Em meio a essa estrutura, a única força racional e capaz de ação devidamente orientada é a aristocracia branca. A partir da ação desarticulada dos clãs, no entanto, não seria possível construir a nação. Assim, em *Populações...* são bastante claras a vinculação de Viana às propostas de centralização política, bem como suas críticas incisivas sobre diferentes momentos em que se seguiu por caminho inverso. Para o autor, a difícil tarefa de criar uma ordem legal em meio aos caudilhos só se estrutura a partir do terceiro e se conclui ao final do quarto século da colonização.

O processo de centralização política não é compreendido por Viana como um processo linear. Até o século XVIII – em seus termos, século III – o predomínio seria do caudilho. Esses se estruturavam em grande medida diante da ausência de um poder central forte. Haveria uma disparidade entre a expansão colonizadora e a expansão do poder público. Essa disparidade no Brasil seria maior que em outros locais, mesmo nos EUA onde se deu a “marcha para o Oeste”. Afirma que “entre nós, o poder público tem uma marcha mais demorada do que a massa social, cujos movimentos a ele incumbe regular e dirigir” (VIANA, 2005, p. 247). A mineração e depois a corte portuguesa trouxeram ao país a força do poder central até então pouco conhecida. Esse processo, porém, sofreria fortes abalos no período regencial. Especialmente por meio do Código de 1832, o esforço de centralização política seria jogado por terra com o poder sendo passado às administrações locais. Esse processo seria fruto da influência do liberalismo nas elites brasileiras (VIANA, 2005, p. 290).

O Ato Adicional de 1834 promoveria mudanças, passando o poder antes dado aos municípios para as províncias. Os desenhos institucionais que emergiam em 1832 e em 1834 teriam o mesmo problema de fundo, a influência de ideologias externas à nação. Para ele, enquanto os grandes construtores políticos da nacionalidade buscavam estabelecer a autoridade nacional, “os apóstolos do liberalismo nos dão, ao contrário, o municipalismo, o federalismo, a democracia como a última palavra do progresso político” (VIANA, 2005, p. 293).

O que as experiências do Código do Processo e do Ato Adicional demonstram, entretanto, é que essas instituições liberais, fecundíssimas em outros climas, servem aqui não à democracia, à liberdade e ao direito, mas apenas aos nossos instintos irredutíveis de caudilhagem local, aos interesses centrífugos do provincialismo, à dispersão, à incoerência, à dissociação, ao isolamento dos grandes patriarcas territoriais do período colonial. Esta é, em suma, a tendência incoercível das nossas gentes do norte e do sul, todas as vezes que adquirem a liberdade da sua própria direção (VIANA, 2005, p. 294).

A superação desse sistema e a chegada ao que seria a paz interior, a versão brasileira da “*pax romana*”, dar-se-iam, não por acaso, também com a monarquia. A pacificação nacional seria a obra do II Império, restando apenas o “banditismo indomável de hordas cangaceiras”, ao norte do país, a ser vencido (VIANA, 2005, p. 299-300).

O processo de desintegração dos clãs rurais e de estabelecimento de um poder central se dá a partir de ações diversas tomadas pelo poder central. Uma das principais estratégias teria sido a de atacar os mestiços e não os senhores, realizando uma “drenagem” para o exército e para a marinha dos piores elementos da estrutura social. O predomínio do café também traria novidades, dentre elas a exigência de maior fixidez à terra, diminuindo, assim, a disponibilidade da capangagem, uma das bases principais sobre a qual se sustentariam os clãs. Mudanças no sistema de partilha dos latifúndios também compõem o conjunto de medidas que levou à desintegração progressiva dos clãs ao longo da segunda metade do século XIX (VIANA, 2005, p. 304-309).

No decorrer desse processo a imagem do imperador cumpre papel fundamental. Apesar das instabilidades, seria ele uma força resguardada por revolucionários de norte a sul do país. Sem ele, não haveria a nação, mas a fragmentação e a anarquia identificada em toda a América Latina. “O êxito pacífico e seguro da consolidação do poder nacional, no IV século, deve-se, sobretudo, ao prestígio imperial, à majestade e à inviolabilidade do Rei” (VIANA, 2005, p. 315-316).

A vitória do poder central, personificada pela figura do imperador, representaria a derrota de ideologias trazidas de forma inorgânica para a realidade brasileira. É o caso do liberalismo que, segundo Viana, entre nós, “significa, praticamente e de fato, nada mais do que caudilhismo local ou provincial.” (VIANA, 2005, p. 319). Viana apresenta aqui não só a sua crítica ao republicanismo e ao liberalismo mais radicais, mas também em sua versão britânica, de uma monarquia parlamentar. Opondo-se à fórmula britânica do “rei reina, mas não governa”, defende Viana a forte concentração de poder do monarca, naquilo que denomina “o princípio do poder pessoal do monarca”, que seria “o mais adequado à nossa índole e à nossa civilização política” (Idem, p. 319).

Reiterando a formulação de Itaboraí, defende que “O Rei reina, governa e administra” (VIANA, 2005, p. 320), elogiando o papel assumido pela coroa na rotação

dos partidos no Parlamento e no governo. Para Viana, o Imperador seria hábil em dar aparências parlamentares ao regime absolutista de fato existente (VIANA, 2005, p. 321).

O elogio ao poder pessoal do monarca, como se viu, está amplamente sustentado em suas análises histórico-sociológicas do Brasil. Além da origem extranacional das ideologias, ele também sustenta sua posição contrária a essas ideias em função da ausência do povo, sua “pouca capacidade combativa”. Em sua leitura, o povo não compreenderia bem as razões dessas mobilizações e, por fim, “seu manifesto estatismo o faz crente da onipotência do governo” (VIANA, 2005, p. 397). Um de seus argumentos, inclusive, é a própria inexistência de lutas sociais que tivessem como objeto central as garantias liberais.

Entre nós, essas belas franquezas e garantias liberais são apenas conquistas literárias de uma minoria aristocrática de oradores, publicistas e pensadores. O nosso povo não batalhou nunca por elas, pelo menos nunca batalhou com aquela intrepidez e galhardia com que os ingleses batalharam para defendê-las contra a violência e o arbítrio dos seus reis (VIANA, 2005, p. 376).

Assim, *Populações...* oferece uma visão bastante clara do diagnóstico de Viana acerca das estruturas sociais. O tom elogioso dado ao imperador, somado à necessidade de centralização do poder, poderia fazer crer que seu prognóstico político apontaria para uma proposta de restauração monárquica, não estivesse o autor escrevendo já ao final da segunda década do século XX. Os contornos de suas proposições estritamente políticas, bem como as condições para que elas se concretizassem, tornar-se-iam mais claras nos anos e nas obras seguintes desenvolvidas por ele.

O Corporativismo

Embora *Populações...* não ofereça um prognóstico político detalhado, não é difícil perceber, em linhas gerais, a visão política de Viana: o elogio e a defesa da adoção de governos fortes e centralizados. Não há qualquer pudor, explicitadas as suas premissas, em apontar para a importância mesmo do “poder pessoal do monarca”, bem como outras terminologias que não deixam dúvida sobre o seu caráter autoritário. O elogio recorrente às experiências liberais em outros locais dá margem para se pensar, como propôs Wanderley Guilherme dos Santos (1978), um aspecto *instrumental* do seu autoritarismo: seria apenas um caminho para chegar ao liberalismo.

Por outro lado, é possível indicar que não emerge tão claramente em seu pensamento a possibilidade de chegada efetiva a um modelo liberal. A admiração do modelo político inglês contrasta profundamente com a distância em que o Brasil estaria dessa realidade, aparecendo apenas como remota a possibilidade de sua implementação em momento futuro. E mesmo três décadas após a publicação de *Populações...*, o modelo liberal seguiu sendo tratado em sua obra como uma importação imprópria para o Brasil.

Não significa, porém, que não ocorrem alterações importantes nos seus prognósticos. Se o liberalismo seguiu sendo uma impossibilidade entre nós, é possível identificar, como faz José Murilo de Carvalho (1991), que o autor percebeu a inevitável marcha rumo ao urbano-industrial. Em meio a esse processo, o corporativismo passou a ganhar força em seu pensamento²⁸.

É certo que as teses corporativistas ainda não emergiam em *Populações...* ou nas obras do começo da década de 1920. Em seus escritos sobre a “psicologia social da população” (1921), Viana seguia apontando como inexistiria a noção moderna do Estado como instituição impessoal, havendo entre nós uma cultura privatista, desprovida de espírito cívico, em que se mata pela honra, por questões domésticas, mas os homens não são capazes de pegar em armas pela nação. O contraste aqui com os europeus e com os estadunidenses é aspecto central para destacar as particularidades da realidade brasileira. O único prognóstico que emerge dessa construção é a defesa, novamente, de um Estado soberano, incontrastável e centralizado que deveria conduzir o processo de formação da nação.

As teses corporativistas, como afirma Ronaldo Teodoro dos Santos (2014, p. 70), só se tornaram perceptíveis a partir dos anos 1930, com *Problemas de Política Objetiva* (VIANA, 1947), aparecendo de forma mais consolidada oito anos depois em *Problemas de Direito Corporativo* (VIANA, 1983) e *Problemas de Direito Sindical* (VIANA, 1943).

A defesa de um modelo corporativista emerge nos anos 1930 e segue presente em sua obra, chegando a *Instituições Políticas Brasileiras*, obra publicada originalmente em 1949 e que marca sua fase mais madura. Reafirmando a impossibilidade de construção de um arcabouço institucional em descompasso com a formação social brasileira, segue

²⁸ Apesar de reconhecer essa mudança, contudo, Carvalho (1991) opta por categorizar o pensamento de Viana fundamentalmente a partir do seu *ruralismo*.

reafirmando em linhas gerais o argumento construído em *Populações...* e denunciando a insistência fracassada de todas as constituições brasileiras, incluída a de 1946, em tentar mudar o “povo-massa”.

Embora o corporativismo surja como um desenho institucional próprio que emerge a partir dos anos 1930, os pilares que dão sustentação às suas proposições são construídos em suas obras anteriores, especialmente aqueles formulados ainda em *Populações Meridionais do Brasil*. O argumento fundamental que dá coerência ao seu pensamento consiste justamente em apontar para a necessidade de reconhecer as especificidades nacionais ao empreender o desenho institucional. Nessa linha, afirma que “seja qual for a pregação dos novos Rui²⁹ do futuro, estaremos condenados a jamais ser ingleses” (VIANA, 1999, p. 465).

Reconhecer a diferença da nossa origem em relação aos ingleses consiste, para Viana, em identificar o espírito de clã, fator impeditivo da constituição de partidos políticos e da efetivação da democracia no país. O desafio posto, aliás, é constituir um aparato institucional diferente que consiga neutralizar ou reduzir ao máximo a nocividade do espírito de clã (VIANA, 1999, p. 466). Reduzir o efeito do espírito clânico entre nós envolveria subestimar a importância dos políticos e dos partidos que, segundo ele, “vem nos embaraçando a existência desde o Império” (VIANA, 1999, p. 474). O caminho de limitar o poder do executivo por meio do parlamento seria um equívoco cuja origem, mais uma vez, estaria na importação acrítica de instituições anglo-saxônicas.

Partindo da denúncia da impossibilidade dos regimes liberais, da crítica aos partidos, aos políticos e ao parlamento, Viana delineia o seu corporativismo. Nesse modelo, o executivo se fortalece e incorpora alguns setores da sociedade via corporações, notadamente os sindicatos. O corporativismo é, pois, uma forma de organização política que parte do pressuposto fundamental da não existência de corpos intermediários entre governante e povo. Quando muito, a mediação é feita por órgãos técnicos, associativos. Em linhas gerais, como define Ângela de Castro Gomes, a característica fundamental desse sistema seria o alto grau de subordinação ao Estado e o baixo grau de reconhecimento do confronto entre os interesses sociais (GOMES, 2010, p. 225).

²⁹ A referência clara aqui é ao ideário liberal de Rui Barbosa.

A abertura corporativista é no pensamento de Viana fruto do reconhecimento do avanço da industrialização e do impacto produzido na sociedade pelas leis trabalhistas. É só a partir desse cenário que Viana passa a admitir algum grau de participação, ainda que muito limitado. Para ele, o homem urbano que fosse parte da organização sindical, que estaria começando a praticar uma “escola de democracia direta” por meio do sindicato, poderia ampliar suas liberdades políticas junto ao Estado (VIANA, 1999, p. 487). Mesmo assim, esses espaços deveriam ser eminentemente técnicos.

Assim, as corporações deveriam cumprir o papel de exprimir as verdadeiras vivências dos grupos sociais, apresentando a experiência do mundo do trabalho e externalizando os interesses profissionais desses grupos. Essa construção, atesta Gomes, conjugava Estado forte e centralizado com um aparato corporativo que “ao mesmo tempo, separava os indivíduos – agrupando-os em diversas categorias profissionais por sindicatos – e reunia-os pela hierarquia global e harmônica de uma ordem social corporativa” (GOMES, 2005, p. 113).

A justificativa para a construção desse sistema se dá, em parte, pela denúncia da impropriedade de se importar o “modelo inglês” de democracia. Mas a sua justificação também se dá pela compreensão “orgânica” de que o povo era destituído de educação democrática. O povo teria apelo à liberdade civil, entendida por ele como separada da liberdade política. Desse modo, a democracia não seria uma demanda popular, mas uma importação das elites que não conhecem a realidade brasileira. Aqueles que defendem o sufrágio, para Viana, estão projetando um eleitor ficcional, “aquele sócia ou *doublé* do *citizen* britânico ou americano, cuja existência eles só conhecem por meio da leitura dos tratadistas!” (VIANA, 1999, p. 487).

Referindo-se ao modelo de democracia liberal desenhado em 1946, dizia que “nem o nosso povo-massa podia tanto; nem estava à altura de tanto; nem pedira tanto” (VIANA, 1999, p. 482). A sua concepção de “democracia social”, portanto, nega profundamente o dissenso e define o espaço público “como área de canalização de interesses privados que se exprimiriam organizadamente (via estrutura sindical), sob arbitragem estatal” (GOMES, 2005, p. 114).

A construção do corporativismo no Brasil, seja na construção teórica de Oliveira Viana, seja na sua implementação com Vargas, não se dá de forma isolada, desconectada

de outras experiências internacionais. Os anos 1920/1930 foram marcados pela crise do liberalismo e pela ascensão de regimes não liberais. Nesse sentido, há rica discussão acerca das conexões entre o corporativismo brasileiro e outras experiências históricas como o fascismo italiano, o polonês ou o também chamado Estado Novo de Salazar em Portugal (cf. ARAUJO, 2018).

Em diálogo com outras expressões do corporativismo pelo mundo, Ronaldo Teodoro dos Santos (2014, p. 84) identifica a existência de um pano de fundo católico comum a essas experiências³⁰. Desse modo, insere Viana em uma tradição de pensamento corporativo fortemente amparada no catolicismo. Reconhece o pensamento do autor como comunitário não-conflitivo vinculado ao corporativismo cristão, recusando, a um só tempo, sua categorização como autoritário (LAMOUNIER, 1977) e a sua redução a aparelho ‘instrumental’ do liberalismo (SANTOS, 1978).

Para recusar as categorizações canônicas, Santos se vale do reconhecimento feito pelo próprio Viana de que “a sociedade existe, encerra forças incoercíveis e incompreensíveis, com que o Estado, apesar da sua onipotência atual, tem que contar se não quiser fracassar nas suas tentativas de reforma ou de transformação da sociedade” (VIANNA, 1943, p. 243-44 *apud* SANTOS, 2014, p. 72). Também indica que o autor reconhecia a impossibilidade do arbítrio unilateral do poder público, sendo seu trabalho também caracterizado pelo diálogo e resgate da “cultura imanente ao povo brasileiro” (SANTOS, 2014, p. 72).

Por fim, ao tomar a “cultura popular” como premissa, Ronaldo Santos compreende que o desenho institucional que resultaria da obra de Viana passaria a ser justificado como parte de um diálogo “orgânico” com essa realidade sociocultural. Desse modo, não seria possível compreender o corporativismo como pura exterioridade epistemológica, mas antes como resultado de uma situação objetiva, assim como a democracia estava para as tradições dos povos europeus (SANTOS, 2014, p. 73).

³⁰ Citando W. Korpi (2008, p. 13 *apud* SANTOS, 2014, p. 55), diz que “in Europe, state corporatist social insurance institutions were installed only in countries with strong Catholicism”. Suas análises envolvem uma série de documentos católicos, dentre os quais se destacam: a *Rerum Novarum*, “sobre a condição dos operários” (1891), as encíclicas *Quadragesimo Anno*, “sobre a insegurança social” (1931), e *Divini Redemptoris*, “sobre o comunismo ateu” (1937), além do pronunciamento do Papa Pio XII, em 1941 (SANTOS, 2014, p. 51)

Reconhecemos que a categorização de *corporativista* para o pensamento de Oliveira Viana, conforme proposta por Ângela Gomes (2005) e por Ronaldo dos Santos (2014), traz importantes ganhos analíticos. Essa categorização permite compreender o seu pensamento, especialmente a partir dos anos 1930, associado a uma tradição e a um desenho institucional bastante específico elaborado pelo autor. Contudo, o passo adiante dado por Ronaldo dos Santos (2014), recusando o caráter autoritário inscrito no pensamento de Viana, nos parece problemático. Mais apropriado é compreender o seu pensamento a partir da chave conjunta do autoritarismo e do corporativismo, ou compreender o corporativismo também como uma *engenharia política* para a implementação de um projeto autoritário, como propõe Ângela Gomes (2005, p. 109).

Ao fim e ao cabo, o risco que se corre é o de assumir para a análise da obra de Viana as premissas estabelecidas por ele próprio, de tal modo que seu autoritarismo termine por ser atenuado ou justificado. Nessa direção, talvez seja possível compreender que o corporativismo surja como *solução* teórica para Viana diante de um cenário concreto do Brasil dos anos 1930, bastante diferente daquele narrado em *Populações...*, em que a sua leitura de sociedade só apontava para o insolidarismo, a passividade e a existência de uma massa amorfa.

A Primeira República, como se sabe, é marcada por intensos processos de mobilização social que pouco ou nada têm a ver com a descrição presentes nas obras de Viana. Nesse sentido, o corporativismo parece assumir o papel de adequação dos ideais autoritários de Viana diante de um contexto em que se intensificavam as lutas sociais, expandiam-se os ideais anarquistas e comunistas, e ocorriam revoltas de todo tipo³¹. Quando não mais era possível sustentar um projeto político que excluísse por completo as massas populares, produziu-se a divisão fundamental entre os sindicalizados e o restante do “povo-massa” como forma de controlar e manter limitada a abertura política a ser feita pelo Estado.

Pensado assim, o corporativismo não atenua o autoritarismo de Viana, sendo, antes, a sua forma de implementação. É o remédio centralizador possível em um contexto social que em nada corresponde ao descrito pelo autor. Se, para Viana, o corporativismo

³¹ A crítica inaugural de Astrojildo Pereira (1944) a Oliveira Viana, aliás, aponta para esse ponto: as construções teóricas de Viana seriam respostas aos movimentos que eclodiam no Brasil e no mundo, especialmente a revolução bolchevique de 1917.

era o remédio para lidar com o contraste entre o *Brasil Real* e o *Brasil Legal*, provocativamente pode-se pensar que a sua fórmula permitiu uma conjugação entre o Brasil Teórico e o Brasil Real, tendo sido necessário criar mecanismos corporativistas capazes de incorporar minimamente os grupos de trabalhadores nesse aparato estatal.

Dito de outro modo, é preciso rechaçar o diagnóstico de Viana sob o risco de se reproduzir as premissas que justificaram por tantos anos a construção de um discurso que aponta para os direitos obtidos durante o período Vargas, em especial para a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como mera concessão paternalista. Ao contrário, tendo em vista os intensos processos de lutas sociais que atravessaram a história do Brasil³², amplamente silenciados pelo autor, é possível pensar que as garantias obtidas no período foram formas de atender reivindicações históricas e, ao mesmo tempo, evitar que se avançasse na construção de horizontes de organização político-social bem mais amplas que aquelas percebidas com o varguismo.

Nesse sentido, acreditamos ser mais criterioso conceber o pensamento de Oliveira Viana como um autêntico representante do *conservadorismo*. As diversas proposições que atravessaram sua obra – desde a defesa do imperador, a centralização política e a limitação da participação popular – são faces de uma visão de mundo que funcionam, para usar os termos de Mannheim, como uma contra utopia que visa a fornecer uma auto orientação e a defesa do *status quo*. A realidade vivida passa a ser compreendida pelos conservadores não como “maligna”, mas “como a corporificação dos mais elevados valores e significados” (MANNHEIM, 1986, p. 253-256).

É exatamente essa a função exercida pelo pensamento de Viana no debate intelectual brasileiro. Contra as interpretações que apontavam o caráter autoritário e escravocrata que dificultavam o desenvolvimento brasileiro, Viana juntou vozes aos teóricos conservadores fornecendo uma interpretação que atribuía um sentido positivo à centralização política, à participação limitada e até à própria escravidão. Cumpria rigorosamente com o que Mannheim afirmava: “para o conservadorismo, tudo o que existe possui um valor positivo e nominal, simplesmente porque veio lenta e gradativamente a existir” (MANNHEIM, 1986, p. 259). Desse modo, concluímos que o pensamento de Viana é atravessado também pelo forte autoritarismo que, longe de ser

³² Voltaremos a tratar desses processos históricos à luz da historiografia contemporânea no Capítulo 5.

mera instrumentalidade em direção ao liberalismo, tampouco pode ser atenuado pela sua categorização como corporativista. Todas essas são expressões variáveis ao longo do tempo de um pensamento tipicamente conservador.

Para os objetivos específicos desta tese, contudo, o mais importante é não perder de vista que todo o prognóstico político, bem como as análises de processos que se desenvolveram em momento histórico anterior, não podem ser explicados de modo deslocado da sua leitura de sociedade. Do início ao fim, seu pensamento político é condicionado pelos diagnósticos do insolidarismo e do espírito de clã – por essa razão, inclusive, se empreendeu um esforço analítico maior na obra *Populações Meridionais do Brasil*.

Por fim, resta um último, mas não menos importante, aspecto a ser investigado. Trata-se da importância das teses raciais para a construção do pensamento de Viana. Investiga-se a seguir, portanto, as conexões entre o político, o social e o racial em sua produção intelectual.

O POLÍTICO, O SOCIAL E O RACIAL EM VIANA

Racismo e Conservadorismo

Até aqui, apresentou-se de forma bastante ampla a leitura do social e do político em Viana, apontando os diversos traços do seu conservadorismo. Há, no entanto, um último aspecto que aparece com pouca força nas principais obras apontadas acima, inclusive naquelas que reconhecem Viana como um corporativista: trata-se do aspecto *eugênico* de sua obra. Sobre isso, é curioso notar como se deu maior ou menor ênfase no decorrer dos longos e conflituos anos de recepção do pensamento do autor.

No contexto da publicação de *Populações...*, como se viu, as teses eugênicas não foram suficientemente exóticas para causar espanto e repulsa. Sua obra se relacionava com outras visões similares que ainda sobreviviam desde o final do século XIX. A obra de Viana se conectava fortemente com as teses defendidas alguns anos antes por João Baptista Lacerda (1912) no Congresso Mundial das Raças. Como bem indica Lília Schwarcz, a tese central defendida por Lacerda consistia em sua proposta de branqueamento racial, indicando que “em um século, e após três gerações, seríamos

brancos” (SCHWARCZ, 2011, p. 228). Há nessa tese a ambivalência que se vê também nos escritos de Viana, sendo a mestiçagem “um ‘mal’ (pois o cientista não desfaz ou não desconhece as máximas do darwinismo social e da antropologia física), mas seria também um ‘bem’, uma vez que sinalizaria um caminho positivo e definitivo para o Brasil.” (SCHWARCZ, 2011, p. 230).

Em direção semelhante, Viana diz que

Da plebe mestiça, em toda a nossa história, ao sul e ao norte, têm saído, com efeito, poderosas individualidades, de capacidade ascensional incoercível, com uma acção decisiva no nosso movimento civilizador.” (...) “os nossos mestiços nem são todos absolutamente inferiores, nem todos absolutamente superiores. Ha, entre nós, mestiços superiores e mestiços inferiores (...) “É claro que essas combinações felizes não são comuns: na sua maioria, os mestiços ficam abaixo do typo superior, de que provêm” (VIANA, 1938, p. 179).

Essas construções rompem, pois, ao menos em parte, com a visão predominante no século XIX que tratava a mestiçagem como uma degeneração completa e irrestrita das raças. Nesse sentido, para Viana passa a ser possível, embora incerta, a “evolução” racial a partir da miscigenação. Essas teses, porém, ainda que apareçam em *Populações...*, ganham maior clareza em *Evolução do povo brasileiro*. Publicada em 1923, a obra ganhou diversas edições e parte da sua discussão acerca da questão racial foi também levada a outro livro publicado na década seguinte: *Raça e Assimilação*.

A tese central de Viana no que diz respeito às questões raciais vai se tornando suficientemente clara no decorrer dessas obras. De partida, havia o diagnóstico fortemente ancorado em teorias que sustentavam a existência de diferentes raças, considerando também suas origens distintas, de onde emerge a inequívoca defesa da raça ariana como raça superior.

A construção dessas teorias tem origem no exterior e encontra enorme ressonância no Brasil. Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Silvio Romero, Monteiro Lobato e Renato Ferraz Kehl são apenas alguns dos inúmeros médicos, advogados, artistas e intelectuais que compartilhavam do mesmo entendimento nesse período (cf. SCHWARCZ, 1993). Nesse sentido, é importante ressaltar que a mera presença dessas teorias na obra de Viana não é aspecto que o singulariza no conjunto da intelectualidade brasileira de seu tempo.

Tendo isso em vista, cumpre verificar como Viana aponta para a necessidade do *branqueamento*, ou *arianização*, da população brasileira. Sua visão de civilização não

comportava negros e indígenas, sendo esse um dos problemas que estão colocados e atravessam sua obra.

O negro puro nunca poderá, com efeito, assimilar completamente a cultura aryana, mesmo os seus exemplares mais elevados: a sua capacidade de civilização, a sua civilizabilidade, não vae além da imitação, mais ou menos perfeita, dos habitos e costumes do homem branco. Entre a mentalidade deste e a do homem africano puro ha uma diferença substancial e irreductivel, que nenhuma pressão social ou cultural, por mais prolongada que seja, será capaz de vencer e eliminar (VIANA, 1938, p. 175).

Esse problema se tornaria ainda mais candente com a abolição. Para Viana, a escravidão tinha efeito positivo na população negra, dado que as senzalas manteriam os escravos dentro de certos padrões de moralidade e sociabilidade. Abolida a escravidão, porém, os negros seriam “entregues, em massa, a sua própria direção, decaem e chegam progressivamente à situação abastardada em que os vemos hoje” (VIANA, 1938, p. 176). Tal situação, segundo o autor, não seria bem compreendida apenas a partir de questões de cunho político, social ou econômico, haveria também condicionamentos genéticos que levariam a uma insensibilidade do homem negro às solicitações superiores dos homens brancos.

Os indígenas, por sua vez, não teriam condições melhores se comparados aos negros. Ao contrário, se o negro ainda era visto como capaz de imitar o branco em algumas situações, os indígenas seriam “absolutamente incivilizáveis”, visto que inteiramente refratários “a qualquer influxo educativo no sentido da aryanização. Parece que a estructura do seu typo mental é mais solida do que a do negro e dahi, desta sua menor malleabilidade, a sua invencivel resistencia á acção dos agentes civilizadores [sic].” (VIANA, 1938, p. 176-7).

Resta claro, pois, que o projeto político de Viana é um projeto que exige que o homem branco esteja no comando, dada a incapacidade de negros e indígenas. Como já mencionamos em trecho anterior, para o autor, é o predomínio de negros no comando que leva, por exemplo, o Haiti a se degenerar. Cumpre, pois, construir um arranjo político em que a centralidade da decisão esteja com os brancos, porque ele vê a civilização como “obra exclusiva do homem branco” (VIANA, 1938, p. 178), e prossegue:

O negro e o indio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, ás classes superiores e dirigentes, que realizam a obra de civilização e construcção, nenhum elemento de valor. Um e outro formam uma massa passiva e improgressiva, sobre que trabalha, nem sempre com êxito feliz, a ação modeladora do homem de raça branca (VIANA, 1938, p. 178).

O projeto de Viana resume-se, pois, a um projeto de dominação branca; um projeto autoritário em que se mantivessem sob controle as esferas públicas, os espaços de deliberação, permitindo tão somente a participação de sindicatos oficiais, reconhecidos e fortemente vinculados ao poder central. Mas não se resolve assim o problema do negro para Viana. Há um enorme esforço de apontar para o caminho do seu extermínio nos anos seguintes, levando o autor a postular mesmo a construção de um Brasil branco, em clara consonância com as teses anteriormente mencionadas de João Baptista Lacerda.

Esse processo dar-se-ia a partir de uma diversidade de fatores. Além da imigração, as seleções naturais, sociais e até sexuais acelerariam aquilo que denomina de “processo redutor dos elementos bárbaros”. Os negros seriam selecionados por questões sociais, econômicas e biológicas – os castigos, a miséria e os vícios. Longe de apresentar qualquer visão que denuncie ou lamente esse cenário, Viana vê com otimismo o fato de a população negra e mestiça possuir taxas de mortalidade superiores às taxas de natalidade. Analisando dados ainda do período escravocrata, chega a afirmar, agora sim em tom de lamento, que “a lei da abolição, de 1888, concorre para retardar a eliminação do *H. afer* em nosso paiz – por que, não há dúvida que, conservado em escravidão, elle teria desaparecido mais rapidamente” (VIANA, 1938, p. 204).

A entrada crescente de imigrantes é também analisada por Viana, indicando a origem ariana da maior parte desses grupos e verificando também como, apesar de sua pureza racial, em sua maioria, esses imigrantes se casam com nacionais do Brasil, de tal modo que a imigração cumpriria um papel de destaque nesse processo, não se transformando em redutos isolados de alemães, italianos, portugueses ou outras nacionalidades³³. O pressuposto assumido de que os imigrantes seriam em sua maioria formados por raças puras, sem qualquer impureza bárbara em seu sangue, levava também à crença de que haveria uma aceleração do processo. Além disso, sexualmente, esses imigrantes fariam uma seleção estética prévia que seria merecedora de elogio por Viana.

Para essa preponderância dos caracteres arianos nos typos mestiços, as seleções sexuaes concorrem tambem como uma acção inestimavel. Tendo de cruzar-se com raças barbaras, que absolutamente não primam pela belleza, os brancos procuram os exemplares menos repulsivos e que mais se aproximam do seu typo physico. Dahi, no seu cruzamento com índias e negras, darem elles

³³ Apenas no prefácio à 3ª edição, em 1938, é feita ressalva à imigração japonesa, que poderia apresentar esse padrão, além de atrasar um pouco o processo de branqueamento. No entanto, os argumentos em seus termos mais gerais são preservados, seguindo o autor apontando para o processo de arianização em curso no Brasil.

preferencia áquellas cujos característicos anthropológicos estão mais em consonancia com o seu ideal de belleza (VIANA, 1938, p. 210).

O resultado de todo esse processo, tratado por Viana como a “excelência das seleções étnicas”, já seria claro na comparação entre os dados de 1872 e 1890, subindo o contingente de brancos, em menos de 20 anos, de 38.1% para 44% da população. Negros e mestiços, por sua vez, teriam queda expressiva no contingente populacional. Na região Sul do Brasil o fenômeno seria ainda mais “fantástico”, passando a população branca no mesmo período de 59,4% para 70,2% da população (VIANA, 1938, p. 213-214). Diz o autor, sem qualquer lamento, da “destruição da população negra”.

Vê-se como é rápida, no extremo-sul, a destruição da população negra. Em menos de um vintennio, o seu coeficiente, que é de 18.3, cáe a 8.7, com uma grande redução, portanto, de 9.6%. O elemento indígena, por seu turno, conserva-se, por assim dizer, estacionario, apresentando mesmo uma pequena redução de 0.5. Em contraste com esta evolução descendente dos dous typos barbaros, o magnifico movimento ascensional do typo aryano, que, em 1872, representa quasi os 60% da população e que, em menos de vinte annos, em 1890, passa a representar os seus 70%: mais 26%, portanto, do que a média geral do paiz (VIANA, 1938, p. 214).

As constatações de Viana travavam diálogo com outras teses eugênicas em voga no continente europeu, especialmente aquelas de Lapouge e Le Bon. O pensador fluminense buscava apontar a existência de elementos que permitiriam superar aquelas construções teóricas e apontar para a possibilidade de constituição da civilização nos trópicos. Trata-se de uma nova perspectiva que embora mantenha como base de suas análises de sociedade os conceitos de “evolução” e de “leis gerais”, não reproduz mais o seu caráter universal e unilinear (REIS, 2006. p. 140). O processo de arianização brasileiro viria a ser um exemplo não previsto por esses pensadores.

Lapouge não havia previsto, como não o havia Le Bon, essas surpresas, realmente desconcertantes, das seleções ethnicas operando sob os tropicos, nem as maravilhas do seu funcionamento sob os nossos climas, incomparaveis na sua benignidade para o homem branco. De modo que, quando aquelle grande sabio, com a sua alta autoridade de anthropologo e sociologo, vaticina que "le Brésil constituera sans doute d 'ici un siecle un immense État negre, à moins qu 'il ne retourne, et c'est probable, à la barbarie". (26) - nós temos, sem dúvida e sem a menor irreverencia, o direito de sorrir... (VIANA, 1938, p. 205-6)

Diante de tamanha associação das visões eugênicas de Viana com toda a sua obra, surpreende que diversos estudiosos tenham ignorado ou tratado como algo menor o peso dessas construções em sua visão política. Nos anos 1920-30, argumenta-se tratar de visão hegemônica à época – o que é verdadeiro – razão pela qual suas teorias não teriam sido

devidamente criticadas. Quase um século depois, muitos apontam para o risco de anacronismo ao abordar esses temas. Com isso, muitas das vezes, retorna-se a Viana com filtros, extraindo uma espécie de núcleo duro de seu pensamento, apostando que, assim, seria possível obter contribuições suas para o tempo presente. A nosso ver, parece residir justamente na parte que mais se evita os elementos mais ricos (e mais nefastos) da sua produção, capaz de nos iluminar acerca de problemas que persistem na história brasileira. O pensamento eugênico de Viana é incrivelmente revelador!

Nesse sentido, o aspecto eugênico se soma ao autoritário e ao corporativista constituindo os diferentes traços que caracterizaram o pensamento conservador de Viana. Todos esses traços serviram, ainda que em diferentes momentos do seu pensamento e em diferentes medidas, como freio às propostas de modificações da ordem social. O autoritarismo em Viana passou de uma defesa do poder pessoal do monarca ao tratar do contexto do final do século XIX para o corporativismo e a defesa de uma democracia restrita, com hipertrofia do poder executivo nacional. O eugenismo, por sua vez, passou da defesa da escravidão, ao se referir ao século XIX, para a defesa do branqueamento, via imigração e miscigenação, até desaparecer de suas obras finais.

Se é verdade que as proposições abertamente eugênicas desaparecem em suas obras finais, notadamente em *Instituições Políticas...*, é importante destacar que o autor seguia indicando a coerência e unicidade de seus escritos. Insolidarismo, espírito clânico e necessidade de centralização política são noções gerais que atravessam todo o pensamento de Viana, mas que é originalmente formulada a partir do seu diagnóstico da incapacidade das raças inferiores para a civilização. Ainda que as longas análises acerca dos grupos sociais formadores da nação brasileira e as propostas eugênicas deixem de aparecer em suas obras da maturidade – nesse momento efetivamente já não eram mais bem recebidas –, os diagnósticos que lhes serviram de base seguiram presentes, bem como as inúmeras referências feitas a *Populações...* e outras obras cujo argumento central se sustentava sob essas bases. Nesse sentido, se as proposições abertamente eugênicas podem ser vistas como um dos traços que caracterizam a sua obra em um dado momento, o *racismo* é juntamente com o *conservadorismo* aspecto constituidor de toda sua leitura de sociedade e do seu pensamento político.

Na recepção da obra de Viana, contudo, as bases racistas que servem de base ao seu pensamento são frequentemente ignoradas. Alguns autores chegam a mencionar a

questão racial, mas diminuem sobremaneira a sua importância. Gildo Brandão, em texto publicado em 2002, indicava ser francamente minoritária a linhagem que atacou, dentre outros aspectos, a sua concepção ‘arianizante’. Para o autor tratava-se de crítica que deu mais atenção à sociologia que à ciência política de Viana. E propõe, ao analisar a obra do autor, “jogar no lixo as velharias racistas” e compreender a sua reflexão acerca do Estado. Assim, após esse breve comentário, vê-se Brandão livre para analisar a obra de Viana sem que precise fazer qualquer menção às tais “velharias”.

Em direção semelhante, José Murilo de Carvalho afirma que Viana fora enviado ao inferno e que nesse processo se atribuiu a ele diversos rótulos como ‘racista’, ‘corporativista’, ‘elitista’, ‘reacionário’, dentre outros. Reconhece que de fato o racismo e o apoio à ditadura foram pecados graves de Viana, mas parte logo aos atenuantes. Dentre eles, aponta que quase toda a elite de sua época também era racista, “embora nem sempre o confessasse” (p. 83). Diz que Viana recuou de suas posições mais radicais expostas em *Evolução...* (embora não indique qualquer passagem em que de fato haja escusas do autor) e, por fim, advoga a possibilidade de compreender sua obra de forma dissociada das questões raciais (CARVALHO, 1991, p. 83).

Fernanda Xavier Silva (2015) ao apresentar as diferentes faces identificadas pelos intérpretes de Viana também não dá qualquer destaque ao aspecto racial. Assim, ao leitor desavisado, emerge uma interpretação que sugere a pouca relevância desse aspecto no conjunto da obra de Viana.

Diante desse silenciamento, parece importante, pois, destacar a obra de Vanilda Paiva como uma das que mais incisivamente abordou a questão racial no pensamento de Viana. O seu artigo, cujo título já antecipa seu ponto central, *Nacionalismo ou Racismo?* (PAIVA, 1976) indica justamente como o racismo de Viana cumpria papel fundamental em sua construção política, tal qual ocorria com os teóricos europeus em relação às suas pretensões imperialistas. Nesse sentido, Viana, chamado por ela de *Goubineau’s boy*, faria o ajuste necessário em suas teorias para que ela cumprisse o papel da dominação interna no Brasil.

No Brasil o racismo não poderia preencher uma função de justificação imperialista, necessária na Europa em face da partilha da África e da grande expansão sobre a Ásia na segunda metade do século XIX; mas lhe cabia a justificação da dominação interna dos brancos e, portanto, da situação social na qual se encontrava a população negra, ou de origem negra, e indígena. E esse é um aspecto importante — central, mesmo — da obra de O. Vianna. As

classes no Brasil são explicadas (como o faziam os racistas europeus em seus países) pelas qualidades das raças que as compõem (PAIVA, 1976, p. 63).

A crítica de Vanilda Paiva ajuda sobremaneira a compreender que, ainda que se leve em conta que as teorias raciais de Viana eram amplamente compartilhadas em sua época, elas não deixam de estar intrinsecamente relacionadas ao seu pensamento político. Como destacamos anteriormente e aqui aparece reforçado por Paiva, as análises das classes sociais desde *Populações...* aparecem diretamente associadas às questões raciais. Assim, compreender seu diagnóstico do insolidarismo e toda a construção do seu pensamento político conservador exigem também incluir e dar maior centralidade às suas construções raciais.

Explorando aspectos contextuais vividos por Viana, Paiva indica como, diante da grande mobilização pós-primeira guerra mundial e também da Revolução Russa, sua obra retirava qualquer foco da luta de classes, diluindo-a na problemática racial. Essa parece ser, inclusive, a solução de uma das contradições da obra de Viana: embora indicasse ser a luta de classe o grande motor de transformação da história, propunha um desenho institucional que minava a sua possibilidade no Brasil. Essa aparente contradição talvez se resolva justamente pela questão racial, à medida em que a luta de classes a que se refere Viana está relacionada às disputas entre servos e nobres, operários e burgueses no continente europeu, todos eles, no entanto, povos de origem semelhante, “arianos”. Nesse sentido, para além de uma integração territorial e da criação de laços de solidariedade, o branqueamento é fundamental para que se possa efetivamente pensar luta de classe, liberalismo, democracia ou qualquer outra “ideologia utópica” a ser implementada no Brasil.

A civilização seria salva desde que, durante o processo de "clarificação" da população, a ordem fosse mantida a qualquer preço. Só então, quando o país tivesse retomado à "arianidade" dos seus conquistadores, é que se poderia falar de democracia (PAIVA, 1976, p. 67).

Antes desse processo, não há como conferir legitimidade à rebelião das "classes inferiores". São elas ilegítimas pelo simples fato de serem formadas por elementos considerados por ele como racialmente inferiores. A dominação política aparece justificada racialmente “pela necessidade do homem comum, inferior, de obedecer e do homem ariano de mandar e pela benignidade dessa dominação” (PAIVA, 1976, p. 69).

Dito de outro modo, é possível dizer que a leitura racial empreendida por Viana justificava abertamente a adoção de um regime autoritário que buscava limitar as possibilidades de participação negra nos processos políticos. Em seus períodos mais dramáticos ia além e expressava seu eugenismo, propondo abertamente a eliminação desse contingente populacional a partir do processo de branqueamento como política necessária.

Em direção semelhante, José Carlos Reis (2006) também dá ênfase às teorias raciais de Viana. Reis inclui em sua análise uma gama de autores como Iglesias (1993), Odália (1997) e Moraes (1993) que preferiram se calar sobre esse tema. Se propõe a ir a esse “inferno” da questão racial, compreendendo que esse retrato do Brasil não pode deixar de ser visto: “esquecer e superar não é reprimir e calar, mas abordar e elaborar. É o que a história faz” (REIS, 2006, p. 159).

Reis destaca como está formulado em Viana um cruel problema político: “como livrar a história brasileira da presença dessas raças bárbaras, que impedem a sua plena integração à civilização ocidental? Que reformas políticas deveriam ser implementadas neste sentido?” (REIS, 2006, p. 166). Indica ainda que “seu primeiro impulso deve ter sido propor, para os negros, o mesmo tratamento dado aos índios: o extermínio. Ele não foi tão longe, apenas porque julgava que não seria preciso” (REIS, 2006, p. 166). A terapia política de Viana seria mais branda, mas seu objetivo não seria diferente daquele seguido pelos nazistas (2006, p. 167). Questiona Reis se, caso os nazistas tivessem vencido a guerra, não estaríamos hoje tratando Viana como um genial pioneiro daquelas ideias?

Reis indaga também se, em vez de propor o *apartheid*, seria possível supor que, em sua recepção das teorias europeias, Viana não estaria propondo o seu exato oposto: famílias miscigenadas produzidas para que a população branca crescesse e, assim, os brasileiros se tornassem capazes de autogoverno e de progresso. “A ‘democracia racial’ em Vianna era uma proposta mais cruel do que o *apartheid*: o casamento inter-racial, a vida afetiva, estrategicamente, levaria à destruição da raça do cônjuge negro/índio/mestiço” (REIS, 2006, p. 168-9).

As interpretações de Paiva e de Reis certamente também possuem limitações, notadamente ao não dar conta de compreender em sua complexidade o pensamento

político de Viana reduzindo-o à questão eugênica. Resgatar a leitura de Paiva e Reis, porém, cumpre o papel de demonstrar o contraste existente na recepção de Viana. Ao lê-los, não parece que se está referindo ao mesmo autor que diversas outras interpretações preferiram tratar como um pé de página suas construções raciais. Nesse sentido, parece fundamental voltar a dar centralidade às questões raciais de Viana justamente para compreender as correlações com o conjunto do seu pensamento.

Faz-se necessário costurar as partes que constituem o pensamento do autor. O racismo não é um aspecto dissociado de sua leitura acerca do processo de formação social brasileiro e nem tão pouco está ausente em suas proposições políticas mais específicas. A defesa de uma centralização política, em termos mais gerais, a construção institucional do corporativismo e o eugenismo são expressões específicas do seu pensamento que, no conjunto, pode ser bem compreendido pelo *racismo* e pelo *conservadorismo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do pensamento de Oliveira Viana não é tarefa simples. Sua obra é bastante ampla, variável ao longo do tempo, com livros volumosos e nem sempre de fácil leitura. O tratamento despendido a determinados grupos sociais, igualmente, exige grande esforço de abstração para que se siga adiante na tarefa de levar a sério o conjunto de suas proposições. De certo, as possíveis conexões com o tempo presente transformam a sua leitura em algo ainda mais instigante e necessário.

Em síntese, o que se procurou demonstrar ao longo do capítulo foi como se deu a construção do pensamento conservador de Oliveira Viana. Trata-se, como se viu, de uma elaboração teórica que busca se ancorar em um diagnóstico supostamente acurado da realidade para pensar as possibilidades políticas para o Brasil. Como afirma José Carlos Reis, Viana instrumentaliza a história para propor a intervenção na realidade. E, nesse exercício, a história apresenta o diagnóstico e a política se encarregaria de oferecer o remédio. A pergunta precisamente feita pelo autor é: “e se o diagnóstico histórico for equivocado? A intervenção política terapêutica poderá ser trágica” (REIS, 2006, p. 142). É essa, pois, uma boa síntese do pensamento de Viana: um diagnóstico histórico-sociológico equivocado sucedido por um trágico receituário de ação política.

O diagnóstico que frequentemente é apresentado consiste, sinteticamente, em indicar a prevalência do rural sobre o urbano na história brasileira. Da imensidão

territorial e da particularidade dessa formação nasceria uma sociedade em que prevaleceria o insolidarismo cujo único tipo de vínculo criado entre os grupos seria o espírito de clã, nocivo à construção de uma unidade territorial e nacional. O prognóstico, embora alvo de controvérsias, aponta em linhas gerais para a necessidade de uma centralização política com concentração de poder no executivo e participação social limitada.

O que se buscou acrescentar a essa análise amplamente aceita é a compreensão de que o conservadorismo de Viana também se sustenta sob bases fortemente racistas. É também por considerar a inferioridade dos povos não brancos e a necessidade – supostamente passível de ser explicada historicamente – de alguém que lhes dirija a ação que se constitui as suas proposições políticas. Manter de modo rigoroso esses grupos inferiores sob domínio ariano seria missão fundamental da política brasileira. Ausente esse forte comando central, o resultado seria a proliferação do banditismo, da vadiagem, da criminalidade. Pior: caso os grupos inferiores assumissem posições de poder, correríamos o risco de caminhar rumo a um “novo Haiti”.

Em momentos específicos de sua obra, atravessado pelas crenças eugenistas, Viana vai além e, mais que manter sob controle os povos negros, indígenas e mestiços, busca apresentar o caminho que levaria ao desaparecimento desses grupos. Seu otimismo em relação ao Brasil vem do fato de observar nos diversos censos do final do século XIX e início do século XX o aumento considerável do contingente branco. Esse cenário indicava que a biologia faria seu papel, que a superioridade dos arianos se imporia através de diversos mecanismos e permitiria que, no futuro próximo, os homens de tipo inferior desaparecessem. Não deixa de lamentar, contudo, que se tenha abolido a escravidão e, com isso, desacelerado o ritmo natural desse processo.

É forçoso dizer que as ideias de Viana ganharam a política e a sociedade, transformando-se de forma automática em política governamental. Não se pretende, como adverte Raymundo Faoro (1987, p. 10), atribuir as revoluções aos filósofos e ignorar as diferenças existentes entre as proposições intelectuais e as ideias que efetivamente ganham a sociedade. Dito isso, é inevitável apontar a existência de alguma relação entre os escritos de Viana com o processo de centralização política, o corporativismo e as inúmeras políticas de cunho eugênico efetivamente implementadas em boa parte da

chamada Era Vargas (1930-1945)³⁴. Não é demais lembrar que o próprio Viana compôs também esse mesmo governo.³⁵

O objetivo inicial ao investigar os escritos de Viana era perceber como se construía sua leitura do corpo social brasileiro e de que forma essa leitura impactava em seus prognósticos políticos. Acredita-se que sua visão racializada de sociedade cumpriu papel decisivo nessa construção. Por essa mesma razão, optou-se por categorizar o seu pensamento pela chave do racismo e do conservadorismo, compreendendo que essas bases mais amplas que lhe constituem abarcam formulações mais específicas, notadamente o corporativismo e o eugenismo.

Mesmo algumas das supostas contradições apontadas na obra de Viana podem ser melhor compreendidas quando analisadas pela sua ótica racial. O contraste entre um suposto nacionalismo do autor e a sua repulsa aos setores mais expressivos da população brasileira; a contradição entre a sua crítica implacável contra as importações teóricas estrangeiras pelos nossos ‘idealistas constitucionais’, ao mesmo tempo em que ele próprio importava Gobineau, Lapouge e outras teorias raciais que predominavam no velho mundo; e, quem sabe, talvez a própria contradição do elogio à aristocracia bandeirante, amplamente presente em sua análise dos primeiros séculos da colonização, e a posterior crítica às elites locais portadoras do espírito de clã possam ser explicadas por sua ótica racial³⁶.

³⁴ As relações entre a Era Vargas e o pensamento de Viana, inclusive no que diz respeito às ampliações no campo dos direitos sociais, mereceria um outro trabalho. Cumpre notar, apenas para dialogar com a temática do racismo e do eugenismo que interessa mais especialmente a este trabalho, que a mesma constituição que introduzia direitos sociais fundamentais trazia também, em seu artigo 138, alínea b, que era dever de todos os entes “b) estimular a educação eugênica”. Outro exemplo é o artigo 2º do “decreto-lei nº 7.967 de 1945, que dizia: “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia (...)”.

³⁵ Relembro a passagem trazida anteriormente de Ruth Landes (2002, p. 40-41) que narra diálogo tido com Oswaldo Aranha em que ouviu do então ministro das relações exteriores do governo Vargas que: “uma vez que vai estudar os negros, devo dizer-lhe que o nosso atraso político, que tornou esta ditadura necessária, se explica perfeitamente pelo nosso sangue negro”. A presença do sangue negro não só justifica o regime como também o orienta. “Por isso, estamos tentando expurgar esse sangue, construindo uma nação para todos, ‘embranquecendo’ a raça brasileira”. Essas passagens reforçam nosso entendimento de que o pensamento e a história política devem ser pensados de forma relacionada sendo ambos influenciados pelo racismo em suas diferentes dimensões.

³⁶ Em *Evolução do Povo Brasileiro*, Viana sugere que os bandeirantes seriam predominantemente do tipo dócil-louro. A base para essa afirmação estaria nas características físicas e, principalmente, no espírito aventureiro, conquistador, destemido dos tais bandeirantes. O tipo que predominou entre nós, porém, seria o tipo bruno, de menor estatura e menor disposição a aventuras. Nesse sentido, o predomínio deste se daria a partir da mineração e do surgimento de um contexto mais favorável à vinda de imigrantes para a colônia (VIANA, 1938, p. 145-150).

A nosso juízo, dar centralidade às teses raciais de Viana elucida melhor seu pensamento, mas não torna as outras interpretações descartáveis. Diferentemente de Paiva (1976), não acreditamos, por exemplo, que a obra de Viana ajude pouco a esclarecer o passado brasileiro. Visto aos olhos de hoje, e também a partir da leitura da autora, parece fundamental o retorno a Viana para pensar a história do racismo no Brasil, bem como as suas conexões com o pensamento político nacional. Que todas as teorias eugênicas tenham se mostrado, sem exceção, pseudocientíficas e sem qualquer valor científico no século XXI, a história já tratou de demonstrar. Seus impactos, no entanto, não foram poucos e suas marcas seguem profundamente vivas³⁷. Além disso, a passagem em Viana de um pensamento abertamente racista e eugênico para o silenciamento dessa temática em suas últimas obras é ainda mais valioso, especialmente quando se pretende, nos capítulos seguintes, verificar como se empreendeu a leitura de sociedade em autores cuja obra se desenvolveu sobremaneira no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, quando já se superava as teses eugênicas.

Por outro lado, embora não se tenha seguido os passos de José Murilo de Carvalho em sua categorização do pensamento de Viana, parece rico o seu questionamento se “o inferno a que condenamos Viana em vez de ser o outro, como queria Sartre, não é parte de nós mesmos” (CARVALHO, 1991, p. 96). Certamente tem razão Carvalho em sua sugestão. Não se trata, pois, de deixar Viana no inferno, silenciá-lo ou mesmo tratá-lo como um pensador de menor relevância. Isso envolve, porém, assumir o mesmo tratamento ao conjunto de sua obra, não evitando tematizar determinados aspectos, especialmente quando cumprem papel fundamental no desenvolvimento de suas propostas.

Por fim, merece destaque, ainda que recheado de contradições, a proposta de compreender o valor da cultura e da história nacional ao pensar desenhos institucionais. Embora o próprio Viana tenha fracassado em sua execução, segue necessário e atual o seu questionamento à incorporação de ideias que vêm “de fora pra dentro” sem maior esforço crítico na sua recepção³⁸. Há de se evitar, contudo, o caminho seguido por muitos

³⁷ Apenas a título de exemplo, é impossível não especular correlações ao ler sobre Viana e em seguida verificar práticas de esterilização forçada que são ainda hoje empreendidas no Brasil. Sobre isso, cf. SCHULMAN (2018).

³⁸ Essa abordagem, inclusive, parece ser uma das bases que dão sustentação aos contemporâneos esforços de leituras decoloniais.

teóricos de, ao mergulhar no estudo das especificidades brasileiras, terminar por apontar para uma inferioridade social, seja ela construída a partir de aspectos biológicos ou culturais. Nos capítulos seguintes, dar-se-á continuidade a essa discussão a partir da análise de outros importantes autores do pensamento político e social brasileiro.

CAPÍTULO 3 – CAIO PRADO JÚNIOR

*O samba corre
Nas veias dessa pátria - mãe gentil
É preciso atitude
De assumir a negritude
Pra ser muito mais Brasil*
Luiz Carlos da Vila

VISÃO GERAL DO CAPÍTULO

Neste capítulo, propõe-se uma análise da obra de Caio Prado Júnior (CPJ) que funciona, nos propósitos do presente trabalho, como um representante de uma tradição socialista brasileira. Devido à grande relevância de suas construções teóricas, seus livros se tornaram vastamente conhecidos e já foram objeto de análise de inúmeros outros trabalhos. Em função disso, torna-se imperativo não apenas fazer um esforço de síntese do que foi o seu pensamento, mas também apresentar elementos novos ou, o que é especialmente caro a este trabalho, conectá-lo a outros problemas maiores que permitam uma visão de conjunto do autor e do Pensamento Político e Social Brasileiro. Nesse sentido, objetiva-se investigar como CPJ lê o processo de formação social brasileira e como a sua percepção acerca da estrutura social impacta sua proposta da revolução brasileira e da implementação do socialismo no país. Sem abrir mão de tratar nas próximas linhas de algumas das suas principais contribuições teóricas, é a leitura de sociedade do autor e as suas implicações para a construção de um projeto socialista no Brasil que interessam especialmente a este capítulo.

Para cumprir essa tarefa, divide-se o capítulo em três grandes partes. A primeira delas consiste em uma apresentação do autor, contemplando brevemente alguns aspectos biográficos, uma percepção mais geral do contexto em que se inseria e a importante recepção de sua obra. Em seguida, aprofunda-se mais nas contribuições específicas trazidas por Caio Prado Júnior para os debates que predominavam no campo progressista e, em especial, aqueles travados pelos grupos socialistas nos anos 1950 e 1960. Na terceira e última parte, faz-se uma análise mais ampla com o intuito específico de identificar no interior de suas obras a sua leitura da formação social brasileira, a relação desta com o racismo e as suas implicações para pensar o socialismo no Brasil.

O AUTOR EM SEU TEMPO

Caio Prado Júnior (1907-1990), doravante CPJ, foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros do século XX, tendo vivenciado os principais acontecimentos daquele século – desde a revolução em 1930 até a redemocratização dos anos 1980. Sua origem remete àquele grupo social que mais deteve poder no Brasil no princípio do século passado: uma família aristocrata produtora de café no estado de São Paulo. Sua formação também foi bastante convencional, tendo se graduado em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em 1928. Diferente de Oliveira Viana, autor tratado no capítulo anterior cuja origem e a formação tradicional funcionavam como sinalizadores das raízes conservadoras do seu pensamento, o pensamento de Caio Prado seguiu por caminho diverso, rompendo em boa medida com o pensamento conservador predominante em sua época e produzindo aquela que foi a mais influente proposta de interpretação marxista da história brasileira até então.

Se a origem familiar e a trajetória de sua formação não são reveladoras do seu pensamento, é na militância política que se identificam importantes espaços do seu processo de formação política. Desde cedo CPJ fez um movimento nada previsível de saída dos ambientes tradicionais para compor as fileiras da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O trabalho intelectual e a militância andaram juntos em seu propósito de compreender e propor transformações para o país. A militância lhe rendeu, inclusive, um breve período como deputado estadual em São Paulo, em 1947, mas também o exílio e, mais de uma vez, o cárcere³⁹.

Bernardo Ricupero (2000, p. 127) chama a atenção para o fato de que CPJ passou a vida alheio às instituições acadêmicas, muito embora tenha tentado por duas vezes ingressar oficialmente como professor na Universidade de São Paulo (USP). Embora não tenha chegado a ser efetivamente professor da USP, obteve em concurso à Cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito o título de “livre-docente”. A sua frustrada carreira acadêmica, se é possível assim dizer, recorrentemente emerge como um dos elementos que explicariam um certo isolamento intelectual do autor, não tendo constituído um grupo mais expressivo de intelectuais formados diretamente por ele.

³⁹ Para uma reconstrução da biografia política de Caio Prado, ver Lincoln Secco (2015).

A ampla influência de seu pensamento, contudo, contrasta profundamente com o insucesso na carreira acadêmica institucional. Maria Ângela D’Incao, em afirmação na qual é acompanhada por uma série de outros intelectuais, atesta que CPJ é “historiador brasileiro que maior influência tem sobre os estudiosos da sociedade brasileira” e que “todos partimos de Caio Prado para compreender o Brasil, mesmo que depois possamos divergir de suas teses principais” (D’INCAO, 1989, p. 9). Nesse sentido, é interessante perceber que sua obra foi bastante controversa, em vários aspectos divergiu do pensamento hegemônico em seu tempo, mas ainda assim orientou uma diversidade de pensadores que se formaram nas décadas seguintes.

Sem desconsiderar a presença que CPJ chegou a ter na própria USP e em outros espaços, compreende-se que há dois *locus* específicos em que se desenvolve de forma mais robusta o pensamento caiopradiano. Um deles é o interior do próprio PCB. É esse um ambiente em que o autor milita e que lhe fornece importantes elementos para desenvolver boa parte de suas principais teses. É certo, porém, que CPJ não faz parte dos grupos que assumiram um papel hegemônico no interior do partido. Suas teses, conforme veremos, recorrentemente confrontaram as visões predominantes dos grupos dirigentes. A partir disso, pois, chega-se ao segundo espaço, a *Revista Brasiliense*. Trata-se de revista criada por CPJ e abrigando em grande medida teóricos que defendiam algumas das teses que iam de encontro às teses hegemônicas do PCB. As produções da Revista, somadas aos principais livros por ele publicados, compreendem os elementos centrais para constituição de seu pensamento.

Para além do que ocorria no Brasil e impactava diretamente as construções teóricas do autor, há também influência de aspectos externos ao país em seu pensamento. Notadamente, a experiência soviética (e mesmo outras experiências socialistas como Cuba e China) fazem parte do seu horizonte. As análises do socialismo concretamente desenvolvido, enriquecida pelas viagens feitas a esses países, resultaram em um conjunto de obras em que CPJ descreve o funcionamento dessas sociedades. Há aí também campo fértil para reflexões de cunho filosófico acerca da liberdade, do autoritarismo e da organização político-econômica. Dentre essas obras estão: *URSS - um novo mundo* (PRADO JR., 1934), *O mundo do socialismo* (PRADO JR., 1967), *O que é liberdade?* (PRADO JR., 1985), *O que é Filosofia?* (PRADO JR., 2017). Esses trabalhos, porém, terão menor centralidade na análise aqui proposta, servindo em alguns casos apenas como

contraste para verificar como o autor percebe o socialismo, em abstrato ou em outras experiências pelo mundo, e como pensa a sua implementação no Brasil.

Para os objetivos propostos nesta tese, interessa sobretudo as obras de CPJ sobre o Brasil – obras essas que foram efetivamente as responsáveis por toda a projeção do autor, fazendo dele ainda hoje nome que figura em qualquer lista que trate dos principais pensadores do país⁴⁰. O primeiro livro de CPJ, *Evolução Política do Brasil*, de 1933, compreende junto com o clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado no ano de 1942, e *História Econômica do Brasil*, publicado em 1945, o núcleo de trabalhos mais historiográficos que nos servirão como referência mais geral para a compreensão da sua leitura histórica sobre o Brasil. Busca-se compreender essas obras inseridas em um contexto específico do Brasil dos anos 1930 e 1940. Em seguida, busca-se verificar as implicações desse pensamento e como se articula às propostas de reformas do Brasil – aqui já inseridas no contexto dos anos 1950 e 1960. Para esse segundo período, analisam-se os textos publicados na já mencionada *Revista Brasiliense* (cujo lançamento se deu em 1955), mas especialmente daquelas contribuições que foram consolidadas nos livros *A Revolução Brasileira*, de 1966, e *A Questão Agrária no Brasil*, de 1979.

A breve descrição das principais contribuições teóricas de CPJ feita acima já indica que o autor atravessou momentos políticos-chave, com mudanças profundas tanto no que era o país concretamente, quanto nas formas de representá-lo. Wanderley Guilherme dos Santos defende que a chamada Era Vargas teria sido responsável por constituir efetivamente o Estado Nacional no Brasil, sendo, por isso, o marco entre duas épocas (SANTOS, 2006, p. 18). Esse conjunto de mudanças teve impacto nas construções teóricas, nas reflexões (ou mesmo na constituição) do Brasil, além das diferenças profundas observadas entre a adoção de uma linguagem marxista no Brasil em dois períodos distintos, o primeiro no início dos anos 1930 e 1940; o segundo já nos anos 1950 e 1960.

Diante disso, busca-se compreender os dois contextos (1930/40 e 1950/1960) em suas diferenças, bem como indicar como a obra de CPJ se relaciona com ele. Apesar do esforço inicial de compreensão dos dois momentos, identifica-se certa coerência interna em sua obra que posteriormente permitirá fazer conexões entre os períodos indicados.

⁴⁰ Por todos os outros, ver levantamento de Gildo Brandão acerca da percepção de pesquisadores Sêniores sobre os principais pensadores nacionais (BRANDÃO, 2000).

Entendimento semelhante e mais detalhado acerca dessas continuidades no pensamento de CPJ está expresso no trabalho de Raimundo Santos (2000).

CAIO PRADO JÚNIOR, FORMADOR DO BRASIL – 1930/1940

Caio Prado Júnior figura entre os mais importantes pensadores nacionais. Em um primeiro momento, seu destaque se deve por, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, ter contribuído para a inauguração de novas formas de compreender o Brasil a partir dos anos 1930. Trata-se, como bem atestou Ricupero (2008), de um subgênero que se desenvolve naquele período na tentativa de compreender a “formação” do Brasil. Em consonância com o que seriam os romances de formação, no qual os heróis passam por uma profunda transformação, as diversas obras que ali surgiram buscavam compreender as transformações pelas quais o país passava – bem como indicar aquelas pelas quais seria necessário que passasse. Não é coincidência que várias das obras desse período remetam à ideia ou utilizem “formação” efetivamente em seu título ou subtítulo⁴¹.

Se o problema dos romances de formação é a passagem da juventude para a vida adulta, em boa parte dos livros sobre o Brasil que ostentam a palavra formação em seu título a preocupação é com o estabelecimento de um quadro social mais autônomo, nacional, que se contraporá à situação anterior, de subordinação colonial (RICUPERO, 2008, p. 66).

É relatado por diversos pensadores o peso que as obras de CPJ assumiram no processo de formação de gerações de intelectuais brasileiros. Ler suas obras, em especial *Formação do Brasil Contemporâneo*, transformou-se em elemento básico para a formação de estudantes no campo das ciências humanas e sociais a partir da segunda metade do século passado. O relato que mais despertou reflexões acerca do papel desempenhado por CPJ certamente foi aquele feito originalmente no ano de 1967 por Antônio Cândido (1976), identificando em CPJ (e em Sérgio Buarque e Gilberto Freyre), o sopro do radicalismo que não foi abafado pelo Estado Novo. Raimundo Santos (2000, p. 138) identifica que ao menos a partir desse momento o reconhecimento de sua obra é inequívoco.

⁴¹ No caso de CPJ, a principal obra nesse sentido é *Formação do Brasil Contemporâneo*; Gilberto Freyre traz em seu *Casa Grande e Senzala* um amplo esforço de compreensão da *formação* da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. A eles se somam o clássico de Celso Furtado: *Formação Econômica do Brasil*, e também a obra de Raymundo Faoro que, embora posterior e com o título “Os Donos do Poder”, o subtítulo indica sua preocupação central: *formação* do patronato político brasileiro.

Como ocorre com boa parte desses autores que se transformaram em formadores do Brasil dos últimos cem anos, ler CPJ significa, em muitos casos, encontrar boa parte das concepções mais gerais sobre a História do Brasil que desde cedo se aprende na escola e que sustenta boa parte das leituras sobre o país. Salvo alguns temas cuja centralidade se perdeu com o tempo e outros poucos em que o passar dos anos acabou demonstrando os equívocos do autor, boa parte do que se compreende da nossa história ainda é permeada pelas suas construções. E é assim que mesmo sem ter se tornado efetivamente professor da USP e sem fazer parte do grupo hegemônico do PCB, sua interpretação do Brasil assumiu importância ímpar, passando a ser entendida como indispensável.

É certo que a atualidade da obra de CPJ não se dá diretamente, mas está presente ainda hoje em livros didáticos e no processo formativo de estudantes e professores. Além disso, não é difícil perceber sua influência sobre outros pesquisadores, abrindo espaço para que uma gama de trabalhos se desenvolvesse a partir de sua obra. O exemplo de maior destaque talvez seja o de Fernando Novais que, se assumindo como uma espécie de discípulo de CPJ, levou adiante as suas teses sobre o período colonial brasileiro. Por esses diversos caminhos, e não sem contestação acerca da fidelidade dessas reproduções, a obra caiopradiana seguiu, ao menos em parte, viva⁴² (MENDES, 2013).

Mas, afinal, quais são as contribuições trazidas por CPJ no contexto dos anos 1930/40? Um dos seus grandes méritos reside em sua capacidade de articular os eventos históricos, construindo sentidos. Suas obras, desde *Evolução...*, trazem uma importante leitura do Brasil livre dos determinismos geográficos e raciais, buscando compreender o país e alguns de seus principais processos políticos a partir da estrutura econômica colonial e dos interesses e conflitos inerentes às diferentes classes sociais. Em especial, o processo que culminou com a Independência/Revolução, poderia ser compreendido dessa forma.

Em um primeiro momento, haveria apenas dois grupos muito bem identificados. A sociedade colonial seria reflexo direto do que era a economia na colônia. De um lado, uma pequena elite, proprietária de terras, capaz de acumular vultuosa riqueza; do outro, uma massa expressiva de trabalhadores rurais, em sua maioria escravizados. A sociedade

⁴² Importante notar que há aqui uma crítica a Novais no sentido de indicar que fora responsável por consolidar um conjunto de interpretações sobre a obra de CPJ, reduzindo a sua contribuição à história colonial brasileira. Nesse caminho, afirma Mendes (2013), seguiram diversos outros historiadores.

dividia-se, pois, em poucos senhores e a grande massa que produz (PRADO JR, 1983, p. 23-29).

Esse cenário, no entanto, passa por importantes transformações. Após a invasão holandesa e a crise do açúcar que a sucedeu, passou-se a observar na colônia o surgimento de uma nova classe, ligada às atividades mercantis. Paralelamente, pouco a pouco vai se constituindo também uma classe de indivíduos desclassificados⁴³, que, embora não façam parte dos extratos superiores, também não se encontram na situação de escravizados. O conjunto dos interesses desses grupos, em especial dessa elite, passará por importantes conflitos, a começar por aquele percebido em Pernambuco, entre Recife e Olinda, na Guerra dos Mascates.

Da oposição entre a aristocracia rural e da classe mercantil ascendente ocorrerá a independência. E, embora com algumas alterações ao longo do século, esses dois grupos constituiriam a chave fundamental para compreender aspectos importantes do segundo reinado e de sua crise. A própria abolição da escravidão poderia, em grande medida, ser compreendida a partir dos diferentes interesses entre essas classes. Os “desclassificados”, assim como os escravos, não são percebidos por CPJ como partícipes desse processo.

Na seção *A Leitura da Sociedade em Caio Prado Júnior*, retomaremos algumas dessas construções. Por ora, basta indicar que a compreensão das dinâmicas das classes sociais no Brasil, e a explicação de nossa história a partir desses elementos, constitui uma das grandes contribuições trazidas por CPJ. Ensina Carlos Guilherme Mota, que “com as interpretações de Caio Prado Jr., as classes emergem pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira – enquanto categoria analítica” (MOTA, 1977, p. 28).

A análise das classes é um fator que auxilia na compreensão mais ampla da formação nacional. Aliás, para CPJ a “nação” ainda não estaria formada, constituindo um problema central em todo esse processo. Um dos esforços centrais do autor consiste em identificar os entraves à constituição da nação brasileira que, longe de ter sido possível se formar no período imediato à Independência (curiosamente chamada pelo autor de “Revolução”), seria um entrave em toda nossa história e teria origem no processo de

⁴³ Interessante notar aqui as conexões das construções de Viana com CPJ. Ricupero destaca que esse grupo que aqui aparece como “desclassificados” já se encontrava descrito pelo termo “plebe rural” na obra de Oliveira Viana, muito embora seja a descrição de Caio Prado que se transformou na mais referenciada na literatura nacional.

colonização. Esse problema já está, em alguma medida, tratado em *Evolução Política do Brasil* [1933] e em *História Econômica do Brasil* [1945], mas certamente obteve seu melhor tratamento em *Formação do Brasil Contemporâneo* [1942], objeto de análise a seguir.

Ao iniciar *Formação do Brasil do Contemporâneo* com o capítulo *Sentido da Colonização*, CPJ anunciava o que seria sua questão central para a compreensão do Brasil desde a sua formação. Trata-se da orientação para o exterior que desde o princípio marcara a colonização. Para entender o povoamento, a vida material e a vida social – as demais partes de *Formação...* – é indispensável ter em mente o “sentido maior” da colonização enunciado desde o princípio. Mesmo a evolução da política nacional, tematizada sobremaneira no livro publicado em 1933, anos antes da publicação de *Formação...*, em grande medida é possível ser compreendida a partir também desse sentido da colonização. Uma das noções gerais que atravessam toda a obra de CPJ consiste em perceber que “não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional” (PRADO JR., 2011, p. 7).

O nacional e o colonial são vistos, pois, como pares opostos capazes de descrever os problemas do Brasil de ontem e de hoje. E aqui se produz, tal qual outros autores que contribuíram para a “formação” do Brasil, uma interpretação bastante forte. Se para Sérgio Buarque de Holanda seria uma formação social bastante particular que resultou da experiência colonial e, posteriormente, para Raymundo Faoro foi um aparato político-administrativo de tipo patrimonial que permaneceu da nossa experiência colonial, para CPJ é uma orientação econômica voltada para o externo que emergiu da experiência colonial lusitana. Essa orientação para o exterior funciona como uma espécie de vício de origem que vai se atualizando, impedindo o florescimento de um mercado interno e o desenvolvimento propriamente da nação brasileira. Boa parte de seu esforço de reflexão passa por encontrar caminhos para superar, portanto, o colonial e fazer nascer efetivamente a nação.

Para seguir nos exemplos acima, Holanda e Faoro, fortemente inspirados pela literatura weberiana, denunciam o não desenvolvimento no Brasil dos atributos da racionalidade, da impessoalidade, sendo os padrões de comportamento da sociedade e do Estado brasileiro marcados pelo personalismo e pelo patrimonialismo. CPJ, por sua vez, aponta para o fato de que no Brasil, especialmente com a independência, consolida-se um

domínio de uma aristocracia rural – em oposição mesmo à classe mercantil que mencionamos anteriormente. Se conformaria aqui também em alguma medida uma experiência ao avesso do que se desenvolveu na Europa moderna. Se lá a burguesia venceu a nobreza e impôs o seu regime político-econômico, aqui teria ocorrido caminho inverso, com a vitória da aristocracia rural sobre a classe mercantil (PRADO JR., 2011, p. 315).

Embora as comparações entre a aristocracia rural e a nobreza europeia possam sugerir o contrário, um dos elementos centrais de toda a construção de CPJ consiste em identificar que a formação do Brasil não é uma equivalência do que fora a Europa séculos antes. Mais especificamente, CPJ compreende a formação brasileira inserida em um contexto de desenvolvimento do capitalismo comercial. E, com isso, não seria apropriado falar em feudalismo no país. Essa é uma das teses defendidas pelo autor que possui decorrências importantes, conforme se verificará nas próximas seções.

A construção de CPJ dá um salto importante na medida em que não concebe na importação indiscriminada de aspectos políticos, sociais ou culturais de Portugal para o Brasil o problema central de nossa formação social. Fugindo também de um determinismo geográfico ou racial, identifica na própria relação de produção e de dominação social inscrita no processo colonial o problema da formação do Brasil contemporâneo. Essas estruturas, diferentemente do que compreendia o conservador Oliveira Viana, não seriam merecedoras de elogio. Ao contrário, os males pelos quais vivia o país eram identificados nessa origem formativa que permanecia ao longo do tempo, apesar das mudanças políticas empreendidas com a Independência, a Abolição e a Proclamação da República.

Romper com a colônia passa a ser o aspecto chave nesse processo. Nos termos de Novais (1983, p. 69), “trata-se de compreender a nação a partir da colônia e por oposição a ela, e indagar as possibilidades de transformação inscritas nesse processo”. Superar o colonial significava, portanto, superar a orientação para o exterior que se estabeleceu desde o princípio da dominação europeia.

Carlos Nelson Coutinho destaca como CPJ foi capaz de trazer conceitos importantes para o marxismo. Mesmo sem ter tido grande contato com as obras de Lênin e Gramsci, CPJ contribuiu para a compreensão do que seriam as vias ‘não-clássicas’ para o capitalismo. Suas análises acerca da questão agrária no Brasil guardariam também

grande proximidade com a descrição de Lênin acerca da “via prussiana” (COUTINHO, 1989, p. 115-119). Maria Odila Leite da Silva Dias ressalta como CPJ foi pioneiro em interrelacionar infra e superestrutura, temática que ganharia maior centralidade na década de sessenta. Diz também que “uma das feições do seu método de interpretação da dialética marxista, consistiu no modo de trabalhar a mediação entre o econômico *latu sensu* e as formações sociais e políticas do sistema colonial” (DIAS, 1989, p. 396)

Ainda que criticado por alguns autores por seu marxismo padecer de um economicismo excessivo (GARCIA, 1989; MELLO, 1987; MORAES, 1991), é inegável que CPJ trouxe nos anos 1930/40 contribuições muito valiosas para a historiografia nacional. José Carlos Reis (2007) indica que ele tomou de Capistrano de Abreu o posto de maior historiador do Brasil. Fernando Novais destaca a valiosa abordagem da história nacional e as contribuições para a historiografia do período, desenvolvendo tanto trabalhos ensaísticos como também trabalhos imersivos em fontes primárias muito ricas.

O conjunto de suas obras historiográficas ainda dos anos 1930/1940 identificava nas origens coloniais as raízes do subdesenvolvimento e da dependência. Bresser Pereira, inclusive, aponta que “a grande contribuição de Caio Prado foi sem dúvida ter identificado no caráter mercantil do período colonial as origens do subdesenvolvimento brasileiro” (1989, p. 285). Maria Odila Dias (1989, p. 380) destaca o seu pioneirismo nessas temáticas que funcionaria como uma base a partir da qual se desenvolveria boa parte do pensamento nacional das décadas seguintes, centrado em oferecer caminhos para romper com o subdesenvolvimento e com a dependência⁴⁴.

É importante, assim, pensar CPJ como alguém que foi central em toda a elaboração teórica de um período e ofereceu um arcabouço metodológico que foi além da simples adesão às teorias marxistas. À medida que sua compreensão passava a ser amplamente aceita, o desafio passava justamente para a tarefa de propor caminhos que fossem capazes de superar essa situação colonial ou de subdesenvolvimento. Algumas divergências, no entanto, ganham maior relevância nesse ponto. A percepção acerca da ausência de feudalismo seguirá sendo um dos elementos centrais que difere CPJ de parte da intelectualidade e o leva a proposições bastante próprias no contexto dos anos 1950/60.

⁴⁴ Como se verá no capítulo seguinte, as temáticas do desenvolvimento e da dependência seguiram por bom tempo indissociadas. Deslocamento nesse debate ocorreu a partir da obra de Fernando Henrique Cardoso que rompeu com a dualidade, afirmando a possibilidade de desenvolvimento *com* dependência.

O Brasil dos anos 30 aos anos 1960

A passagem dos anos 1930/40 para os anos 1950/60 é permeada por importantes transformações. Boa parte delas, é verdade, se inicia ainda no primeiro momento, mas passa a ter peso maior nas décadas seguintes. É o caso, por exemplo, do processo de industrialização, que se desenvolve ao longo desse período e ao final dos anos 1950 já passava a ter papel importante na estrutura econômica nacional. Do ponto de vista político, o fim da II Guerra Mundial e a redemocratização levaram ao nascimento de novos partidos. Ainda que a estabilidade não seja uma marca desse período político, foi possível ver partidos nacionais disputando votos de importantes contingentes populacionais – agora já consideravelmente urbanizados.

Do ponto de vista social, as mudanças também eram grandes: via-se progressivamente um contingente populacional urbano se formando, boa parte deles deixando áreas rurais, migrando em busca dos empregos que passavam a ser ofertados nas cidades. Culturalmente também é um período bastante rico, sendo marcado, dentre outros, pelo surgimento de novos movimentos artísticos; pela chegada da televisão; pelo destaque brasileiro nos esportes, em especial no futebol. Esse conjunto de transformações pelos quais o país passava tem impactos também nos espaços acadêmico-institucionais.

A USP, criada em 1933, nos anos 1950/60 já deixava de ser um “departamento francês de ultramar” (RICUPERO, 2000, p. 218) e passava a contar com uma importante geração de intelectuais brasileiros formados. Teria início, portanto, uma produção de conhecimento – especialmente nas ciências sociais – mais preocupada com a utilização de métodos científicos rigorosos e mais próxima do que se produzia em outros lugares do mundo, especialmente na França.

Conforme se antecipou, CPJ não ingressara formalmente no corpo docente da USP. Isso, no entanto, não reduziu a projeção de suas produções teóricas na instituição. A influência de suas teses no campo da História foi enorme, seguindo mesmo como hegemônicas e com poucas contestações ao longo de décadas, como indica Fernando Novais (2006). Também no campo da Geografia suas contribuições são reconhecidas por figuras tão importantes como Milton Santos (1989) e Aziz Ab'sáber (1989). Segundo Antônio Cândido, sua obra se tornou leitura obrigatória para as gerações posteriores, não se limitando a uma área específica. Florestan Fernandes afirma que mesmo fora da

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, “Caio representava o seu espírito e abriu novas perspectivas e ajudou ao trazer para o seu interior o “ímpeto criativo do materialismo histórico” (FERNANDES, 1989, p. 32).

Ainda no campo das discussões sobre a obra de Marx, Roberto Schwarz (1999), outro nome de peso do período, aponta que embora novas interpretações tenham surgido a partir dos chamados “Seminários Marx”, ocorridos nos anos 1950 e 1960, aqueles seminários buscavam em grande medida dar continuidade ao esforço aberto por CPJ de “nacionalização do marxismo” no Brasil. É assim que se compreende a sua forte presença na obra do próprio Florestan Fernandes (cf. COTRIM, 2012, p. 68), em Maria Sylvia de Carvalho Franco (cf. FAUSTO, 1997) e não deixará de estar também inserida nos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso (cf. CARVALHO, 2015b), objeto de análise do próximo capítulo.

Paralelamente ao desenvolvimento da USP e do amadurecimento de uma leitura nacional para o marxismo, a passagem dos anos 1930/40 para os anos 1950/60 é marcada também pelo surgimento de outros espaços institucionais de produção de conhecimento acadêmico na América Latina e no Brasil. Um dos principais órgãos desse período foi a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), criada no ano de 1949, com o objetivo de produzir estudos voltados para a situação específica da região latino-americana. No Brasil, as ideias da CEPAL encontrariam ampla ressonância nos anos seguintes, especialmente por meio do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Ter no horizonte esse cenário de transformações é importante para compreender a produção teórica de CPJ e alguns dos problemas centrais levantados por seus interlocutores. Tanto na USP como na CEPAL e no ISEB, três dos espaços fundamentais em que se desenvolveu o debate acadêmico do período, a obra de Caio Prado teve grande impacto. Por essa razão, vale a pena avançarmos um pouco mais sobre os entendimentos que se consolidaram nesse período para além da USP.

No que diz respeito à CEPAL, Raul Prebisch teve especial importância, não apenas por ter sido o primeiro diretor do órgão, mas também pelo ineditismo de seus ensaios inaugurais que dariam o tom da instituição e influenciaria fortemente o debate intelectual na região no início dos anos 50. A aposta no desenvolvimento pela via da industrialização em aliança com a burguesia nacional inspirará uma série de pensadores brasileiros e será motivo de algumas das controvérsias envolvendo Caio Prado.

Um dos aspectos centrais tematizados por Prebisch diz respeito às diferenças existentes entre as economias dos países periféricos e centrais. Trata-se do que se convencionou chamar de deterioração dos termos de troca. Enquanto os países periféricos teriam sua economia baseada na importação de produtos manufaturados e na exportação de produtos primários, de menor complexidade e de demanda inelástica, os países centrais teriam sua economia organizada de forma diversa, tendo nos produtos manufaturados, de maior complexidade e de demanda elástica, a base de suas exportações.

Em uma análise sistemática da relação entre os produtos primários e os artigos finais da indústria, Prebisch demonstra que com uma determinada quantia de produtos primários, no período de 1931-35, comprava-se cerca de 1/3 de produtos a menos que em 1876-1885, com a mesma quantidade de produtos primários. Conclui, pois, que

a relação de preços (...) moveu-se de forma adversa à periferia, ao contrário do que teria acontecido se os preços houvessem declinado de acordo com a redução de custos provocada pelo aumento da produtividade (PREBISCH, 2000, p. 82).

Daí também se desenvolveria a tese que, segundo Ricardo Bielschowsky, seria central para as formulações cepalinas da época: a tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 29). Percebida essa tendência, ao longo dos anos 1950/60 o debate intelectual passa a perceber como algo fundamental o planejamento para a industrialização dos países periféricos. Compreendia-se que a industrialização não constituiria um fim em si, mas que seria uma espécie de caminho para que os países subdesenvolvidos pudessem captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o padrão de vida das massas (PREBISCH, 2000, p. 72).

Um dos aspectos fundamentais que atravessa o diagnóstico cepalino é a identificação de que os processos na América Latina não seguiriam os mesmos passos dos países desenvolvidos – que não é possível pensar a história da América Latina como uma espécie de história pretérita europeia (BIELSHOVSKY, 2000, p. 22). Vale lembrar que esse entendimento também estava presente na obra de Caio Prado Júnior, que em sua interpretação do período colonial já identificava a presença de um sistema capitalista entre nós e recusava as teses que apontavam para a existência de traços feudais no país.

O diagnóstico cepalino, por fim, apontaria para a necessidade de desenvolver um projeto de industrialização e desenvolvimento inserido em uma lógica nacional, a partir de uma intervenção estatal. O mesmo prognóstico, ainda que mediado por profundos

debates internos, seria reforçado no Brasil. Inicialmente, por meio do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e com o *Cadernos do Nosso Tempo*. Esses espaços levariam, nos anos seguintes, à criação do principal espaço que reuniu importantes nomes do pensamento nacional-desenvolvimentista, o ISEB.

Todo o diagnóstico produzido acerca do subdesenvolvimento nacional e de suas origens nos faz remontar fortemente à obra do próprio CPJ. Em vários dos textos vinculados no *Cadernos do Nosso Tempo* apareciam diagnósticos que indicavam a continuidade de uma estrutura colonial, como nesse trecho em que, segundo os autores, “o colonialismo, mais do que uma situação política, é uma situação econômico-social, caracterizada pela dependência” (*Cadernos do ...*, Nº 5, 1956, p. 59). Predomina nessas leituras a percepção de que o Brasil, embora de fato estivesse já, desde os anos 30, na fase de transformação (superando, pois, as estruturas tipicamente coloniais), guardaria ainda em seu comércio exterior uma dependência excessiva de um produto, o café, e de um comprador, os Estados Unidos da América (*Cadernos do ...*, Nº 5, 1956, p. 60-61).

O diagnóstico vinha acompanhado de um receituário para superar essa situação. O caminho passaria pelo desenvolvimento autêntico, nacional. Para alcançá-lo seria necessária a atuação de uma “vanguarda esclarecida” com aptidão para “despertar, nas novas forças dirigentes de nosso processo econômico-social, a consciência de seus interesses e das possibilidades de serem eles atendidos em termos convenientes para toda a comunidade” (*Cadernos do ...*, Nº 5, 1956, p. 146). Nesse contexto, os intelectuais deveriam estimular a burguesia nacional a assumir, para além da liderança econômica nacional, o protagonismo da vida política.

O ISEB e a CEPAL abrigaram um conjunto diverso de teóricos que, apesar de suas divergências, compreendiam o problema da dependência e do subdesenvolvimento de forma conjugada e apontavam para a necessidade de um processo de industrialização estimulado pelo Estado, em aliança com a burguesia nacional. Nesse sentido, parece possível perceber que as obras de CPJ contribuíram fortemente para a compreensão da história econômica nacional, mesmo que muitas das vezes não sejam feitas menções diretas à sua obra⁴⁵.

⁴⁵ É o caso, por exemplo, de Celso Furtado. Considerado o principal teórico econômico brasileiro desse período, a leitura de algumas de suas obras indica uma influência da interpretação de Caio Prado Júnior, embora este não apareça mencionado diretamente. Sobre isso, ver a tese de Rômulo Felipe Manzatto (2018).

Por fim, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) aparece como outro agente central no conjunto das construções desse período. Fundado nos anos 1920, o partido passou as primeiras décadas fortemente orientado por instruções externas, razão pela qual não promoveram grandes esforços de interpretação marxistas do Brasil (Konder, 1982, p. 165), especialmente a partir de 1928, com o VI Congresso da III Internacional, os poucos esforços são descartados e passa-se a tão somente receber de fora um ‘marxismo-leninismo’ codificado e aplicá-lo ao Brasil de acordo com as instruções estritas do produto importado (RICUPERO, 2000, p. 96).

Nesse sentido, durante muitos anos o PCB seguiu apenas reproduzindo orientações externas, com pouco esforço de interpretação própria do Brasil. A partir dos anos 1950, contudo, há um esforço maior de elaboração teórica que se sustentava no diagnóstico do Brasil como ainda um país “semifeudal” e “semicolonial”. A interpretação do partido, assim, recusava aquela que fora uma das mais importantes construções caiopradianas: a caracterização da formação social moderna brasileira como *capitalista* (COUTINHO, 1989, p. 120). A partir desse diagnóstico, os comunistas convergiram com as proposições isebianas e cepalinas, identificando como tarefa inicial comum a consolidação de uma “revolução democrático-burguesa”⁴⁶.

A recuperação contextual das transformações políticas e acadêmicas pelas quais o Brasil passou entre os anos 1930 e 1960 apresenta um cenário bastante controverso. Por um lado, Caio Prado Júnior produziu uma influente interpretação da história brasileira que esteve presente em boa parte dos diagnósticos político-econômico do período. Por outro, persistiam – e com especial força dentro do seu partido, o PCB – interpretações que divergiam frontalmente da sua caracterização da condição brasileira como sendo “capitalista”. Essas divergências ganharam enorme centralidade no debate que se seguiu nos anos 1960 posto que impactavam diretamente os limites e possibilidades de uma “Revolução brasileira”.

⁴⁶ Bernardo Ricupero aponta que as mudanças ocorreram especialmente após a “Resolução Política do IV Congresso”, em 1954. O PCB, após uma espécie de balanço da experiência stalinista, passou a trazer o aspecto democrático como elemento-chave para a sua proposta de revolução, levando à frente a bandeira de uma Revolução “Democrático-Burguesa, Anti-imperialista e Antifeudal” (RICUPERO, 2000, p. 102). No interior do partido passariam a ganhar relevância a partir dos anos 1950 teóricos como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré.

Trataremos adiante em detalhe do debate acerca da revolução brasileira. A apresentação nesta seção das transformações políticas e acadêmicas pelas quais o Brasil passou entre os anos 1930 e 1960 buscou reconstruir minimamente aquele contexto e situar a construção do pensamento de CPJ em relação a ele. O intuito central aqui, no entanto, não é de aprofundar nessa abordagem. Conforme já se indicou no primeiro capítulo, a investigação desse contexto assume papel relevante ao operar com a história das ideias, mas não é suficiente para pensar a trajetória das ideias ao longo de períodos históricos mais longos como aqueles que se propõe trabalhar nesta tese, mobilizando autores situados em momentos e em tradições de pensamento diversos como é o caso de Oliveira Vianna, Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso. Assim, a reconstrução contextual é mobilizada para que se possa compreender a importância do pensamento de CPJ e a sua relação com outras ideias presentes em seu tempo. Não se perde de vista, contudo, o objetivo maior de chegar à sua leitura específica da sociedade brasileira, compreender de que forma essa leitura constituirá aspecto importante do seu pensamento, para, ao final, refletir acerca do padrão que atravessa diferentes gerações e tradições do pensamento brasileiro.

CPJ E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA – OS ANOS 1950/60

Embora com pequena distância cronológica, as profundas transformações na vida social e também na esfera intelectual narradas acima fizeram com que os teóricos dos anos cinquenta, em sua maioria, já não discutissem “tão apaixonadamente o que é o Brasil, uma vez que todos parecem imaginar que têm uma ideia do que seja isto” (RICUPERO, 2000, p. 119). O debate público se direciona a partir de então para se pensar acerca dos caminhos que o país deveria seguir para superar os entraves que vinham desde a sua formação. No que diz respeito aos caminhos apontados para o desenvolvimento nos anos 1950-60, haveria nesse momento uma convergência entre diferentes grupos no intuito de uma aliança nacional desenvolvimentista. Esse movimento é entendido por Ricupero através do conceito de populismo, conceito que se tornou chave e reiteradamente repetido no interior da Universidade de São Paulo pelo menos desde o trabalho de Francisco Weffort (1978).

Mesmo outros interlocutores importantes de Caio nesse período, como o ISEB e a CEPAL, fazem parte do universo político-cultural do populismo. Todos, de forma geral, identificam o atraso, legado pela antiga dominação oligárquica,

como o grande obstáculo a ser transposto, via, sobretudo, uma industrialização a ser promovida pelo Estado, amparado por uma aliança policlassista. No caso brasileiro, comunistas e populistas se aproximam de tal forma que chegam mesmo a protagonizar uma aliança complicada. Este é mesmo um dos fatores que leva ao isolamento de Caio Prado Jr. e daqueles que pensam como ele no PCB (...) A diferença maior acaba aparecendo na meta final a ser perseguida por uns e outros: enquanto populistas e similares se contentam com a criação de um país que tenha um desenvolvimento voltado “para dentro”, comunistas enxergam nisto, no esquema da Revolução Burguesa, uma etapa necessária, mas que apenas prepara o caminho para o estabelecimento do socialismo (RICUPERO, 2000, p. 121-122).

CPJ seguiu em sua trajetória acadêmica uma postura bastante independente. Embora tenha sido membro do PCB durante a maior parte de sua vida, não fez da sua contribuição teórica mera continuidade do que era defendido pelo partido. Ao contrário, em muitos momentos adotou postura radicalmente contrária, motivando questionamentos acerca da sua continuidade no partido. De fora ou em grupo minoritário na maior parte das instituições mencionadas anteriormente, CPJ terminou por criar próprio espaço para veiculação das suas ideias na *Revista Brasiliense*.

Bernardo Ricupero destaca que foram muitos os embates de CPJ com os dirigentes do PCB. E, com Limongi (1987), indica que não foram poucos os membros do partido, em geral mesmo das correntes minoritárias, que terminaram por se vincular à *Revista Brasiliense*, publicando seus textos por lá. A Revista terminava por traduzir e dar vazão às teses de CPJ que se opunham àquelas hegemônicas dentro do partido.

O amplo conjunto de textos produzidos no interior da Revista fizeram nascer dois livros que sintetizam as principais teses do autor, são eles: *A Revolução Brasileira [1966]* e *A Questão Agrária [1977]*. Esses textos passaram então a sintetizar uma visão propriamente política de CPJ, embora não seja possível dissociá-la dos trabalhos anteriores: suas teses são justamente balizadas a partir de uma análise mais ampla da histórica nacional. A impossibilidade de separar a leitura da conjuntura política e as propostas para a transformação do Brasil fazem, inclusive, parte de algumas das críticas feitas à obra do autor. Se, para alguns, a análise fortemente sustentada na história traria problemas para a obra de CPJ, para outros esse seria justamente o seu maior mérito. É assim que Bernardo Ricupero percebe CPJ como alguém que criou um marxismo propriamente brasileiro. Ao partir de uma robusta leitura da história nacional, ele não se limitou a reproduzir teses abstratas, muitas das vezes vindas do exterior. O ponto nodal consistiria então em compreender a tensão entre um certo cosmopolitismo incapaz de condicionar as teorias marxistas e leninistas às questões locais. E, por outro lado, um

localismo incapaz de incorporar os sentidos mais gerais do marxismo. Para Ricupero, CPJ, junto a Mariátegui e outros poucos, tiveram especial êxito na superação desse falso dilema:

Do cosmopolitismo retiveram tanto o objetivo socialista, comum a todos que se identificam com essa tradição política, e a forma como entenderam as suas realidades, dada por categorias originalmente provenientes do pensamento “europeu”. Tiveram consciência, entretanto, de que sua tarefa era local, já que o terreno de luta que tinham de enfrentar era nacional. Souberam, portanto, que tinham de agir para estabelecer o socialismo a partir da sociedade peruana, brasileira e latino-americana. Nisso, foram verdadeiramente marxistas latino-americanos e não apenas marxistas da América Latina (RICUPERO, 2000, p. 89).

Ricupero não está sozinho em sua identificação de CPJ como pioneiro no processo de nacionalização do marxismo no Brasil. Também lhe acompanha nesse diagnóstico Nelson Coutinho (1989, p. 115-116), que aponta como o autor foi capaz de compreender formas não clássicas de transição para o capitalismo e que, mesmo sem ter tido grande contato com as obras de Lênin ou Gramsci, elaborou análises que se aproximavam desses autores, produzindo a partir da experiência brasileira interpretações que contribuiriam para o enriquecimento de conceitos marxistas. Em direção semelhante, reconhecendo a importância de Caio Prado e Mariátegui para o esforço inicial de interpretação marxista na América Latina, seguem André Kaysel (2012) e Yuri Leichsenring (2015).

Mas, afinal, no que CPJ se dissociava dos autores do período e quais eram suas principais teses para a Revolução Brasileira? A resposta a essa pergunta é central a esta tese, visto que é na proposta da Revolução Brasileira que se identifica de forma mais clara as conexões entre a leitura da história e os caminhos que CPJ considera necessários de serem trilhados para se promover uma mudança profunda no país. A sua proposta pode ser sintetizada em torno de dois aspectos que são centrais aos debates travados naquele período. De um lado, a leitura acerca da questão agrária no Brasil e dos restos feudais – entendidos por parte da intelectualidade do período como uma espécie de herança colonial que ainda constituiria impedimento ao desenvolvimento nacional. De outro, a aposta em uma aliança com a burguesia nacional contra a burguesia internacional. Para importantes setores da intelectualidade do período essa burguesia internacional seria a expressão do imperialismo no Brasil e, por isso, precisaria ser combatida. A partir da oposição de CPJ a esses dois pontos parece possível entender a sua contribuição para esse debate, bem como as profundas divergências entre o autor e boa parte dos pensadores de seu tempo. Vamos a eles.

A Questão Agrária

É curioso notar que desde *Evolução...*, embora de forma menos estruturada, já é possível identificar que CPJ buscava caracterizar o Brasil colonial diferenciando-o das experiências feudais europeias. No quadro mais geral, como já indicamos, é claro para o autor como o período colonial precisa ser compreendido inserido no capitalismo comercial, associado diretamente à expansão econômica lusitana. Mas CPJ dá um passo à frente nessa análise e busca indicar como práticas recorrentes daquele período se diferenciavam das encontradas na Europa feudal. É o caso das terras dadas em Sesmarias que em sua visão não guardariam relação alguma com o feudalismo. Para o autor, a propriedade seria alodial, não guardando relação com outros ônus a não ser pagamento de alguns impostos. A sesmaria seria, assim, instituição jurídica bem expressa, não se constituindo de dependência alguma a partir da construção dos laços pessoais. Além disso, CPJ demonstra como a posse da terra não era sinônimo de riqueza ou prestígio. Ao contrário, diz que “a simples posse da terra nada significa”. Assim, se na Europa feudal o predomínio de uma classe se deu direta e exclusivamente a partir do domínio do solo, por aqui, a relação não seguiria esse mesmo padrão (PRADO JR., 1983, p. 15-17).

Essa tese, afirmada originalmente em 1933, passaria a ocupar papel central no debate brasileiro dos anos 1950/60. Como vimos acima, parte importante dos diagnósticos apresentados, especialmente pelo PCB, identificava na permanência de restos feudais na economia brasileira um dos principais impeditivos para o desenvolvimento nacional. CPJ irá, pois, se opor a essas teses, amparado por sua robusta obra historiográfica.

O esforço central de CPJ consiste em pensar formas de superação dos problemas nacionais a partir de uma análise rigorosa das condições e limitações impostas pela nossa própria história, bem como por suas estruturas política, econômica e social. Para o autor, tal tarefa consiste em tradução da obra marxista, aparecendo aqui uma crítica importante aos autores que lhe antecederam no sentido de indicar que essas teorias se construíram apartadas da realidade, trazendo graves consequências para a ação revolucionária e constituindo uma elaboração teórica às avessas, que busca encontrar nos fatos aquilo que a teoria ou a experiência de outros países apontava. Dirá CPJ que os teóricos do marxismo se estruturaram no Brasil nos anos 1920 construindo sua teoria à sombra da experiência

rusa. Assim, chegou-se à suposta necessidade de uma revolução anti-imperialista e anti-feudal no Brasil, tal e qual na Rússia czarista (PRADO JR., 2014, p. 24-30).

A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente – mas não simplisticamente – a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta. Processo esse que, na sua projeção futura, dará cabal resposta às questões pendentes. É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. Método de interpretação, e não receituário de fatos, dogma, enquadramento da revolução histórica em esquemas abstratos preestabelecidos (PRADO JR., 2014, p. 32).

Tratar-se-ia de definir uma teoria revolucionária que fosse expressão da conjuntura econômica, social e política, capaz de revelar as questões pendentes e as soluções possíveis. Nesse sentido, o autor desenvolve o argumento de que não existiu no Brasil uma economia camponesa, mas sim o sistema de *platanion*, sendo essa a estrutura que dá origem à economia agrária brasileira. Haveria algumas poucas exceções, especialmente na região sul, mas, de forma geral, percebe que há no Brasil força de trabalho no campo, “mas que não se trata assim, na acepção da própria palavra, de um *camponês*” (PRADO JR., 2014, p. 38).

O real entendimento sobre a constituição desses trabalhadores não é assunto de menor relevância. Essa diferenciação serve para apontar por caminhos diversos. Enquanto o camponês vê na ausência das tributações e deduções dos senhores a forma de proveito máximo que ele próprio pode obter da terra, no caso do escravizado ou do assalariado seu objetivo não passa pela livre propriedade da terra, mas por aumentar suas remunerações e eventuais benefícios que percebe nessa relação. Seguindo nessa linha, CPJ critica a tradição que identificou na luta pelo acesso à terra importante bandeira da revolução brasileira. Para ele, essa pauta seria típica de outras experiências – notadamente da Rússia –, mas sem ressonância na história nacional. Indica, pois, que o que querem os trabalhadores são melhores salários e não acesso à terra (PRADO JR., 2014, p. 39-40).

Um exemplo muito explorado por CPJ diz respeito à “parceria”. Trata-se de forma de remuneração dos trabalhadores em que o salário se dá *in natura*. Enquanto os grupos dirigentes do PCB identificavam nessa relação um resquício feudal, pautando, pois, a sua supressão, CPJ mostrava que essa era uma forma que, além de não ser predominante, era uma forma contemporânea, nascida no pós-1930, voltada para o cultivo de algodão, nos moldes em que eram também encontrados nos EUA. Nesse caso, a parceria seria uma forma de produção “superior”, dada a sua grande produtividade, nem de longe se

caracterizando como uma forma feudal ou atrasada de organização. Em sentido oposto, para o autor, a “parceria” deveria ser vista como forma superior do trabalho, obtendo remunerações mais vantajosas, especialmente em tempos de inflação, quando o valor do produto *in natura* acompanha mais facilmente a inflação (PRADO JR., 2014, p. 45).

A compreensão de que o meio rural brasileiro não sofre com males oriundos de um passado feudal faz emergir uma compreensão mais ampla do tema. De forma geral, CPJ indica que o problema não se resolve com a passagem ao capitalismo e que este não se confunde com alto desenvolvimento tecnológico. A realidade brasileira já seria capitalista, muito embora esse capitalismo fosse rudimentar e de baixo nível tecnológico. Apresenta o diagnóstico de que a coletividade brasileira se assenta sobre a base precária do campo, e que as heranças ainda do sistema colonial são fortemente percebidas nas estruturas agrárias do país, responsável por manter uma parte considerável da população em miseráveis condições de vida, materiais, culturais, sociais – “humanas, em suma” (PRADO JR., 2014, p. 257).

O problema, porém, não se resolveria com a proposta de confisco e (re)distribuição de terras. Em parte, devido à sua inviabilidade; e também por não ver essa como uma pauta central dos trabalhadores rurais e, ainda, por não resolver concretamente o problema. CPJ chega a dizer inclusive que o pequeno proprietário sofre em demasia também com o grande produtor, de tal modo que

A situação material de ambas [categorias da população rural] é semelhante; as origens de sua miséria se confundem, em última instância, numa causa comum: a natureza da economia rural brasileira, dominada pela grande exploração agropecuária, e o tipo de estrutura agrária em que essa grande exploração assenta: a concentração da propriedade fundiária (PRADO JR., 2014, p. 310).

Para o autor, a reforma agrária assume o sentido mais amplo de melhoria nas condições de vida da população rural brasileira – não necessariamente vinculada à redistribuição de terras. Mais do que isso, percebe que, em grande medida, as reivindicações dos trabalhadores rurais são não as de um camponês, lhes faltando inclusive a tradição de produtor e o conhecimento sobre o gerenciamento e direção dos trabalhos. Trata-se, isso sim, de reivindicações típicas de empregados, que é a sua situação econômica e social. “A saber, reivindicações por melhores condições de trabalho e emprego. E de um tipo desses de reivindicações não é possível esperar que resulte uma ação voltada para a subdivisão e retalhamento da propriedade e destruição com isso da grande exploração” (PRADO JR., 2014, p. 363).

O caminho nos anos 1950 deveria, então, passar sobretudo pelo Estatuto do Trabalhador Rural. Embora fosse ainda “defeituoso”, o Estatuto apontaria a direção correta de expansão de direitos e garantias aos trabalhadores rurais (PRADO JR., 2014, p. 369-370). Contra os economistas que criticavam o Estatuto por apontar que o aumento dos salários levaria à queda da produtividade, defende o inverso: o aumento dos salários levaria não à queda, mas ao aumento de produtividade. O argumento central consiste em entender que enquanto estivesse disponível grande contingente de mão de obra barata, abusar-se-ia dela para conseguir preços mais baixos. A valorização da mão de obra dos trabalhadores rurais levaria os burgueses a buscarem o incremento de produtividade para manterem seus lucros (PRADO JR., 2014, p. 365-6).

Retomando aspecto central de várias de suas obras, mas especialmente de *História Econômica do Brasil* (PRADO JR., 2006), CPJ indica que a economia brasileira sempre foi refém do que lhe é alheio, de tal modo que os diferentes produtos que dinamizaram a economia foram ditados pela oferta do consumo internacional e seus ciclos se encerraram no justo momento em que a demanda externa cessou – ou que a oferta natural não foi mais possível. Parte da “Revolução”, nesse sentido, consiste em fazer a economia assumir um direcionamento interno, criando um mercado interno, a partir da melhoria de vida dos trabalhadores, especialmente do campo. Essas alterações não se dariam de forma natural como consequência dos processos de industrialização ou dinamização da economia capitalista brasileira. A lógica de mercado não produziria mudança no padrão da economia voltada ao exterior - essa seria uma das ilusões desenvolvimentistas percebida pelo autor naqueles teóricos dos anos 50. Ao contrário, compreende que o mercado atende apenas aos setores modernos, que têm acesso a renda, o que só faz reforçar o abismo entre os grupos sociais. A ruptura com esse padrão demandaria intervenção estatal nessa direção, não compactuando com aqueles que acreditavam poder se repetir processo “natural” aqui como aqueles percebidos nos EUA ou no Canadá. Reforça que nesses países, desde o princípio, orientou-se a política e a economia para as próprias demandas internas, o que definitivamente não seria o caso brasileiro. (PRADO JR., 2014, p. 133-136).

A extensão de direitos aos trabalhadores rurais é vista como algo que deveria interessar também aos trabalhadores urbanos. As duas classes deveriam convergir não apenas porque possuem a mesma origem – no campo –, mas por estarem relacionadas.

Compreende que é justamente a precária condição do campo que garante que haja mão de obra a preço baixo sempre disponível no meio urbano (PRADO JR., 2014, p. 147). Assim, pois, de uma aliança entre as classes trabalhadores urbanas e rurais seria possível emergir lutas que culminassem com o aumento médio dos salários e a expansão de um mercado consumidor interno. Isso, por sua vez, passaria pela necessidade de se adotar um capitalismo dirigido, em que as empresas terão, sim, seus lucros, mas deverão antes de tudo direcionar sua produção para o atendimento das necessidades mais prementes da população. A produção forçosamente deverá se voltar para o mercado interno e não apenas para as classes mais abastadas (PRADO JR., 2014, p.143).

Nesse desenho de transformação proposto por CPJ, se já está suficientemente claro que a industrialização, por si, seria incapaz de superar os problemas nacionais, restaria ainda um último elemento central a ser abordado: a sua percepção em relação ao papel da burguesia nesse processo.

O papel da Burguesia

Como se viu, um dos aspectos centrais que envolvia os diagnósticos nacional desenvolvimentistas predominantes dos anos 1950/60 passava pela compreensão de que a burguesia nacional seria importante aliada dos trabalhadores e dos setores progressistas que desejavam promover a industrialização do país. Ela também se oporia à outra burguesia, imperialista, tradicional no meio rural brasileiro.

Aqui uma vez mais emerge a preocupação com a construção de uma teoria da revolução que seja atenta aos fatos concretos, partindo deles para a teoria, e não o inverso. Nesse sentido, CPJ chama a atenção para importância de se compreender aspectos que diferenciam locais distintos, notadamente a Ásia – berço de civilizações milenares que fora dominado pelo imperialismo – e o Brasil, nação que já nasce nesse novo contexto (PRADO JR., 2014, p. 65-68). A divisão que ocorreu naqueles países, permitindo a caracterização de uma burguesia nacional e outra aliada ao imperialismo, não teria havido aqui, sendo desde muito cedo a burguesia brasileira formada por pessoas de diversas nacionalidades. Assim, se no continente asiático se perceberam alguns casos de aliança da burguesia nacional aos grupos progressistas com o intuito de vencer os interesses imperialistas, aqui essa não seria uma dualidade verificada na realidade. Ademais, o forte sentimento anti-imperialista seria algo que também inexistiria na realidade brasileira:

Ao contrário de outros países dependentes como nós e submetidos ao imperialismo, alguns deles muito próximos de nós e a outros respeitos muito semelhantes, como tantos nossos vizinhos da América Latina, não temos uma tradição anti-imperialista com raízes em velhas desavenças e hostilidades, e muito menos atritos violentos resultantes de interferências estrangeiras em nossos assuntos. (...) não existe no Brasil um sentimento generalizado de repulsa ao imperialismo como tal, uma consciência nacionalista largamente difundida de oposição ao estrangeiro na base de posições econômicas contraditórias e entre si irremediavelmente conflitantes (PRADO JR., 2014, p. 167-8).

Outro aspecto central para o autor é compreender que também não seria possível promover uma distinção tão simples entre burguesia agrária e urbana, estando as atividades conectadas entre si ou, no limite, ligadas às mesmas pessoas. A burguesia agrária seria tal e qual aquela industrial, muitas vezes se confundindo com ela. A associação tão diretamente promovida por setores progressistas entre a burguesia agrária e os interesses imperialistas seria, pois, imprópria. Enquanto classe, CPJ não vê razões para esse alinhamento. O que haveria, segundo ele, são variações pessoais ou de subgrupos específicos. Se alguns setores da burguesia agrária têm setores comuns ao imperialismo, outros sofrem com eles. É o caso, a título de exemplo, dos pecuaristas que sofrem com o imperialismo dos donos de frigorífico (PRADO JR., 2014, p. 91-93).

Em suma, os diferentes setores da burguesia brasileira evoluíram paralelamente, ou antes, confundidos numa classe única formada e mantida na base de um mesmo sistema produtivo e igual constelação de interesses (PRADO JR., 2014, p. 98).

Com o intuito de superar a aparente dicotomia entre o capital internacional e nacional, CPJ menciona o papel desempenhado pela indústria automobilística. Seria ela um caso evidente em que, mesmo vindo de fora – e sendo, portanto, representante do setor imperialista –, assumiria papel decisivo no desenvolvimento da burguesia nacional (PRADO JR., 2014, p. 60). Com esse entendimento, CPJ rompe profundamente com as noções predominantes nesse período no ISEB e no PCB, indicando ser essa divisão imprópria para compreender a realidade da classe burguesa no Brasil.

Se a dualidade entre burguesia nacional e imperialista é imprópria, haveria, porém, uma outra distinção importante de ser feita. CPJ identifica que há, associada à proeminente estrutura estatal brasileira, uma “burguesia-burocrática”, atrelada mesmo ao desenvolvimento de um “capitalismo burocrático”. A partir disso, distingue duas burguesias: as que conseguem favoritismos e benesses do Estado e as demais. Nesse sentido, embora ambas sejam burguesias e tenham interesses em comuns, a forma como

percebem a intervenção do Estado é bastante diversa. Essa distinção possui implicações políticas. A burguesia burocrática se alia ao Estado, apresentando-se como “representante dos interesses gerais do país” e utiliza dele para promover discursos paternalistas que, muitas das vezes, resulta em maiores riquezas para ela própria. Essas mesmas políticas, por sua vez, geram ônus às demais burguesias (PRADO JR., 2014, p. 105-106).

Encontra-se aqui parte importante das confusões interpretativas de setores da esquerda denunciados por CPJ. O capitalismo burocrático dependeria profundamente da intervenção estatal, no que diverge frontalmente dos outros setores dessa burguesia. Além disso, haveria já no Brasil uma divisão importante que ocorre no que diz respeito à intervenção do Estado na atividade econômica, tendo se tornado importante divisor do setor reacionário e daquele revolucionário. Esses fatores, somados ao problema insistentemente apontado da importação acrítica das teorias revolucionárias, fizeram com que setores progressistas vissem nessa burguesia burocrática nacional um aliado da revolução. A confusão teórica e prática fez com que a esquerda se aliasse a essa burguesia burocrática e, com isso, limitasse sua liberdade de ação. Atadas a esse capitalismo burocrático e acuada pelo discurso contra a corrupção encampado pela UDN e por Jânio Quadros, as forças progressistas sucumbiram com o golpe de abril de 1964, muito porque não contaram no momento decisivo com o apoio e o concurso do povo trabalhador (PRADO JR., 2014, p. 109).

Interessante notar que embora CPJ estivesse até certo ponto isolado em suas proposições estritamente políticas, sua obra historiográfica se transformou naquele período em leitura obrigatória nos principais cursos de humanidades e boa parte de sua interpretação do Brasil atravessava diversas obras importantes do período. Sua percepção original do peso da dependência externa na formação política, econômica e social brasileira se tornava paradigma interpretativo básico do período. A partir de 1964, seus apontamentos acerca do erro tático que consistia a aposta na burguesia como aliada no processo revolucionário brasileiro passaria também a ser melhor recebida. Além disso, sua preocupação em apontar para a existência de uma burguesia burocrática seguiria sendo objeto de estudos nos anos seguintes. A busca por uma compreensão sociológica mais precisa acerca da burguesia nacional e do funcionamento do Estado no Brasil passariam a ser objeto de análise, especialmente na USP. Voltaremos a esse tópico no capítulo seguinte ao tratar da obra de Fernando Henrique Cardoso.

Nestas poucas linhas está esboçada uma ampla visão da obra de CPJ e de suas diferentes concepções acerca da história e, conseqüentemente, dos caminhos políticos pelos quais o país deveria passar. Trata-se, como se viu, da tentativa constante de superar o estatuto colonial que desde o princípio empreendeu o “sentido” à colonização e à formação brasileira. A revolução nesse contexto consistiria em romper com esse sistema voltado para o exterior e fazer nascer efetivamente a nação. Esse diagnóstico tornou-se hegemônico nos anos 1950/60, embora CPJ divergisse da maior parte da intelectualidade ao apontar para o fato de que esse processo não se daria por meio de um desenvolvimento “natural” capitalista, nem tampouco poderia ser feito a partir de diagnósticos que apontassem para a aliança entre uma burguesia nacional e outra imperialista. Menores ainda seriam as chances de sucesso de qualquer projeto que partisse do diagnóstico acerca dos “restos feudais” ou do “semi-feudalismo”.

Ao nacionalizar o marxismo e elaborar uma robusta formulação teórica capaz de compreender as especificidades nacionais, CPJ formulou as bases de um pensamento socialista brasileiro. Há, contudo, um aspecto fundamental a ser observado em suas obras, qual seja, a (im)possibilidade de pensar a revolução a partir propriamente da mobilização das classes trabalhadoras. Essa possibilidade certamente seria hipótese especialmente esperada ao se tratar de um teórico que se insere em uma tradição socialista.

Suas obras mais propositivas, notadamente *A Revolução Brasileira* e *A Questão Agrária* abordadas nesta seção, claramente não indicam a possibilidade de uma mobilização popular como motor de transformações. Para que isso pudesse ocorrer seriam necessárias, antes, algumas transformações, especialmente a melhoria das condições e ampliação de direitos no campo. Dito de outro modo, é possível perceber na obra de CPJ o diagnóstico de uma impossibilidade da revolução socialista devido ao que julga ser os baixos níveis culturais de seu povo. Essa visão também não está isolada no seu pensamento, mas é parte constitutiva também de suas obras de cunho historiográfico.

Abordaremos na sequência, pois, a visão do autor acerca da formação social nacional para, ao final, retomar a sua proposta de revolução e pensá-la conectada a essa interpretação.

A LEITURA DA SOCIEDADE EM CAIO PRADO JÚNIOR

Caio Prado Júnior é recorrentemente apresentado como um autor responsável por ter dado especial atenção às revoltas na história do Brasil, especialmente àquelas do período regencial. Manuel Correia de Andrade (1989, p. 360) aponta que até 1933 as revoltas do período regencial quase não haviam sido estudadas. Ricupero (2014, p. 437) diz que o autor inovou nessa matéria. No prefácio à primeira edição de *Evolução...*, o próprio CPJ já dizia que se tratava de uma das poucas obras que trazia compreensões amplas da história do Brasil (exceção é feita ao próprio Oliveira Viana) e que seu propósito consistiria em fazer uma história que não fosse “a glorificação das classes dirigentes”. Por isso mesmo, desculpa-se antecipadamente por se alongar demais nas revoltas do período regencial. (PRADO JR., 1983, p. 9).

Chama a atenção também nesse sentido a apresentação feita por José Carlos Reis acerca da obra de CPJ. Diz que o autor

Usando o materialismo histórico de forma, senão pioneira, inovadora, ele pôde ver o futuro do Brasil de forma mais consistente e otimista. Até os anos 1930, via-se o Brasil com desconfiança e ceticismo, pois não se acreditava na capacidade do “povo mestiço”, das “classes sociais oprimidas e excluídas” para construir um futuro de sucesso. Caio Prado *foi um dos primeiros a acreditar, a confiar na eficácia histórica do povo brasileiro*. Para ele, as elites não fazem a história do Brasil sozinhas. (...) não se limitará a fazer uma história político-administrativa — não ficará na superfície dos acontecimentos de mais destaque. Procurará atrás dos eventos visíveis, das ações produzidas pelos heróis brasileiros, o seu sentido estrutural: as relações sociais e o modo de produção capitalista. (...) Intelectual independente, Caio Prado não glorificará os heróis que sufocaram os movimentos sociais e que massacram ainda as iniciativas populares (REIS, 2007, p. 187, grifo nosso).

Visto por esse prisma, a obra de CPJ constituiria ponto fora da curva, superando o diagnóstico recorrente no pensamento político brasileiro acerca da apatia popular. O intuito desta seção consiste justamente em verificar, a partir de análise sistemática da obra de CPJ, como se dá essa leitura acerca da estrutura social e das mobilizações no decorrer da história nacional por ele estudada. Ao final, busca-se conectar essa leitura da estrutura social aos debates mais gerais em torno da obra caiopradiana.

Para melhor desenvolver a leitura, dividiu-se esta seção em três partes: inicialmente, verifica-se a percepção mais geral de CPJ acerca da formação social brasileira ao longo da história; em seguida, faz-se uma análise da sua interpretação em relação às referidas revoltas populares. Posteriormente, a análise recairá sobre a estrutura

social no contexto dos anos 1950/60, quando o autor formula os principais textos propositivos para a revolução brasileira.

A sociedade na História

A leitura da formação social brasileira e das suas transformações ao longo do tempo perpassam boa parte da obra de CPJ. Desde *Evolução...* se identifica a interpretação dos principais processos políticos a partir de interesses de classes distintos no interior do país. Certamente, contudo, é em *Formação...* que há um espaço considerável para o desenvolvimento da sua perspectiva acerca da estrutura social brasileira.

Já se anunciou anteriormente que os processos políticos e sociais em CPJ se associam fortemente aos aspectos econômicos identificados por ele na história nacional. Nesse sentido, Caio Prado identificou, como também fizera Oliveira Viana, o peso do latifúndio na formação brasileiro. Percebeu, como atesta Eloísa Scarabôto (1989, p. 322), a dificuldade para o homem comum se estabelecer em meio à ordem de proprietários e escravos, tema que seguiria tendo vida longa na história do pensamento político brasileiro⁴⁷.

O peso da escravidão, responsável por deixar um vazio no mundo do trabalho de tal modo que “não há trabalho ‘digno’ para o homem branco livre”, ao mesmo tempo em que “não há homem livre que se digne ao trabalho” (SCARABÔTOLO, 1989, p. 322). Os modos de vida, as ideias e, claro, as próprias instituições teriam se formado a partir dessa estruturação centrada no interesse agroexportador, da necessidade de produção em larga escala e da estruturação da economia em torno do sistema de *plantation*.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (PRADO JR., 2011, p. 24-25)

Caio Prado identificou, como indica Maria Odila Dias (1989), o impasse do inorgânico. Para além da ordem de senhores e escravos, haveria uma camada inorgânica

⁴⁷ Uma obra que investigou a fundo essa temática foi *Homens livres na ordem escravocrata*, tese de doutorado defendida na USP no ano de 1964 por Maria Sylvania de Carvalho Franco (1969). Como tratamos na parte inicial deste capítulo, mesmo sem vínculo formal com a USP, as teses de CPJ seguiam orientando diversos trabalhos também naquela instituição.

de desclassificados que, sem elos com a produção, seriam incapazes de articulação. Caracterizados pela desordem, o banditismo e a violência, o papel desses grupos “seria antes destrutivo da antiga ordem social da grande lavoura, do que constitutivo de formas alternativas, que pudessem contribuir para a formação da nacionalidade, de modo mais estável, mais orgânico” (DIAS, 1989, p. 387).

Há, no entanto, por trás dessa compreensão do papel dos sujeitos no sistema econômico, uma percepção mais geral acerca do processo formativo da nossa sociedade em que se observa as contribuições trazidas por indígenas, africanos e europeus. A própria compreensão do inorgânico é permeada pela compreensão de que “raças” foram “arrebanhadas à força e incorporadas pela violência na colonização sem que para isto se lhes dispensasse o menor preparo e educação para o convívio em uma sociedade tão estranha a ela” (PRADO JUNIOR, 1957, p. 97, *apud* DIAS, 1989, p. 387). Nessa análise é bastante clara a centralidade dada pelo autor ao papel desempenhado pelo europeu, visto como de “cultura superior”. Os indígenas, a seu ver, teriam ficado inseridos em uma dualidade: de um lado, as missões jesuíticas que, em nada, ajudaram para a sua inserção na sociedade; do outro, os colonos que pretendiam escravizar ou mesmo exterminá-los. Diante disso, e ausente qualquer sistema estruturado para evitar esse processo, ocorreria o extermínio da população indígena no país. Porém, adverte CPJ, contribuiu para a sua absorção e formação da nacionalidade brasileira o “cruzamento das raças”, fato que se deve, nos termos do autor, ao “impulso fisiológico dos indivíduos de uma raça de instinto sexual tão aguçado como a portuguesa”, somado à licença de costumes que, embora apresentada como algo deplorável por todos que comentaram sobre o tema, seria a norma no Brasil (PRADO JR., 2011, p. 94).

A população indígena, em contato com os brancos, vai sendo progressivamente eliminada e repetindo mais uma vez um fato que sempre ocorreu em todos os lugares e em todos os tempos em que se verificou a presença, uma ao lado da outra, de raças de níveis culturais muito apartados: a inferior e dominada desaparece. E não fosse o cruzamento, praticado em larga escala entre nós e que permitiu a perpetuação do sangue indígena, este estaria fatalmente condenado à extinção total (PRADO JR., 2011, p. 102).

Processo semelhante aconteceria em relação ao escravo africano, sendo essas “culturas inferiores” inseridas na formação nacional sobretudo a partir do entrecruzamento das raças. Isso se explicaria por um conjunto de fatores, que passa pela “excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças” – algo que já ocorreria, embora em menor medida, na península ibérica – e também, mais uma vez,

devido à estrutura colonial. Hostil aos homens brancos, os trópicos seriam atrativos apenas devido às possibilidades econômicas que ofereciam, não contando com considerável⁴⁸ imigração por grupos familiares⁴⁹. Além disso, mesmo nos países de clima temperado

recorreu-se muitas vezes ao transporte de grandes levas de mulheres recrutadas na Inglaterra entre órfãs ou raparigas sem dote, até entre criminosas e prostitutas, que partiram em levas para as colônias do Novo Mundo a fim de satisfazer os apelos que de lá vinham. Os franceses, no Canadá e na Luisiana, agiram da mesma forma; e, mais recentemente, seguiu-se o exemplo na colonização da Austrália e da Nova Zelândia (PRADO JR., 2011, p. 102).

Ausentes iniciativas como essa de transporte de mulheres brancas para “satisfazer os apelos”, somado aos fatores narrados anteriormente, ter-se-ia dado no Brasil a mistura das raças, passando a mestiçagem a ser traço marcante da população que aqui se formava. Ainda sobre o transporte de mulheres da Europa para a América, diz CPJ que

Tal providência faltou no Brasil. E daí verem-se os colonos destituídos de mulheres brancas. Isso, e mais a facilidade dos cruzamentos com mulheres de outras raças, de posição social inferior e, portanto, submissas, estimulou fortemente e mesmo forçou o colono a ir procurar aí a satisfação de suas necessidades sexuais. Aliás, particularmente no caso da Índia, é notória a facilidade com que se entregava, e a indiferença e passividade com que se submetia ao ato sexual (PRADO JR., 2011, p. 102)

Como indica em texto recente Alfredo Cesar Melo, a obra de CPJ é atravessada pela perspectiva de quem vislumbra para o Brasil a modernidade como ponto de chegada. Nesse processo a mestiçagem cumpre papel positivo à medida que auxilia na integração cultural que, longe de retratar a mistura propriamente, é vista como a consolidação de uma hegemonia cultural produzida pelo grupo dominante e minoritário português. A miscigenação é elogiada como técnica de dominação e como parte de um desenvolvimento histórico inevitável, o devir-ocidental (MELO 2020, p. 6-7).

No interior desse processo, no entanto, CPJ reforça o peso da escravidão africana. Para ele, nenhuma outra instituição teve papel tão central na compreensão da sociedade brasileira. A escravidão propriamente não seria fenômeno novo, tendo atravessado boa parte da antiguidade. Diferentemente daquela, porém, a escravidão moderna não brotaria do conjunto da vida social, mas sim como ferramenta da Europa para explorar o “Novo

⁴⁸ Caio Prado cita casos isolados em que se estimulou a colonização sob esses moldes, na região sul do Brasil e, em especial, em Santa Catarina (Cf. PRADO JR., 2011, p. 44).

⁴⁹ É nas regiões de clima temperado que se dará a colonização a partir de núcleos familiares constituídos, que buscam na América construir família, como um prolongamento da vida na Europa, porém livre muitas das vezes das perseguições políticas e religiosas (PRADO JR., 2011, p. 18-19).

Mundo” (PRADO JR., 2011, p. 290). O autor chama a atenção ainda para o fato de que a escravidão aqui se desenvolveu a partir da dominação de outras raças. E isso, para além do aspecto desumanizador, também teria impacto na formação cultural, posto que indígenas da América e o negro africano são vistos por CPJ como “povos de nível cultural ínfimo comparado ao de seus dominadores”. E completa:

Aqui ainda, a comparação com o que ocorreu no mundo antigo é ilustrativa. Neste último, a escravidão se forneceu de povos e raças que muitas vezes se equiparam a seus conquistadores, se não os superam. Contribuíram assim para estes com valores culturais de elevado teor. Roma não teria sido o que foi se não contasse com o que lhe trouxeram seus escravos, recrutados em todas as partes do mundo conhecido, e que nela concentram o que então havia de melhor e culturalmente mais elevado. Muito lhes deveu e muito deles aprendeu a civilização romana. O escravo não foi nela a simples máquina de trabalho bruto e inconsciente que é o seu sucessor americano. Na América, pelo contrário, a que assistimos? Ao recrutamento de povos bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu habitat natural e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha. E aí, que os esperava? A escravidão no seu pior caráter, o homem reduzido à mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional: “instrumento vivo de trabalho”, o chamará Perdígão Malheiro. Nada mais se queria dele, e nada mais se pediu e obteve que a sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num e noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A “animalidade” do homem, não a sua “humanidade” (PRADO JR., 2011, p. 291-292).

A percepção de CPJ em relação à contribuição de indígenas e africanos para a formação social brasileira passa por alguns pontos. Em não raros momentos o autor indica se tratar de raças (com frequência adota também o termo “cultura”) inferiores, bárbaras ou semibárbaras. Em alguns poucos momentos, sugere que poderia ter sido possível extrair algo dessas culturas, o que não fora feito pela própria forma como se estruturou a empresa colonial e a instituição da escravidão. Oscila, pois, entre uma visão que só observa o suposto atraso cultural de indígenas e africanos, e outra que atribui à própria escravidão a não absorção de qualquer contribuição desses povos. Iumatti (2018, p. 386) também observa essas duas tendências contraditórias inscritas na obra de CPJ, de um lado a escravidão e a opressão da ordem colonial, de outro, a inferioridade cultural que culpabiliza os próprios oprimidos.

Quando contrastado com os teóricos eugenistas que lhe antecederam, é evidente que a obra de CPJ representa avanço importante em termos da denúncia da instituição da escravidão e dos impactos produzidos por ela na formação social brasileira. Por outro lado, a sua própria construção não deixa de fazer transparecer, e visto aos olhos do século XXI isso é facilmente identificado, justamente o quanto seu olhar para o processo

formativo era fortemente atravessado por um olhar eurocentrado e fortemente permeado pelo patriarcado e pelo racismo de seu tempo.

Alfredo Melo identifica no pensamento de CPJ a passagem a um *racismo cultural*. Os autores que compartilham dessa perspectiva, como é o caso de Condorcet, não acreditam que haja elementos intrinsecamente raciais ou biológicos que justifiquem as diferenças entre os povos além dos seus níveis culturais. O racismo cultural hierarquiza culturas e se insere na ideologia do progresso, acreditando na possibilidade de levar aos povos incivilizados as benesses da modernidade ocidental. Nesse sentido, CPJ estaria junto de uma diversidade de autores que vêm pelo menos desde Andrada e Silva para os quais o devir-ocidental seria a chave para efetivamente entrar na História (MELO, 2020, p. 5).

A escravidão aqui aparece como um problema à medida em que impede a criação de um ambiente favorável à evolução social, à mudança do estágio cultural dos povos não brancos. Tanto escravizados quanto os “desclassificados” são impedidos pelo ambiente impróprio da colonização de alcançarem padrões culturais mais elevados, razão pela qual a história brasileira seria marcada pela “luta de classes”, mas apenas a luta de classes entre a aristocracia rural e a burguesia comercial.

Conjugando a crença na inferioridade dos povos não brancos e a denúncia do papel exercido pela escravidão, aparece muito claramente da obra de CPJ a concepção de que indígenas e africanos são percebidos como obstáculos para uma formação nacional “civilizada”. Seja enquanto sujeitos escravizados, seja como parte do corpo inorgânico. Apesar de longa, a passagem abaixo ilustra bem essa visão:

A contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira é, além daquela energia motriz, quase nula. Não que deixasse de concorrer, e muito, para a nossa “cultura”, no sentido amplo em que a antropologia emprega a expressão; mas é antes uma contribuição passiva, resultante do simples fato da presença dele e da considerável difusão do seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora. O cabedal de cultura que traz consigo da selva americana ou africana, e que não quero subestimar, é abafado, e se não aniquilado, deturpa-se pelo estatuto social, material e moral a que se vê reduzido seu portador. E aponta por isso apenas, muito timidamente, aqui e acolá. Age mais como fermento corruptor da outra cultura, a do senhor branco que se lhe sobrepõe. É a esta passividade aliás das culturas negras e indígenas no Brasil que se deve o vigor com que a do branco se impôs e predominou incontestemente, embora fosse muito reduzida, relativamente à das outras raças, a sua contribuição demográfica. O negro e o índio teriam tido certamente outro papel na formação brasileira, e papel amplo e fecundo, se diverso tivesse sido o rumo dado à colonização; se se tivesse procurado neles, ou aceitado uma colaboração menos unilateral e mais larga que a do simples esforço físico. Mas a colonização brasileira se processa num plano acanhado; outro objetivo não

houve que utilizar os recursos naturais do seu território para a produção extensiva e precipitada de um pequeno número de gêneros altamente remunerados no mercado internacional. (PRADO JR., 2011, p. 292-293).

É certo que no conjunto do pensamento de CPJ é o aspecto econômico que possui um aspecto mais amplo, capaz de explicar diversas esferas da vida brasileira. Contudo, sua interpretação do processo de formação social nacional tem também impactos importantes no seu pensamento. A compreensão da indisciplina, da desobediência e do solapamento da autoridade pública, por exemplo, são problemas que aparecem como centrais para pensar a administração na colônia e que seriam explicados pela “constituição caótica e heterogênea dela [a população], [pela] falta de sedimentação social, de educação e preparo para um regime policiado” (PRADO JR., 2011, p. 331).

Além da indisposição para aceitar normas, a formação social nos termos acima descritos também contribuiria para pensar a relação com o trabalho na colônia. Chama a atenção na construção do autor como se daria o desprezo ao trabalho manual e à preguiça, além de outros traços marcantes do povo brasileiro. Esses processos teriam sua origem na escravização, mas não apenas. A presença do sangue indígena também seria capaz de explicar o predomínio da preguiça e do ócio no Brasil. Conjuga-se também nesse ponto a denúncia da cultura/raça inferior com o impacto produzido pela escravidão.

Mas seja como for, o índio e com ele seus descendentes mais ou menos mestiçados, mas formados na sua escola, e que constituem parte tão apreciável da população colonial, têm por feição dominante, para todos os efeitos da colonização, “a falta completa e absoluta de energia e ação” (PRADO JR., 2011, p. 375).

É assim, pois, que, embora superando uma certa essencialização dos indígenas como “preguiçosos”, emerge aqui o diagnóstico de um importante contingente populacional como sendo tomado pelo ócio e pela “completa e absoluta” falta de energia e ação. Não tem aqui uma visão negativa do processo de mestiçagem em si – ao contrário, talvez já por influência da obra de Gilberto Freyre (1933) lançada poucos anos antes, é justamente esse processo que fez possível um número relativamente pequeno de europeus constituir civilização nos trópicos, sendo capaz de impor seus padrões e culturas aos demais povos (PRADO JR., 2011, p. 105).

No contexto de suas formulações, essas construções eurocentradas eram amplamente aceitas. A obra de CPJ pode, inclusive, ser compreendida por ter avançado ao tratar dos grupos marginalizados e ter denunciado o peso da escravidão na história brasileira. Contudo, não se pode deixar de notar que, como afirma Alfredo Melo (2020,

p.7), “no rol dos entraves à construção da nação, as diferenças culturais entre as raças formadoras do Brasil estão aparentemente no mesmo plano que a escravidão” fato esse que confirma como o atraso cultural dos povos não-brancos possuía enorme centralidade para CPJ.

Se é verdade que CPJ deu passos importantes ao tratar da formação social brasileira e do peso da escravidão entre nós, é igualmente verdadeiro que há permanências importantes do racismo em seu pensamento. A nosso juízo, não se trata, como afirmou Francisco Iglesias (1982, p. 24), apenas de um ‘deslize’ ou de ‘cochilo do autor’ por falta de maior vigilância. Esse mesmo entendimento adota Maria Odila Dias (1989, p. 405). Mesmo Maria Luiza Tucci Carneiro, que se propõe a analisar a questão racial no pensamento caiopradiano, prefere seguir por esse caminho, embora não deixe de atestar que “esses ‘deslizes’ passam ao leitor algumas ideias incorretas, resquícios de uma mentalidade preconceituosa que, muitas vezes, inconscientemente, interferiu e confundiu o pensamento e o comportamento da intelectualidade brasileira” (CARNEIRO, 1989, p. 351).

Na direção contrária, aproximamo-nos de propostas recentes como as produzidas por Paulo Iumatti (2018) e Alfredo Melo (2020) acreditando ser importante reforçar os modos pelos quais a leitura social brasileira inscrita na obra de CPJ foi fortemente influenciada pela questão racial, não se tratando apenas de meros “deslizes”. Não se trata, uma vez mais, de responsabilizá-lo individual e anacronicamente por isso, mas, ao contrário, observar que o contexto e os entendimentos comuns à época impuseram algumas limitações. Tais limitações podem ser pensadas, inclusive, em termos de fontes. O trabalho de CPJ se baseia fortemente em outros trabalhos que lhe antecederam – como o próprio Oliveira Viana – e depende sobremaneira de relatos de viajantes que produziram as principais fontes utilizadas à época para compreender a história brasileira.

Todo o mérito de interpretação de CPJ e o reconhecimento dos limites de sua época, contudo, não nos exime da tarefa de apontar o eurocentrismo e o racismo em sua obra. Não se trata de mero deslize, mas parte importante da sua construção que está entranhada nas análises do corpo social brasileiro. A partir disso, verificaremos na sequência como a macro leitura da formação social brasileira aparece na análise dos principais processos políticos da história nacional analisados por CPJ.

As classes, as revoltas e os processos políticos

Durante a primeira parte da história colonial, a sociedade brasileira seria marcada por uma dualidade muito clara no que diz respeito às suas classes sociais. Como já mencionado, ela seria dividida em alguns poucos senhores e a grande massa que produz, a maioria dela organizada a partir do trabalho escravo. Essa estrutura, no entanto, sofreria mudanças importantes com o passar dos anos. Especialmente a partir da invasão holandesa e da atividade mineradora, a colônia passaria a perceber um maior dinamismo econômico⁵⁰.

Antes restrita ao meio rural, após a dominação holandesa emergem classes de comerciantes, sendo muitos deles portugueses emigrados devido à crise na terra natal – tal processo chegaria a gerar preocupação na metrópole no que diz respeito ao despovoamento do reino. O final do século XVII, diz CPJ, é marcado pelo enfraquecimento da atividade rural que agora encontrava concorrência das Antilhas e uma fuga de capitais e pessoas para as minas. Ocorria um intenso desenvolvimento do comércio colonial e os produtores rurais viam-se, progressivamente, endividados em favor dos comerciantes que acumulavam cada vez mais riquezas.

Muito embora, como já tratamos, CPJ busque caracterizar o Brasil como uma experiência distinta daquelas observadas na Europa feudal, o autor pega emprestado aquelas imagens da Nobreza e da Burguesia do antigo regime para compará-las, respectivamente, à aristocracia e aos comerciantes nesse período da história colonial. A elite rural, há muito estabelecida, é tratada por CPJ como sendo “brasileira”, uma aristocracia nacional, ao passo que os comerciantes representariam naquele momento mais propriamente o que seria uma elite portuguesa. Assim, haveria entre nós esse fator adicional: os comerciantes se diferenciavam também pelo seu traço nacional. A Guerra dos Mascates (1710-1711) é tratada por CPJ como um símbolo da mudança do poder das mãos da antiga aristocracia brasileira para a emergente burguesia mercantil portuguesa. As restrições antes existentes para a participação desses comerciantes nas Câmaras já não mais vingavam, estando eles nos principais cargos (PRADO JR., 2011, p. 315).

No interior das transformações narradas por CPJ estaria também um processo de enfraquecimento das Câmaras Municipais. Elas, que durante o primeiro momento da

⁵⁰ A diferenciação no interior do período colonial leva CPJ a realizar uma separação mesmo na estrutura de *Evolução...*, contando com as partes “Colônia I” e “Colônia II” (PRADO JR., 1983, p. 8-42).

história colonial eram efetivamente o espaço de decisão política colonial, veriam agora reduzidas as suas prerrogativas em favor do poder real (PRADO JR., 1983, p. 42-43).

Outro elemento complementa o quadro de alterações percebidas nesse momento: trata-se do aumento considerável daqueles que se encontram no “não-lugar” entre senhores e escravos.

Em suma, o que se verifica é que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, são na colônia escassos. Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e na estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização nos seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. Aquele contingente vultoso em que Couty mais tarde veria o “povo brasileiro”, e que pela sua inutilidade daria como inexistente, resumindo a situação social do país com aquela sentença que ficaria famosa: “Le Brésil n’a pas de peuple” (PRADO JR., 2011, p. 301).

A independência dar-se-ia, pois, em função dessas diferentes transformações. O choque no interior das câmaras entre comerciantes e aristocratas, paralelamente às disputas entre governos locais, cada vez mais enfraquecidos, e a coroa, cada vez mais forte. Tudo isso encontraria ainda no crescente número de “desclassificados” um problema adicional que fazia da emancipação consequência inevitável. Tal processo, no entanto, foi acelerado devido à transferência da família real e abertura dos portos a partir de 1808 (PRADO JR., 1983, p. 44).

Os comerciantes, fortemente ligados ao reino e que até 1808 eram favorecidos pelo pacto colonial e pelas restritas condições comerciais, veem-se prejudicados pela liberalização do comércio. A transferência da família real e posteriormente a Revolução do Porto os leva, pouco a pouco, a se juntarem aos restauradores, grupos que defendiam a recolonização do Brasil. A eles, se opõem a tradicional aristocracia brasileira e também setores populares esperançosos de que a emancipação representasse melhorias econômico-sociais.

Assim, CPJ identifica uma agitação que se alastra pelo Brasil em consequência da revolução portuguesa. O processo, no entanto, seria complexo, abrigando interesses heterogêneos e, por vezes, contraditórios. Haveria forças reacionárias que querem apenas o retorno ao passado colonial; ao lado delas, outras classes que esperavam consolidar com

a revolução as liberdades e autonomias que tinham conquistado nos anos anteriores. Por fim, haveria o agrupamento que CPJ denomina de “forças populares”, as quais enxergavam perspectivas de libertação econômica e social. Nesse processo, sairia vencedor o segundo grupo, caracterizado fortemente pela aristocracia rural brasileira, agora organizada em torno do Partido Brasileiro (PRADO JR., 1983, p. 50-51)

As tensões em torno desse processo não se esgotariam junto à declaração de Independência. CPJ percebe esse processo de modo prolongado, incluindo o período regencial. É um processo contínuo de choque entre essas forças que só se altera de modo mais consistente a partir do Segundo Reinado.

Certamente é um aspecto inovador na leitura de CPJ incluir entre o conjunto das forças que disputam o país as chamadas “forças populares” como parte dos grupos que estão presentes nesse cenário. Mas é, sobretudo, a partir dos conflitos entre a elite portuguesa-mercantil e a aristocracia rural-brasileira que se compreende todo o processo dos anos seguintes. Em parte, devido à força política e à capacidade de imposição desses grupos, especialmente a aristocracia nacional. É possível, porém, também perceber a existência de diagnóstico de incapacidade das “forças populares” como razão para o seu fracasso político.

CPJ descreve que muito embora se vivesse sob forte influência econômica e comercial inglesa, há por trás de todo o processo político nacional um predomínio ideológico francês, com forte inspiração rousseuiana. Tais ideias, no entanto, seriam utilizadas conforme a conveniência, servindo a diversos interesses. Justamente os escravos, maioria expressiva da massa trabalhadora, não utilizaria dessas ideias para defender seus interesses. O diagnóstico aparece aqui atrelado a uma explicação que, uma vez mais, associa-se à percepção dos escravos de origem africana como raça inferior. Vejamos.

Castigada embora, e deformada não raro (que castigo aliás e que deformação não cabem no vago da fórmula francesa?), ela [ideologia revolucionária francesa] servirá de lema a todos que pretendiam alguma coisa: senhores de engenho e fazendeiros contra negociantes; mulatos contra brancos; pés-descalços contra calçados; brasileiros contra portugueses... Faltou apenas “escravos contra senhores”, justamente aqueles a quem mais se aplicaria como lema reivindicador; é que os escravos falavam — quando falavam, porque no mais das vezes agiram apenas e não precisaram de roupagens ideológicas —, na linguagem mais familiar e acessível que lhes vinha das florestas, das estepes e dos desertos africanos (PRADO JR., 2011, p. 401).

É assim, pois, que se compreende em seu conjunto a participação das forças populares nas disputas em torno da independência. Elas aparecem narradas em passagens de suas diversas obras, mas via de regra apontam para o mesmo problema. Uma massa desprovida de racionalidade, incapaz, por exemplo, de articular ideais revolucionários que viriam do exterior e apontar caminhos razoáveis para o país. Mesmo aqueles grupos dos “desqualificados” não conseguiriam – e menos ainda os escravos – se beneficiar dos ideais de liberdade e utilizar de alguma racionalidade para orientar sua ação política.

Nesse sentido, seria problemática até mesmo a feição “radical ao extremo” assumida pelas classes pobres. Diz que elas propunham “completas transformações sociais e não faltaram mesmo projetos de divisão igualitária de toda a riqueza social” (PRADO JR., 1983, p. 59). Faltariam, contudo, “as condições objetivas necessárias para a realização destas reformas, e elas por isso andam mais no ar que concretizadas e em programas definidos” (PRADO JR., 1983, p. 59). Suas contribuições teriam um caráter “vago e abstrato”. Conclui que “eram, em suma, aspirações confusas, *muito mais destruidoras que construtivas*” (PRADO JR., 1983, p. 59, grifo nosso).

É possível entrever nessas passagens de CPJ o receio dos projetos de sociedade que emergiam das revoltas populares, inclusive aqui o medo não explícito do “novo Haiti”, abordado no capítulo anterior ao tratar de Oliveira Viana. Como afirma Alfredo Melo, não importa apenas verificar quais os projetos de CPJ, mas também “examinar que outras possibilidades (outros devires) de Brasil tal elite nega, desqualifica, despreza” (MELO, 2020, p. 4). Aqui, claramente se rejeita o devir-negro e o devir-índio (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

A partir dessa leitura, pois, passa a ser possível compreender como, apesar de mencionar as revoltas e aspirações populares, não se dá maior importância a elas. CPJ compreende a história do primeiro reinado resumida apenas a um “desfile de choques entre o poder absoluto do imperador e os nativistas” (PRADO JR., 1983, p. 60). Não é por outra razão que, entre outras passagens, chega a afirmar que:

a independência se fez por uma simples transferência política de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o regente e sua política. Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política (PRADO JR., 1983, p. 52).

A falta de compreensão dos processos que se desenrolavam, manifestando-se através de uma linguagem “demagógica e jacobina, emprestada dos revolucionários franceses” retomavam com frequência e impediam que esses grupos assumissem posição própria, posicionando-se a reboque das classes superiores contrárias à ideia da restauração. Com a abdicação de D. Pedro, quando finalmente os grupos restauradores estariam enfraquecidos, as classes populares sucumbiriam e viriam a elite nacional, antes vista como aliada, assumirem a hegemonia política, agora, no entanto, na condição de adversários (PRADO JR., 1983, p. 60-61).

O período regencial seria marcado pela consolidação da classe dominante brasileira – que quanto mais se consolidava no poder, mais caminhava para assumir a sua face reacionária. Curioso notar como CPJ relaciona esse processo também à radicalização das camadas populares: diz que quanto mais essas aderem aos movimentos, mais as classes dominantes caminham para uma postura reacionária. Chega, pois, a afirmar que “concorre para a reação a *atividade revolucionária e inconsequente das classes inferiores*” (PRADO JR., 1983, p. 66, grifo nosso).

Como destacamos no início deste capítulo, CPJ é reconhecido por ter feito um exame considerável do período regencial e de suas revoltas. É aqui, especialmente em *Evolução...*, dispensado tempo considerável para essa análise. Diferente do que sugere José Carlos Reis em passagem que abre este capítulo, no entanto, essa análise é recorrentemente feita a partir dos mesmos elementos que já se identificou nos períodos anteriores. Via de regra, os movimentos são descritos como não sendo portadores de grande racionalidade e de suas incapacidades diversas em levar a frente um projeto mais duradouro de mobilização.

Uma percepção um pouco diferente aparece quando se trata da sublevação dos *cabanos*, ou a “cabanagem”, como ficou mais amplamente conhecida. Seria ela “um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil” e seria também a “primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder”. Sua relevância se daria “*apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza*” (PRADO JR., 1983, p. 77, grifo nosso).

Tratamento também mais elogioso é conferido à *agitação praieira*, ocorrida em Pernambuco, local que recebia grande fluxo de imigrantes e, também por isso, carregava forte sentimento antilusitano. Ali se formara o partido *da praia* que é apresentado a partir

das palavras de Figueira de Melo⁵¹, reacionário consumado, razão pela qual CPJ adverte ser necessário “descontar” algo dessa caracterização: tratar-se-ia de partido composto pelas classes inferiores e ignorantes da população as quais nutririam “ódio, inveja e vingança contra as classes superiores no mais alto ponto de exaltação” (PRADO JR., 1983, p. 83). A agitação praieira é caracterizada pela disputa ocorrida entre 1842 e 1849 entre o partido da praia e o partido da Ordem – composto por proprietários, capitalistas das classes mais abastadas. Diferentemente dos outros movimentos do período, CPJ percebe na agitação praieira a presença de um programa (ideologia) bem definido. Isso, contudo, não retiraria o fato de que eram incapazes de promover um levante de massas, tendo sua ação se reduzido a um movimento que nunca ultrapassou 2000 homens – razão pela qual foram rapidamente dominados, se instalando a força reacionária. Daí a conclusão de que a agitação praieira “ficou só na superfície” (PRADO JR., 1983, p. 85-86).

Parece possível identificar nas construções de CPJ uma tensão, assim como fora observado acerca da escravidão, entre uma leitura dele próprio acerca dessas forças populares como débil, paralelamente ao caráter de denúncia dos mecanismos perversos adotados pelas elites políticas. Ao mesmo tempo, pois, que se diz em outros momentos da existência de “movimentos intensos”, atravessa toda a sua leitura também a percepção de que em sua maioria as revoluções populares seriam inconsequentes, sem ideologia, sem coesão, e mesmo quando chegaram ao poder, demonstraram sua completa desagregação (PRADO JR., 1983, p. 67-68). Dito de outro modo, é possível perceber uma narrativa que toma como pressuposto o fato de que tais movimentações foram feitas por povos de cultura inferior, razão pela qual não foram bem-sucedidas – e talvez não fosse mesmo desejável que obtivessem maior sucesso. Uma leitura mais ampla da sua visão acerca das forças populares e dos escravos no período da independência é identificada na passagem abaixo:

De um lado está a massa escrava, que representava então cerca de 50% da população brasileira. Os escravos, além de seu baixo nível intelectual – grande parte vinha diretamente das selvas africanas, e por isso *em nada se diferenciava das populações ainda em completo estado de barbárie de que provinha* – eram divididos por profundas rivalidades tribais do seu habitat de origem; muitas vezes nem ao menos falavam o mesmo idioma. Não formam por isso uma

⁵¹ Há aqui um exemplo do que mencionamos anteriormente: a inevitabilidade da obra de CPJ ser atravessada por livros, relatos e fontes diversas produzidas em momento anterior. Inevitável que, em alguma medida, sua obrar também reforce alguns dos entendimentos predominantes nos períodos anteriores.

massa coesa, e não raro vemo-los tomarem armas uns contra os outros. Por isso também *representam um papel político insignificante*. Privados de todos os direitos, isolados nos grandes domínios rurais, onde viviam submetidos a uma disciplina cujo rigor não reconhecia limites, e cercados de um meio que lhes era estranho, faltavam aos escravos brasileiros todos os elementos para constituírem, apesar do seu considerável número, fatores de vulto no equilíbrio político nacional. Só com o decorrer do tempo poderia a pressão de idênticas condições de vida transformar esta massa escrava numa classe politicamente ponderável, em outras palavras, transformá-la de uma classe em si noutra para si. Quanto à população livre das camadas médias e inferiores, não atuavam sobre ela fatores capazes de lhe dar coesão social e possibilidades de uma eficiente atuação política. Havia nela a maior disparidade de interesses, e mais do que classes nitidamente constituídas, formavam antes simples aglomerados de indivíduos. Em último lugar, para compreendermos a ineficiência política das camadas inferiores da população brasileira, devemos nos lembrar de que a economia nacional, e com ela a nossa organização social, assente como estava numa larga base escravista, não comportava naturalmente uma estrutura política democrática e popular (PRADO JR., 1983, p. 67, grifos nossos)

Vencidos, pois, os Farrapos e os Praieiros, estabilizar-se-ia no país pós 1849 uma monarquia burguesa. O autor descreve um conjunto de institutos que foram utilizados para marcar a centralização política e a opressão das massas populares, quando não pelas armas, por códigos eleitorais, Conselho de Estado, dentre outros. Se as massas populares atuaram “de forma intensa” durante os períodos anteriores, a segunda metade do século XIX seria marcada pela sua “passividade” e “sujeição completa por leis e instituições opressivas”. Em passagens como essa reforça-se o diagnóstico da passividade popular e a compreensão de que a sua manifestação se deve a duas condições, são elas a inferioridade dos povos formadores e as condições estruturais impostas. Esses elementos conjugados terminam por forçar um predomínio dos grupos burgueses, a tal ponto que a compreensão desse período deve ser feita a partir tão somente do entendimento sobre as tendências opostas dos diferentes grupos burgueses (PRADO Jr., 1983, p. 88-89).

Nesse sentido, será a partir da própria dinâmica econômica e da diferenciação que ocorre no interior da burguesia que se compreenderá a questão da abolição no segundo reinado. O fato mais relevante identificado por CPJ na passagem à segunda metade do século XIX consiste no fim do tráfico negreiro. Esse processo é compreendido a partir das pressões exercidas pela Inglaterra, cujos interesses se confundiam com o fim do trabalho escravo no Brasil. O fim do tráfico consistiria, pois, em importante fator que teria consequências imediatas na economia. Uma delas seria o maior dinamismo, com um grande aumento no volume de dinheiro circulando pelo país, bem como o crescimento de empresas, construções de ferrovias, tendo início uma era “moderna” brasileira. Nesse contexto, desenvolver-se-ia então uma nova burguesia, endinheirada, “progressista”,

interessada na transformação econômica do país (PRADO JR., 1983, p. 94). Paralelamente, grande parte dos setores agrícolas passaria a ter dificuldades de manter grandes contingentes de escravos devido aos preços elevados. Por essa razão, chegar-se-ia a um contexto tal em que apenas Rio de Janeiro e São Paulo teriam condições de tê-los. Ilustrativo dessa situação é que, em 1884, Ceará e Amazonas já decretavam a abolição da escravidão em suas respectivas províncias. Tudo isso indicaria que a transição ao trabalho assalariado se daria em decorrência direta do fim do tráfico (PRADO JR., 1983, p. 98).

Diz CPJ que, após a Guerra do Paraguai,

a abolição se tornara de interesse nacional, que não podia ser sacrificado ao interesse de uma só cultura, o café. Foi assim o Sul o último esteio da instituição servil. Só quando a avalanche abolicionista, arrastando consigo o resto do país, determinou uma tal instabilidade e insegurança do trabalho servil que os escravos abandonavam as fazendas em massa, não havendo que os retivesse, só então renderam-se estes últimos escravocratas e a lei de 13 de maio, como já se notou, não veio mais que reconhecer uma situação de fato (PRADO Jr., 1983, p. 98-99).

Assim, CPJ interpreta o final do Império (período que encerra também sua obra *Evolução...*) como o desfecho de um embate que perpassa toda a segunda metade do século XIX. De um lado, as forças progressistas, representadas pela ala comercial da burguesia, do outro, a elite conservadora agrária. O enfraquecimento e posterior abolição da escravidão representou a vitória dessa ala progressista. À ala conservadora restavam ainda espaços institucionais da monarquia, que não tardaria a cair.

É bastante acertada a leitura de CPJ ao retirar o foco de D. Pedro II e compreender os processos políticos, a abolição, em especial, desvinculada de uma perspectiva que a explique em função da benevolência de um imperador ou de uma princesa. A sua leitura, no entanto, vincula direta e exclusivamente a abolição à modernização do país e ao desenvolvimento do capitalismo. Sugere que a escravidão seria instituição que já desmoronava por todo o país, não restando muito o que pudesse ser feito contra ela. Contrapõe-se à construção de Rui Barbosa e diz que, diferentemente do que sugeriu o pensador, a abolição não adveio “com exuberância irresistível do seio do povo, do âmago da sociedade brasileira, do entusiasmo nacional”, mas sim que “nasce[u] das condições objetivas do país, da insuficiência qualitativa e quantitativa do trabalho escravo, e por efeito disto, do acúmulo de interesses opostos à escravidão” (PRADO Jr., 1983, p. 98-99). Nessa interpretação, CPJ termina por conceder papel mínimo às mobilizações sociais

em torno da abolição. O grande movimento que se formou em torno da pauta abolicionista e que hoje temos notícia⁵² (ALONSO, 2015) estava longe de constar em seus textos sobre esse período.

As principais obras de CPJ não chegaram na análise da Primeira República. Trata-se de parte que seria abordada posteriormente e que acabou por não ser desenvolvida. De todo modo, em alguns dos poucos escritos sobre o período (PRADO JR., 1979), verifica-se a percepção de que o proletariado brasileiro seria ainda uma classe muito jovem, imatura, sem organização e sem perspectivas políticas suficientes. A liderança exercida por setores da burguesia progressista e do tenentismo seriam também percepção que confirmaria como os setores populares continuariam a ser “desorganizados e politicamente inativos” (RICUPERO, 2000, p. 172).

De forma geral, percebe-se na obra de CPJ a presença de leituras do processo de formação social atrelado à inferioridade das raças indígenas e africanas. A leitura a partir da perspectiva racial, contudo, possui peso significativamente menor que aquela identificada no capítulo anterior, ao tratar da obra de Oliveira Viana. Esse aspecto ocupa um segundo plano no conjunto das explicações de CPJ, que passa a identificar com maior centralidade o peso das instituições e das classes dominantes. Assim, a inexistência de agência coletiva transformadora emerge não apenas como reflexo de uma inferioridade racial ou mesmo de uma passividade natural do povo, mas também das condições estruturais que a inviabilizam.

O baixo índice cultural seria resolvido a partir de dois aspectos fundamentais. De um lado, a educação do “aglomerado incoerente e desconexo”. De outro, pela importação de “novos contingentes demográficos”, processo esse que já estava em curso e que leva CPJ a reconhecer que no sul do Brasil haveria extratos sensivelmente superiores culturalmente aos da massa da população que predominara anteriormente na região e daquela que ainda predominava no norte do país (PRADO JUNIOR, 2014, p. 72). Alfredo Melo destaca como CPJ identificava, em paralelo à necessidade de reformas no sistema econômico e social, o concurso de novos contingentes demográficos dado que “a formação social e o desenvolvimento histórico do Brasil foram altamente defeituosos e

⁵² Trataremos desse tema de forma mais detalhada no Capítulo 5.

inconvenientes do ponto de vista dos modernos padrões e necessidades” (PRADO JUNIOR., 2012, p. 173 *apud* MELO, 2020, p. 10-11).

Em linhas gerais, é possível identificar que as proposições de CPJ para o desenvolvimento brasileiro não podem ser resumidas às suas compreensões acerca das dimensões políticas e econômicas instituídas pela colonização. Também a sua interpretação do corpo social é fundamental nesse sentido, não se resumindo à análise do lugar no sistema econômico ocupado pelas diferentes classes. Há uma perspectiva fortemente racista que não pode ser ignorada nem tampouco tratada como pequeno deslize. É ela também constitutiva do pensamento de CPJ e possui impactos importantes em suas propostas para a revolução brasileira.

Abordada, portanto, a perspectiva mais ampla de CPJ acerca da formação da sociedade brasileira e da sua (não-)participação em importantes processos políticos nacionais, cabe verificar finalmente de que forma essa macro visão aparece também na percepção do autor acerca das possibilidades de uma revolução socialista no Brasil no contexto dos anos 1950/60.

A Revolução Brasileira – revolução sem povo?

O debate público brasileiro dos anos 1950/60 possui algumas especificidades que já se apresentaram anteriormente. Resta ainda, no entanto, indicar a contribuição mais específica de CPJ. Para além de suas obras historiográficas, é importante compreender como o autor pensava o processo revolucionário brasileiro. E, o que especialmente interessa aqui, verificar como a sua leitura da formação social brasileira contribui e ajuda a explicar a sua visão acerca d’*A Revolução Brasileira*.

Chamam a atenção dois aspectos centrais e que se complementam na obra do autor. A primeira delas consiste no próprio conceito de revolução. CPJ se distingue da clássica imagem das massas na rua tomando o poder que recorrentemente se tem em mente quando se utiliza esse termo. Não só dessa percepção do que seja a revolução já consolidada no imaginário, mas mesmo do conceito de revolução que, com frequência, é utilizado na literatura. A título de exemplo, Norberto Bobbio em seu *Dicionário de Política* apresenta Revolução como sendo: “a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na

esfera socioeconômica” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO; 1998, p. 1131). Para CPJ, no entanto, não se trata disso.

No sentido em que é ordinariamente usado, revolução quer dizer o emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra força qualquer na oposição. Revolução tem aí o sentido que mais apropriadamente caiba ao termo “insurreição”. Mas revolução tem também o significado de transformação do regime político-social que pode ser e em regra tem sido historicamente desencadeado ou estimulado por insurreições. Mas que necessariamente não o é. O significado próprio se concentra na transformação, e não no processo imediato através do qual se realiza (PRADO JR., 2014, p. 6).

Assim, Revolução aparece fortemente associada à profundidade das mudanças necessárias e menos ao modo ou quais grupos comandarão esse processo. CPJ diz que, para uma minoria, o país precisa de apenas pequenos retoques – e são eles que ocupam os cargos de poder. Em sua visão, todavia, não se trata disso, e sim da necessidade de mudanças importantes. Não deixa de chamar a atenção, entretanto, a percepção do autor de que essas transformações profundas são importantes para a grande maioria da população “mesmo que ela não se dê sempre conta perfeita da realidade, *incapaz que é de projetar em plano geral e de conjunto suas insatisfações, seus desejos e suas aspirações pessoais*” (PRADO JR., 2014, p. 23, grifo nosso).

Complementa a noção de revolução de CPJ a percepção acerca dos agentes sociais, potenciais agentes revolucionários. Aqui, é importante perceber que romper a relação entre “revolução” e tomada do poder por grupos populares consiste em distinção conceitual que encontra também relação com as limitações percebidas pelo autor acerca da realidade político-social brasileira do período. Em primeiro lugar, no que diz respeito à burguesia nacional, como indicado anteriormente, o autor não a compreende como uma classe que possa ser aliada na revolução, nem tampouco que possua interesses conflitantes com o imperialismo. Trata-se da compreensão de que

A ‘burguesia nacional’, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um desses mitos criados para justificar teorias preconcebidas (PRADO JR., 2014, p. 102-3).

Os trabalhadores, por sua vez, seriam em sua maioria oriundos daqueles grupos sociais que formaram outrora os grupos de “desqualificados” e de escravos. Ausente qualquer processo de ruptura profunda nesse cenário, parece improvável que surja, da obra de CPJ, uma crença de que esse grupo seja capaz de tomar a frente em um processo revolucionário. Chega a dizer, inclusive, que parte das insuficiências percebidas na

agropecuária brasileira do período dar-se-iam em função das “reduzidas aspirações e o baixo nível ideológico e da consciência de classe dos trabalhadores rurais” (PRADO JR., 2014, p. 90). Ausentes a agressividade e a combatividade do trabalhador que força por melhores salários, não seria o burguês levado a introduzir melhorias e aperfeiçoamentos técnicos para o aumento da produtividade.

A narrativa de CPJ aponta a todo momento para a continuidade do colonial, das estruturas que fundaram o Brasil. O fim da escravidão consistiria em momento importante de ruptura, integrando a classe trabalhadora em um só grupo. Mas esse processo ainda estaria incompleto e a sua completude envolveria a inclusão das classes trabalhadoras rurais no conjunto da sociedade. Tal processo dar-se-ia, ainda, com níveis diferentes de dificuldade em cada região pois haveria em cada localidade “níveis culturais” próprios de cada população. O Sul, destino de maior parte dos imigrantes europeus, apresentaria situação vantajosa nesse sentido.

Além disso, a imigração europeia constituiu fator particularmente notável na estimulação dos padrões culturais da população brasileira. O que tem como comprovação fácil e imediata a grande diferenciação verificada, sob esse aspecto, entre o sul e o norte do país, e que se deve em grande medida principal parte à incorporação num caso, e ausência em outro, de apreciáveis contingentes demográficos que se situavam em níveis sensivelmente superiores, culturalmente, aos da preexistente massa da população trabalhadora do país (PRADO JR., 2014, p. 72).

Pouco a pouco, conforme indicamos, a perspectiva estritamente racial perde força no pensamento de CPJ. Contudo, veem-se ecos daquela leitura ao se tratar da “cultura” e pensar as possibilidades da revolução brasileira. À medida que enfraquece a leitura acerca das “raças superiores e inferiores” que compõem o povo brasileiro, ganha força a percepção acerca das diferentes “culturas”. Não surpreende, pois, que os contingentes populacionais brancos, de origem europeia, sejam compreendidos como culturalmente “superiores” em relação ao conjunto da população trabalhadora brasileira.

O potencial revolucionário, contudo, reside no conjunto da população nacional, especialmente na população rural. Isso porque é no campo que há as mais profundas contradições – resultantes, como já insistiu, das relações capitalistas de emprego –, fruto direto da estrutura escravista-colonial. A situação no campo, descrita como sendo de miséria física e moral, refletir-se-ia na cidade e seria impeditiva da construção de uma nação moderna, com elevados padrões econômicos e sociais. As profundas contradições

percebidas indicavam, ao mesmo tempo, o seu grande potencial revolucionário (PRADO JR., 2014, p.116-117).

Se o potencial está nas massas do campo, de baixo nível cultural e sem consciência de classe, logo se percebe que o processo revolucionário deveria ser estimulado por grupos de alto nível cultural e que estariam, em sua maioria, na cidade. Nesse sentido, é sintomático o peso da crítica feita por CPJ às lideranças progressistas no período 1946-64. Para o autor, as esquerdas teriam sido incapazes de organizar as massas, de tal forma que as mobilizações do proletariado se reduziram a reivindicações por melhores salários, obtendo vitórias pontuais. No campo, ainda pior, a insistência nas teses feudais impediu qualquer avanço importante. É assim que compreende que o que se via era antes uma mobilização de “cúpulas” revolucionárias, às quais as bases assistiam passivamente, na melhor das hipóteses fazendo torcida, como nos jogos de futebol (PRADO JR., 2014, p. 39).

Todo esse cenário terminaria por evidenciar a impossibilidade de caminhar em direção à transição para um modelo socialista. A análise historicamente fundada, mas também atenta às condições do tempo presente, indicaria a inexistência das estruturas políticas, econômicas e sociais para a revolução. Em uma das tantas passagens, afirma que “a eliminação da iniciativa privada somente é possível com a implantação do socialismo, o que na situação presente é desde logo *irrealizável* no Brasil” (PRADO JR., 2014, p. 139, grifo nosso). Compreende não existir possibilidade de desaparecimento da relação de emprego no meio rural e nem tampouco a transformação em curto prazo dos trabalhadores em uma coletividade de pequenos produtores e proprietários. Faltariam aos trabalhadores rurais a habilitação necessária para isso.

Não há no Brasil condições para tanto, nem econômicas e de ordem geral, nem mesmo a necessária habilitação de boa parte da população trabalhadora rural para o exercício, em nível adequado e para a própria elevação de seu nível de vida, de uma atividade produtiva autônoma. Falta a essa população, ou em boa parte dela, tradição camponesa semelhante àquela que encontramos na Europa ou Ásia (...) não se esqueça que grande parcela da população rural brasileira provém diretamente da escravidão (...) [e que] não lhe foi dada oportunidade alguma de se tornar um campesinato no sentido próprio da expressão (...) não se trata assim, nem é este o caso em foco na atual conjuntura histórica brasileira, da transformação socialista do nosso regime (PRADO JR., 2014, p. 318).

Como se vê, a impossibilidade do socialismo no Brasil é, em grande medida, sustentada aqui a partir do diagnóstico, historicamente sustentado, da particular formação

brasileira. As classes populares brasileiras, oriundas da escravidão, não estariam aptas a essa tarefa. Antes compreendidos como povos oriundos de raças inferiores, agora o diagnóstico aponta para elementos como “falta de nível” ou “cultura inferior”. Importante questionar, contudo, como se dá a aferição desses diferentes níveis culturais. Na ausência de resposta satisfatória a essa pergunta, é inevitável relacioná-la aos diagnósticos raciais antes hegemônicos.

A passagem à variável cultura, ainda que traga, como num palimpsesto, os traços do pensamento abertamente racistas que lhe antecederam, abre espaço para imaginar saídas políticas. Para tanto, seria necessária a ação acertada da elite política. Como regra, não sairia da mobilização pelo fim do latifúndio massas revolucionárias, sendo esses episódios “exceção”, conflitos apenas localmente identificados no Brasil dos quais não sairia a revolução, mas antes conflitos locais e assim dirimidos (PRADO JR., 2014, p. 122-124). Visão diferente, no entanto, manifesta em relação às conquistas trabalhistas obtidas pelos trabalhadores rurais em alguns episódios. Valendo-se de um exemplo em que a ação política apontou na direção correta e obteve notável sucesso, indica que o caminho para a Revolução Brasileira passa justamente por abandonar teses como a da abolição do latifúndio⁵³ e direcionar esforços para a melhoria das condições do trabalhador rural, levando a eles garantias que são aplicadas aos trabalhadores urbanos, sem prejuízo das muitas especificidades que caracteriza essa forma de trabalho. A tarefa que seria dada aos progressistas consistiria, pois, em “mobilizar e organizar a massa trabalhadora do campo a fim de ela se pôr em condições de efetivamente lutar pela conquista de seus direitos e reivindicações”. Tratar-se-ia da única forma desse grupo, maioria da população e que ainda estaria “semi-imersa, senão imersa de todo em longínquo passado onde estagnou” (PRADO JR., 2014, p. 128-130), superar essa condição.

Apesar de reconhecer a existência de algumas mobilizações, CPJ diz que “não há que subestimar a tradição de completo alheamento da vida institucional do país a que a massa trabalhadora rural, desde sempre, se viu relegada” (PRADO JR., 2014, p. 147). Assim, o “impulso e essa orientação precisam vir de fora. E somente podem partir (...) do

⁵³ O conceito de Reforma Agrária aparece de forma pouco precisa ao longo dos textos. Em alguns casos, o autor compreende por esse termo a proposta de divisão do latifúndio. Em outros momentos, parece compreender como reforma agrária a melhoria das condições dos trabalhadores rurais. Para além da imprecisão conceitual, no entanto, aparece de forma clara na obra de CPJ a percepção de que a expropriação e redistribuição de terras não deveria ser a pauta central a ser levantada pelos grupos progressistas.

proletariado urbano cujo nível cultural e político, apurado pela vida da cidade, tão mais intensa e culturalmente elevada, o torna apto para aquela tarefa de direção da massa trabalhadora rural” (PRADO JR., 2014, p. 147). No limite, a expansão de direitos e a inclusão da massa rural, de nível cultural reduzido, ao conjunto da nação seria propriamente o ato revolucionário possível para o momento, fazendo elevar o nível cultural e fazendo nascer a nação, pensada, claro, nos marcos da modernidade ocidental. Tal processo deveria ser conduzido pelas camadas urbanas cujo “nível cultural e político” seria mais elevado.

A questão se torna mais complexa, porém, à medida em que CPJ indica que, embora tenham “apreciável” nível de organização, o operariado urbano também sofreria com falhas de orientação. Apesar de enquadrado em organizações amplas, ele se apresentaria nelas “desagregado e sem nenhuma consistência interna. E é muito frouxamente que se liga às direções onde se concentra toda vitalidade, iniciativa e quase toda ação do movimento operário” (PRADO JR., 2014, p. 150). Não raras vezes, por isso, é levado “para a posição de simples massa de manobras táticas, manejada (...) por minorias efetivamente ativas que não passam muitas das vezes de ínfimos grupos” (PRADO JR., 2014, p. 150). Tais grupos podem ser bem-intencionados, mas também podem se beneficiar dessa liderança para fins próprios. O capitalismo burocrático se sustentaria em grande medida sobre essa estrutura. “Através de barganhas em que se negociavam facilidades junto às autoridades e acesso ao governo e seus favores, em troca de projeção política na massa popular e apoio dela” (PRADO JR., 2014, p. 150).

Apesar dessas restrições, é do sindicato urbano que teria que vir o impulso para a mobilização dos trabalhadores. Assumiria importância ímpar os centros urbanos menores, considerando que eles funcionam como uma espécie de ponte, onde há organizações operárias e também onde a massa trabalhadora do campo tem mais fácil acesso. Os sindicatos rurais, cuja importância não teria sido adequadamente reconhecida pelas lideranças de esquerda, “se centralizarão naturalmente, sobretudo em aglomerações urbanas menores, e não nas capitais e outras cidades de maior importância” (PRADO JR., 2014, p. 154).

A partir, portanto, dessa mobilização dos trabalhadores rurais e urbanos se almejava uma reformulação profunda que levaria à *Revolução Brasileira*. A melhoria nas condições no campo se apresenta como objetivo fundamental pois, a partir dela, ocorreria

também o aumento dos salários nas cidades. Assim, finalmente, a economia brasileira incluiria propriamente as suas bases em condições materiais mínimas. As melhorias salariais somadas ao aumento de tributação também proposto levariam os proprietários a se modernizar, aumentando a produtividade. Caso contrário terminariam também por vender suas terras, forçando um processo de desconcentração fundiária. Ver-se-ia a estruturação de um capitalismo dirigido, em que as empresas permanecem privadas e com seus lucros, mas devem ser orientadas para direcionar sua produção para as necessidades mais urgentes da população. A produção forçosamente deverá se voltar para o mercado interno e não apenas para as classes mais abastadas. (PRADO JR., 2014, p. 143). No interior do que seria um “programa da Revolução”, CPJ reforça ainda a necessidade de o Estado controlar o comércio exterior, importando apenas o que é efetivamente essencial. Também caberia ao Estado controlar a evasão de divisas e conter a remessa de lucros de empresas estrangeiras para o exterior (PRADO JR., 2014, p. 162-167).

Todo esse “programa” que levaria à Revolução, mesmo que ainda não socialista, dar-se-ia, pois, a partir dos trabalhadores rurais, estimulados antes pelo operariado urbano e conectados muito especialmente nas cidades médias. O desenrolar desse processo, no entanto, aparece profundamente dependente das elites progressistas, dada certa debilidade percebida mesmo nos trabalhadores urbanos. São as elites, mesmo em pequeno número, que teriam a capacidade de articular os sindicatos e estimular as lutas para a Revolução Brasileira. A partir disso, entende-se, por fim, a responsabilização de CPJ às principais lideranças de esquerda do país no período entre 1946-1964. O que se empreende da leitura dele é que, diante das dificuldades já estruturalmente impostas, os equívocos no diagnóstico e na ação da elite progressistas são partes fundamentais dos fatores que explicariam o fracasso da Revolução Brasileira.

CAIO PRADO E A NACIONALIZAÇÃO DO MARXISMO

Como já se destacou anteriormente, Bernardo Ricupero (2000) atribui a CPJ o mérito de ter transplantado para a realidade brasileira a teoria de Karl Marx. Trata-se de primeiro esforço de fôlego que não se restringiu a importar teorias e aplicá-las indistintamente ao contexto brasileiro. Essa certamente seria uma conclusão que agradaria ao próprio autor, uma vez que seus textos trazem de forma bastante explícita essa preocupação.

Efetivamente, não restam dúvidas de que CPJ trouxe contribuição fundamental para compreensão do Brasil. Parece razoável, inclusive, a conclusão do próprio Ricupero de que sua importância é por vezes minimizada justamente por sua interpretação ter se tornado tão forte que enraizou na formação escolar mais básica e no imaginário social (RICUPERO, 2000, p. 230), ao menos no que diz respeito à nossa origem, ao sentido da colonização e suas consequências mais diretas para o desenvolvimento brasileiro. A crítica às “teses feudais”, argumento central que atravessa e conecta boa parte de sua produção teórica, igualmente se cristalizou como interpretação hegemônica.

Se na década de 1950 o PCB tinha força considerável no interior da tradição socialista e suas teses diferiam em parte das proposições de CPJ, as décadas seguintes trariam diversas obras de teóricos que, quando não eram parte propriamente de uma tradição socialista, ao menos se valeram do ferramental analítico fornecido pela obra marxiana para compreender a política, a economia e a sociedade brasileira. Nesse sentido, a produção de CPJ assumiu papel fundamental devido ao importante esforço de interpretação marxista do Brasil feito por ele e que seguiu sendo atualizado nos “Seminários Marx”, na USP. De lá saíram diversos intelectuais como o próprio Fernando Henrique Cardoso, que será analisado no capítulo seguinte. Ao mesmo tempo, Carlos Nelson Coutinho (1989) identifica na obra de Caio Prado a raiz de vários dos pensamentos de ultraesquerda dos teóricos marxistas da dependência que escreveram nos anos 1960 e 1970 fora da USP, que “se baseava na falsa alternativa ‘socialismo já’ ou ‘ditadura fascista com estagnação econômica’” (COUTINHO, 1989, p. 129). Seja como for, é inegável a influência que a obra caiopradiana exerceu nos esforços de interpretação marxista da realidade brasileira.

No que diz respeito às suas interpretações sobre o papel dos grupos progressistas no processo político que culminou com o golpe de 1º de abril de 1964, também parece possível perceber a sua proximidade com as teorias que predominaram nos anos seguintes, notadamente a teoria do populismo como formulado por Francisco Weffort (1978). Esse tema também será retomado no capítulo seguinte ao tratar da construção teórica de Fernando Henrique Cardoso.

Apesar da aludida independência assumida, e talvez mesmo em função dela, CPJ foi capaz de formular uma interpretação da história e da formação nacional que se transformou em base para a compreensão do país. Há, é claro, vários equívocos de CPJ

que se mostraram mais evidentes com o tempo. De certo, a reduzida importância dada ao acesso à terra no Brasil, apesar da acertada crítica em relação à ausente origem camponesa, é um desses pontos. O dinamismo assumido pela atividade agropecuária no país, no entanto, era algo ainda distante no período em que o autor escrevia – assim como o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), marco na luta de acesso à Terra no país, estava ainda por acontecer.

Outro aspecto bastante rejeitado da obra de CPJ consiste no peso excessivo dado às permanências do passado colonial, bem como o foco em demasia na questão rural. É certo também que o processo acelerado de urbanização e industrialização entre os anos 1950/70 não era simples de ser percebido. Mas talvez tenha razão Nelson Coutinho ao dizer que CPJ

Deu mais ênfase à reprodução do velho que houve nas mudanças brasileiras do que à mudança. Analisa a Independência, a Abolição, a República, a industrialização, para concluir que o Brasil ainda era colonial. Quase nem percebeu a industrialização e quando a percebeu foi para subestimá-la, tratando-a como uma aparência que não alterava a essência colonial. Quando reconheceu fatos novos, ele os considerou alterações meramente quantitativas que não anulavam a qualidade da dependência, manifestações que mantinham o passado, tornando-o até mais perverso (COUTINHO, 1990, p. 207).

É da permanência de um passado colonial que emergem, pois, as limitações percebidas por CPJ para o desenrolar da revolução brasileira. Como atesta José Carlos Reis (1999), inspirado em Octávio Ianni (1989), propor a ruptura revolucionária em uma realidade social na qual o presente mantém uma aliança sólida com o passado é propor o inviável. Chega-se, por fim, à percepção de alguns críticos, conforme narra Lincoln Secco (2014, p. 236-7), de que a obra de CPJ terminaria por ser “reformista e revisionista”. Ou seja, sua preocupação em adaptar o marxismo às condições nacionais terminaria por minar a proposta da revolução socialista no país. E aqui há de se fazer um parêntese importante no sentido de reforçar o pertencimento de CPJ à tradição socialista: em momento algum o autor demonstra resistência ao modelo socialista. Sua admiração mesmo pelo chamado “socialismo real” vivenciado na URSS, na China e em Cuba fica evidente quando se observa o tratamento elogioso dispensado àqueles regimes em suas obras de cunho filosófico e de análise das experiências socialistas pelo mundo (PRADO JR., 1934; 1967; 1985). O problema do socialismo entre nós, para CPJ, portanto, advém do Brasil e não do socialismo.

É certo que o problema do Brasil pode ser compreendido a partir de diversos fatores, todos eles tendo origem no processo colonial. Dentre esses fatores há, conforme buscou-se evidenciar ao longo deste capítulo, uma leitura acerca da formação social que possui efeitos importantes no desenvolvimento de suas teses. Nesse sentido, parece ser possível antever o problema da Revolução em CPJ a partir mesmo de suas construções historiográficas. Afinal de contas, qual proposta de revolução poderia ser possível a partir de uma leitura tão depreciativa acerca dos grupos que contribuíram para a formação social brasileira? Qual revolução seria possível de ser empreendida por um povo de “cultura inferior”?

Alguns dos mais importantes leitores de CPJ também atentaram para esse problema. Ricupero chega a dizer que “mesmo alguém tão perceptivo como Caio Prado Jr. é incapaz de fugir inteiramente ao racismo predominante na época em que escreve” (RICUPERO, 2000, p. 144) ou que “para nós, leitores do século XXI de Formação do Brasil contemporâneo, certos trechos do livro, em que aparecem imagens emprestadas da biologia ou uma linguagem abertamente racista, provocam indisfarçável mal-estar.” (RICUPERO, 2011, p. 437). O peso diminuto, porém, dado a esse aspecto, tratado como algo pontual e, ao menos em parte, justificável a partir da cultura predominante no contexto em que escreve CPJ, não parece compreender em sua completude as dimensões envolvidas nessa construção.

Conforme tratamos, não pretendemos fazer recair sobre CPJ um peso excessivo e anacrônico acerca da sua leitura sobre a formação social brasileira. Ao contrário, compreendido como um importante expoente da tradição socialista, perceber o impacto do racismo em sua obra e em sua percepção acerca do povo brasileiro é um modo de refletir não especificamente sobre o sujeito Caio Prado Júnior, mas sobre o próprio Brasil, sobre como as mazelas da escravidão, o eugenismo e o racismo se conectam aos diagnósticos da apatia social que, por sua vez, influíram nos prognósticos políticos sobre o país. Nesse sentido, interessa mais a reflexão acerca dos impactos produzidos por esses modos de compreender a formação social brasileira do que a aferição de responsabilidades individuais desse ou daquele pensador.

Compreender os diagnósticos do social, bem como a sua interrelação com a questão racial, em diferentes tradições de pensamento pode contribuir para uma melhor compreensão acerca do que hoje se conhece como *racismo estrutural* (ALMEIDA, 2019).

Em linhas gerais, parece possível identificar um efeito importante do racismo na compreensão da sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito à interpretação acerca das possibilidades e da agência dos subalternos na história nacional. Impactando os diagnósticos produzidos, seus efeitos são notáveis também nas formulações de projetos políticos para o Brasil. No caso específico de CPJ, é possível concluir que a sua tarefa de nacionalização do marxismo no Brasil também sofreu esses prejuízos. Longe de ser um fato secundário na sua percepção da realidade nacional e das possibilidades de uma revolução, a leitura da sociedade, desde a formação até pelo menos os anos 1960, é aspecto que atravessa sua obra e colabora para a elaboração de suas principais propostas para a política nacional.

CAPÍTULO 4 – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Ai de mim
Se não fosse o pandeiro,
o ganzá e o tamborim
Jovelina Pérola Negra*

APRESENTAÇÃO

O presente capítulo dá continuidade às investigações de importantes teóricos do pensamento político brasileiro, desta vez tendo como foco analítico o intelectual Fernando Henrique Cardoso, tomado aqui como um importante expoente do pensamento liberal brasileiro. Diferente de autores analisados anteriormente, a categorização de Cardoso como um intelectual liberal é alvo de grande controvérsia, tendo origem em importante polêmica que marcou o pensamento nacional: a tese de que o liberalismo seria uma “ideia fora do lugar” no Brasil. Por isso, divide-se o presente capítulo em duas partes.

Na primeira parte deste capítulo faz-se o resgate da discussão acerca da existência do liberalismo no Brasil e revisita-se a polêmica instaurada a partir da obra de Roberto Schwarz. Recorre-se à história do liberalismo para compreender que alguns dos elementos utilizados para indicar a sua impropriedade no Brasil, notadamente a sua convivência com a escravidão, esteve longe de constituir exceção da experiência brasileira.

Já na segunda parte, analisam-se aspectos biográficos do autor; discute-se a sua inserção na USP, bem como sua filiação metodológica e, por fim, são explorados vários aspectos que estruturam o seu pensamento. Busca-se, em especial, compreender o seu pensamento a partir da sua leitura acerca da formação do Estado e da sociedade brasileira. Indica-se, ao final, que as suas interpretações marcadas pela debilidade social e pelo atraso do Estado, de forma geral, condicionaram suas propostas para o desenvolvimento brasileiro, notadamente a proposta do *desenvolvimento associado*.

Essa segunda parte não apresenta de forma linear as obras de Cardoso, mas opta por organizar seu pensamento por meio de discussões e categorias fundamentais que atravessam diversas de suas obras. Assim, constrói-se o argumento em espiral, de tal forma que algumas obras vão sendo retomadas e aparecem em diferentes momentos do capítulo à medida em que se aborda temas específicos do pensamento do autor como a

sua leitura do Estado; a sua leitura da sociedade; a sua compreensão sobre o desenvolvimento, a democracia, o populismo, dentre outros temas.

O LIBERALISMO

Em busca do 'Liberalismo Real'

Desde o primeiro capítulo que se anuncia a proposta de que neste ponto se desenvolveria uma análise do pensamento de Fernando Henrique Cardoso tomado como um representante de um pensamento liberal brasileiro. Essa categorização não é por si só inovadora, visto que há outros estudiosos que assim também categorizam o pensamento do autor (COLEN, 2001; DULCI, 2010; OTONI, 2011; MOREIRA, 2013; PAIVA, 2008; WASSERMAN, 2017). Por outro lado, não parece possível tomar tal categorização como sendo livre de controvérsias. Antes mesmo de se tratar do pensamento específico de Cardoso, aliás, já emerge uma histórica polêmica do pensamento nacional: afinal, existe um liberalismo brasileiro?

A pergunta, está claro, insiste no diálogo com Raymundo Faoro (1994) em seu ensaio “Existe um pensamento político brasileiro?”. O autor concluía indicando não só a inexistência de um pensamento liberal no Brasil, mas também a inexistência de um pensamento propriamente nacional. Seu argumento passa por uma ampla compreensão do que seria o pensamento político e do que fora o processo de formação política e social no Brasil.

Ao versar sobre o pensamento político, Faoro aponta para a impropriedade de se compreender o pensamento enquanto ideia abstrata ou exercício retórico. Ao contrário, propõe-se a entendê-lo “como ação, como atividade concentrada” (1987, p. 13), estando dentro da experiência, incorporado à atividade política. Nesse sentido, mais que visitar os intelectuais, Faoro dá o segundo passo, buscando compreender as práticas políticas no país para, enfim, indicar a inexistência do liberalismo entre nós. Tal e qual em seu *Os Donos do Poder* (1958), publicado quase três décadas antes, aqui a análise incide sobre a estrutura patrimonial que o Brasil teria herdado de Portugal. Diante disso, e sem perder de vista a vinculação do pensamento político à ação, não seria possível identificar o liberalismo entre nós.

O ensaio de Faoro se inseria em debate em andamento e, em alguma medida, atualizava o ensaio bastante conhecido de Roberto Schwarz (2000), *As ideias fora do*

lugar. Em seu texto, Schwartz buscava apontar, como o próprio título do ensaio já indicava, o desencontro do liberalismo com a realidade política e social brasileira. Para ele, embora o liberalismo fosse uma realidade internacional que chegara ao Brasil, e por isso indescartável, ele também não poderia ser praticado plenamente dada a particularidade da realidade política e econômica nacional. Na base do seu argumento estava a indicação da estrutura escravocrata sob a qual se desenvolveu o liberalismo entre nós. Outro fator também fundamental nessa construção seria a centralidade do favor na cultura nacional. Em uma construção claramente tributária de Sérgio Buarque de Holanda, Schwartz concluía pela incompatibilidade da cultura personalista-escravocrata brasileira com o liberalismo. Sua frase “incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio” (SCHWARTZ, 2000, p. 29) faz lembrar a célebre construção de Holanda, para quem a democracia no Brasil seria um grande mal-entendido.

O problema, contudo, se agravaria à medida em que não era possível simplesmente abrir mão das ideias liberais. Elas faziam parte da realidade nacional, embora com seu sentido alterado. O liberalismo seria um elemento racionalizador de uma ordem não liberal. Incompatível com essa mesma ordem, mas, ao mesmo tempo, impossível de ser descartado. E o resultado seria a atribuição de “independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio” (SCHWARZ, 2000, p. 18).

A leitura de Schwartz inaugurou uma importante polêmica da qual participaram diversos outros teóricos, inclusive Fernando Henrique Cardoso, seja como referência para a construção de Schwartz, especialmente no que dizia respeito à identificação de uma lógica invertida percebida na dinâmica da produção escravocrata e aquela identificada nas sociedades em que se utilizava a mão de obra assalariada⁵⁴, seja posteriormente com seu livro *As ideias e seu lugar* (1993)⁵⁵. Décadas mais tarde o tema ainda seguiria sendo retomado por diferentes pesquisadores (cf. RICUPERO, 2008; MARICATO, 2000).

⁵⁴ Cardoso identificava, em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, uma inversão da lógica capitalista moderna. Enquanto nas sociedades onde prevalecia a mão de obra assalariada havia enorme esforço para aumentar a produtividade, no Brasil a produtividade tinha como efeito contrário o aumento do tempo livre do escravo, o que por sua vez demandaria do senhor maior esforço para evitar rebeliões.

⁵⁵ O debate sobre o lugar do liberalismo não está entre os pontos de maior destaque da obra de Cardoso. Mas, em linhas gerais, parece possível destacar que o autor se aproxima da ideia de que existiria nos países periféricos a coexistência de padrões modernos e pré-modernos, de tal forma que não adere integralmente

Uma das críticas mais incisivas, no entanto, apresentou-se quase imediatamente à publicação original. Maria Sylvia de Carvalho Franco, que havia sido referência importante de Schwartz ao indicar o papel do favor no processo de inserção dos homens livres na sociedade escravocrata (1969), rebateu a ideia do liberalismo como ideia fora do lugar em entrevista intitulada “as ideias estão no lugar” (1976). O ponto central para Franco consiste em desconstruir as dualidades e apontar para as interconexões existentes entre os diferentes locais. Assim, não se trataria de pensar a realidade brasileira, seja intelectual, política ou econômica, como uma exterioridade em relação à europeia. Não se trataria de uma mera ordem em que ideias são produzidas na Europa (centro, metrópole) e absorvidas no Brasil (periferia, colônia). Para a autora é essa oposição, abordada de modo tão profundo, que permite construções como a das ideias fora do lugar de Schwartz.

Teríamos, de um lado, as ideias e as razões burguesas europeias sofregamente adotadas para nada e, de outro, o favor e o escravismo brasileiros, incompatíveis com elas. Montar essa oposição é, *ipso facto*, separar abstratamente os seus termos, ao modo já indicado, e perder de vista os processos reais de produção ideológica no Brasil (FRANCO, 1976, p. 62).

A crítica de Franco à tese das “ideias fora do lugar” a bem da verdade está conectada aos argumentos centrais de toda a sua produção teórica. Trata-se de rejeitar uma abordagem fundada em uma certa interpretação dos tipo-ideias de Max Weber e tributária também da teoria da modernização de Talcott Parsons. Essas análises, segundo a autora, fundam-se em dualidades abstratas, como “moderno” e “tradicional”, “desenvolvido” e “subdesenvolvido”, dentre tantas outras dualidades produzidas por essa sociologia. Tais distinções são feitas como se estivesse diante de aspectos essencialmente diversos e não particularidades de um determinado contexto histórico-social. Contra isso, a análise de Franco permite pensar em uma unidade contraditória (Cf. BOTELHO, 2013).

Assim, a leitura de Franco permite compreender a escravidão não como obstáculo ao capitalismo ou ao liberalismo no Brasil, mas como parte fundamental desse sistema. E com base nesses mesmos pressupostos a autora recusa também, ainda que se tratasse de entendimento base da escola sociológica em que se inseria, a caracterização de

às teses de Schwartz. Para Cardoso seria possível falar em Estamento, Patrimonialismo e também em Liberalismo. Não deixa, contudo, de destacar como as ideias não são mera cópia: “as palavras, mesmo quando importadas, acabam sendo de alguma forma apropriadas pelos importadores – ou, como indica o título do ensaio, a cópia adquire originalidade na medida mesma em que se (re)produz.” (GOTO, 1998, P. 150).

estamental ou patrimonial às estruturas político-sociais brasileiras. Ao falar da cultura do favor e da sua incompatibilidade com o ideal liberal, Maria Sylvia de Carvalho Franco inverte a lógica e indica como essa cultura é resultado da lógica da igualdade formal e do direito à propriedade em um contexto político e social específico. Indica que o conceito de igualdade que alicerçou as práticas do favor não se opunha à ideologia burguesa da igualdade abstrata (FRANCO, 1976, p. 63). Ao contrário, a estrutura capitalista que permitia o lucro e a acumulação levaram a um acomodamento das relações sociais diante da previsão formal da igualdade jurídica. E conclui: “a produção e a circulação de ideias só podem ser concebidas como internacionalmente determinadas, mas com o capitalismo mundial pensado (...) sem a dissociação analítica de suas partes” (FRANCO, 1976, p. 62).

A discussão sobre a existência de liberalismo no Brasil, como se vê, aparece intrinsecamente conectada aos entendimentos mais amplos sobre a própria formação social brasileira. Assim como parte substantiva da sociologia brasileira por longo tempo tratou como estamental, pré-moderno ou atrasados aspectos perversos que resultaram dos imperativos sistêmicos na periferia do capitalismo, essa mesma inteligência nacional também apontou para a inexistência do liberalismo entre nós. A nosso juízo, trata-se de compreender como o liberalismo e seus ideais supostamente racionalizadores e civilizadores não se opuseram essencialmente, mas, ao contrário, em vários momentos estiveram imbricados a práticas irracionais e bárbaras como o autoritarismo, a escravidão e o colonialismo.

Qual liberalismo?

A persistência do argumento acerca da inexistência de um liberalismo no Brasil pode ser entendida a partir de vários aspectos. Pode-se considerar aqui a tendência indicada por Lynch no interior do pensamento político nacional: a dificuldade em se reconhecer a continuidade intelectual de seus predecessores, tendendo os autores a se apresentarem como sendo os “pioneiros da modernidade cêntrica” (LYNCH, 2016a, p. 84). Em seu uso mais trivial, a negação ao liberalismo cumpre também um papel retórico: é comum que se evoque uma incompletude do processo de liberalização (seja mais atrelado à política ou à economia) como modo de não se arcar com o ônus político de governos que contaram com a liderança de liberais. Seja para evitar os impactos econômicos desastrosos por vezes produzidos pela agenda liberal, seja para não se

responsabilizar por alianças com grupos autoritários, evoca-se a saída fácil de argumentar que nunca houve liberalismo. Jorge Chaloub (2015) aponta como esse foi um argumento utilizado pela União Democrática Nacional (UDN) em sua aventura golpista junto aos militares em 1964.

Parte importante, no entanto, do problema em torno da existência do liberalismo no Brasil parece estar associado a uma idealização da própria história do liberalismo. Do mesmo modo que Faoro e outros autores que buscaram apontar para a inexistência de liberalismo entre nós mergulharam nas práticas concretas, compreendendo que não se tratava apenas de uma ideia abstrata, mas de uma ação política, seria importante também que se fizesse minimamente essa imersão nos locais que deram origem ao ideal liberal, notadamente na Europa Ocidental e na América Anglo-saxã.

Domenico Losurdo se propõe a empreender uma *contra história do liberalismo* (LOSURDO, 2006). Seu objetivo não consiste em estudar o pensamento liberal em sua abstrata pureza. Assim como Faoro, busca estudar “o movimento e as sociedades liberais em sua concretização” (LOSURDO, 2006, p. 12). Nesse processo, o pensador italiano evoca importantes lideranças políticas e também importantes teóricos liberais que apontavam para a importância da escravidão. Por sua vez, alguns teóricos que se opunham a ela, como Adam Smith, reconheciam o fato de que um governo despótico teria melhores condições de suprimir a escravidão, dado que no “governo livre” seriam justamente os brancos, proprietários de escravos, que produziriam as leis. Identificava assim a tendência de que desenhos políticos liberais fizessem a escravidão perdurar por mais tempo.

A escravidão nos EUA seria um dos exemplos mais claros. Tratar-se-ia de uma escravidão profunda, cuja abolição ocorreu tardiamente, em um dos regimes mais marcadamente liberais. Ademais, Lincoln abolira a escravidão transformando em lei a “vontade do Presidente”, deturpando o *habeas corpus* e sendo acusado de “tirano” por seus opositores (LOSURDO, 2006, P. 18). Ou seja, o governo liberal reforçaria a escravidão e apenas por uma ação antiliberal se consumou a abolição. Questiona Losurdo quem seriam os liberais nesse contexto: os que denunciavam a tirania ou o próprio tirano que abolira a escravidão?

É certo que a escravidão moderna é anterior ao apogeu do liberalismo de tal modo que a associação não se dá de forma imediata. Contudo, Losurdo indica que em 1700 havia aproximadamente 330.000 escravos na América. Em 1800 o montante chegava a 3

milhões. Em 1850, 6 milhões. Isto é, no mesmo século em que se expandiam mundo afora os ideais liberais, a escravidão se transformava em instituição ainda mais presente.

À medida em que as revoluções liberais ocorriam, o comércio internacional de escravos ia assumindo feição ainda mais dinâmica. Um exemplo importante seria o dos Países Baixos que vivenciaram uma primeira experiência liberal antes mesmo da Inglaterra. A sua constituição liberal, no entanto, caminhou em conjunto com o seu protagonismo no comércio de escravos, de tal modo que no século XVIII a Holanda era, a um só tempo, sinônimo de liberdade e de escravidão (LOSURDO, 2006, p. 28).

Nos EUA também a revolução liberal da independência levou a consequências trágicas. A vitória contra os ingleses impulsionou a expansão e, sustentada pelo mais sagrado direito liberal à propriedade, se avançou para as terras do Oeste em um processo muito traumático de extermínio dos grupos indígenas. Assim, nas revoluções liberais a “reivindicação da liberdade e justificação da escravidão e dizimação (ou aniquilação) dos bárbaros se entrelaçam estreitamente” (LOSURDO, 2006, p. 38-39).

No que diz respeito à Inglaterra liberal, a escravidão também se manteve na ilha, embora com peso menor. Mais importante que tratar da sua especificidade em solo inglês, contudo, é compreender que a escravidão constituía a base da economia inglesa. O aumento da riqueza inglesa derivava do trabalho dos negros nas plantações e o comércio de escravizados era reconhecido à época como “uma inesgotável reserva de riqueza e de poder naval para essa nação” (LOSURDO, 2006, p. 25-26).

A própria expansão de um ideal civilizatório se dava de forma seletiva. Pouco a pouco se rejeitava a presença de escravos (e também de negros) na metrópole, sem que houvesse qualquer constrangimento com a sua manutenção nas colônias. Longe de se apresentar na prática como uma defesa universal da liberdade, Losurdo aponta como o próprio Montesquieu fazia a defesa da liberdade para os povos de clima frio, enquanto justificava a escravidão dos povos de clima de quente, dada a sua debilidade. A causa de tal diferenciação seria, pois, natural. Processo semelhante se repetiria décadas mais tarde nos EUA (LOSURDO, 2006, p. 57-66).

Assim, sabe-se que escravidão e liberalismo ganharam terreno conjuntamente e que o sucesso da escravidão não é algo que deva ser pensado “não obstante o sucesso das

três revoluções liberais”, ao contrário, “ela conhece o seu máximo desenvolvimento em virtude desse sucesso” (LOSURDO, 20006, p. 47).

Para além dos autores evocados pelo próprio Losurdo, uma gama de outros pensadores também apontou em direção semelhante. Por todos, vale lembrar do ensinamento de Paul Gilroy em seu clássico *O Atlântico Negro* quando constata que “o terror racial não é meramente compatível com a racionalidade ocidental, mas, voluntariamente cúmplice dela” (GILROY, 2001, p. 127). Na segunda metade do século XIX, como se sabe, a escravidão perderia força e seria abolida nas principais nações do mundo. Nesse mesmo contexto, porém, o imperialismo e o (neo)colonialismo passariam a ser justificados não mais com base em critérios climáticos, mas sim pela biologia. É o darwinismo social e as várias pseudoteorias eugenistas que vão servir de base para esse processo de dominação, especialmente das metrópoles que já se encontravam organizadas em regimes ditos liberais.

Juarez Guimarães chama atenção para o fato de que, ao se tornar linguagem dos poderes dominantes no século XIX, o liberalismo se apartou da ideia de liberdade em um sentido público.

Um exemplo disso é o fato de que o Estado liberal inglês, considerando-se tanto os conservadores quanto os liberais, se alinharam, na Guerra da Secessão norte-americana, ao sul escravocrata. Nós estamos falando de um dos episódios centrais do século XIX e demonstrando como o principal Estado liberal do mundo se alinhava com forças racistas. Vamos nos lembrar também de que esta ordem liberal resistiu à universalização do sufrágio entre as classes trabalhadoras, que só se dará no século XX. E mesmo em relação às lutas feministas que se formaram na Inglaterra pelo direito de voto e por direitos das mulheres (GUIMARÃES, 2019, p. 3-4).

Como se vê, a implementação das ideias liberais em todo o mundo sempre envolveu um conjunto amplo de contradições. Embora o liberalismo do ponto de vista puramente das ideias se funde sob a defesa ampla da liberdade, a sua prática histórica ao longo do tempo demonstra que a sua disseminação se deu em fina sintonia também com a expansão da escravidão e outras práticas nada associáveis à liberdade, exceto quando se pensa na liberdade associada à propriedade privada como elemento fundante deste sistema.

E é nesse mesmo sentido que o direito à propriedade se coloca acima de qualquer outro, legitimando, por exemplo, a ordem escravocrata. Assim, percebe-se que não há incompatibilidade fundamental e que tampouco a existência da escravidão faria do

liberalismo no país uma “ideia fora do lugar”. Como atesta David Gomes, a justificativa para a manutenção da escravidão no Brasil “pôde sem maiores dificuldades ser traduzida para uma ordem que paulatinamente se reafirmava como liberal: não se tratava, pois, de uma escravidão contrária ao liberalismo, mas de uma escravidão eminentemente liberal.” (GOMES, 2016, p. 248). Não por acaso a questão central que ganha força no contexto de abolição diz respeito à indenização dos proprietários de escravos.

A supremacia do direito à propriedade como elemento organizador do liberalismo⁵⁶ implica, porém, uma série de contradições que decorrem daí. A própria transformação de terras comunais em propriedade privada mesmo nos centros metropolitanos se deu sob forte violência. Nos EUA, para além dos escravos, percebe-se o impacto dramático desses processos em relação aos indígenas, cuja a trilha das lágrimas reflete a imagem reversa da ideia de civilidade associada ao liberalismo. Na Inglaterra, por sua vez, os cercamentos tiveram o papel de abrir caminho para a estruturação da ordem liberal e tiveram impacto profundo no campesinato, logo transformado em classe operária (cf. POLANYI, 2000).

Desde a sua estruturação até os dias de hoje, o liberalismo, pensado aqui a partir da sacralização do direito à propriedade, encontra obstáculos e contradições muito diversos a depender do contexto que se analisa. No caso brasileiro não é diferente: há também contradições e essas não estão necessariamente em sintonia com aquelas vivenciadas fora do país. A escravidão enquanto instituição, por exemplo, reside em elemento comum quando se analisa o Brasil e os demais países, se apresentando como uma contradição fundamental a ser enfrentada por grupos liberais. Os modos como diferentes nações puderam lidar com essa contradição, no entanto, são profundamente diferentes.

Boa parte das nações europeias, como dito, puderam lidar com o problema criando durante um certo tempo uma separação contra intuitiva, mas bastante eficiente para seus

⁵⁶ Adota-se essa definição com o intuito de trazer uma visão mais geral do liberalismo que permita desenvolver a proposta deste capítulo e da tese, como um todo. Adverte-se, contudo, que essa abordagem poderá não ser suficiente para explicar as profundas divergências que se desenvolveram entre liberais ao longo dos anos. Para ser mais rigoroso, talvez fosse necessário criar categorizações internas ao liberalismo de modo a compreender as diferenças existentes entre uma primeira geração de pensamento liberal, outras teorizações liberais que buscam dar conta de aspectos sociais e outras ainda que retomam e radicalizam as proposições originais. Há, pois, nesse universo um conjunto plural de nomes do pensamento político e/ou econômico como Locke, Smith, Dewey, Keynes, Hayek, Friedman, Mises, Rawls, Nozick, dentre outros.

propósitos: escravidão nas colônias e abolição nas metrópoles. Por outro lado, ainda, puderam se beneficiar do avanço tecnológico e da própria dominação cultural para construir argumentos que permitissem manter nos territórios metropolitanos um padrão civilizatório mais próximo do que as ideias liberais, em abstrato, propalavam. Embora com muitas ressalvas, tornou-se minimamente possível estruturar nos territórios metropolitanos uma ordem garantidora da propriedade privada, capaz de assegurar condições mínimas também aos trabalhadores, estruturado em um governo constitucional e capaz de proteger os direitos individuais, livre associação, liberdade de imprensa e de expressão, fazendo nascer também uma esfera pública pujante. Mesmo nesses locais, é bom que se diga, há inúmeros percalços para a estruturação dessa modernidade liberal e não foram poucos os casos em que as garantias foram sacrificadas em nome de um risco à ordem pública e, no limite, à propriedade. Ainda assim, é certo que nas nações metropolitanas se conseguiu estruturar de modo mais robusto o modelo liberal na forma em que se compreende ser aquela mais civilizada, se aproximando mesmo de algumas das ideias abstratamente desenvolvidas por pensadores liberais. Porém, como se sabe, o outro lado desse processo consiste na barbárie em sua forma mais sofisticada também, na grande maioria das vezes aplicadas contra outros povos, sejam eles indígenas, árabes, negros, indianos, chineses, dentre outros. São bem conhecidos hoje os métodos adotados para dominação nessas diferentes regiões e os seus mais diferentes impactos: psíquicos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais (por todos os outros, cf. FANON, 2005; 2008; MBEMBE, 2018).

Como ensina Aimé Césaire (2006), o horror do nazifascismo que abalou a Europa nos anos 1930 em pouco se dissociava do que era praticado aos árabes da Argélia, aos ‘coolies’ da Índia ou aos negros da África. O horror diante da barbárie não seria, pois, por ela em si, mas por ter finalmente sido aplicada à Europa, ao lugar que sempre fora compreendido como o espaço da civilização por excelência. Nesse sentido, é importante reforçar que as condições de implementação do liberalismo variam conforme a localidade e, nesse sentido, possui uma história própria no Brasil. Embora não se confunda com a história do liberalismo fora do país, não é possível também pensar que o que haveria entre nós seria o seu avesso, mas antes uma expressão particular e periférica de uma ideologia globalmente hegemônica.

Com isso, afasta-se o diagnóstico daqueles que perceberam o liberalismo no Brasil como cópia impropriamente feita de instituições e práticas alheias ao país. Conforme se trabalhou anteriormente, especialmente ao tratar do pensamento de Oliveira Viana, essa é sem dúvida uma polêmica fundamental do pensamento político brasileiro. A denúncia da imitação imprópria, que aliás extrapola apenas a dimensão do liberalismo⁵⁷, termina por encobrir um aspecto importante: quase nunca se tratou de mera cópia.

José Murilo de Carvalho indica que “a recepção do liberalismo, do positivismo, do evolucionismo, era crítica e seletiva, voltada para as preocupações locais e que “raramente, talvez nunca, se tratava de cópia acrítica, de macaqueação, de farsa tropical” (CARVALHO, 2012). É justamente, pois, por não se tratar de mera imitação, mas por se encontrar na tensão entre a imitação e a autenticidade, que é possível pensar as especificidades do liberalismo no Brasil.

O Liberalismo no Brasil

A história do liberalismo no Brasil tem origem no início do século XIX. Segundo Lynch (2007, p. 2016), as conjurações que marcaram a história brasileira do final do século XVIII embora trouxessem o espírito da liberdade, da emancipação colonial, não constituíam um projeto liberal, de tal modo que a experiência liberal da independência dos EUA do final do século XVIII interessava aos conjurados mais por ser um precedente em termos de rebelião anticolonial do que propriamente por seu modelo de construção jurídico-institucional.

Heloísa Starling aponta em direção semelhante, indicando que as conjurações do século XVIII fariam parte da tradição esquecida do republicanismo. O liberalismo que viria a se estabelecer ao longo do século XIX seria

um novo e poderoso rival no propósito de estabelecer o modo como a sociedade e o governo deviam ser organizados. A agenda liberal estava assentada principalmente em motivações econômicas — bem mais do que na percepção dos direitos — e sua tônica recaía numa franca defesa do livre-comércio, na afirmação do mérito individual, na salvaguarda dos direitos de propriedade — incluindo a posse de escravizados — e na conversão do sistema

⁵⁷ Marcelo Moreira (2016) apresenta a discussão acerca da imitação. Reconhecendo essa temática como fundamental para compreender a formação do próprio pensamento político brasileiro, identifica nas obras de Oliveira Viana e de Guerreiro Ramos a denúncia da persistência da imitação e a reivindicação para que sejam feitos os necessários ajustes para que ideias, métodos e processos sejam sempre pensados em conformidade com as especificidades nacionais brasileiras.

político a um projeto de monarquia constitucional parlamentar devidamente pautado pela tutela da Coroa; ao final do Segundo Reinado o liberalismo de viés econômico era a principal perspectiva normativa influenciadora de reformas institucionais no país (STARLING, 2018, p. 255)

A condição de possibilidade para a disseminação do liberalismo no século XIX está associada às alterações promovidas a partir da vinda da corte, com a abertura dos portos, a ampliação da circulação de materiais tipográficos, surgimento de bibliotecas e outros espaços culturais que propiciaram ampla circulação de ideias. Inicialmente associado à esfera econômica, logo se viu o liberalismo também alcançar a esfera política. Em 1823, na constituinte, Lynch (2007, p. 226) indica como já existia uma disputa entre um liberalismo de esquerda e outro de direita.

A Independência e a Constituição de 1824, por todo o peso que possuem na conformação do Brasil independente, se transformaram em objeto de análise especial de vários dos teóricos que buscaram indicar aspectos característicos do país em desencontro com a modernidade e com o liberalismo. Argumenta-se, em contraste com os Estados Unidos da América, que enquanto lá se fez a independência por guerra, rompendo profundamente os laços com a metrópole e estruturando uma ordem verdadeiramente nova (presidencial e federalista), por aqui haveria mera continuidade sob novos trajes. A dissolução da Constituinte de 1823, a constituição outorgada de 1824 seriam traços marcantes da manutenção do Brasil em uma ordem pré-moderna em que o liberalismo seria mera fachada. Essa é a visão de Comparato. Vejamos.

Ora, entre nós, essa função essencial das Constituições jamais foi admitida na realidade política. Uma mesma ideia diretriz prevaleceu ao longo de nossa história de país independente, com variações devidas à evolução do paradigma político mundial: atribuir à Constituição um papel legitimador do poder político já existente e organizado de fato (COMPARATO, 2007, p. 19)

Mais uma vez, essas noções reforçam construções ideais do liberalismo e dos processos de constitucionalização fora do país, vendo na experiência brasileira apenas o seu avesso. Contra esse entendimento, David Gomes afirma que a Independência do Brasil corresponderia a “um ponto de inflexão na passagem do país à Modernidade” (GOMES, 2016, p. 78), havendo uma mudança importante na formação dos espaços públicos, da percepção da temporalidade e, mesmo na constituição outorgada de 1824, o Imperador se encontraria diante de uma necessidade de justificar a dissolução da Assembleia. Essas proclamações, longe de serem constitutivas de uma soberania monárquica que decide justificar-se, indicaria justamente os limites impostos a ela, “pois

uma soberania que precisa se justificar perante outrem é tudo, menos soberania” (GOMES, 2016, p. 105).

Em direção semelhante, Juarez Guimarães (2019) afirma que embora tenha sido outorgada, a Constituição de 1824 não se diferenciava de outras constituições liberais do mundo que também não eram democráticas, no sentido de consultar a maioria da população. Assim, trata-se de uma constituição que já se relacionava com certos padrões da Modernidade, no âmbito discursivo e no âmbito da sociedade mercantil, caracterizando o processo de formação da história do Liberalismo no Brasil.

Os anos 1830 e o início do período regencial trouxeram mudanças importantes e um fortalecimento dos grupos liberais mais radicais, resultando em um forte impulso descentralizador. Esse impulso, contudo, durou pouco: a proliferação de conflitos, as ameaças separatistas e as revoltas populares do período abriram caminho para uma coalizão formada entre parte desse mesmo grupo liberal e outros realistas para refundar a ordem monárquica, movimento conhecido como *regressista*. O liberal Bernardo Vasconcelos seria um dos expoentes desse movimento. Constrangido a defender o regresso após ter se portado historicamente como um liberal, justificava:

Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trãnsfuga, não abandono a causa que defendo, no dia de seus perigos, da sua franqueza; deixo-a no dia, em que tão seguro é o seu triunfo, que até o excesso a compromete (LYNCH, 2007, p. 230)

Há aqui um elemento fundador e característico do liberalismo brasileiro: a tensão entre a ordem, pensada especialmente em torno da defesa da ordem econômica, da propriedade, e a ideia abstrata de liberdade (e, posteriormente, de democracia)⁵⁸. O liberalismo atravessa todo o período monárquico, havendo mesmo discussão entre os

⁵⁸ Elucidativo dessa tensão é o discurso de Teófilo Otoni sobre o funcionamento dos dois partidos no sistema político representativo da monarquia constitucional trazido por Lynch: “um deles crê que a ordem está suficientemente segura, que o país carece mais de ampliar a liberdade do que de proteger a ordem; assim, quando está no Poder Legislativo, tende a exagerar os princípios liberais, e esquece um pouco que essa exageração é inimiga da ordem. Outro, pelo contrário, entende que as instituições do país e seu espírito público asseguram que sua liberdade não está em perigo, que a ordem é que carece de mais proteção, não só por amor dela, como por amor da liberdade, que não pode existir senão protegida pela tranquilidade pública. Estas opiniões políticas, estes dois diferentes modos de encarar as necessidades públicas, tem sempre uma parte da população em seu apoio, e isso é que constituí os dois partidos” (Lynch 2007, p. 232)

partidos Liberais e Conservadores sobre quem seriam os *verdadeiros* liberais. Os conservadores consideravam-se os legítimos liberais, posto que julgavam ser os que melhor conheciam a realidade nacional, escapando da mera imitação. Para além das diferenciações entre cada um desses grupos, porém, parece possível concordar com Gildo Marçal Brandão (2007) acerca da existência de um “liberalismo em geral” entre nós que deu sustentação à independência, à ordem oligárquica, à República de 46 e ao próprio golpe militar. Nesse sentido, compreende-se também que liberalismo e democracia são tradições distintas e que não necessariamente andaram juntas (CHALOUB, 2015, p. 16-17).

Novamente os Liberais Doutrinários e os Autoritários Instrumentais

Wanderley Guilherme dos Santos é certamente um dos autores que foi responsável por fundar uma leitura de longa duração acerca do liberalismo no Brasil, abrindo o campo para diversos trabalhos que seguiram por esse caminho. Embora reproduzisse alguns entendimentos que reforçavam a idealização da experiência liberal fora do país – por exemplo ao tratar como ecletismo a conciliação do liberalismo com a práxis escravocrata entre nós (SANTOS, 1998, p. 21) –, há um elemento fundamental em sua obra que merece destaque: trata-se da distinção entre liberalismo e democracia. Tal distinção serviu de base para que se empreendesse a diferenciação entre *liberais doutrinários* e *autoritários instrumentais*, além de demonstrar como mesmo os primeiros agiram de forma autoritária quando a conjuntura assim exigiu.

Como já se apresentou em capítulo anterior, para WGS, haveria, desde o século XIX, uma diferença fundamental entre liberais doutrinários e autoritários instrumentais no que diz respeito à estratégia de ação para a implementação de uma ordem liberal no Brasil. O propósito seria comum, repousando as diferenças nos meios pelos quais se daria esse processo. Para os liberais doutrinários, a implementação deveria ser imediata e, por isso, costumavam apoiar medidas como a descentralização, o federalismo, a extensão do sufrágio, o fortalecimento do Legislativo, dentre outras pautas. Para o autor, esses liberais “sempre acreditaram que o desenvolvimento de um sistema capaz de produzir naturalmente contínuos e justos resultados requeria apenas algumas regras removendo os obstáculos que o impedem de operar de maneira liberal” (SANTOS, 1998, p. 42)

Já para os autoritários instrumentais, seria necessário trilhar caminhos não liberais até se constituir efetivamente uma sociedade liberal. Acreditavam ser necessária antes a forte presença do Estado para transformar a sociedade. Invertia-se, assim, a fórmula do liberalismo clássico segundo a qual o Estado seria a principal ameaça à liberdade. No caso brasileiro a equação era automaticamente invertida pelas condições sociais adversas, de tal modo que, antes de fundar um Estado Liberal, seria necessário fazer nascer um Estado nacional propriamente dito (MOREIRA, 2020, p. 133-134).

A construção de WGS, porém, merece também alguns ajustes. Não raras vezes a divisão estanque entre esses dois grupos dificulta a percepção de que mesmo liberais doutrinários em determinados contextos históricos convergiram na direção de um regime mais centralizador, como no caso já mencionado de Bernardo Vasconcelos ao aderir ao regresso conservador. É possível também alegar, como faz Jorge Chaloub (2015, p. 16), que a abordagem do autor alargue excessivamente o espectro liberal. Em direção semelhante, Juarez Guimarães indica que WGS incluía no grande e diverso campo do liberalismo histórico “todos os pensamentos exceto os da margem esquerda (comunista e anarquista) e os da margem direita (fascistas ou da extrema-direita)” e que “o reconhecimento ‘destas duas das mais importantes tradições do pensamento político brasileiro’ como liberais – doutrinários e instrumentais – refletiria essa visão alargada do campo liberal” (GUIMARÃES, 2020, P. 24). Da generalização, inclusive, emergem categorizações que nos parecem imprecisas, como aquela acerca do pensamento de Oliveira Viana, objeto de análise no Capítulo 2 desta tese.⁵⁹

Feitas as devidas ressalvas, é incontroverso que a interpretação trazida por WGS não só contribuiu para superar a leitura da ausência de liberalismo no Brasil como também permitiu categorizar pensamentos de diferentes períodos e dar certa coesão ao Pensamento Político e Social Brasileiro. Nessa direção, Christian Lynch (2013) e Marcelo Sevaybricker Moreira (2020) indicam que WGS formulou uma compreensão do liberalismo brasileiro capaz de conectar linhagens políticas que se prolongaram na história, de tal modo que passou a ser possível conectar “o varguismo, ou os autoritários de 64, aos saquaremas do Regresso, no Segundo Reinado brasileiro, assim como a UDN

⁵⁹ Conforme se viu, argumenta-se pela impropriedade de compreender Oliveira Viana como um autoritário instrumental. Em direção diversa, aponta-se para a importância de compreender o pensamento do autor a partir de outras influências, notadamente o conservadorismo e o racismo.

aos luzias (liberais) ainda que isso não significasse ignorar diferenças e especificidades de cada momento histórico” (MOREIRA, 2020, p. 134).

A Era Vargas certamente consistiu em um dos importantes momentos de realinhamento das tradições de pensamento no Brasil. No início dos 1940 se formou no país uma ampla convergência entre diferentes setores empenhados na defesa do processo de democratização. Inicialmente organizados na UDN, essa frente, contudo, contava com intelectuais profundamente diversos e com visões significativamente contrastantes⁶⁰. Se, por um lado, esses pensadores concordavam na crítica ao Estado Novo, a República iniciada em 1946 faria com que as suas diferenças internas fossem se aprofundando, de tal modo que se viu uma divisão em diferentes grupos e partidos políticos. Nesse processo a tradição liberal brasileira passou a se organizar sobretudo em torno da UDN, embora não se reduzisse a ela.

A crítica udenista a Vargas inicialmente se associava ao seu caráter antiliberal e antidemocrático. Assim, havia o entendimento de que Getúlio expunha através de sua fluida personalidade “as afinidades de fundo entre os diversos autoritarismos e, ao mesmo, tempo, condensava, enquanto símbolo, grande parte dos males que assolavam o país” (CHALOUB, 2016, p. 27). As seguidas derrotas dos candidatos da UDN no período, contudo, criavam uma situação constrangedora dentro do partido, ao mesmo tempo em que o próprio Vargas voltava ao poder com base no voto popular. Essa situação levava a UDN a reafirmar um antigo argumento: o povo brasileiro seria incapaz de exercer conscientemente o direito de voto. A adoção desse discurso pelos liberais, contudo, estaria em tensão com algumas lutas do seu passado. Chaloub (2016, p. 59) aponta que a defesa de uma democracia formal foi uma frequente e relevante bandeira dos principais ideólogos liberais ao longo do Segundo Reinado e da Primeira República, figurando como argumento central para a conformação da oposição liberal crítica ao Estado Novo.

Pouco a pouco, e organizados no interior da UDN, os liberais doutrinários após-45 retomam a agenda do pré-1930, agora propondo que se desfaça a obra varguista. A diferença fundamental deste novo momento, contudo, passava pelo modo de operar. Wanderley Guilherme dos Santos afirma que se até 1930 os liberais acreditavam que as mudanças se dariam por dentro das instituições, no pós-1945 emerge a crença de que só

⁶⁰ Sobre a UDN no período 1945-1964 ver: DULCI (1986); LAHUERTA et al (1992); BENEVIDES (1981).

se corrompendo seria possível adentrar o sistema. O novo contexto fez da UDN um partido subversivo entre 1945 e 64 que, inclusive, não considerou imprópria a sua participação em um governo militar pós 64 (SANTOS, 1998, p. 41-2).

Os anos 1960 marcam uma virada importante no pensamento dos liberais doutrinários. Se, no século XIX, o risco de desagregação teria levado liberais notórios a endossarem o *regresso*, no século XX, o forte aparato estatal construído por Vargas e o nacional desenvolvimentismo marcante nos anos 1950-60 os levaram ao golpismo e à aliança com militares não só na aventura golpista de 1º de Abril de 1964, mas também em toda a articulação que o antecedeu, bem como nos anos que o sucederam.

Como se viu, a aliança com o autoritarismo não nega os traços liberais desses grupos, embora também não possa ser pensado como uma característica inerente a ele. A aliança de liberais doutrinários com o militarismo no século XX é conjuntural e estratégica. Tal e qual se vê na experiência de governo civil-militar nesse século XXI, essas alianças são provisórias e logo se buscam novas formas de levar adiante sua agenda sem que seja necessário lidar com o constrangimento de se aliar a governos autocráticos.

O que marca a tradição liberal brasileira no século XX e ainda na virada do século XXI é a crítica ao Estado e ao legado varguista. Trata-se, pois, de uma tradição que no século XX e ainda no século XXI se caracteriza pela oposição a um projeto de Estado de bem estar social robusto. Rejeitando um projeto de desenvolvimento autêntico, essa tradição se ancora na defesa de uma organização política e econômica que favorece a atuação das forças de mercado.

Ao operar dessa forma, e deixando de lado aqueles que ainda carregam visões romantizadas acerca da capacidade das forças de mercado, essa tradição reconhece as distorções produzidas por esse projeto, mas ainda assim o defende como legítimo. Opera-se, assim, uma importante cisão entre as noções de liberdade e de igualdade. Liberdade, democracia, desenvolvimento, se tornam objetivos a serem alcançados *apesar da desigualdade*. Conforme afirma Juarez Guimarães,

as tradições liberais e liberalistas na tradição paulista e universitária uspiana reiteraram sempre o antiestatismo como o eixo por meio do qual se organizaram e se organizam o pensamento democrático. Em particular, estas tradições procuraram estabelecer uma ordem de filiação democrática com os pensamentos liberais do período monárquico, da primeira República e do antivarguismo chegando às correntes neoliberais contemporâneas. O conceito de patrimonialismo de Faoro, interpretado em uma chave estritamente liberal

ou liberalista, tornou-se um eixo de estruturação destas tradições (GUIMARÃES, 2020, p. 25).

A crítica ao legado estatista e nacional desenvolvimentista estruturado por Vargas e a ampla aposta na capacidade modernizadora das forças de mercado constituem o núcleo fundamental da obra de Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de autor que recusa a adoção de modelos autocráticos, ainda que seja capaz de compreendê-los como “revolucionários” no âmbito econômico. Compreender, pois, o pensamento desse autor em sua complexidade, entendendo o modo pelo qual se filia à tradição liberal e, especialmente, como sua leitura da sociedade brasileira impacta na constrição do seu pensamento é o que nos guiará nas páginas a seguir.

O LIBERAL FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Aspectos Biográficos

Nascido no Rio de Janeiro em 18 de junho de 1931, Fernando Henrique Cardoso cresceu em uma família de políticos e militares com participação intensa na história política nacional, desde o Império até a Era Vargas, passando pelo período da Primeira República (1889-1930). Cardoso vivenciou a agitada vida militar do pai e aprendeu sobre importantes momentos da história política nacional com parentes e pessoas próximas que foram testemunhas ou participantes diretos desses acontecimentos.

Em importante resgate de aspectos biográficos do pensador, Enrique Natalino reforça que seu contato com a história nacional não se deu por personagens históricos conhecidos nos manuais escolares, mas por pessoas de carne e osso. Além disso, a participação de familiares próximos nos “acontecimentos políticos do final do século XIX e início do século XX incutiram em Cardoso um forte sentimento de ligação com a política” (NATALINO, 2020, p. 124-5).

Diferente do caminho trilhado pela maior parte dos familiares de militares, Cardoso não seguiu o caminho tradicional das faculdades de Engenharia, Medicina ou Direito, optando pela graduação em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLH) da USP, onde se buscava desenvolver uma elite intelectual capaz de reposicionar São Paulo na vanguarda nacional após a derrota na Revolução Constitucionalista (1932) (NATALINO, 2020, p. 134).

Antes mesmo de se doutorar (1961), Cardoso já acumulava experiência docente em economia e sociologia na Faculdade de Economia e de Filosofia da USP, respectivamente, atuando como assistente de Florestan Fernandes e Roger Baptiste. Após o golpe militar de 1964 se autoexilou⁶¹ no Chile passando a fazer parte da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e lecionando no Chile, Argentina, México e França. Em 1968 voltou ao Brasil, foi professor da cátedra de Ciência Política da USP, logo sendo compulsoriamente aposentado por força do AI-5. No mesmo ano fundou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e voltou a lecionar em outras universidades fora do país.

Ao longo dos anos acumulou grande prestígio internacional, obtendo doutoramento *honoris causa* em dezenas de universidades. Em 1978, de volta ao Brasil, elegeu-se como suplente do Senador Franco Montoro pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assumindo a vaga em 1983. Foi candidato à prefeitura de São Paulo em 1985, reelegeu-se ao Senado em 1986, ainda pelo PMDB, e foi Senador constituinte (1987-1988). Em 1988, participou da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) sendo um de seus principais intelectuais (cf. DULCI, 2010), partido pelo qual seria ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e ministro da Fazenda (1993-1994) durante o governo Itamar Franco. Em 1994 se elegeu à Presidência da República, sendo reeleito em 1998⁶². Em sua gestão, buscou, em seus termos, pôr fim ao que ainda permanecia da Era Vargas no Brasil. Foi responsável por conduzir profundas transformações na estrutura do Estado brasileiro, aprofundando o modelo gerencialista e levando adiante uma agenda econômica liberalizante (cf. CARVALHO, 2015).

Filiações teóricas e metodológicas de Cardoso

O final da Segunda Guerra mundial inaugurou um novo momento para o desenvolvimento de trabalhos científicos no campo das humanidades. Não só a temática do desenvolvimento ganhava força, notadamente com a criação da CEPAL em 1948, como também a temática racial assumia enorme centralidade diante da tragédia do holocausto. Nesse novo contexto, o Brasil aparecia como uma espécie de retrato reverso

⁶¹ O autoexílio e o livre trânsito no Brasil, aliás, constituem um aspecto relevante para compreender o trânsito mais fácil obtido por Cardoso nas principais universidades do país no período em que boa parte da intelectualidade brasileira se encontrava exilada, especialmente os teóricos marxistas da dependência que rivalizavam com as interpretações produzidas por ele (sobre isso, ver WASSERMAN, 2017).

⁶² Essas e outras informações estão disponíveis na Biblioteca da Presidência: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/biografia>

da Alemanha nazista, percebido internacionalmente, sob forte influência de Gilberto Freyre, como um país livre dos conflitos raciais. No intuito de compreender melhor empiricamente essa dinâmica racial no Brasil foi criado o Projeto UNESCO (MAIO, 1998).

A partir do Projeto UNESCO se desenvolveu uma série de estudos sobre a questão racial e Florestan Fernandes assumiu grande visibilidade. O sociólogo foi responsável por desenvolver trabalhos que investigaram de modo profundo as questões raciais no Brasil, seja no período escravocrata, seja no período posterior, verificando como se deu a inserção do negro na sociedade de classes, preocupação que daria título a um de seus mais conhecidos livros (FERNANDES, 2021). Ao longo de suas investigações, terminou por se contrapor à visão romantizada acerca do processo de miscigenação racial apresentado por Gilberto Freyre (1933), notadamente em seu clássico *Casa Grande e Senzala*.

A obra *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, escrito em coautoria por Cardoso e Ianni, sob orientação de Florestan Fernandes, constituía importante exemplo da influência do Projeto UNESCO e representava também “o primeiro resultado de maior vulto da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, sob a coordenação de Florestan Fernandes” (MAIO, 1998, p. 22). Dessa pesquisa conjunta saiu a tese doutoral de Ianni (1962), *As metamorfoses do escravo*, e a de Cardoso (1962), publicada como livro: *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* que nos interessa muito especialmente para as investigações deste capítulo.

Nesse mesmo contexto também se desenvolveu o projeto de “Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento” que previa ao longo de quatro ou cinco anos a produção de diversos trabalhos acerca das temáticas da modernização e da instauração da ordem competitiva no Brasil. Nesse projeto Cardoso ficou responsável pelo eixo temático “A mentalidade do empresário industrial”⁶³. A partir daí se desenvolveu trabalho que se tornaria sua tese de livre docência, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, defendida, em 1963 (QUEIROZ, 2020, p. 77).

⁶³ Pedro Henrique Santos Queiroz (2022, p. 77) indica que os eixos temáticos ficaram assim distribuídos: I – A mentalidade do empresário industrial, FHC; II – Estado e desenvolvimento, Octavio Ianni; III – A mobilização da força de trabalho, Marialice Mencarini Foracchi e Maria Sylvia de Carvalho Franco e, finalmente, IV – Desenvolvimento econômico e mudança social, Florestan Fernandes.

Diante desse contexto, é fácil identificar como os trabalhos de Cardoso guardavam correspondência com esforços de pesquisas situadas no interior da USP, com destaque para a proximidade temática com as pesquisas desenvolvidas por seu orientador. Os trabalhos de Mestrado e Doutorado situavam-se na esteira das reflexões já produzidas por Florestan, ampliando o escopo das investigações raciais também ao analisar a região Sul. Esse era o reduto em que mais fortemente persistia uma visão romantizada do processo de formação social, especialmente no que diz respeito às relações entre brancos e negros.

Em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* Cardoso empreende uma reflexão bastante ampla que passa não só por uma reflexão metodológica propriamente, mas envolve também pensar o desenvolvimento econômico da região, as estruturas e disputas políticas e o modo pelo qual se conformou o Estado no Brasil e, especialmente, no sul do país. Dito do seu modo, “o livro visa analisar a totalidade social concreta que resultou da interação entre senhores e escravos na sociedade gaúcha” (CARDOSO, 2003, p. 27). A obra trazia como novidade importante os diálogos diretos com o marxismo, especialmente na construção dos seus alicerces metodológicos, como na defesa do uso da interpretação dialética na sociologia (CARDOSO, 2003, p. 31). Essa influência certamente é explicada pela presença do autor nos famosos seminários de estudo de *O Capital* que inauguraram uma nova abordagem sociológica na USP e que passariam a compor também o modo pelo qual Cardoso orientaria seus trabalhos posteriores.

Ao trazer esse referencial metodológico, Cardoso assumia um traço próprio e distanciava, em alguma medida, do padrão originalmente estabelecido por Florestan Fernandes. Costanzo e Marino (2022, p. 319) apontam que o uso em *Capitalismo e Escravidão...* de Lucaks e Sartre permitiu a Cardoso fazer uso do materialismo histórico se distanciando do funcionalismo que seria forte em Florestan à época. O orientador não teria aprovado a introdução metodológica do trabalho uma vez que colocava em “xeque” sua direção intelectual. No mesmo sentido, e se valendo de Sallum Jr (2002), Álvaro Bianchi afirma que embora Florestan utilizasse também Marx, sua sociologia tinha suporte também em Weber, Durkheim, Mannheim e na Escola de Chicago. Nesse sentido, ao afirmar as ideias de Marx como um ponto de partida, o grupo de estudos do *Capital* ao qual Cardoso se vinculava “claramente desafiava Florestan” (BIANCHI, 2010a, p. 186).

Assim como fazem Costanzo e Marino (2022), Pedro Lima (2017) identifica um “enraizamento marxista” na obra de Cardoso. O traço marxista seria identificado na

preocupação em compreender a realidade desprendido de um nacionalismo e atento às dinâmicas das classes sociais. Também Rodrigo Santaella Gonçalves (2018) busca associar Cardoso de modo estrito ao marxismo. Sua obra consistiria em um processo bem-sucedido e *sui generis* de nacionalização do marxismo cuja inovação residiria na adoção do método materialista aplicado empiricamente, conjugando-o com o funcionalismo de Florestan. Esse processo seria bem efetivo na medida em que conseguiria captar as dinâmicas específicas das classes e do capitalismo na periferia.

é uma nacionalização do marxismo que, a partir do que há de nacional e particular, chega ao internacional e geral para depois voltar com mais clareza ao ponto inicial. Ao fazer isso, Cardoso contribui com uma reinterpretação geral do capitalismo a partir da periferia, construindo uma das principais contribuições da América Latina ao marxismo internacional (GONÇALVES, 2018, p. 101)

Os apontamentos dos autores não são sem propósito, é inegável a influência marxista na obra de Cardoso. Contudo, essa mesma influência possui limitações. Se em CPJ o esforço de nacionalização do marxismo, como vimos, terminou produzindo uma proposta que em muito se aproximava do reformismo, em Cardoso ao longo de sua obra desaparece qualquer referência concreta ou mesmo elogio aos processos revolucionários. Como atesta o próprio Gonçalves (2018, p. 99), “Cardoso se referenciava no marxismo – era, efetivamente, um marxista naquele momento – mas não chegava a conclusões revolucionárias”.

Além disso, como bem aponta Bianchi (2010a), Cardoso não se preocupou em explicar a dependência a partir de uma teoria do capitalismo propriamente como fizeram os autores da *Teoria Marxista da Dependência*. Essa tradição, representada por autores como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank, foi capaz de relacionar os processos de produção de mercadorias em contextos nacionais de desenvolvimentos desiguais e combinados com a circulação de mercadorias no mercado mundial e a transferência de mais-valor que esta possibilita. Cardoso não se propôs a construir propriamente uma teoria da dependência e “procurava resolver as dificuldades conceituais postas por uma teoria da dependência por meio do estudo empírico das realidades nacionais concretas” e, assim, “a dificuldade de pensar a América Latina por meio das categorias d’O Capital era contornada por Fernando Henrique Cardoso, mas não solucionada” (BIANCHI, 2010a, p.191).

Nesse sentido, concordamos com Bianchi que a presença de Marx na obra de Cardoso se dava na condição de “epistemólogo”, não sendo o principal referencial capaz de explicar o conjunto da sua produção. Essa condição, aliás, seria não apenas a mais conhecida, como, também, a que melhor expressou os fundamentos de interpretação do Brasil lançados no Seminário d’O Capital (BIANCHI, 2010a, p. 199).

Em paralelo, Marcos Abraão Ribeiro (2020, p. 62) aponta como a utilização de Max Weber possui um papel de fio condutor do argumento de Cardoso à medida em que aponta para o patrimonialismo como grande dilema a ser enfrentado e vencido pela sociedade brasileira. A recepção weberiana na sociologia brasileira poderia ser dividida entre o patrimonialismo de Estado (Faoro e Schwarzman) e o patrimonialismo societal (Florestan e Maria Sylvia). Para Ribeiro, Cardoso teria conjugado as duas versões, iniciando no campo do patrimonialismo social e chegando ao estatal.

Assim, a presença weberiana é fortemente presente em seus estudos da burguesia e do proletariado brasileiro, buscando compreender esses segmentos a partir dos modelos tipo-ideal. As relações de dominação fundamentais na obra de Weber são amplamente apropriadas na obra de Cardoso e, por fim, a tese da herança patrimonial constituiria elemento fundamental para compreender o autoritarismo entre nós. A condição estrutural da dependência – que associaria Cardoso mais fortemente a Marx – não constitui ao longo de sua obra um fator impeditivo para o desenvolvimento ou para a democracia. O principal obstáculo nesse sentido é representado pelo patrimonialismo ibérico (RIBEIRO, 2020).

Concordando, pois, com Ribeiro e reconhecendo a existência de um “marxismo difuso” (LAHUERTA, 2001; PÉCAUT e GOLDWASSER, 1990) que não apenas orientou Cardoso, mas esteve presente em toda a intelectualidade dos anos 1960-70, compreende-se que o seu marxismo não impediu que outras importantes bases metodológicas se fizessem presente em sua obra, notadamente o uso da sociologia weberiana. O ecletismo metodológico e a separação entre o uso da dialética marxiana e a defesa de uma política socialista nos leva ao afastamento da interpretação que identifica em Cardoso um marxista *stricto sensu*.

Mais apropriado é caracterizar a obra de Cardoso pelo “ecletismo bem temperado” que Gabriel Cohn (1987) atribuía a Florestan Fernandes. Nessa direção, também Marcelo

Moreira (2013, p. 299) identifica similaridade na formulação do conceito de dependência de Cardoso e de Fernandes. Aliás, a abordagem que mescla referenciais teóricos marxistas e weberianos não é exclusividade de Cardoso ou Fernandes, indicando Michael Lowy a existência de um certo padrão “marxista weberiano” entre nós (LOWY, 2014).

Do nacional desenvolvimentismo ao desenvolvimento associado

Antes, porém, de sua tese doutoral – obra que, como dito, inaugura um traço bastante próprio no desenvolvimento intelectual do autor – Cardoso produziu alguns trabalhos de menor impacto. O protagonismo de sua família na política nacional ajuda a explicar como desde a adolescência Cardoso elaborou trabalhos na tentativa de compreender aspectos da realidade política nacional. Enrique Natalino resgata textos ainda dos anos 1940 nos quais Cardoso fazia uma defesa do Petróleo como riqueza nacional a ser explorada pelo Estado. Havia ali a defesa do nacionalismo econômico (NATALINO, 2020, p. 132-133).

Em linhas gerais, tais pensamentos são comumente associados ao pensamento produzido no *Grupo Itatiaia*, no IBESP, no ISEB e também nos grupos hegemônicos no interior do PCB. Como se indicou (cf. Capítulo 3), pelo menos desde a obra de Caio Prado Júnior havia importante oposição àqueles prognósticos e muitos intelectuais da Universidade de São Paulo terminaram por constituir uma tradição em sentido diverso. Ao longo dos anos 1950, porém, seria possível identificar alguns trabalhos de Cardoso em que ainda se empreendia a defesa do ideal nacional desenvolvimentista, mesmo já tendo o autor alguma trajetória no interior da USP. Cardoso viria a publicar alguns artigos na *Revista Brasiliense* em que defendia noções bastante próximas àquelas defendidas no ISEB.

Dos seis textos publicados por Fernando Henrique Cardoso na *Revista Brasiliense*, merece destaque *Desenvolvimento Econômico e Nacionalismo* (CARDOSO, 1957, p. 88-98), em que defende as teses centrais do nacional desenvolvimentismo, compreendendo que nas condições da economia subdesenvolvida “o Estado precisa orientar a vida econômica e tornar-se ele próprio empresário econômico” (CARDOSO, 1957, p. 94). Posteriormente, Cardoso diz ainda da necessidade de um novo modelo no qual haveria uma tendência de crescimento da intervenção estatal e que essa intervenção

deveria ser vista como fundamental à medida em que dela poderia resultar “um tipo de crescimento econômico que corresponda aos anseios das massas, isto é, do qual resulte não apenas o aumento da renda nacional, mas sua distribuição equitativa” (CARDOSO, 1957, p. 98).

A julgar por esses ensaios, seria difícil levar adiante o argumento de ser Cardoso um expoente da tradição liberal brasileira. Há de se considerar, contudo, que essas produções são encontradas tão somente em estágio inicial da construção da obra do autor, antecedendo seu próprio processo de doutoramento. Nesse sentido, trazem-se aqui tais referências como uma espécie de ressalva para o restante da argumentação que se desenvolverá. Além disso, indicar a defesa de Cardoso do nacional desenvolvimentismo nos anos 50 também serve como uma contraposição à ideia consolidada com o trabalho de Caio Navarro de Toledo de que a intelectualidade de São Paulo, reunida em torno da Universidade de São Paulo, manteve-se afastada das realizações e atividades patrocinadas pelo ISEB e que as ideologias do ISEB “jamais tiveram guarida no seio desta camada de intelectuais” (TOLEDO, 1977, P. 26). Essa tese deve ser aceita apenas parcialmente. Vários teóricos da Escola Sociológica produziram textos que reforçavam os diagnósticos e prognósticos nacional desenvolvimentistas, muitos deles publicados na *Revista Brasiliense*. Apontar a existência desses textos, inclusive os de Fernando Henrique Cardoso, publicados entre 1955 e 1964 na *Revista Brasiliense*, serve para indicar que a oposição ISEB-USP é muitas vezes tratada, indevidamente, de forma absoluta. A contradição entre os centros, nesse sentido, parece-nos ser mais resultado das alterações pelas quais a USP passou ao longo do tempo, sobretudo após a ditadura civil-militar. Igualmente, esses textos de Cardoso não são suficientes para caracterizar uma ruptura muito profunda no seu pensamento. Trata-se de alguns poucos trabalhos publicados ainda na juventude e que longe de trazer teses inovadoras, apenas reproduzia as visões predominantes naquele momento histórico.

O trabalho que inauguraria um modo próprio de compreender a realidade brasileira certamente foi sua tese doutoral, em que Cardoso conecta o debate acerca da questão racial com a temática do desenvolvimento e da modernidade. Fazendo uso do já mencionado ecletismo metodológico, identifica como a escravidão foi uma realidade marcante no Rio Grande do Sul e como a região também se caracterizou por ser uma sociedade rural, latifundiária e escravista que não se diferenciaria em essência do restante

do Brasil. Inexistiria também naquela região a democracia rural ou racial. Ao contrário, predominaria uma formação patrimonial, diferente do que indicava a historiografia (CARDOSO, 2003, p. 107-8).

Seria crível afirmar que a "sociedade pastoril" assim constituída fora uma "ordem democrática"? Parece óbvio que não. Os lagunistas e preadores paulistas transferiram para o sul o mesmo sistema de organização do trabalho, de apropriação e distribuição da terra e o mesmo sistema de poder vigente no resto da Colônia: a grande propriedade mantida e dirigida pela família patriarcal, à base do trabalho escravo, com o concurso dos agregados (CARDOSO, 2003, p. 118).

Em análise bastante ampla, o autor explora a diferença existente entre as atividades econômicas desenvolvidas no Sul e seus impactos no modo como se dava o aproveitamento da mão de obra escrava, diferenciando a sua conformação no meio urbano e no rural, bem como as diferentes condições que se apresentaram no meio rural. Ao explorar, por exemplo, as charqueadas e as estâncias, indica que predominava nas últimas o tratamento menos violento, ao passo que nas primeiras a imposição pelo uso da força era mais comum (2003, p. 172). Feitas as diferenciações, sustentadas com base no tratamento "típico-ideal" weberiano (CARDOSO, 2003, p. 186-187), o autor não deixa de concluir que: "embora de diferentes modos, o escravo é sempre escravo e não há "democracia rural" (CARDOSO, 2003, p. 166-167).

Em diálogo com vários historiadores que se dedicaram ao estudo da região sul do Brasil, e aqui Oliveira Viana é um importante interlocutor, denuncia que as interpretações do passado eram atravessadas por uma idealização da democracia social ou racial e que implicava em uma perspectiva etnocêntrica. "A reconstrução idílica da sociedade senhorial como democrática e sem preconceitos resulta na glorificação dos senhores gaúchos" (CARDOSO, 2003, p. 138).

Em linhas gerais, compreende que a sociedade gaúcha não deveria ser vista como o outro do processo colonizador. Ao contrário, carregaria consigo todos os traços de uma sociedade escravocrata, patriarcal e patrimonial, embora com suas próprias especificidades. Dentre as especificidades estaria o menor poder político da elite gaúcha que teria dificuldade de influir na política nacional e que só através da revolução farroupilha conseguiria uma estrutura de tributação minimamente favorável aos seus produtos. Além disso, o fato de ser uma região fronteira teria levado a região a uma conformação de poder bastante particular. Tratar-se-ia de uma estrutura patrimonialista

que ao mesmo tempo carregava condições particulares que fizeram com que a autoridade, nas origens formativas da região, assumisse características tão marcadas pelo arbítrio e pela violência que “não seria exagerado admitir que o sistema patrimonialista de poder sofreu uma distorção no sentido de um tipo de poder sultanístico” (CARDOSO, 2003, p. 130).

Os senhores locais da região obteriam junto ao Estado Patrimonial Português a garantia de seus interesses políticos e econômicos imediatos. Com isso, esses senhores se fortaleceram e passaram a agir de modo independente aos interesses coloniais, “levando uma conformação da região mais próxima do patrimonialismo-patriarcal que do patrimonialismo-estatal” (CARDOSO, 2003, p. 132). Paralelamente a isso, contudo, o poder dessa elite local no conjunto da estrutura brasileira seria limitadíssimo. Via de regra, encontrariam enormes dificuldades de influir nos destinos políticos nacionais.

Cardoso explora como, a partir da concorrência oferecida ao charque gaúcho por aquele outro produzido na região do Prata, o problema de pouca competitividade e pouco poder político passaram a se entrelaçar em um círculo vicioso. Afirma que se tivessem melhores condições de produção poderiam favorecer mais lucros e fortalecer o poder e o prestígio da classe senhorial. Por outro lado, se tivessem por outros motivos acesso a maior poder e prestígio, a camada senhorial poderia utilizar de instrumentos fiscais – notadamente a tributação da carne importada – para assegurar condições mais propícias para o charque gaúcho (CARDOSO, 2003, p. 208).

O desequilíbrio de poder, contudo, escondia aquilo que, para o autor, seria o elemento central: o descompasso entre capitalismo e escravidão. Segundo ele, “o sistema escravista estava destinado ao malogro desde o momento em que competia com economias organizadas à base do trabalho livre” (CARDOSO, 2003, p. 216). Os produtos tropicais de outras regiões do país só funcionariam bem nessa dinâmica porque eram altamente lucrativos e se desenvolviam em situação de monopólio. Mas, em linhas gerais, a economia escravocrata impor limites ao processo de racionalização da produção e ao cálculo econômico. A partir de um certo limite, tornar-se-ia um obstáculo para a formação do capitalismo.

(...) a economia escravocrata, por motivos que se inscrevem na própria forma de organização social do trabalho, impõe limites ao processo de racionalização da produção e à calculabilidade econômica. Isto significa que, a partir de um certo limite, a economia escravocrata se apresenta como um obstáculo

fundamental para a formação do capitalismo (...) no regime capitalista, o trabalho livre permite a seleção de uma forma de incentivo à produção, como o salário, que, com tudo o que possui de mistificador, dá a ilusão do trabalho retribuído. Em certas circunstâncias pode mesmo induzir o trabalhador a dedicar-se à sua tarefa para, com mais trabalho, obter maiores salários e, conseqüentemente, maiores possibilidades de adquirir os meios indispensáveis para sua satisfação na vida extrafabril. O trabalho escravo, ao contrário, não permite nenhuma forma semelhante de ajustamento do produtor às condições de produção. Torna-se uma condenação irremissível que só se pode manter graças à coação direta e contínua (CARDOSO, 2003, p. 217-218).

Após 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, a redução na oferta de escravos e o aumento dos preços produziu um fluxo dessa mão de obra para o norte. A escassez de braços diante da evasão de escravos agravava as dificuldades encontradas no Sul. Pouco a pouco a região não mais conseguia se manter competitiva.

Os gaúchos tiveram dificuldade de sair dessa espiral de atraso. A estrutura patrimonial e escravocrata estaria na origem fundamental dos problemas vivenciados e da dificuldade em se manter competitiva. E, à medida que se avançava na discussão rumo à abolição da escravidão, o debate era deslocado e o imigrante progressivamente passava a ser visto por muitos setores cada vez mais como a solução para os problemas da região. O imigrante branco se tornava sinônimo de progresso. O negro seguia sendo associado fortemente ao atraso.

O braço livre desejado era o braço estrangeiro, sem mácula, não o braço do liberto ou do negro degradado pela escravidão. Esse, ao contrário, passava a ser considerado em si mesmo, independentemente do sistema escravocrata, como causa de ociosidade, marasmo, dissolução. O que fora fruto da escravidão passava a ser confundido com sua causa e tido como fator de imobilismo e atraso (CARDOSO, 2003, p. 254).

A mentalidade em relação ao negro e ao imigrante seria um forte indicativo do que se daria nos anos posteriores à abolição: a manutenção de uma mentalidade e estrutura atrasadas, impróprias para o desenvolvimento capitalista. Simplesmente deixar de possuir escravos, contudo, não faria dos charqueadores grandes capitalistas. Seria necessário redefinir valores e comportamentos, o que, em sua leitura, os charqueadores teriam sido incapazes de fazer (CARDOSO, 2003, p. 262-263).

A denúncia da inexistência de uma mentalidade autenticamente capitalista, inicialmente limitada à elite do Sul no século XIX, teria seu escopo atualizado. Seu trabalho posterior, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, passaria a analisar a burguesia brasileira como um todo, agora em meados do século XX,

já no contexto industrial. Conforme veremos adiante, a identificação de uma mentalidade pouco propícia para o desenvolvimento capitalista seguiria presente nessa obra.

Ao mesmo tempo em que trata da elite, Cardoso também investiga, embora de modo menos sistemático, os escravos e o proletariado brasileiro. No século XIX, seu intuito era demonstrar o impacto profundo que a escravidão possuía nesses sujeitos. No século XX, seu intuito é verificar como se forma o proletariado e a possibilidade dessa classe liderar o processo político. Em linhas gerais, seus achados indicaram a existência de condições estruturais que impediriam o proletariado e os burgueses de agirem em conformidade com o que modernamente se esperaria deles. Não haveria consciência de classe suficiente para que exercessem a dominação política, seja para a implementação de um sistema capitalismo pujante, seja para a implantação do socialismo.

A origem patrimonial, escravocrata e subdesenvolvida identificada originalmente em *Capitalismo e Escravidão...* seguirá presente nas obras posteriores à medida em que não se identifica rupturas profundas com os elementos constitutivos dessa ordem atrasada. Mesmo a industrialização não assumiria um caráter revolucionário, mas sim acomodaria essas diferentes estruturas atrasadas. Assim, elementos histórico-estruturais verificáveis empiricamente emergem em sua obra como impasses fundamentais ao processo de desenvolvimento. Apenas sob bases frágeis e momentâneas, como teria sido o período do *populismo*, seria possível levar adiante um projeto de desenvolvimento em termos estritamente nacionais. Alterada a conjuntura favorável, o pacto se tornaria inviável e estaria aí a razão para a implementação do regime civil-militar, amplamente analisado em sua obra *Autoritarismo e Democratização*. Apesar de autoritário, Cardoso identificava no regime militar um caráter modernizador, diferente do que denunciavam os teóricos marxistas da dependência.

As análises empíricas da situação nacional, atravessada por grupos sociais débeis e por um Estado de origem patrimonial, evidenciariam a inviabilidade de qualquer outro projeto que não o de *desenvolvimento associado*, isto é, a abertura econômica ao capital estrangeiro como caminho para imprimir uma dinâmica de modernização econômica, ainda que a dependência permanecesse como um traço marcante desse processo. Esse é, em linhas gerais, o argumento que atravessa sua obra de maior relevância: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrita em coautoria com Enzo Faletto.

Para além dessa breve apresentação, optamos por não adentrar a fundo e cronologicamente cada uma das obras de Cardoso, mas justamente apontar como aspectos fundamentais da sua tese doutoral seguirão presentes, ainda que com ajustes, em seus trabalhos posteriores. De um lado, suas análises remetiam ao Estado e ao seu funcionamento em bases patrimoniais; de outro, expressava sua visão acerca de um predomínio de uma dinâmica pouco moderna do corpo social. O modo particular pelo qual se deu a inserção dos negros na ordem social, apenas formalmente na qualidade de iguais aos brancos, evidenciaria, para Cardoso, “a precariedade da nova ordem democrática que se supôs implantada no país e a persistência de traços acentuados do ‘antigo regime’ na sociedade de classes que se formara⁶⁴” (CARDOSO, 2003, p. 354). Esse entendimento seguiria presente em uma compreensão acerca dos limites da democracia na história brasileira.

A partir desse recorte, voltaremos nas próximas seções às diversas obras de Cardoso para identificar no conjunto de sua obra uma caracterização mais geral do Estado e, depois, da sociedade brasileira. A crítica à formação do Estado é um dos aspectos que caracterizam seu liberalismo. Já no que diz respeito à sociedade, buscamos dar continuidade às discussões apresentadas em capítulos anteriores, verificando como essa leitura feita por Cardoso é um dos traços fundamentais que estruturam seu pensamento político. A construção de um projeto liberal encontra na interpretação da debilidade social, agora com a pretensão de se mostrar comprovável empiricamente, uma de suas bases fundamentais de sustentação.

A LEITURA DO ESTADO

Como se antecipou, ao menos desde a tese doutoral Fernando Henrique Cardoso já trazia a preocupação em compreender a estruturação do Estado no Brasil. Em linhas gerais, predomina o diagnóstico que aponta para o caráter patrimonial do Estado em Portugal e, como consequência, para sua semelhante conformação entre nós. Essa é uma leitura bastante difundida e que já se encontrava presente no pensamento brasileiro,

⁶⁴ Interessante mais uma vez notar como a suposta característica que levaria o Brasil a se manter na estrutura do “antigo regime” e que impediria o desenvolvimento do capitalismo entre nós seria também profundamente marcante nos Estados Unidos da América, sem que impedisse aquele país de se tornar a principal potência capitalista global nas décadas seguintes.

ganhando especial centralidade a partir de *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro (1958).

É certo que logo na publicação da obra de Faoro a recepção não foi a melhor, até mesmo porque a década de 1950 fora marcada pelo predomínio da visão nacional desenvolvimentista indicada anteriormente. A leitura que apontava para a existência de um Estado Patrimonial não se compatibilizava de modo tão simples com aquela que apostava as suas fichas no processo de desenvolvimento nacional a partir da força condutora desse mesmo Estado.

Se o Estado formado no Brasil, entendido como uma continuidade daquela estrutura formada em território português, para muitos já seria suficientemente atrasado, Cardoso vai mais longe e chega a identificar aspectos que ainda indicariam uma *regressão* na sua formação no Brasil. Dito de outro modo, se, nos marcos da teoria weberiana, o Estado racional-legal seria o estágio mais avançado em um cenário de evolução linear, no Brasil seria possível identificar contextos em que o Estado Patrimonial caminhou em direção oposta àquele modelo tipicamente moderno. Devido à falta da tradição que consagra os limites no exercício do poder e também em função da dificuldade em exercer controle em área tão distante como o Rio Grande,

(...) não estranha que o arbítrio pessoal do mandatário se exacerbasse a extremos, e que os negócios da fazenda del-Rei se vissem confundidos com os "negócios da fazenda" - da casa - do súdito a quem a Coroa concedia favores. O processo iniciado em Portugal de formação do Estado patrimonial sofria, por essa razão, uma espécie de regressão para um sistema mais próximo do patrimonialismo patriarcal e isso graças (...) aos benefícios e às prebendas concedidas pelo Estado patrimonialista português como um recurso para manter-se operante (CARDOSO, 2003, p. 122).

Já se indicou anteriormente passagem em que FHC indica que, na sociedade gaúcha, a autoridade acumulou tamanhos poderes que “o sistema patrimonialista de poder sofreu uma distorção no sentido de um tipo de poder sultanístico⁶⁵” (CARDOSO, 2003, p. 130), ainda que reconhecesse que essa forma não chegou a se tornar a estrutura global de dominação. Para sustentar a tese de um patrimonialismo patriarcal, Cardoso recorre diretamente à obra de Weber.

o conceito de estrutura patrimonialista é inequívoco. Utilizo-o conforme sua formulação clássica: ‘a este caso especial da estrutura patrimonial de dominação, ao poder doméstico descentralizado mediante a distribuição de

⁶⁵ Sobre a leitura do autor sobre o poder sultanístico, a partir da obra Weberiana, Cf. *Capitalismo e Escravidão...* (CARDOSO, 2003, p. 147).

terras e às vezes de pecúlios aos filhos ou a outras pessoas dependentes do círculo familiar, damos aqui o nome de dominação *patrimonial* (CARDOSO, 2003, p. 146, *apud* WEBER, 1944, p. 137).

A estrutura patriarcal de dominação, por sua vez, ainda com Weber, consiste em finalidade que diverge da impessoal, objetiva, fundada na noção de uma obediência de normas abstratas. Ao contrário, sustenta-se na submissão a um senhor, sendo esta uma “devoção rigorosamente pessoal”. Na dominação burocrática as normas são racionais, baseadas no exercício técnico e apelam para um sentido abstrato de legalidade. Já na ordem patriarcal baseia-se na tradição, “na crença no caráter inquebrantável do que sempre aconteceu de uma maneira determinada” (WEBER, 1944, p. 131, *apud*, CARDOSO, 2003, p. 146).

Adiantando-se às críticas que mais tarde apontariam para o caráter pouco rigoroso das aplicações do conceito de patrimonialismo, Cardoso indica que os limites entre os conceitos típico-ideais weberianos seriam fluidos, razão pela qual seria possível aplicar a noção de Estado patrimonial ao Brasil. A apropriação de cargos da administração colonial e até mesmo as sesmarias poderiam ser compreendidas como *prebendas*⁶⁶ e caracterizariam tal tipo de dominação (CARDOSO, 2003, p. 147).

A construção acerca das formas de dominação e estruturação do Estado no Brasil podem, em um primeiro momento, levar à ideia amplamente difundida no PCB e em importantes setores da sociedade daquele período acerca da existência do feudalismo no Brasil⁶⁷. A própria construção Weberiana compreende o feudalismo como uma expressão dessa forma de dominação. Cardoso, no entanto, foge dessa caracterização. Seguindo os passos já dados por Caio Prado Júnior na rejeição às teses feudais, indica que

É óbvio que não cabe, nesse sentido, qualificar de feudal a estrutura da sociedade gaúcha: inicialmente não houve a ‘estabilidade de posições’ requeridas pelas estruturas feudais, nem sequer a definição contratual das relações entre senhores e vassalos. A estabilidade que a sociedade rural gaúcha

⁶⁶ Citando Weber, “A base das prebendas desenvolveu-se especialmente durante os primeiros tempos do Estado moderno burocrático-patrimonial. E isto ocorreu então de modo geral, com a máxima intensidade dentro da cúria papal, na França e, com menor intensidade – por causa do número de cargos – na Inglaterra. Tratava-se sobretudo de benefícios, sinecura, que foram concedidos aos favorecidos ou familiares, com a autorização de encarregar um representante mais ou menos proletário a realizar o trabalho efetivo, ou que foram adjudicados a solicitantes mediante arrendamento ou entrega de quantias fixas. Com isso se converteram as prebendas em uma possessão patrimonial do arrendatário e do comprador, existindo os mais diversos usos, até chegar à venda e à cessão hereditária”. (WEBER, 1944, p. 163, *apud* CARDOSO, 2003, p. 148). A prebenda dada como usufruto vitalício, diz Weber, aproxima-se muito do feudo. O feudalismo seria, assim, um caso limite da estrutura patrimonial.

⁶⁷ As teses feudais foram abordadas com maior detalhe no Capítulo anterior, ao se analisar a obra de Caio Prado Júnior.

veio a adquirir no século XIX fundamentava-se já na 'propriedade' territorial e na exploração econômica direta da propriedade, e não na manutenção tradicional de um *conjunto rentável* de direitos, que constituem o fundamento sobre o qual repousa qualquer estrutura feudal para permitir o desenvolvimento de um estilo de vida senhorial nobre, baseado na utilização cavalheiresca do ócio, e não, como no Sul, no *negócio* (CARDOSO, 2003, p. 148).

A leitura do Estado brasileiro seguiria sendo objeto de sua obra, para além dos aspectos específicos que a caracterizariam na região sul do Brasil. Em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrita em coautoria com Enzo Faletto, certamente sua obra de maior relevância, o Estado voltaria a ser compreendido como um elemento fundamental para pensar o desenvolvimento. Para os autores, o desenvolvimento seria resultado da interação de grupos e classes sociais, de suas relações particulares e, portanto, dos interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação conformaria o sistema socioeconômico. A modificação da estrutura política e social se daria na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguissem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade (CARDOSO, 2011, p. 34).

Desde o pós-independência, vê-se o diagnóstico de que o Estado seria marcado pela ambiguidade, alvo de disputas entre setores modernos (ligados à economia agroexportadora) e outros oligárquicos mais tradicionais. A ambiguidade do Estado seria, inclusive, aspecto marcante de uma nação dependente em que se vê ora o predomínio de pautas de uma sociedade industrializada de massas, ora pautas que remetem às situações estamentais (CARDOSO, 2011, p. 52).

Os anos 1920/1930, recorrentemente entendidos como anos marcados por uma pressão modernizadora, é apresentado por Cardoso como sendo ainda fruto de interesses estamentais. Centrando sua análise no papel desempenhado pelos jovens militares, afirma que esses grupos “continuavam baseando seu comportamento e sua ideologia em valores de inspiração estamental”, tendo como pano de fundo uma ideia de “função pública” dos militares que só seriam explicados “em relação com o processo anterior de reação antioligárquica, originado em setores marginais e economicamente decadentes das próprias oligarquias regionais, afeitas ao poder, embora sem bases econômicas sólidas (CARDOSO, 2011, p. 89).

A antiga aliança oligárquico-capitalista, que expressava os interesses regionais dos setores exportadores, foi substituída por uma política centralista que, embora respeitando os interesses locais agro-exportadores, formava, ao mesmo

tempo, uma base econômica urbana suficiente para permitir o surgimento de uma burguesia industrial e mercantil, em função da qual se diferenciavam socialmente, por outro lado, os setores da nova “classe média” e os setores operário-populares (CARDOSO, 2011, p. 90).

A ambiguidade e a convivência entre grupos modernos e tradicionais no interior do Estado seria um traço recorrente na história brasileira⁶⁸. Mesmo com a industrialização, a burguesia industrial – que será analisada de modo mais detido adiante – encontraria dificuldades de se impor dentro da estrutura burocrática estatal. Quando muito, esse setor constituiria um dentre os vários grupos abarcados nos pactos políticos, como ocorreu, segundo o autor, no período “nacional-populista”.

Depois de um predomínio oligárquico na Primeira República, no período subsequente, conduzido por Vargas, se formaria esse novo pacto em que diferentes grupos e interesses se conformariam no interior da burocracia estatal. De forma geral, pode-se dizer que se encontravam abrigados nesse momento interesses dos setores agroexportadores, dos setores urbano-industriais e em alguma medida também os grupos operários urbanos.

Sem o protagonismo da burguesia e liderado por um Estado que nunca deixou de ser patrimonial, a industrialização é interpretada por Cardoso como sendo “mais uma política de acordos, entre os mais diversos setores, desde o agrário até ao popular-urbano, do que a imposição dos interesses e da vontade de domínio de uma ‘burguesia conquistadora’” (CARDOSO, 2011, p. 123). Essa interpretação compreende o processo de industrialização iniciada a partir dos anos 1930 como sendo fruto de um predomínio das influências políticas sobre as econômicas, de tal modo que “a preocupação de formar um mercado interno capaz de estimular o desenvolvimento e de conduzi-lo posteriormente para uma expansão autossustentada não surgiu nem se transformou em política efetiva a partir dos setores empresariais” (CARDOSO, 2011, p. 136-7).

Há aqui, pois, o apontamento dos limites encontrados por esse processo de industrialização. Sem ser liderado por uma burguesia, mas sim conduzido pelo Estado patrimonial, o processo teria limites evidentes, se articulando por meio de alianças

⁶⁸ Não raras vezes o polo moderno é identificado em São Paulo: “A cristalização de uma situação social capitalista burguesa surge pela primeira vez de forma mais evidente dentro do “sistema agroexportador”, quando os cafeicultores de São Paulo começam a substituir a mão-de-obra escrava pela dos imigrantes depois de 1870. A desagregação do sistema escravista e depois a queda do Império (1889) - nesse ínterim forma-se o Partido Republicano - expressam essa nova realidade.” (CARDOSO, 2011, P. 87).

provisórias e que apenas se sustentariam enquanto houvesse condições muito favoráveis. A esse arco de alianças, como se verá detidamente a seguir, Cardoso denominava “populismo”. O projeto varguista buscava conciliar interesses contraditórios, só sendo viável em um momento histórico específico quando havia uma conjuntura internacional favorável, especialmente no que diz respeito à valorização dos produtos agroexportadores. Os limites desse pacto ficariam evidentes nos anos seguintes, havendo quebras nas alianças entre os diversos grupos que formavam a aliança.

A partir do momento em que ocorria o crescimento do setor industrial, a ineficiência estatal e o populismo iriam se apresentar como obstáculos aos interesses desses grupos. O esgotamento do processo de substituição de importações exigiria aprimoramentos técnicos, maior acumulação e eficiência, levando o populismo e o nacionalismo a se tornarem padrões-ultrapassados (CARDOSO, 2011, p. 140).

Compreendendo o golpe militar como consequência de todo esse processo anterior, Cardoso se dedica a compreender em seu *Autoritarismo e Democratização* (1975a) como se deu a reconfiguração do Estado no período autoritário. O populismo, antes entendido apenas como um “pacto”, também é retomado aqui, agora como parte de uma leitura depreciativa acerca da experiência democrática daquele período. Assumindo neste trabalho estilo que se aproxima dos trabalhos de tipo ensaístico, Cardoso busca consolidar algumas interpretações sobre os processos formativos nacionais. Percebe-se a construção de uma leitura de longo prazo que recorre a autores clássicos do pensamento político brasileiro, notadamente Sérgio Buarque, Oliveira Viana e Gilberto Freyre. Em construção que conecta o desenvolvimento capitalista dependente no Brasil ao problema do Estado e da democracia, Cardoso afirma que

a dinâmica desse estilo de desenvolvimento acomoda-se a uma estrutura política que nunca foi democrática e que se formou no solo Ibérico e dele foi transplantada para a América sem jamais ter sido realmente *européia* no sentido de que o desenvolvimento capitalista e a revolução burguesa não a modificaram plenamente. Não obstante, também a forma deste autoritarismo variou, desde o paternalismo autocrático do império, passando pela forma oligárquica republicana da ‘democracia de elites’ e pelo populismo autoritário (às vezes beirando o fascismo) até ao atual autoritarismo tecnocrático (CARDOSO, 1975a, p. 12-13).

Como se vê, o esforço de compreensão da conformação do Estado no período da ditadura civil-militar, período identificado como ‘autoritarismo tecnocrático’, vem acompanhado também de esforços de interpretação mais amplos acerca da democracia,

do autoritarismo e da sociedade no Brasil. Nesse sentido, insere-se também o período ‘populista’ anterior a 1964, agora já compreendido como sendo marcado pelo cooptação e pela participação limitada da ‘massa’ (CARDOSO, 1975a, p. 213).

Essa situação seria explicada pelo predomínio de uma tradição não democrática, marcada pela política de cúpula e que, recorrendo a Sérgio Buarque de Holanda, diz estar associado às “raízes socioculturais da chefia autocrática e paternalista no Brasil” (CARDOSO, 1975a, p. 190). Ainda, aponta concordância com Bolívar Lamounier acerca do diagnóstico do predomínio no Brasil de uma “Ideologia de Estado”, e não uma ideologia nacionalista. Enquanto esta tenderia à incorporação das massas à arena política, aquela supõe a desarticulação ideológica da massa (CARDOSO, 1975a, p. 214). Cardoso se aproxima, assim, da interpretação liberal do pensamento político brasileiro empreendida por Lamounier (cf. LYNCH e CASSIMIRO, 2018).

Calcado em uma visão mais ampla sobre esses processos, analisa a forma específica assumida pelo Estado no governo civil-militar em que, desfeito o pacto populista, o Estado passaria então a estar sob domínio de outro grupo, tecnocrático-autoritário, o qual buscava compreender melhor. O autor busca aqui uma saída alternativa às duas construções muito presentes, de origem, respectivamente, weberiana e marxista. De um lado, havia a construção que apontava para o Estado como um “aparelho controlado pelo estamento burocrático”. Do outro, a tese marxista de que se compreenderia o Estado como sendo tão somente o “comitê executivo das classes dominantes”. O autor se recusa a aderir integralmente a qualquer dessas teses (CARDOSO, 1975a, p. 174).

Em sua visão, no período da ditadura civil-militar haveria um sistema híbrido no qual se atendia ao mesmo tempo aos interesses do capital oligopolizado, incluída aí as empresas multinacionais, e se fortalecia a Empresa Pública e a capacidade de controle do governo sobre a sociedade civil (CARDOSO, 1975a, p. 198). Segundo ele, as empresas públicas seriam captadas por empresas e interesses privados, ao passo que empresas privadas também se aliariam à burocracia estatal, dando origem a um anel de pressão. Esses anéis funcionariam como modo de incorporação das forças econômicas privadas ao setor público, de tal modo que o adjetivo “burocrático” utilizado para qualifica-los “mostra os limites que o setor privado encontra para articular-se politicamente para influir nas decisões do Estado” (CARDOSO, 1975a, p. 206).

O Estado assumiria uma feição híbrida, compreendida em parte pela ideia do atraso, do patrimonialismo, mas também relacionado aos interesses do capital. Assim, não se trataria de “um Estado Absoluto destruindo os barões, mas de uma reorganização e redistribuição de poder através do entrosamento dos ‘anéis burocráticos’ que fundem interesses privados e públicos” (CARDOSO, 1975a, p. 184).

O sistema de anéis burocráticos funcionaria como uma alternativa ao sistema partidário desmantelado constituindo uma estrutura suficientemente flexível para incorporar as pressões de parte da sociedade, especialmente aquelas associadas ao grande capital e setores profissionais de altas rendas. Embora os anéis burocráticos façam lembrar o *lobby*, Cardoso os distingue:

Não se trata de lobbies (forma organizativa que supõe tanto um Estado como uma sociedade civil mais estruturados e racionalizados), mas de círculos de informação e pressão (portanto, de poder) que se constituem como mecanismo para permitir a articulação entre setores do Estado (inclusive as forças armadas) e setores das classes sociais (CARDOSO, 1975a, p. 208).

Mais abrangente e heterogêneo que os lobbies, os anéis burocráticos limitariam a representação, mas abririam espaços para a cooptação de cúpulas. O resultado seria uma sociedade civil profundamente enfraquecida como força política autônoma. Esse Estado seria bem compreendido a partir de uma dualidade entre duas formas amplamente utilizadas para a sua representação: haveria, sim, um corpo burocrático com forte peso, ao mesmo tempo em que setores empresariais também exerceriam alguma influência na política econômica⁶⁹ (CARDOSO, 1975a, p. 210).

Emerge da análise desenvolvida por Cardoso a identificação no período civil-militar, mas também em uma narrativa de longa duração, a presença de um Estado como obstáculo ao processo de democratização e de formação da sociedade civil. Se nas análises daquele período a visão crítica ao papel desempenhado pelo Estado é pouco controversa, a questão ganha complexidade quando se analisam períodos anteriores, especialmente aquele comumente denominado de ‘período populista’, ou mesmo quando se pensa a centralidade que o Estado deveria ter em um período democrático. Para o autor, a América Latina, e o Brasil, em particular, compartilhariam de uma crença no Estado distinta daquela existente no mundo anglo-saxão, de tal modo que aqui ele se colocaria

⁶⁹ Embora reconhecendo os limites das dualidades geográficas, aqui novamente Cardoso não se furta a afirmar que Brasília carregaria consigo um espírito hegeliano de soberania quase absoluta enquanto São Paulo representaria a “capital da sociedade civil de aspiração lockeana” (CARDOSO, 1975a, 210).

acima das classes. Haveria entre nós a ideia de um Estado “produtor” de todas as classes e que sem ele não haveria sociedade civil. Tal construção teria como consequência lógico-política o autoritarismo (CARDOSO, 1975a, p. 176).

A leitura do Estado como instituição que historicamente sufoca a sociedade civil e impede o seu florescimento é, como já se tratou anteriormente, parte importante das visões de mundo liberais fundadas no Brasil⁷⁰. Cardoso, porém, não reconhece essa filiação de forma tão clara. É crítico aos grupos liberais que, segundo ele, não aceitariam o ônus do liberalismo e que, quando lhes é conveniente, aliam-se a um Estado protetor e às suas estruturas repressivas, notadamente as Forças Armadas. Como bom expoente da tradição liberal brasileira, Cardoso critica as práticas recorrentes desses pensadores, fazendo coro também à noção de que o liberalismo entre nós sempre foi débil. Sua filiação a essa tradição, contudo, aparece de modo bastante evidente quando se analisa a sua leitura de longa duração acerca do Estado. Resta evidente sua interpretação de que parte significativa das limitações dos processos de desenvolvimento brasileiros emergem da (suposta) falta de um liberalismo entre nós, da inconclusa revolução burguesa, do insuperado Estado patrimonial. O passado colonial e a dependência aparecem como elementos fundamentais para explicar a permanência dessas estruturas. A esperança no processo de modernização, como se verá adiante, virá das forças de mercado e do consequente processo de formação da sociedade civil como agentes capazes de levar adiante não só o processo de democratização como também o de desenvolvimento – ambos a se desenvolverem contra ou apesar do Estado⁷¹.

o sistema político brasileiro, hoje como no passado, deriva do amálgama entre dois tipos distintos de organização política – uma baseada na existência de classes inseridas numa ordem capitalista industrial e monopólica, outra enraizada no patrimonialismo estatal originado no sistema capitalista colonial (CARDOSO, 1975, p. 235).

⁷⁰ A categorização como liberal, é certo, produz um agrupamento bastante amplo e que merece tratamento mais apurado possível, entretanto, apenas em outro trabalho. É provável que do ponto de vista teórico se identifique no Brasil uma ampla gama de liberais e que o liberalismo de Cardoso possa ser melhor compreendido a partir de uma subdivisão como “liberal-democrata” ou “liberal-social”.

⁷¹ Em uma passagem bastante assertiva, diz que “Raramente os liberais tem aceito o ônus do liberalismo. Seria fastidioso relembrar os momentos em que, derrubados regimes ou governos considerados pelos liberais como autoritários (Vargas 45) ou burocrático-populistas (Vargas 54 e Goulart 64), eles próprios foram os primeiros a apelar e confiar na qualidade mediadora das Forças Armadas e do estado – e em sua capacidade repressiva – reforçando, assim, na prática, a concepção do Estado protetor. (...) Liberalismo castrado, porque temeroso quase sempre da liberdade, da organização efetiva da sociedade civil e da participação” (CARDOSO, 1975a, p. 177-78).

Antes, contudo, cumpre verificar de que forma emerge no pensamento de Cardoso uma leitura da sociedade brasileira, tanto em seu momento de formação quanto nos contextos mais específicos em que o autor escrevia. Sua aposta na sociedade civil como agente transformador poderia nos levar a pensar que haveria em sua obra uma leitura capaz de romper com as construções anteriormente identificadas em outras tradições de pensamento desenvolvidas no Brasil. Essa expectativa, contudo, não se confirma diante das análises que atravessam suas obras.

A LEITURA DA SOCIEDADE

Compreendida a interpretação acerca da estrutura estatal brasileira, cumpre agora finalmente caminhar para aquele que é o ponto de especial relevância para os nossos propósitos: compreender a leitura de sociedade no pensamento de Fernando Henrique Cardoso, bem como compreender de que modo essa leitura se conecta ao conjunto do seu pensamento. Importante ressaltar que apesar de esse ser o interesse mais específico que move esta tese, tais construções não são passíveis de serem compreendidas isoladamente. Emerge, pois, a necessidade de compreender de forma mais ampla como se organiza o pensamento dos autores e, por vezes, alguns aspectos mais gerais que vão além dos sujeitos e que compõem mesmo pilares básicos das tradições às quais pertencem.

No caso de Cardoso, são poucas as obras voltadas para uma análise mais ampla do processo de formação social brasileiro. É possível perceber, contudo, esforços nessa direção e algumas construções que atravessam vários dos seus trabalhos, a começar pelo próprio *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*.

A leitura da sociedade do século XIX

Já em *Capitalismo e Escravidão...* há uma construção que busca compreender aspectos sociais brasileiros na formação social do Rio Grande do Sul. Cardoso empreende uma análise da elite econômica sulista a partir da identificação da sua incapacidade de competir com as elites da região do Rio da Prata. Haveria uma debilidade associada à incapacidade desses grupos instituírem um sistema de produção capitalista moderno. A

dificuldade principal estaria associada à própria instituição da escravidão que seria contrária à lógica de produção moderna (CARDOSO, 2003, p. 218).

O resultado dessa irracionalidade produtiva seria que não apenas a produção na região vizinha seria consideravelmente maior como a própria técnica de preparo seria superior⁷². O predomínio do trabalho livre e a maior divisão do trabalho seriam os fatores decisivos para compreender os seus ganhos competitivos. A conclusão seria que “o sistema escravocrata, numa economia mercantil que visa o lucro, encobre para o proprietário de escravos o sentido real da produção capitalista e impede o pleno florescimento do capitalismo” (CARDOSO, 2003, p. 224).

Tal diagnóstico, porém, não seria compartilhado à época. Ao contrário, os gaúchos insistiam no caminho de buscar um protecionismo estatal como solução para a baixa competitividade. Esse problema, contudo, não era de simples solução, uma vez que interessava às demais regiões do país ter acesso ao gado de mais baixo custo para aumentar os lucros com a atividade exportadora. Surge aí um impasse: os gaúchos nem teriam condições de fazer valer sua vontade política, nem tampouco conseguiam escapar da lógica “irracional” escravista. Esses fatores ajudariam a explicar a crise que atravessou a região no contexto de abolição da escravidão.

A instituição da escravidão aparece, pois, como uma espécie de indicativo do grau de irracionalidade do sistema econômico nacional. Mesmo quando se diz de outras regiões mais ao norte, há clara compreensão de que o uso da mão de obra escrava só era lucrativo porque se tratava, na maioria dos casos, de um controle monopolístico do mercado. Na leitura de Cardoso, portanto, a escravidão não seria uma irracionalidade apenas do ponto de vista moral, sendo uma de suas principais preocupações ao longo de *Capitalismo e Escravidão...* demonstrar que tal irracionalidade refletia também na própria lógica econômica capitalista⁷³.

Compreendido assim, tem-se desde já um primeiro retrato da elite nacional, ainda que bastante situado temporal e espacialmente. Trata-se de uma elite incapaz de compreender as dinâmicas modernas do capitalismo, presa a uma lógica escravista e

⁷² Se valendo de dados apresentados por Couty, indica que enquanto um charqueador com 80 escravos e 10 trabalhadores livres matava próximo de 200 bois por dia, um saladeirista na região do Prata com 180 trabalhadores matava e preparava entre 600 e 800 animais.

⁷³ Essa tese, contudo, é alvo de controvérsias e trabalhos mais recentes buscam apontar em direção diversa. Sobre isso, conferir MONASTERIO, 2005.

refém de benesses e proteções estatais. Por tudo isso, estaria essa elite fadada ao fracasso e à eliminação na lógica competitiva, especialmente no pós-abolição.

Paralelamente, ainda em *Capitalismo e Escravidão...*, vê-se também uma análise de Cardoso acerca do outro grupo, numericamente mais expressivo, desta sociedade: os escravos. Em linhas gerais, é possível perceber que Cardoso constrói uma obra sensível ao problema da escravidão, buscando entender o racismo e como ele dificulta a inserção dos negros na sociedade de classes. Conforme dissemos, trata-se, nesse sentido, de obra em sintonia com os demais trabalhos produzidos por Florestan e pela Escola de Sociologia da USP. No decorrer da obra, contudo, emerge um pressuposto bastante revelador dos limites não só da reflexão de Cardoso, mas do próprio debate sobre o tema naquele contexto. Segundo o autor, a escravidão teria tanta força que levaria o próprio escravo a se ver como objeto, mera força de trabalho, introjetando em sua consciência uma construção da própria ordem escravista. Vejamos a passagem abaixo que, embora longa, elucida a sua visão acerca do tema.

A liberdade desejada e impossível apresentava-se, pois, como mera necessidade subjetiva de afirmação, que não encontrava condições para realizar-se concretamente. É verdade que houve fugas, manumissões e reações. Um e outras variando de intensidade conforme as circunstâncias histórico-sociais exteriores ao regime escravocrata, como, por exemplo, as guerras platinas e a Revolução Farroupilha. A liberdade assim conseguida ou outorgada não implicava em nenhum momento, porém, modificações na estrutura básica que definia as relações entre senhores e escravos: não abalava a propriedade servil e os mecanismos de sua manutenção. Por isso, no conjunto, o desejo e o esforço de liberdade desenvolvido pelos escravos apenas indicam a contradição fundamental da condição de escravo vista do ângulo da consciência escrava: o escravo era considerado como uma coisa pelos senhores, comportava-se em regra de forma heteronômica graças à coerção contínua de que era vítima e, no entanto, tinha a possibilidade de representar-se como um ser humano, pois podia negar subjetivamente o que afirmava no comportamento manifesto: a condição de ser que age em função dos interesses e da vontade do senhor. Está claro, também, que a possibilidade de o escravo autoconceber-se como um agente social capaz de realizar os próprios desígnios era solapada continuamente, graças ao progresso de socialização, às expectativas que se formavam em torno de seu comportamento e à vigilância estrita a que o sujeitavam (...) a sociedade escravocrata dispunha de mecanismos pelos quais moldava a personalidade do escravo, impedindo a formação de atitudes capazes de orientar sua ação para a concretização dos ideais de libertação (CARDOSO, 2003, p. 179).

Essa passagem é bastante elucidativa da concepção do autor acerca do tema da escravidão⁷⁴. Reconhece o fortalecimento das lutas abolicionistas nos anos que

⁷⁴ Novamente, reforçando entendimento apresentado anteriormente, não se trata de cobrar do autor entendimento diverso daquele que estava disponível ao seu tempo. Ao contrário, o que se busca nos

antecedem o 13 de Maio, mas sempre atribuindo essas próprias possibilidades às mudanças nas estruturas econômicas e políticas, posto que, a seu juízo, “a possibilidade efetiva de os escravos desenvolverem ações coordenadas tendo em vista propósitos seus era muito pequena”, uma vez que “não tinham condições para definir alvos que levassem à destruição do sistema escravista e não dispunham dos meios culturais (de técnicas sociais ou materiais) capazes de permitir a consecução dos propósitos porventura definidos” (CARDOSO, 2003, p. 179). Por tudo isso, o escravo seria incapaz de reagir contra o sistema, sendo suas as revoltas apenas atos de desespero individuais ou, quando muito, planos frustrados de rebelião, logo contidos pela força das instituições senhoriais (CARDOSO, 2003, p. 180).

Tal concepção seguiria sendo reforçada nos anos seguintes. Na própria segunda edição de *Capitalismo e Escravidão...*, não apenas inexistia qualquer correção nos termos em que se empreendia esse debate como também se reforçava no prefácio o entendimento de que o fim da escravidão no Brasil seria resultado da vitória dos capitalistas-industriais manchesterianos⁷⁵. Uma breve ressalva sobre o tema viria apenas no prefácio à 5ª edição, já em 2003⁷⁶.

A compreensão de que acontecimentos externos à nação são fundamentais para compreender os processos políticos na periferia do sistema capitalista consiste em entendimento fundamental da obra de Cardoso, ainda que o autor não automatize esses processos, buscando perceber como a ação externa impacta a dinâmica nacional e produz diferentes resultados. É assim, pois, que compreende a escravidão, a industrialização e será também a partir dessa compreensão que orientará sua proposta de desenvolvimento associado, conforme se verá adiante.

parágrafos posteriores é compreender de que modo essas visões de mundo condicionavam o pensamento do autor em temas tão importantes como Democracia e Desenvolvimento.

⁷⁵ No prefácio à 2ª edição, escrito em 1977, Cardoso afirmava: “No caso da escravidão e, mormente, no caso do Sul, o movimento global do sistema não decorreu da dinâmica interna do sistema capitalista-escravista brasileiro apenas. Foi o fim do tráfico de escravos que pôs um limite à condição básica de reprodução do sistema (o abastecimento contínuo e economicamente viável da mão-de-obra). Aquele, por sua vez, decorreu da vitória política e econômica dos setores capitalistas-industriais manchesterianos contra o capitalismo mercantil-escravista inglês e mundial. Existiu, portanto, uma sobredeterminação ao escravismo brasileiro no sistema capitalista mundial. Esta sobredeterminação impede buscar no escravismo brasileiro isoladamente a explicação de seu destino histórico”. (CARDOSO, 2003, P. 20-21).

⁷⁶ No prefácio à 5ª edição, Cardoso afirma que seria “mais cuidadoso na transposição da visão marxista-lukacsiana sobre a impossibilidade do escravo compreender o modo de funcionamento da sociedade escravocrata”, ainda que não haja qualquer reflexão sobre os impactos dessa concepção nos argumentos fundamentais da obra.

Em 1975, em *Autoritarismo e Democratização*, Cardoso voltaria a revisitar os processos formativos nacionais. Nesse processo, repetia-se a visão anteriormente identificada acerca da escravidão e da capacidade de resistência dos escravos àquele sistema.

Se bem tenham havido revoltas de escravos persistentemente, o fim da escravidão é um processo cujo movimento não se explica pelas contradições entre senhores e escravos, mas por uma teia mais complexa de determinações, a que anteriormente aludimos, pela qual forças sociais distintas como a burguesia industrial inglesa, em aliança, agora sim, com uma burguesia agrária emergente (os plantadores de café de São Paulo que utilizavam mão-de-obra assalariada imigrante), e, indiretamente, com parte das categorias sociais que pertenciam ao aparato do estado (os militares) e aos aparatos ideológicos (a intelligentsia do Império) é que vão se opor aos senhores de escravos, aos mercadores de tráfico negreiro e aos setores do estado imperial que lhes davam, no país, expressão e sustentação (CARDOSO, 1975, p. 110).

A passagem acima já seria suficiente para perceber a centralidade mínima dada por Cardoso aos próprios negros no processo de abolição. Essa concepção, porém, apareceria de forma ainda mais clara. Vejamos.

Em todo este processo, de ‘passagem’, os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os ‘camponeses’, são os testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história. Sua luta, quando houve, nada teve em comum sequer com os ‘rebeldes primitivos’ da Europa. Pertencem às páginas dramáticas da história dos que não têm história possível. As lutas, dos quilombos (aldeias de escravos fugitivos) e a revolta pessoal do escravo que mata algum senhor e fogia, não eram embriões de uma luta social maior, capaz de pôr em causa a ordem senhorial. Correspondiam às situações-limites em que, mesmo sem destino histórico, num quase testemunho de altivez e nojo, o homem se refugia na grandiosa e inoperante negatividade pura (CARDOSO, 1975, p. 112).

Em resumo, com maior peso em *Capitalismo e Escravidão...*, mas também reforçada em momentos posteriores, há uma visão clara de Cardoso sobre a escravidão. Por um lado, há a reiteração daquilo que aos olhos de hoje é ponto pacífico: “a escravidão funda-se em relações de violência”. Essa afirmação, contudo, tinha objetivo bastante específico para o seu período: tratar-se-ia de afastar definitivamente qualquer interpretação que apontasse para a existência de democracia racial ou rural, mesmo que compreendida como um traço particular da região sul do Brasil. Como afirmou, seu objetivo era contrastar a visão idealizada de Gilberto Freyre (CARDOSO, 1993b, p. 25) e nisso foi muito bem sucedido, se juntando às contribuições trazidas por Florestan. Identificando uma ordem patrimonialista estruturada pela força do arbítrio e da violência, denunciou como essa estrutura impossibilitou aos negros terem um estatuto de

humanidade respeitado no processo de inserção na sociedade gaúcha (CARDOSO, 2003, p. 161).

Marcos Abraão Ribeiro busca, se valendo da obra de Axel Honneth, demonstrar como *Capitalismo e Escravidão...* contribuiu para um melhor entendimento acerca dos modos pelos quais os negros se inseriram na sociedade de classes, mesmo na região sul do Brasil. Identifica que a obra de Cardoso “refutava o caráter de excepcionalidade da sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul” (RIBEIRO, 2011, p. 10). A recepção de sua obra centrada na temática da dependência e das discussões estruturais acerca do capitalismo e da escravidão teriam ocultado o seu mérito em apresentar “o processo de não reconhecimento social do negro”, processo esse que seria reproduzido em todas as etapas da vida na sociedade gaúcha. “As crianças brancas desde cedo eram socializadas no sentido de não reconhecerem os escravos negros como pessoas humanas. Tal fato tinha papel decisivo para a reprodução de um sistema social tão brutal” (Idem, p. 13).

Se é certo que a obra de Cardoso teve esse mérito, por outro lado, no entanto, ao refutar a democracia racial e mostrar os impactos da escravidão sobre os negros, o autor termina por produzir uma interpretação totalizante acerca da escravidão. Ao dizer que os negros não tinham as condições mínimas de lutar por sua própria liberdade, termina por, na contramão do que identifica Ribeiro (2011), *negar reconhecimento* às diversas lutas sociais travadas pela população negra, seja no contexto de abolição ou não. Acreditamos ter aqui um importante limite no que diz respeito à capacidade de Cardoso em compreender a própria humanidade e racionalidade desses sujeitos escravizados. Assim, se, por um lado, essas construções foram sensíveis à questão racial e capazes de reconhecer de modo profundo muitos dos impactos da escravidão e como seus efeitos ainda poderiam ser sentidos ao pensar a inserção social desses grupos, por outro lado, no entanto, terminaram também eles por reduzir os sujeitos àquela condição, não sendo capazes de reconhecerem como a história de escravidão e de opressão foi também toda ela atravessada por resistências que vão muito além “dos gestos de desespero” apontados por Cardoso⁷⁷. Ou talvez seja possível ainda pensar que se tratava tantas vezes de formas racionais e conscientes, ainda que também desesperadas.

⁷⁷ Voltaremos a esse tema no capítulo 5, revisitando a historiografia contemporânea para compreender o processo de abolição. Em linhas gerais, recomenda-se: ALONSO, 2015; CARDOSO, 2008.

A leitura acerca da escravidão pode parecer distante dos grandes problemas como “autoritarismo” e “desenvolvimento”, tão presentes na obra de Cardoso. Mas julgamos ser possível empreender uma ligação entre tais construções. Os escravos do final do século XIX apresentados como seres irracionais seguem nessa condição no pós-abolição – ainda que se atribua a responsabilidade às políticas governamentais do período, especialmente ao não esforço de inclusão e à escolha pela imigração como alternativa. Ausentes grandes rupturas nas décadas seguintes, não é de se estranhar que ao chegar nas análises dos anos 1940-50 persista a leitura que indica uma certa apatia social.

Nesse sentido, busca-se aqui argumentar que as leituras feitas sobre a sociedade brasileira do final do século XIX ecoam nas análises que serão feitas acerca da sociedade brasileira de décadas mais tarde. Da burguesia agrária e dos escravos irracionais do século XIX, veremos a passagem no século XX para uma leitura que identifica na burguesia, agora industrial, e no operariado/campesinato a permanência de alguns daqueles traços.

A leitura da sociedade no século XX

Em 1964, apenas dois anos após a conclusão de *Capitalismo e Escravidão...*, Cardoso defenderia *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, trabalho apresentado originalmente como tese de livre-docência de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Neste trabalho, busca compreender de modo empírico a mentalidade do empresário industrial brasileiro.

Em um primeiro momento, o trabalho se insere em um debate mais amplo, travado especialmente com Schumpeter, passando por Sombart, Harbison, Myers, Mannheim e diversos outros teóricos que se propunham a refletir sobre o papel da burguesia no sistema capitalista mundial. Apresenta algumas interpretações que viam na proliferação de Sociedades Anônimas (SA's) uma possibilidade de ruptura entre propriedade e controle das empresas, imaginando aí um possível caminho para a “democratização do capital”, passando, inclusive, os próprios trabalhadores a exercerem controle sobre as empresas.

Descartando tais teorias e apostando que a essência do sistema seguiria a mesma, Cardoso (1972a, p. 38-40) argumenta que o grande imperativo para as elites econômicas consiste em se transformar também em elite política. Ultrapassar a visão que compreende a empresa isoladamente, perceber o processo crescente de mobilização das classes

trabalhadoras e produzir uma ação coordenada para impor uma estratégia política que sirva como contraponto à pressão exercida pelas outras classes sociais.

A partir daí, o trabalho de Cardoso busca compreender, então, se a burguesia brasileira possuiria os atributos necessários para ela mesma levar adiante um projeto de modernização econômica em solo brasileiro. Embora os diálogos na obra sejam travados mais diretamente com autores internacionais, é evidente também a conexão do debate levado adiante pelo autor com o contexto nacional. Enquanto os teóricos do nacional desenvolvimentismo, em grande medida organizados pelo ISEB, apostavam em um processo de desenvolvimento capitaneado pela burguesia nacional em aliança com o Estado, Cardoso se propunha a ir a campo verificar empiricamente a viabilidade desse projeto. Logo nas primeiras páginas o autor situa sua obra no interior desse debate:

Com mais forte razão, as explicações e os ensaios de interpretação refletem a experiência que tenho podido acumular tanto através de leituras sobre o Brasil e o desenvolvimento, como através da participação em alguns movimentos ‘pela emancipação nacional’. A validade das interpretações, neste caso, dependerá menos da fonte e do meio de obtenção das informações do que da coerência teórica com que porventura terei sido capaz de demonstrar a veracidade dos pontos de vista assumidos (CARDOSO, 1972a, p. 9).

A análise da burguesia se conectava ao propósito de pensar as possibilidades de desenvolvimento. Nos países centrais, segundo ele, a história do desenvolvimento se confundiria com a invenção de um modelo de ação econômica racional levada adiante pela burguesia (CARDOSO, 1972a, p. 78). Partindo desse pressuposto, e se opondo a Celso Furtado, para quem, segundo o próprio Cardoso, importariam mais as análises sistêmicas e pouco se falaria sobre o papel dos empreendedores industriais (CARDOSO, 1972a, p. 83), propõe-se a compreender

o desenvolvimento econômico do Brasil como processo político-econômico-social [que] implica não apenas na formação de uma indústria de bens de capital e no automatismo do crescimento econômico, como na formação e dinamização de novas classes capazes de redefinir o equilíbrio tradicional de poder e de romper a estagnação econômica (que são duas formas de expressão da mesma situação de subdesenvolvimento) no plano interno e no plano externo (CARDOSO, 1972a, p. 84).

No século XIX, como vimos, em sua análise do então chamado ‘Brasil Meridional’ as estruturas políticas, econômicas e sociais, notadamente o patrimonialismo e a escravidão, levavam a práticas não modernas e irracionais. Agora, em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, não emergirá diagnóstico muito diverso quanto à burguesia nacional já situada no ambiente urbano e em processo de industrialização.

Analisando a burguesia nacional em suas diferenças internas, Cardoso identifica comportamentos e elege critérios atrelados à localização, à dimensão e ao próprio histórico das empresas e dos industriais para criar sua tipologia. A conclusão dos achados aponta, sinteticamente, para dois modelos típico-ideais: os *Capitães de Indústria* e os *Homens de Empresa*.

Capitão de Indústria compreende o grupo que faz uso de experimentações, lucra com a especulação através de controles precários feitos da produção e da demanda por meio da aplicação de questionários toscos. Valendo-se de um espírito científico, e embora de forma pouco racional, esses empresários conseguiram construir um império fabril (CARDOSO, 1972a, p. 132-134). Trata-se de um empresariado aventureiro, sem qualquer visão de longo prazo e com pouquíssima capacidade de planejamento, entre os quais predominam a experimentação, a aventura e a especulação. A sua relação com o Estado é caracterizada pela possibilidade de tirar proveito de eventuais facilidades. Nesse contexto, segundo Cardoso, “o Estado-patrimonialista, desde que possa ser manipulado, passa a ser o ideal de organização governamental” (CARDOSO, 1972a, p. 134).

A visão sobre o Estado, porém, seria dúbia. Ora se via o Estado como “o bem”, ora como “o Mal”. Ao mesmo tempo que se quer o socorro do Estado à própria indústria, vê-se a atuação do Estado no ramo econômico, em abstrato, como um obstáculo à vida empresarial. A audácia e obstinação dos Capitães de Indústria somados aos valores do trabalho e da poupança em um contexto específico de desenvolvimento industrial permitiu a ascensão desse grupo. Estaria evidente, contudo, que tais industriais portavam ainda uma ‘falsa consciência’, por exemplo ao almejar o progresso técnico, e não o lucro, sem compreender, segundo Cardoso (1972a, p. 138), que na verdade o progresso técnico é apenas a condição para o lucro.

Alguns desses capitães da indústria, contudo, desenvolveram visões de mundo mais apuradas. Eis que ao aliar o grau de compreensão de seu papel como industrial à prática de medidas para baratear e melhorar a produção em massa, além de passar a atuar fora da empresa visando amparar ideias e iniciativas que beneficiem a indústria, o capitão da indústria se transforma em *homem de empresa* (CARDOSO, 1972a, p. 140). Para eles, espírito de concorrência, metodização do trabalho e desenvolvimento tecnológico são questões fundamentais. Este tipo de liderança possui um grau robusto de consciência dos problemas empresariais, não refletindo mais aquelas visões tradicionais presentes nos

capitães de indústria. Os Homens de Empresa, dirá Cardoso (Idem, p 139), têm preocupações mais amplas, menos egoístas, voltadas para a sociedade como um todo.

Na esfera da fábrica estariam eles movidos pelo desejo de construir uma “indústria verdadeira”, ao mesmo tempo em que, na visão mais ampla que têm de mundo, desejam construir o capitalismo no Brasil (CARDOSO, 1972a, p. 141). Por essa razão se empenham em alcançar influência ampla, não apenas subornando agentes estatais e buscando benesses, mas visando impor os pontos de vista da indústria à maioria da sociedade. Aumentar sua influência sobre os meios de difusão da cultura e da comunicação seria fundamental para conseguir convencer a nação acerca das vantagens do capitalismo (CARDOSO, 1972a, p. 148).

Importante destacar, contudo, que esses homens de empresa consistiriam em apenas uma pequena parcela do conjunto do empresariado brasileiro, sendo a maior parte dessa classe composta pelos “Capitães da Indústria”. Minoritários, eles encontrariam grandes dificuldades em efetivamente conduzir os rumos políticos e econômicos do país. E, ainda, contariam com divergências internas dentre as quais se destaca a cisão quanto à importância da defesa da indústria nacional. Enquanto uma parte compreendia ser importante o controle das empresas nacionais para levar adiante um desenvolvimento econômico independente, para outros os “interesses verdadeiros da nação” estariam no desenvolvimento do capitalismo de forma geral, não importando a origem do capital (CARDOSO, 1972a, p. 150-151).

A diversidade dos empresários poderia também ser explicada espacialmente. Enquanto predominariam em todo o país os Capitães da Indústria, São Paulo seria a exceção⁷⁸ em que se encontraria uma maior concentração dos Empresários Industriais (CARDOSO, 1972a, p. 172). Na mesma direção, indica que quando se compara “as crenças e práticas de um industrial do Nordeste ligado a uma "grande família", com a ação e os ideais de um industrial de Blumenau, filho de alemães, as diferenças são enormes” (CARDOSO, 1972a, p. 162).

Haveria, pois, a impossibilidade da burguesia de se ver como parte de uma mesma condição de classe que se encontra na “posição do mercado”. Isso se deveria aos preceitos

⁷⁸ Embora tenha maior centralidade em sua análise da burguesia nacional, buscamos assinalar em notas anteriores a recorrência da tese da excepcionalidade paulista na obra de Cardoso.

patrimonialistas arraigados desde o passado escravocrata – e mais forte, claro, no Nordeste (CARDOSO, 1972a, p. 162-163).

As limitações, pois, seriam muitas. De um lado, haveria a maior parte dos empresários tendo preferência por práticas tradicionais, pelos favores, subornos ou qualquer outro meio de obter ganho fácil. Pouco se interessariam por avanços técnicos ou por grandes projetos nacionais (CARDOSO, 1972a, p. 161-162). E mesmo dentre aqueles que possuiriam visão mais ampla poucos transformariam a ideia em ação, sendo também limitados estrutural e politicamente (CARDOSO, 1972a, p. 155-156). Faltaria aos industriais a socialização necessária para agirem em conformidade com seu papel em uma república democrático-burguesa. Dissociam sua condição de empresário daquela de cidadãos e reagem como “massa de manobra eleitoral” (CARDOSO, 1972a, p. 165).

Toda essa construção serviu de base para que diversos autores identificassem na obra de Cardoso um diagnóstico de passividade acerca da burguesia (Cf. MANCUSO, 2007). Alguns outros autores, inclusive, buscaram investigar a mesma burguesia e identificaram padrões de comportamento supostamente diverso daquele apontado por Cardoso (BIANCHI, 2010b; DINIZ, 1978; DINIZ e BOSCHI, 1978).

Recentemente, Costanzo e Marino (2022) destacaram o fato de que Cardoso não estaria apontando para uma passividade ou irracionalidade da burguesia, mas para uma ação tradicional que seria explicada pela dificuldade de agir segundo seus próprios interesses diante do fato de se tratar de classe recente, heterogênea, marcada por interesses contraditórios e que não sofria grandes pressões de trabalhadores organizados. Contando com um cenário de concorrência imperfeita, em que os preços se formam tendo como referência os preços de produtos importados, a burguesia não seria forçada à inovação, tendo razões para seguir em aliança com setores mais tradicionais e manter esse cenário.

Para se tornar hegemônica, a burguesia teria que romper com grupos tradicionais, abrindo mão da situação de concorrência imperfeita e colocando em risco o cenário favorável em troca de uma hegemonia futura. Para isso, seria necessário se aliar a grupos urbanos e populares, o que representaria novo risco ao controle político dos industriais. Nesse cenário, a burguesia preferia se aliar aos grupos tradicionais para não correr riscos futuros.

Nesse sentido, o comportamento da burguesia se explica sobremaneira por uma estrutura patrimonial que antecede a sua formação. Essa mesma estrutura não força um comportamento voltado à ação modernizadora e nem tampouco leva esse grupo a se unificar em torno da busca pela hegemonia política da sociedade. Ausente ainda grandes preocupações nacionalistas quanto à origem do capital, a liderança burguesa de um processo de industrialização modernizador seria desejo minoritário entre os empresários, insuficiente para atender aos anseios nacional desenvolvimentistas. A tese de Cardoso, assim, termina por apontar empiricamente para a insustentabilidade desse projeto.

Compreendidas as limitações da burguesia industrial, Cardoso conclui a primeira edição de *Empresário Industrial...* questionando acerca da possibilidade de as classes operárias levarem adiante um projeto de modernização ou, do contrário, o Brasil seguiria num modelo de capitalismo limitado. “No limite a pergunta será então: subcapitalismo ou socialismo?” (CARDOSO, 1972a, P. 198).

Para verificar a viabilidade de uma revolução socialista levada adiante pelas classes populares seria necessário, contudo, verificar qual a visão de Cardoso acerca dessas classes. Não há, é certo, um esforço do autor em compreender de forma empírica o conjunto da sociedade tal e qual fizera com a burguesia. Ainda assim, é possível identificar em alguns poucos trabalhos como o autor compreendia o “proletariado”.

Em artigo publicado na Revista Brasiliense intitulado *Condições sociais da industrialização de São Paulo* (CARDOSO, 1960), Cardoso traz novamente a sua leitura acerca do modo impróprio pelo qual os negros foram inseridos na sociedade de classes. Compreende que a mão-de-obra industrial foi recrutada inicialmente principalmente entre os imigrantes e que “os antigos escravos não foram, em regra, aproveitados pela indústria nascente” uma vez que “a condição de homens juridicamente livres não alterou neles, naturalmente, mentalidade e os hábitos de escravos, que eram incompatíveis com o trabalho assalariado livre nas indústrias” (Idem, p. 42). Entre os anos 1940/1960, contudo, os ex-escravos passariam a ser incorporados na indústria – depois de longo período vivendo no “desregramento e na miséria”. Sua contribuição para a industrialização teria sido como “força de trabalho eventualmente disponível” ou como “símbolo do trabalho aviltado, para o barateamento da mão-de-obra” (Idem, p. 44).

No ano seguinte, Cardoso publicaria *Proletariado no Brasil: situação e comportamento social* também na *Revista Brasiliense*. Neste artigo, traduzido de dossiê organizado por Alain Touraine na *Sociologie du Travail*, busca identificar como as peculiaridades do sistema industrial brasileiro teriam reflexos no proletariado. Nesse contexto “não havia condições para o desenvolvimento de formas de agir tradicionalmente proletárias” e “a expectativa vivida pelas camadas operárias nos momentos da formação do sistema fabril não chegava a decantar formas de comportamento e consciência que pudessem definir de maneira estável a condição de proletário” (CARDOSO, 1961. p. 101).

As peculiaridades poderiam se explicar por uma dupla constituição do proletariado no Brasil. De um lado os trabalhadores brasileiros, oriundos do meio rural brasileiro. De outro, os imigrantes. Vejamos como o autor desenvolve esse argumento.

Segundo Cardoso, a camada de trabalhadores brasileiros, de maioria rural, sequer tinha o desejo de ascensão social e não tinha o intuito de “escapar da condição de operário” (CARDOSO, 1961, p. 104). Não sabiam como reivindicar melhorias, “dirigiam-se à diretoria exprimindo seus queixumes, antes implorando do que reivindicando” (Idem, p. 110-111). Faltar-lhes-ia tradição operária, constituindo uma massa inexperiente para a cidadania e para a luta operária. Suas reivindicações seriam pura violência, pura negação. A violência nesse contexto “não indica senão uma “consciência de revolta” que, em última análise, denuncia a intenção do ato heroico de negação absoluta da ordem industrial” (Idem, p. 111). A ação dos operários, identificada pelo roubo e destruição de máquinas, demonstraria a “incapacidade de compreensão dos mecanismos de manutenção da ordem capitalista industrial” e teria como consequência a “impossibilidade de reação organizada a ela” (Idem, p. 111). Todo esse contexto levaria a uma situação em que o operariado participa mais como “massa de manobra” do que como classe social consciente de seus interesses (Idem, p. 119).

O grupo composto por imigrantes, por sua vez, Cardoso diz que “o que caracterizava em geral a conduta desses trabalhadores, na medida em que eram imigrantes, era a vontade de ascensão social” (CARDOSO, 1961, p. 103-104). Dentre os imigrantes de origem urbana europeia identifica muitos, em especial entre italianos e espanhóis, “que transplantaram consigo para as Américas a experiência, o sentimento e os objetivos de grupos operários europeus politizados e inconformados com a

espoliação social imposta pelo capitalismo industrial” (Idem, p. 104). Seriam eles anarquistas, anarco-sindicalistas, sindicalistas, "carbonários" além de outras variantes do movimento operário europeu que tentavam “organizar o incipiente operariado brasileiro e fazê-lo reagir como camada social dotada de características próprias” (Idem, p. 105). Devido às condições estruturais colocadas, a ambição de ascensão social dos imigrantes encontrava possibilidades efetivas de mobilidade vertical no sistema industrial do país. A posse de uma técnica manual mais elaborada consistia em recurso que fazia possível um artesão hábil e trabalhador “tornar-se proprietário de uma pequena oficina e, quem sabe, com um pouco de audácia e sorte, ‘fazer a América’, transformando-se em industrial” (Idem, p. 104).

A mesma dualidade que se expressava na análise da burguesia, portanto, já havia sido traçada, embora de forma menos sistemática, por Cardoso nesses artigos acerca do proletariado. Pouco conhecidos, eles ajudam a explicar a frase que aparece de modo apressado em *Empresário Industrial...* ao afirmar a ausência de consciência de classe da burguesia, diz que “dá-se, pois, com a burguesia industrial, por motivos análogos, *a réplica do que ocorre com o proletariado*” (CARDOSO, 1972a, p. 166, grifo nosso). Em outra passagem semelhante diz que “da mesma forma que a inexistência de uma ‘tradição proletária’ dificulta a orientação do comportamento operário por valores compatíveis com a situação de classe, a origem não-industrial recente dos industriais brasileiros dificulta que se orientem como empresários e que atuem como classe” (Idem, p. 160).

Ainda assim, o proletariado, como se verá, era o único grupo da base da sociedade brasileira que teria em seu interior segmentos cuja ação era minimamente racional, mesmo que predominantemente sem tradição operária e sem consciência de classe. Ao se referir aos grupos não operários, sejam eles as massas urbanas ou o campesinato, fica ainda mais evidente a visão geral de Cardoso acerca da incapacidade de uma ação popular política e racionalmente orientada.

A questão “subcapitalismo ou socialismo?” que encerra *Empresário Industrial...* certamente não trazia consigo a crença na real possibilidade de uma revolução socialista levada adiante pelas forças populares. Já na segunda edição do livro, lançada em 1972, esse problema já seria trazido de modo mais claro.

O problema político que se colocava a partir da análise foi apenas sugerido: ‘no limite a pergunta será então, subcapitalismo ou socialismo? O

empresariado jogou o peso de sua influência em 1964 para tornar inviável a alternativa – *de resto ténue* – de um possível desenvolvimento socialista (CARDOSO, 1972a, p. 15, grifo nosso).

Assim, a formação patrimonial e escravista teria estabelecido as condições estruturais particulares em que se desenvolveu a industrialização brasileira. A burguesia emergente, sem projeto político claro, não veria problemas em se aliar a grupos tradicionais e não faria resistência à entrada do capital estrangeiro. Já o proletariado seria predominante débil, constituído em maior parte por brasileiros provenientes da escravidão e/ou do meio rural, sem capacidade para a cidadania e para a luta operária. Os imigrantes, mais adaptados à ordem industrial e capazes de ação racional, encontrariam facilidade para a ascensão social, o que reduziria seu potencial como tensionador desse sistema.

São essas, pois, as caracterizações de Cardoso acerca das estruturas políticas e sociais nacionais. Nesse contexto, o populismo aparece como elemento central para compreender sua interpretação sobre o processo político brasileiro dos anos 1950 e 1960 bem como os seus limites, resultando no golpe de 1964.

POPULISMO, UM PRODUTO DA DEBILIDADE

Nas obras anteriores já era possível identificar uma forte tentativa de Cardoso em empreender correlações entre sociologia, política e economia. Esse esforço ganharia maior fôlego em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Nesse trabalho, dá-se continuidade às reflexões empreendidas nas obras anteriores, buscando compreender não apenas a realidade brasileira, mas o contexto latino-americano de forma geral.

Há um esforço notável de compreender as diferentes realidades que caracterizam a região. Embora todos os países tivessem em comum a situação de dependência, essa situação se apresentaria com variações nacionais consideráveis. Inicialmente, o contexto do começo do século XX seria desde já um diferenciador importante, à medida em que haveria economias de enclave e outras em que o controle do processo produtivo estaria no âmbito da própria nação dependente. Apesar dessa tipologia inicial, em cada um desses casos, haveria diversas conformações específicas que seriam relevantes para compreender a situação de dependência. Em momento posterior, no contexto da segunda guerra mundial e do desenvolvimento industrial latino-americano, novamente cada um desses

países encontrariam cenários próprios, variando o volume de capital estrangeiro presente nesse processo, o protagonismo da burguesia nacional, a permeabilidade do Estado para a participação dos grupos burgueses e dos setores populares, dentre outros fatores.

Compreendida inicialmente essa gama de elementos presentes na obra, para os propósitos desta tese interessa especialmente analisar a leitura específica feita acerca da realidade brasileira. Por essa mesma razão, se tomou a liberdade de tratar as passagens da obra como sendo de autoria de Cardoso, ainda que se saiba que no conjunto do trabalho é fundamental também a contribuição de Faletto.

Escrito entre os anos de 1966 e 1967, *Dependência e Desenvolvimento...* reflete fortemente o contexto histórico de sua produção, já trazendo um importante esforço de compreensão dos processos políticos pelos quais o Brasil passava no imediato pós-64. Não há aqui ainda uma reflexão mais detalhada sobre o autoritarismo propriamente dito, a compreensão sobre os modos como opera o regime militar e os caminhos para a democratização. Esses temas, conforme indicamos, foram objeto de obras posteriores, notadamente *Autoritarismo e Democratização*. Mas há uma tentativa de compreender os processos que levaram à ruptura produzida pelo golpe.

O objetivo principal de Cardoso consiste em pensar “as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os polos hegemônicos do sistema capitalista” (CARDOSO, 1975b, p. 7). Essas condições e possibilidades de desenvolvimento são pensadas como projeção futura, mas não sem antes empreender uma análise histórica do período imediatamente anterior.

Cardoso (1975b, p. 13) aponta para a existência de certo otimismo no Brasil do início dos anos 1950 devido à presença de indústrias, mercado consumidor, divisas e fortes estímulos ao crescimento econômico. Esse conjunto de fatores levava à compreensão de que as condições para o desenvolvimento residiriam no interior de cada país. Ao final da mesma década, contudo, já se encontraria um cenário de estagnação relativa tomando conta da economia brasileira e esse seria ponto importante para compreender a passagem ao regime autoritário. Diante de tal cenário, apresenta como hipótese aquela que será a sua conclusão fundamental acerca do processo vivenciado no país:

Não terão sido os fatores inscritos na estrutura social brasileira, o jogo das forças políticas e sociais que atuaram na década "desenvolvimentista", os

responsáveis tanto do resultado favorável como da perda do impulso posterior do processo brasileiro de desenvolvimento? (CARDOSO, 1975b, p. 14)

Para comprovar tal hipótese, é feito um resgate do período de “expansão para fora”, isto é, período em que a economia se configuraria ainda como agrária exportadora e o poder se concentrava nas mãos de setores oligárquicos (período até 1930). Em seguida, trata-se do “período de transição” (período pós 1930) em que há o fortalecimento do mercado consumidor interno. Tal passagem é compreendida a partir da ação dos grupos militares, notadamente os tenentes, que levaram à substituição da antiga aliança oligárquico-capitalista por uma política centralista que embora respeitasse os interesses locais agroexportadores, formavam uma base econômica urbana que permitiu o surgimento da burguesia industrial (CARDOSO, 1975b, p. 67)

Apesar da burguesia industrial ter encontrado espaço para se desenvolver, um dos elementos centrais apontados por Cardoso, como já destacamos, diz respeito ao fato do processo vivenciado pelo Brasil – diferente da Argentina, por exemplo – não ter tido o domínio desse grupo empresarial, havendo ainda uma forte presença dos setores agroexportadores tradicionais. Além disso, o operariado urbano consistiria em apenas uma pequena parcela da população, sendo a maior parte dos grupos urbanos alheios a esse setor, além de outra parte significativa residir ainda no meio rural. Nesse sentido, haveria aqui um traço particular que caracterizaria a transição no país: “a debilidade da estrutura classista da situação social brasileira” (CARDOSO, 1975b, p. 63).

O diagnóstico da debilidade social emerge novamente como elemento fundamental para a compreensão dos processos políticos e econômicos vivenciados no país. É nesse contexto, pois, que se compreende o populismo. Embora sem grande precisão conceitual, é possível identificar que se trata de um termo usado pejorativamente para se referir ao pacto predominante no período pré-1964.

Pedro Lima (2017, p. 129) identifica em *Subdesenvolvimento e sociedade massas*, texto de Cardoso (1962), a gênese da concepção do populismo. A sua origem está na identificação de uma especificidade histórica na periferia. A inexistência das classes típicas da sociedade capitalista, notadamente a burguesia e o proletariado, impediriam também que se pudesse manter nos países desenvolvidos democracia representativa, partidos tipicamente de classes urbanas, sindicatos, etc (CARDOSO, 1962, p. 151).

Embora em *Dependência e Desenvolvimento...* não apareça esse esforço de conceituação, em linhas gerais é possível compreender o populismo como um modo de governar que tem como um de seus pressupostos fundamentais a existência de um corpo social *débil*, para seguir no termo empregado pelo autor. Tanto a burguesia como os setores populares em sua maioria são entendidos desse modo e esse é um pressuposto fundamental para que se compreenda a viabilidade das alianças políticas promovidas no período.

no Brasil o populismo aparece como o elo através do qual se vinculam as massas urbanas mobilizadas pela industrialização - ou expulsas do setor agrário como consequência de suas transformações ou de sua deterioração - ao novo esquema de poder; e converter-se-á na política de massas, que tratará de impulsionar a manutenção de um esquema de participação política relativamente limitado e baseado principalmente em uma débil estrutura sindical que não afetou as massas rurais nem o conjunto do setor popular urbano (CARDOSO, 1975b, p. 103).

Nesse modelo, o Estado teria assumido papel de destaque, sofrendo importante alteração: se no momento de “expansão para fora” ele atuava em favor dos interesses dos setores agroexportadores, nesse novo momento atuará para transferir renda do setor exportador para o setor interno, fomentando o mercado interno e criando projetos nacionais associados ao aço, petróleo e energia elétrica (CARDOSO, 1975b, p. 92-93).

A debilidade é fator indispensável nesse contexto pois, segundo o autor, o sistema de acumulação e de expansão da economia seria limitado e incapaz de suportar fortes pressões salariais provocadas pelos grupos sindicalizados, assim como também não seria possível incluir no arco dessa aliança os grupos camponeses. O apoio político dos “setores latifundiários baseia-se na manutenção de uma ordem que exclua a massa rural dos benefícios da participação econômica, política e social” (CARDOSO, 1975b, p. 105-6).

Ainda assim, esse apoio nunca teria se dado de modo irrestrito, sendo recorrentes os protestos dos setores exportadores com as práticas de controle e de taxas de câmbio que favoreciam os setores internos (CARDOSO, 1975b, p. 117). O limite dessa aliança, contudo, ficaria mais claro no governo João Goulart, de tal maneira que quando se tentou incluir a população rural no arco dessa aliança o que se viu não foi o seu reforço, mas o seu rompimento (CARDOSO, 1975b, p. 105-6).

Mas não é só o possível crescimento das pressões de setores populares e a insatisfação dos setores exportadores que poderiam levar o pacto a ruir. Mesmo entre os

grupos urbanos que se interessavam pela expansão do mercado interno à medida em que o setor industrial se expandia, a ineficiência estatal e o populismo se tornavam obstáculos aos seus interesses. A exigência crescente de aprimoramentos técnicos com o esgotamento do processo de substituição de importações exigiria maior acumulação e eficiência, levando o populismo e o nacionalismo a se tornarem padrões ultrapassados. No limite, chegar-se-ia à “impossibilidade de conciliar interesses já claramente contraditórios” (CARDOSO, 1975b, p. 107-8).

Algumas das conclusões observadas no estudo da burguesia feito em *Empresário Industrial e Desenvolvimento...* são retomadas em *Dependência e Desenvolvimento...* e funcionam como pano de fundo fundamental para a compreensão dos processos políticos do período. Trata-se da compreensão já antes abordada de que os grupos burgueses foram incapazes de liderar o processo de industrialização capitalista, sem impor ao conjunto do país uma política de tipo liberal, ficando em alguma medida refém do pacto nacional-populista.

Não é que não houvesse grupos privados de grande relevância nacional e internacional, mas sim que esses grupos tinham dificuldade de impor uma política de industrialização liberal. A industrialização adquirira força quando os grupos agroexportadores perdem o controle do Estado – mas o grupo que se impõe também não teria interesse em levar adiante um projeto de desenvolvimento de tipo liberal (CARDOSO, 1975b, p. 104).

A inexistente revolução burguesa brasileira permaneceria, pois, como elemento fundamental para compreender a ausência de liberalismo⁷⁹ e os problemas que daí decorrem no período “nacional-populista”. Se a industrialização de tipo liberal teria seus processos bem conhecidos, tendo oferecido às nações centrais a possibilidade de se tornarem desenvolvidas, o modelo populista brasileiro predominante até 1964 seria frágil, fruto de um conjunto de fatores que apenas momentaneamente se fizeram presentes e que inevitavelmente chegariam ao fim. Exposto o limite do processo de desenvolvimento autárquico, sustentado em forças estritamente nacionais, resta ainda a questão, portanto, de compreender melhor o caminho do desenvolvimento associado proposto por Cardoso.

⁷⁹ A ausência de liberalismo nesse caso está mais associada ao não protagonismo da burguesia no processo de industrialização, não guardando forte relação com a discussão inicial sobre a suposta inexistência de liberalismo no Brasil.

O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE E ASSOCIADO

Vimos até aqui como se deu a leitura de Cardoso acerca dos aspectos político, econômico e sociais brasileiros. Identificamos uma leitura bastante clara acerca do Estado – via de regra em tom crítico, compreendida a partir de suas formas pré-modernas de organização, notadamente o patrimonialismo. Igualmente se vê sua leitura da burguesia, entendida predominante como débil, seja em análises históricas, como aquelas feitas sobre o Brasil Meridional, seja nos estudos empíricos dos anos 1960. Por fim, é possível também ver uma leitura mais ampla de sociedade a partir da debilidade, que vai desde análises que não reconhecem o protagonismo dos sujeitos escravizados no processo de abolição até a ausência de consciência de classe do proletariado recém formado. Todos esses aspectos devem ser compreendidos de modo correlacionados em sua obra. A estrutura tradicional-patrimonial impede que floresça uma burguesia e um proletariado tipicamente modernos, razão pela qual se estrutura uma democracia e um modelo de desenvolvimento populista.

Suas análises, quando isoladamente pensadas, não dão grandes saltos analíticos. A interpretação do Estado patrimonial no Brasil possui longa tradição e encontrava na obra recém lançada de Raymundo Faoro importante ponto de interlocução. A leitura que apontava para a debilidade da burguesia trazia, é certo, maior robustez e riqueza empírica, mas também não consistia em análise tão distante assim do que Caio Prado Júnior e os demais teóricos marxistas da dependência apontavam. Por fim, desnecessário dizer que as interpretações acerca da apatia popular eram lugar comum do pensamento social brasileiro, assim como o populismo se tornava conceito central para compreender a política nacional⁸⁰ (WEFFORT, 1978; IANNI, 1968; 1989b). Qual seria, portanto, a contribuição fundamental da obra de Fernando Henrique Cardoso?

Cardoso teve como mérito produzir uma importante síntese de boa parte das análises produzidas nacionalmente até então e retomá-las em importante diálogo com vasta literatura internacional⁸¹. Mas todo esse esforço de síntese não seria suficiente para

⁸⁰ Todos esses pontos mereceriam esforços próprios de investigação: de que modo a leitura de Cardoso se aproxima e se distancia das leituras de Faoro acerca do Estado, como se assemelha à interpretação de Caio Prado Junior acerca da burguesia brasileira e também como sua compreensão do populismo guarda proximidades e diferenças em relação àquela apresentada nas obras de Octavio Ianni e Francisco Weffort. O detalhamento dessas investigações, contudo, foge aos propósitos desta pesquisa.

⁸¹ A base teórica inclui um amplo rol de autores que vai de Marx a Weber, passando por Gramsci, Lukács, Schumpeter, dentre tantos outros.

alçá-lo a espaço de tamanho destaque se não fosse capaz de oferecer também um caminho, um projeto de desenvolvimento. Aqui, pois, emerge como elemento fundamental de sua obra a solução apresentada especialmente em *Dependência e Desenvolvimento...* e que seguiu sendo o eixo central de suas argumentações posteriores: a compreensão de que o desenvolvimento autárquico seria inviável, mas que haveria uma nova tendência mundial de internacionalização dos mercados que abriria espaço para o desenvolvimento mesmo em situação de dependência, agora ressignificada.

Desde *Empresário Industrial...* já era possível perceber o esboço dessa construção, especialmente quando o autor percebia a tendência progressiva da burguesia ver com bons olhos os investimentos estrangeiros. Indicava que o crescimento industrial forçaria as alianças de grupos brasileiros com outros internacionais e que haveria uma tendência de as diferenças ideológicas entre grupos de indústrias desaparecerem “em nome da condição comum de *capitalista*” (CARDOSO, 1972a, p. 173).

Em outras passagens em que se analisa o período nacional-populista também já se via o diagnóstico de que em meio aos limites e impasses da aliança varguista, Juscelino Kubitschek (JK) teria sido responsável por encontrar um caminho capaz de promover desenvolvimento mesmo com a instabilidade política. Em meio a uma conjuntura desfavorável para o café, esboçou-se uma política de capitalização mediante recursos externos, o que permitiu diminuir a pressão inflacionária e atender demandas de determinados grupos urbanos, estimulando também o setor industrial, já associado ao capital estrangeiro, sem comprometer os setores exportadores. Segundo Cardoso, nesse período “pôde então haver desenvolvimento a despeito da instabilidade política” (CARDOSO, 1975b, p. 117).

Importante destacar que não há construção romantizada do processo de abertura econômica. O autor não entende esse processo como solução para todos os problemas. Se, por um lado, acredita-se que de fato ela poderá ser efetiva, as razões para a defesa desse sistema assumem um sentido bastante pragmático à medida em que se sustenta na ideia de que *não há outro projeto de desenvolvimento possível*. Não apenas o pacto nacional-populista teria demonstrado suas limitações como também ele representaria um processo sem volta. Caminhos que estiveram à disposição de outros países, sejam eles

socialistas, como Cuba e China, sejam eles capitalistas, como o Japão, já não seriam mais opções viáveis para o Brasil⁸².

A tendência identificada na própria burguesia e a prática seguida excepcionalmente no governo JK indicavam um caminho possível que parecia reforçado pela tendência mundial dos mercados, bem como pela impossibilidade de outros modelos de desenvolvimento.

Nessas circunstâncias - de crise política do sistema quando não se pode impor uma política econômica de investimentos públicos e privados para manter o desenvolvimento - *as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes*, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo. O exame de algumas delas, quando feito dentro do marco da estrutura política vigente, põe de manifesto sua falta de viabilidade (CARDOSO, 1975b, p. 120, grifo nosso).

Aqui parece importante retomar a concepção de desenvolvimento presente na obra de Cardoso. Embora reconheça que esse modelo associado vá “intensificar o padrão de sistema social excludente que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas”, argumenta que “nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente”. Para o autor, esta seria “a forma que o capitalismo industrial adota[ria] no contexto de uma situação de dependência” (CARDOSO, 1975b, p. 124). Embora se aponte para os impactos políticos e sociais desse processo, não restam dúvidas de que desenvolvimento aparece em sua obra fortemente atrelado à dimensão econômica.

Apontar o caminho do desenvolvimento associado por meio de uma visão pragmática permite a Cardoso apontar os limites desse processo sem que isso fragilize seu argumento. Mesmo que essa forma do capitalismo dependente intensifique a desigualdade, este seria um traço inescapável aos países periféricos. Do mesmo modo, o autor aponta para a permanência da situação de dependência. Não se trata de abordagem que reduza o novo contexto internacional a uma completa interdependência, como

⁸² O que Cardoso busca demonstrar é que um outro modelo de desenvolvimento seria possível sobre condições muito específicas, com bases políticas e sociais próprias das nações. Assim, na URSS e na China foi possível a adoção de modelo mais autônomo à medida em que se optou, desde o princípio, por um maior fechamento de mercado e até mesmo por um regime mais autoritário. Na América Latina e, no Brasil, em especial, ao se optar por um sistema de mercado, ainda que com considerável intermediação do Estado, se vinculou o desenvolvimento às leis universais de mercado, de tal maneira que se tornava insustentável mantê-lo em termos estritamente nacionais (CARDOSO, 1975b, p. 128-30).

sustenta Roberta Traspadini (2014). Ao contrário, Cardoso reconhece que o fluxo de capitais e o controle das decisões seguirão passando pelo exterior; que as decisões de investimento dependem de decisões e pressões externas; que as decisões das matrizes seguirão influenciando sobre a reinversão dos lucros gerados na economia dependente (CARDOSO, 1975b, p. 126). Há também o reconhecimento de que o espaço obtido pelas empresas dos países centrais na periferia não se daria em condições iguais em sentido contrário. Esses e outros aspectos reforçariam o caráter dependente e fazem lembrar o modelo anterior de dependência.

Dependente, desigual e bastante precário, mas ainda assim defensável – eis o que se vê na obra de Cardoso sustentado sob sua análise das limitações de quaisquer outros projetos de desenvolvimento e também amparado na compreensão do novo caráter da dependência. Argumenta-se que a inserção das economias industriais periféricas no mercado mundial não se dará nos moldes que ocorria no estágio agrário-exportador. Nesse sentido, ainda que seguir dependente seja um caminho inevitável, a dependência agora assumiria um novo caráter em que uma das suas especificidades seria que os "interesses externos" radicariam cada vez mais no setor de produção para o próprio mercado interno (CARDOSO, 1975b, p. 141). E, nessa situação, haveria transformações desejáveis a serem obtidas a partir da associação aos capitais estrangeiros, dentre elas:

a) um elevado grau de diversificação da economia; b) saída de excedentes relativamente reduzida (para garantir os reinvestimentos, especialmente no setor de bens de capital); c) mão-de-obra especializada e desenvolvimento do setor terciário e, portanto, distribuição relativamente mais equilibrada da renda no setor urbano-industrial; d) e, como consequência, um mercado interno capaz de absorver a produção (CARDOSO, 1975b, p. 127).

A maior abertura ao capital estrangeiro levaria à transição de um “Estado-populista” a um “Estado-empresarial” (CARDOSO, 1975b, p. 131-132). A burguesia mais moderna teria novos estímulos para se modernizar. E com a dinamização do mercado de trabalho, progressivamente caminharia rumo à formação de uma sociedade civil ativa. Ou seja, a partir do projeto de desenvolvimento associado iria se consumir um amplo processo de modernização envolvendo Estado e Sociedade. As forças modernizadoras, como se vê, repousam não apenas na esfera do mercado, mas também, e essencialmente, fora do âmbito nacional – exceção feita àquelas que predominam em São Paulo.

Cardoso identifica esse processo de abertura econômica sendo conduzido pela equipe econômica do governo civil-militar desde a gestão de Roberto Campos, durante o governo Costa e Silva. Embora a liderança não fosse exercida diretamente pela burguesia, mas por setores burocráticos, especialmente aqueles vinculados às Forças Armadas, criavam-se mecanismos para permitir que os grandes grupos burgueses, especialmente vinculados ao capital estrangeiro, pudessem também ter influência sob o governo, ainda que por modos não liberais, os já mencionados “anéis burocráticos” (CARDOSO, 1975a, p. 206).

Fugindo das “polêmicas” conceituais em torno dos termos “golpe” ou “revolução”, Cardoso mantém o tom analítico habitual ao falar sobre o período civil-militar, deixando em segundo plano o tom de denúncia – o que não deixa de ser algo bastante revelador. Nessa esteira, empreende críticas ao modo pelo qual se conduziu a política brasileira daquele período, apontando em *O Modelo Político Brasileiro* o caráter politicamente reacionário dos governos civis-militares. Nem por isso, entretanto, deixa de apontar para o acerto na condução da economia. Em análise que busca dissociar as dimensões política e econômica do regime civil-militar, identifica

uma rearticulação política que se baseia em alterações no modelo social e econômico de desenvolvimento que prevalecia anteriormente. Neste sentido, não fosse para evitar a confusão semântica e a manipulação política óbvia que ela permite, seria mais correto dizer que *o golpe de 64 acabou por ter consequências revolucionárias no plano econômico* (CARDOSO, 1993a, p. 52-3, grifo nosso).

A proposição de Cardoso, é importante ressaltar, buscava se contrapor a algumas interpretações do período, especialmente de Celso Furtado (cf. ROSA, 2022), que viam na ditadura o retorno a um cenário anterior, de uma economia agrária. Nesse sentido, é acertada sua percepção quanto às novas dinâmicas que se impunham naquele contexto e à forma diversa com que a inserção do capital nacional e estrangeiro se relacionavam nesse novo momento. Sua leitura acerca do inevitável caminho rumo a uma abertura econômica e ao desenvolvimento associado, contudo, termina por produzir um cenário bastante inusitado que é a crítica ao modelo político ao mesmo tempo em que se empreende o elogio à política econômica.

À medida em que estrutura a crítica ao regime militar nesses termos, vai se tornando clara a visão de Cardoso acerca do futuro: busca-se um modelo de democracia construída a partir da liberalização da economia, em curso, mas também da política.

Identifica-se na nova dinâmica dos mercados globais uma saída alternativa à dualidade original e retoricamente apresentada em *Empresário Industrial...*, “subcapitalismo ou socialismo”. Assim, ao produzir essa leitura e promover a defesa do desenvolvimento associado, Cardoso rompia em definitivo com qualquer vinculação que ainda pudesse restar em relação aos teóricos marxistas da dependência.

Para os teóricos marxistas da dependência, dentre os quais se destacam Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank e Vânia Bambirra, a dependência era, pois, compreendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, o que significava dizer que as estruturas internas se explicavam em decorrência da estrutura internacionalmente estabelecida (OTONI, 2011). Dado o cenário mais geral de troca desigual no comércio mundial, originalmente identificado na relação entre economias agrárias e industrializadas e, depois, atualizado para a relação entre economias industrializadas com diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico, seria necessário encontrar formas para que a competição econômica pudesse se dar mesmo em situação de atraso tecnológico.

Os regimes militares da América Latina estariam inseridos, pois, nesse contexto mais amplo e seriam explicados pela necessidade da superexploração do trabalho e da sub-remuneração. O governo autoritário teria como finalidade impedir a organização de trabalhadores e a eclosão de movimentos grevistas. Assim as economias dependentes, mesmo com atraso tecnológico, conseguiriam competir com as economias centrais. Tratar-se-ia de uma atualização da dependência no momento industrial, mantendo-se o cenário geral de transferência de valor da periferia para o centro do sistema capitalista. Diante disso, restaria como alternativa ou a permanência em um “fascismo dependente” ou a ruptura revolucionária rumo a um regime socialista (SANTOS, 1972).

Em Cardoso, como se viu, a construção se dá em sentido inverso. A dependência teria caráter menos determinístico, de tal forma que as estruturas internas dos países teriam importância na compreensão do processo. Há uma compreensão, nos dizeres de Bianchi, de que “a inserção no mercado internacional produziria vínculos ‘de tipo normal’ entre economias modernas, presumindo uma interdependência que não implicaria em transferência de valor” (BIANCHI, 2010, P. 192). Cardoso (1972b, p.31-32) considerava que a força de trabalho seria determinante em outro momento na história, mas em função da introdução crescente de tecnologia seria agora a concorrência entre os capitalistas e a

introdução de novas tecnologias os elementos que garantiriam o dinamismo do sistema, não mais, portanto, o custo da mão de obra. Na origem do regime, reconhece que o processo de acumulação necessitava da prévia desarticulação dos instrumentos de pressão e defesa dos interesses dos trabalhadores – processo esse que levou à transferência do controle político às forças armadas (Idem, p. 55). Mas, passado esse estágio inicial, a sub-remuneração, argumenta em texto em coautoria com Serra (CARDOSO e SERRA, 1978), seria melhor explicada pela debilidade sindical do que pela própria dinâmica do regime⁸³.

A referida debilidade sindical explicaria as diferenças do efeito da produtividade no centro e na periferia. Enquanto no centro a produtividade resultaria em manutenção dos preços dos produtos e aumento dos salários, na periferia o efeito seria a queda do preço e a manutenção do salário. Assim, Serra e Cardoso (1978) explicavam os processos não a partir de um condicionante externo, mas associado à debilidade nacionalmente percebida.

Em síntese, o modelo dependente-associado permitiria maior dinamismo, crescimento econômico e mobilidade social, pelo menos no setor urbano-industrial da sociedade. Reconhece que provocaria atrito entre as classes, seria “marginalizador” e seus efeitos não impediriam as desigualdades, concentrando rendas e aumentando a miséria relativa. Tudo isto, porém, seria associável à forma capitalista de acumulação e desenvolvimento, em geral, e não à sua expressão “burocrático-repressiva”, nem tampouco seria uma especificidade da sua forma dependente-associada (CARDOSO, 1972b, p. 65). Trata-se, pois, nos dizeres de Lehmann (1986, p. 33), da compreensão de que “o capitalismo dependente também poderia constituir um processo dinâmico de desenvolvimento, e que suas características de desigualdade e injustiça não justificavam a negação dessa tese”.

Há, como indicamos anteriormente, um problema conceitual que perpassa esse debate. Cardoso esclarece que ao falar em desenvolvimento se refere à existência de acumulação e, portanto, “expansão econômica capitalista real”. Reconhece que esse processo “não equivale a melhoria geral e igualitária do nível de vida”, mas percebe uma

⁸³ O debate prossegue e Ruy Mauro Marini responde que Serra e Cardoso se recusam a reconhecer a superexploração que sofrem os trabalhadores brasileiros, não apenas supondo que a superexploração seria um efeito casual da luta de classes, sobre o qual o capital não teria maiores responsabilidades, como também atribuiriam a responsabilidade de sua superexploração aos próprios operários (cf. MARINI, 1978, p. 29).

“acomodação prevalecente na forma de organização e de controle econômico” em que haveria espaço também para os capitais locais e estatais se expandirem (CARDOSO, 1975b, p. 16). A dimensão excessivamente econômica do desenvolvimento, desconectado de aspectos sociais e ambientais, tornou possível não só falar em desenvolvimento e dependência, mas também em *desenvolvimento e desigualdade*, sem que isso fosse visto como um empecilho para a democracia. Ao contrário, sua compreensão acerca da transição democrática decorre desses processos: projetava-se que a sociedade industrial de massas criaria demandas complexas ao sistema econômico que o tensionaria. Aos poucos, setores importantes – trabalhadores, funcionários públicos, estudantes – pressionariam pela mudança do regime (CARDOSO, 1975a, p. 220), evidenciando a incompatibilidade entre o regime político e a nova dinâmica econômica e social global.

Esse processo, contudo, seria lento. A longa formação patrimonial brasileira, como vimos, faria com que o Estado assumisse aqui a função de garantidor de todos, entendidos sempre coletivamente, como nação, e não dos indivíduos, como na tradição anglo-saxônica. Esse histórico levaria ao autoritarismo à medida em que esse Estado se colocaria acima das classes e agiria em nome delas sem ser democraticamente constituído por elas (CARDOSO, 1975a, p. 176). Reforçando o entendimento de Lamounier acerca da importância de se superar a “ideologia de Estado”, apontava para a importância de se ir “tecendo os fios da sociedade civil de tal forma que ela possa expressar-se na ordem política e possa contrabalançar o Estado, tornando-se parte da realidade política da Nação” (Idem, p. 239).

Como se vê, a própria noção de democratização aparece como algo a ser conquistado contra o Estado e, em grande medida, em decorrência do processo de desenvolvimento econômico. Concordamos, nesse sentido com as afirmações de Pedro Otoni (2011, p. 131), para quem a democracia em Cardoso estaria associada à criação de contrapesos às tendências burocráticas, e com Marcelo Dulci, que identificava no projeto político de Cardoso tendências “antinacionalistas e anti-Estado”, ao mesmo tempo em que era democrático, compreendendo a democracia como a “autonomia dos interesses privados organizados na sociedade civil e no mercado” (DULCI, 2010, p. 32).

CONCLUSÃO

A crítica ao Estado, a defesa do mercado (especialmente o internacional) como força modernizadora, a dissociação das dimensões política e econômica bem como a defesa de um projeto de desenvolvimento associado são alguns dos elementos que estão na base do pensamento de Cardoso. Suas construções assumiram grande importância, ditando os rumos do debate sobre desenvolvimento, dependência, democracia e autoritarismo no Brasil. Não por outra razão, Milton Lahuerta (1999; 2001) inclui Cardoso no rol daqueles que, após a criação do CEBRAP, alcançaram o status de *intelectuais que dirigiam intelectuais*. O livro lançado no cinquentenário do CEBRAP também reforça essa centralidade (cf. FIORE e DOLHNIKOF, 2021).

Marcelo Moreira atesta que Cardoso criou um modo de falar da democracia no país, “associando-a a necessidade de modernização do Estado brasileiro e ao fortalecimento da sociedade civil” (MOREIRA, 2013, p. 280). Essa linguagem se estabelece a partir da oposição clara entre Estado e sociedade civil, o que é próprio da tradição do liberalismo (MOREIRA, 2013, p. 320). Seu pensamento, e depois seu projeto político propriamente, apontava para a importância de uma refundação liberal do Estado no Brasil (COLEN, 2001) sustentando-se na crítica ao patrimonialismo, ao populismo e também na compreensão da lógica da economia globalizada.

A construção do liberal FHC passa, como ocorria em outros pensadores dessa mesma linhagem, pela crítica à Vargas (CARVALHO, 2022), muito especialmente no que diz respeito ao modelo de Estado e de desenvolvimento fundado por ele no Brasil. Pragmaticamente, contudo, desenvolve sua crítica a partir da identificação de uma nova dinâmica dos mercados, razão principal que o distancia das tradições liberais anteriores. Há inclusive críticas importantes aos liberais do pré-1964 e o modo como recorrem convenientemente a alianças com grupos militares quando lhes convém.

Foram muitos os fatores que levaram a um certo predomínio da leitura de Cardoso. É certo que as condições político-sociais lhe foram favoráveis, como indica Wasserman (2017) ao compará-lo com os demais teóricos marxistas da dependência. A capacidade de compreender as novas dinâmicas dos mercados mundiais e a acertada constatação da possibilidade do desenvolvimento – ainda que em uma delimitação conceitual bastante restrita – *com* dependência também contribuíram para o fortalecimento das suas interpretações.

Seja como for, sua leitura ofereceu também uma possibilidade otimista quanto ao futuro. Goto (1998, p. 154) indica esse otimismo como chave de compreensão de Cardoso, de tal modo que haveria em sua obra uma noção de progresso, que não seria apenas econômico, mas também social, e que não se faria a despeito do capitalismo, mas por causa dele – “no mínimo, em virtude das forças produtivas que ele gera ou desenvolve”.

Em direção semelhante, mas em proposta interpretativa bem mais arriscada, José Carlos Reis compara Cardoso a Freyre, indicando como os dois autores ofereceram uma possibilidade de futuro que fugia ao ceticismo presente no pensamento que lhes era contemporâneo. Assim, se Freyre teria tornado a miscigenação motivo de exaltação e base de uma promessa de realização brasileira futura — o que era o mal do Brasil e o condenava tornava-se o seu bem e a razão da sua melhoria futura –, Cardoso teria feito da dependência, que era também o mal do Brasil em seu tempo, a base do seu desenvolvimento capitalista: “são obras otimistas que ressignificam o passado” (REIS, 2007).

Certamente, Cardoso não ficaria feliz com a comparação. Como apontamos em diversos momentos, e aqui há clara concordância com Beal (2015), talvez seja mais precisa a comparação com Sérgio Buarque de Holanda (BEAL, 2015), para quem também o otimismo se projetaria em um futuro (distante?) quando se daria a ativação da sociedade contra um Estado patrimonial. O otimismo do futuro, porém, contrasta com os diagnósticos que fazia da história e do tempo presente. Sem dúvida, a associação com o teórico paulista agradaria bastante a Cardoso, dado o tom elogioso que frequentemente dispense ao tratar da sua obra (CARDOSO, 2013). Tanto num, quanto noutro, emerge com força o diagnóstico que aponta para a incapacidade social brasileira para a modernidade.

Atribuindo os efeitos psicológicos à própria instituição da escravidão, ou denunciando a incapacidade da “intelectualidade” em propor alternativas e educar a massa, afirma-se a existência de um “vazio histórico”, de uma sociedade que não foi educada e tornada capaz de “reivindicar tanto pão como liberdades” (CARDOSO, 1972b, p. 82). Há, pois, em sua obra uma leitura reificadora da história política e social em que desde a abolição, entendida como produto da vitória dos capitalistas-industriais

manchesterianos, até a modernização, promovida pela força racionalizadora dos mercados estrangeiros, haveria no Brasil a persistente ‘debilidade’.

Mesmo em textos mais recentes, após ter sido Presidente e o Brasil ter vivenciado profundo processo de abertura econômica, o problema persistiria. É certo que no contexto do século XXI as análises das estruturas políticas e sociais se confundem com os interesses político-partidários mais imediatos, passando longe do rigor analítico que marcara o início de sua carreira acadêmica. De todo modo, o que se vê é uma espécie de futuro que nunca chega, uma atualização infundável de leituras que insistem na ideia de povo débil, cooptável, manipulável, e de um Estado populista, patrimonial, atrasado.

contemporaneamente o ‘estamento’, no caso mais civil do que militar, está cada vez mais presente. A amálgama entre partidos governantes e máquina pública dispõe de instrumentos de controle para cooptar tanto o setor empresarial (via crédito e concessões de vantagem várias) como os trabalhadores e as massas despossuídas (via benesses sindicais e transferências diretas de renda) (CARDOSO, 2013, p. 261).

A persistência do diagnóstico só faz reforçar que a debilidade reside mais na limitação do olhar do analista do que na realidade em si mesma. A persistência, contudo, não se limita à obra de Cardoso, havendo ainda muitas leituras que insistem nesses mesmos conceitos para compreender a realidade política brasileira do século XXI. Patrimonialismo, populismo e uma ampla compreensão da sociedade brasileira a partir da irracionalidade são fenômenos persistentes. Do mesmo modo, se a constatação da possibilidade da industrialização moderna em países como o Brasil, “baseada num mercado urbano restringido e excludente, mas dinâmico o suficiente para viabilizar a acumulação de capitais e garantir o crescimento econômico” (LAHUERTA, 1999, p. 119) foi um dos grandes méritos da obra de Cardoso, certamente a aceitação desse mesmo projeto como único caminho possível a ser seguido, a nosso juízo, segue sendo parte importante da crise brasileira.

Nesse sentido, o retorno à obra de Cardoso parece especialmente relevante. Levando em conta a robusta articulação teórica, o alcance de suas ideias, as novas tendências mundialmente identificadas e o poder político exercido de fato por Fernando Henrique Cardoso (CARVALHO, 2021), parece possível pensar que há em sua trajetória uma rearticulação do pensamento liberal no Brasil. Trata-se de um projeto de liberalismo democrático progressista e cosmopolita, dentro dos limites que o próprio liberalismo permite compreender todas essas dimensões. Dito de outro modo, o caráter democrático,

progressista e cosmopolita do seu pensamento aparece limitado pelo entendimento liberal que lhe é fundante.

Nos anos 1960/70, o desenvolvimento dependente se apresentou como um horizonte possível para as nações periféricas, superando, portanto, a dicotomia entre “socialismo ou fascismo” que estava colocado por parte da intelectualidade. Hoje, esse mesmo projeto de desenvolvimento associado parece já ter demonstrado com clareza suas limitações. Não mais o populismo, a apatia popular ou o patrimonialismo parecem ser os problemas fundamentais que explicam os problemas do tempo presente, mas fundamentalmente aqueles que emergiram da adoção de um projeto de desenvolvimento associado, notadamente o aprofundamento da desigualdade, a manutenção de importantes segmentos sociais excluídos dos benefícios mais básicos desse ‘desenvolvimento’, bem como o controle dos processos políticos via um robusto e importante aparato institucional, capaz, contudo, de compreender a participação popular apenas de forma esporádica e pontual.

CAPÍTULO 5 – (RE)PENSAR A LEITURA DA SOCIEDADE NO SÉCULO XXI

*Falo querendo entender, canto para espalhar o saber
e fazer você perceber
Que há sempre um mundo, apesar de já começado,
há sempre um mundo pra gente fazer
Um mundo não acabado*
Emicida | Elisa Lucinda

Finalizamos, pois, a análise de três autores, representantes de distintas tradições do Pensamento Político e Social Brasileiro. Buscamos identificar como em cada um daqueles autores havia uma concepção de povo atravessada pela noção de apatia popular e como essa noção possuía também implicações distintas. Para Oliveira Viana, a apatia se deve a particularidades da formação política e social brasileira que não podem ser compreendidas dissociadas de sua perspectiva conservadora e racista. A solução desenhada pelo autor passa por propostas eugenistas, corporativistas e autoritárias. Para Caio Prado Júnior, a explicação se daria não por uma inferioridade racial, mas sim cultural de povos indígenas e africanos. Essa compreensão, inserida em sua preocupação em adaptar o marxismo às condições nacionais, terminaria por lhe afastar da defesa de uma revolução socialista no Brasil. Por fim, em Fernando Henrique Cardoso o diagnóstico da incapacidade popular emerge como produto das estruturas. O patrimonialismo, a escravidão e o racismo teriam produzido um povo débil. A superação desses dilemas se daria sobretudo a partir do desenvolvimento econômico que só poderia se dar de forma associada ao capital internacional.

Dando continuidade ao debate acerca dessas construções sobre o povo no pensamento brasileiro, propõe-se aqui uma análise que busca ir além das especificidades de cada autor, extrapolando, pois, os termos de cada um dos capítulos. Tendo compreendido em suas variações a ampla convergência em torno desse diagnóstico, buscamos pensar as implicações dessas construções para pensar a realidade político-social brasileira.

Na primeira parte do capítulo, busca-se relacionar o diagnóstico da apatia popular com o debate acerca da escravidão e da modernidade no Brasil. Procuramos demonstrar como esse modo de compreender o Brasil segue atravessando obras tão recentes quanto

divergentes como as de Alberto Carlos Almeida e Jessé Souza. A breve discussão com esses autores pretende indicar a persistência e, por isso mesmo, importância desse debate ainda hoje.

Na segunda parte do capítulo, buscamos resgatar as contribuições da historiografia nas últimas décadas para superar o diagnóstico da incapacidade popular. Em outros termos, buscamos apontar como se passou do *paradigma da ausência* para o *paradigma da agência*. A partir dessa constatação, avaliam-se os impactos dessas mudanças para pensar acerca do político.

Na terceira parte, apontamos para a necessidade de extrapolar os argumentos apresentados na parte 2 para compreender os modos de ação política. Para além das ações convencionais, atreladas de alguma forma à institucionalidade, buscamos apontar outras gramáticas que atravessaram os modos de organização dos subalternos no Brasil.

APATIA POPULAR, ESCRAVIDÃO E MODERNIZAÇÃO

A partir da análise do conjunto dos autores, emerge aqui um primeiro aspecto que se pretende explorar, qual seja, as conexões entre o diagnóstico da incapacidade popular e o racismo estrutural entre nós. Em sua obra *Racismo Estrutural*, Silvio Almeida aponta as diferentes formas pela qual o racismo se expressa em diferentes esferas como a economia, o direito e a política. O autor demonstra como as revoluções ocorridas na Inglaterra, nos Estados Unidos da América e na França são momentos fundadores da moderna civilização ocidental, ao mesmo tempo em que a Revolução Haitiana e o Colonialismo funcionam como uma espécie de sombra, indicando que a tal *civilização* não era algo pensado para todos. A criação da raça emerge, pois, como forma de resolver essa contradição, permitindo a “desumanização” de alguns. Indo de Hegel a Nina Rodrigues, Almeida aponta como é essa criação que ainda hoje autoriza a violência, o genocídio, a tortura e as diversas discriminações (ALMEIDA, 2019).

Essa construção fundante da modernidade se manifestaria de formas diversas, levando Almeida a apontar a existência de três formas de compreender o racismo. A primeira delas é o racismo individual, em que se entende o racismo como patologia individual de um sujeito. A segunda consiste na concepção institucional, entendendo que o racismo não é apenas fruto da dimensão individual, comportamental, mas também

explicado pelo fato de as instituições serem hegemônicas por grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses. Com isso, o autor estabelece uma importante separação entre o racismo individual, que corresponde a ‘indivíduos brancos agindo contra indivíduos negros’, e o racismo institucional, que se manifesta nos atos de toda a comunidade branca contra a comunidade negra (ALMEIDA, 2019, p. 29).

É a compreensão do racismo institucional que permite que Hamilton e Malcolm X identifiquem a existência de uma versão peculiar do colonialismo no interior dos Estados Unidos da América. A discussão acerca do racismo, contudo, ganha maior riqueza quando se observa o seu componente estrutural. Trata-se de compreender que o racismo institucional encontra eco no conjunto da sociedade. Assim, Almeida aponta que o racismo é decorrente da própria estrutura social, do modo como se constituem todas as relações (políticas, econômicas, jurídicas, até familiares). Sendo assim, não é fruto de uma patologia individual e nem mesmo de um desajuste institucional. Ao contrário, a instituição reproduz um problema maior que lhe antecede (ALMEIDA, 2019, p. 31).

Compreendendo a sua origem moderna e o seu enraizamento às dinâmicas sociais, parece possível dar um passo além e compreender que o racismo estrutural também atravessou a intelectualidade brasileira, não ficando a sua expressão restrita a autores explicitamente racistas como Oliveira Vianna, que fora objeto de análise desta tese (cf. Capítulo 2), ou Nina Rodrigues e Silvio Romero, citados pelo próprio Silvio Almeida. Esse, aliás, é um recorte predominante na intelectualidade brasileira: vários dos autores do final do século XIX e início do século XX são percebidos como racistas; Gilberto Freyre é alvo de intensa controvérsia e, a partir daí, a sociologia brasileira, especialmente aquela que se desenvolve na USP, passa a ser vista de outra forma, tomada como referência para pensar a superação daquela abordagem.

Os capítulos anteriores dessa tese, porém, oferecem elementos importantes para essa reflexão. Assim como passos importantes foram dados no sentido de superar as teorias eugenistas do início do século, é igualmente verdadeiro que há ecos importantes desse racismo nas obras posteriores. Uma vez mais: não se trata de jogar fora obras que trouxeram contribuições importantes – o próprio resgate dos autores empreendido em toda esta tese, aliás, reforça esse ponto. Reconhecer passos em relação a entendimentos anteriores e contribuições que seguem atuais não deve, porém, fazer com que se ignorem

os limites dessas mesmas obras para uma compreensão desvinculada do enquadramento racista que atravessa a formação político-social brasileira.

Como se buscou apontar, um certo entendimento desse processo formativo brasileiro levou os autores, não só Oliveira Vianna, mas também Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso, a leituras reificadoras acerca das populações negras no país. Especialmente por se tratar de autores empenhados no diagnóstico da realidade orgânica, suas compreensões do processo histórico não podem ser dissociadas das análises e propostas feitas por eles em seu próprio tempo. Suas proposições acabam por buscar compreender a realidade e oferecer caminhos para o desenvolvimento nacional a partir desse enquadramento.

Para Viana, a compreensão biologizante já determina *a priori* a impossibilidade de qualquer projeto civilizacional a partir de uma base social profundamente negra e mestiça. Caio Prado e Fernando Henrique não partem dessa mesma premissa, mas identificam na instituição da escravidão força tão grande que retira desses sujeitos qualquer traço de humanidade, terminando por produzir conclusões igualmente problemáticas que sequer reconhecem as lutas empreendidas por negros pela própria liberdade. Nesse sentido, é remota a possibilidade que essa intelectualidade reconheça nesses sujeitos agentes fundamentais na construção de um projeto político nacional.

Compreendendo que as categorias de raça e classe são conceitos historicamente imbricados, ou que “raça informa classe”, para usar os termos de Djamila Ribeiro (2016), é preciso conectar as grandes interpretações sobre os processos de formação social brasileiro, e especialmente as análises acerca do negro e da escravidão, às leituras sobre os processos político-sociais e os projetos políticos ensejados por eles. Acreditamos ser possível *compreender a temática racial como um palimpsesto* que, embora rasurado e reescrito, não deixa de estar presente no novo texto que emerge.

Não se trata de resumir os autores ao racismo. Conforme tratamos, apenas a obra de Oliveira Viana tem no racismo um traço organizador fundamental do seu pensamento. Mas, se é verdade que autores como Caio Prado e Fernando Henrique deram alguns passos para superar uma versão biologizante do racismo, é fundamental compreender também que, no limite, a leitura da apatia social inscrita em suas obras é também elemento resultante e produtor de um racismo persistente entre nós. Ao mesmo tempo em que

trouxeram contribuições importantes para superar aspectos que eram hegemônicos em seu tempo, também reforçaram outros padrões e ofereceram caminhos a eles vinculados.

Tanto pior os efeitos quanto mais influentes esses pensamentos e, em especial, quanto mais foram capazes de influenciar gerações, projetos políticos e governos. Em diferentes campos e momentos da história nacional, Oliveira Viana, Caio Prado e Fernando Henrique foram profundamente influentes, constituindo modos de compreender o Brasil que em maior ou menor grau motivaram a formação de movimentos políticos, partidos e se expressaram de alguma forma no aparato institucional. Não se evoca aqui a transposição pura e simples das ideias para o mundo real, mas apenas se indica que essas construções assumem influência tal que não é possível negligenciar seus impactos.

Nesse sentido, e para concluir o argumento, parece possível acrescentar um ponto mais à teoria do racismo estrutural. Concordamos com Silvio Almeida quando aponta que as construções raciais atravessam desde o princípio a sociabilidade moderna, seja no acesso a recursos, na violência e no controle dos corpos, ou em seus ecos no Direito, na Economia e no Estado. Acreditamos, contudo, que a análise aqui empreendida acerca da persistência do diagnóstico da incapacidade popular no pensamento político brasileiro e seus impactos nas formulações de projetos políticos abrem caminho para pensar a expressão desse mesmo racismo na intelectualidade e na imaginação política. Assim, o debate em temas tão importantes como a democracia e o desenvolvimento se viram limitados em suas trajetórias pelas bases de fundo racista em que assentaram suas análises. Está posto, pois, o desafio nada simples de pensar caminhos para o país a partir de bases não apenas “não racistas”, mas assumidamente “antirracistas”.

Duas questões podem emergir neste ponto. A primeira diz respeito à relevância de pensar esse tema no atual contexto, dado o enfoque em pensadores cuja produção teórica se estruturou no século XX. Nesse sentido, pretendo dialogar e apontar como as leituras e comportamentos associados à ideia de debilidade persistem. A segunda pergunta, por sua vez, apontaria para o caminho rigorosamente oposto: não seria correto o diagnóstico, havendo de fato uma apatia social incomum entre nós? Tratarei de responder a essas duas questões na sequência.

Apatia popular no século XXI

Nesta seção pretendemos identificar algumas das formas pelas quais se reproduz ainda hoje a interpretação da apatia social. Quem acompanhou o debate político do começo do século XXI no Brasil certamente se acostumou com diversas expressões depreciativas acerca do povo: é ele que vota com a barriga; é ele que é comprado por qualquer programa de distribuição de renda; é ele que vai a manifestações em troca de um ‘pão com mortadela’ ou que é o ‘gado’ que age irrefletidamente. Enfim, há inúmeras expressões cotidianas que reforçam um tom pejorativo e desconfiado em relação às decisões populares. Tais compreensões não se restringem, contudo, ao debate político do dia-a-dia, sendo possível perceber determinados setores do próprio aparato estatal atribuindo a si mesmo uma função de tutela da sociedade. É o que José Murilo de Carvalho denomina de *República Tutelada* (CARVALHO, 2019).

Não é de hoje, contudo, que esse processo se dá. Desde o período monárquico há um debate instaurado sobre quem deve ser o “guardião” da constituição, espaço que fora reivindicado pelo Poder Moderador, pelas Forças Armadas e pelo próprio STF que, embora seja formalmente quem dá a última palavra acerca da interpretação do texto constitucional, tem como papel fundamental não a tutela da sociedade, mas sim a importante missão de defender a Constituição como um âmbito que não é passível de ser apropriado por ninguém e que precisa se manter aberto às reivindicações sociais (REPOLES, 2008, p. 101-102).

No período da ditadura civil-militar esse discurso serviu como legitimação para a instauração do regime autoritário, contando inclusive com apoio teórico de nomes que apontavam justamente para a imaturidade popular para a democracia (cf. FERREIRA FILHO, 1972). O resultado desse processo, como se sabe, passou longe de qualquer preservação da sociedade, mas sim serviu de justificativa para práticas profundamente violentas que configuraram um processo de “tutela às avessas”, cujas principais vítimas foram justamente os povos subalternizados, muito especialmente os povos indígenas (ALMEIDA e NOTZOLD, 2014).

Mais recentemente, o poder judiciário se atribuiu esse papel, seja por meio do próprio Supremo Tribunal Federal (STF), seja por meio de ações mais ou menos organizadas de juízes, procuradores e/ou desembargadores da qual a *Operação Lava Jato* é certamente a experiência recente mais bem elaborada. Na prática político-institucional,

pois, o que se vê são inúmeras tentativas de apropriação desse lugar de “tutela” da sociedade sendo exercida por diferentes sujeitos e instituições. Nesse sentido, há um campo amplo aqui propício para investigação.

Contudo, para não fugir do objeto de análise mais específico desta tese, saímos do âmbito político-institucional e retornamos à esfera do pensamento político e social brasileiro recente⁸⁴. Para isso, optamos por analisar brevemente dois autores que construíram suas obras em diálogo com importantes interpretações do Brasil, mas que também trouxeram notável preocupação de ordem metodológica. O primeiro a ser analisado será Alberto Carlos Almeida, cientista político que buscou por meio de pesquisa quantitativa compreender a mentalidade do cidadão brasileiro e, assim, confirmar os traços apontados na obra do sociólogo Roberto DaMatta. Em seguida, analisa-se Jessé Souza, sociólogo que polemizou com DaMatta, com o próprio Almeida e buscou oferecer uma nova interpretação do Brasil sustentada em suas pesquisas empíricas. Na seção seguinte, ao refletir de forma mais ampla sobre a temática da Modernização e da Escravidão, a obra de Souza seguirá sendo objeto de apreciação.

a) Alberto Carlos Almeida

Em *A cabeça do brasileiro* Alberto Carlos Almeida (2007) propõe-se a realizar uma ampla pesquisa quantitativa para compreender melhor as convicções do povo brasileiro. Trata-se de pesquisa que oferece ao autor material para análise de temas os mais diversos (ética, sexualidade, família, economia etc.). Nos dados, Almeida identifica uma cisão profunda entre o Brasil escolarizado e o não escolarizado em várias dimensões.

Ao analisar o *survey* sobre a relação do brasileiro com o Estado, por exemplo, Almeida identifica um forte “estatismo”, estando esse apoio presente até mesmo na ação estatal em áreas pouco usuais como a produção automobilística. Esse apoio à presença estatal na economia, contudo, sofreria forte variação conforme a renda. Em geral, os setores mais pobres defenderiam com maior vigor a presença estatal. Essa constatação, que poderia abrir espaço para diversas possibilidades de análise, é rapidamente associada à variável escolaridade. Menos educação, maior defesa do Estado, é o que conclui o autor.

⁸⁴ Como tratamos no capítulo 1, há uma cisão no interior do pensamento político brasileiro a partir da profissionalização da ciência política. Ainda assim, seguirei tratando as produções recentes como também produções do “Pensamento Político e Social Brasileiro”.

Mais dependentes de iniciativas governamentais, os brasileiros pobres acreditam que cabe ao Estado intervir mais na economia e na vida dos indivíduos. O que não é difícil de entender: baixos níveis de escolaridade resultam em renda mais baixa; e renda mais baixa leva a um sentimento de incapacidade e impotência. Essa situação de carência em que vivem os leva a considerar o Estado uma espécie de ‘grande pai protetor’, aquele que tem os recursos e vai olhar por ele, pobre (ALMEIDA, 2007, p. 179).

Adiante, afirma que “como a pobreza está mais presente no Nordeste, os nordestinos são também mais estatizantes que os habitantes das demais regiões do país” (ALMEIDA, 2007, p. 181). E novamente diz que “a grande segmentação que divide o país são a renda e a escolaridade. Como os mais pobres são também os menos escolarizados, são eles que mais desejam a interferência do Estado” (Idem, p. 183). Cruzando informações sobre a confiabilidade das instituições, maior na iniciativa privada, e o forte estatismo que predominaria entre nós, mas muito especialmente nos estratos de renda inferior, questiona-se se “seria isso um fenômeno coletivo de esquizofrenia?”. A resposta é negativa, mas indicaria o quão forte é a “ideologia pró-estatal” (Idem, p. 190-191) entre nós, supostamente evidenciado pelo desfile em homenagem ao Presidente Lula feito pela Escola de Samba da Beija-Flor, em 2003.

Após diversos capítulos focados em dados sobre o comportamento de brasileiros, Almeida conclui que DaMatta estava certo, sendo a natureza pouco liberal das interações em nosso país desfavorável à democracia e aos valores igualitários. Mas o autor traz uma contribuição extra: “o país não é monolítico, é uma sociedade dividida entre o arcaico e o moderno” (ALMEIDA, 2007, p. 275). Essa divisão, contudo, indicaria uma possibilidade futura. Ainda que reconheça que mesmo elevando a escolaridade o Brasil seguiria distinto dos países anglo-saxões no respeito às leis, seria possível transformar o país pela educação, como teria ocorrido com a Coreia do Sul. Sua conclusão aponta na seguinte direção:

(...) a herança ibérica nunca será abolida do DNA da cultura brasileira, mas é possível tornar os brasileiros mais seguidores da lei por meio da educação formal. Portugal será sempre nossa pátria-mãe, mas para tornar o Brasil mais liberal na economia é preciso massificar, e muito, o ensino superior. História e herança não mudam, mas o nível de escolaridade traz alterações de consequências bastante profundas para qualquer sociedade. Entre elas, a consolidação da democracia (ALMEIDA, 2007, p. 276-277).

No limite, e por meio de argumentos bastante frágeis, Almeida afirma uma inaptidão popular para a democracia. A explicação não seria regional, racial ou relacionada à renda, mas atrelada aos baixos índices educacionais. Há pouco esforço do

autor em se aprofundar sobre os achados, produzindo antes uma caricatura do que pensa o povo brasileiro. Emerge com clareza, porém, a sua própria visão de mundo.

Construções como essa são formuladas aos montes e seguem reproduzindo uma lógica que tem como pressuposto o diagnóstico da incapacidade popular. Tal incapacidade, porém, não aparece mais explicitamente associada a questões raciais nem mesmo é aceita como um dado absoluto, sendo atribuída a fatores outros, como a baixa escolaridade. Não é preciso dizer, contudo, que o fator raça, embora silenciado em toda a elaboração do autor, atravessa essa construção. Os mais pobres são os menos escolarizados, são os nordestinos e são também, majoritariamente, grupos não-brancos.

As conclusões trazidas pelo autor são apressadas, pouco aprofundadas. Seria a melhoria da educação (assim, em abstrato) que levaria o Brasil de um país ainda atrasado – dado que atravessado pelo forte estatismo, personalismos, jeitinhos, corrupção etc. – a um país moderno. Embora não se dê conta dos próprios pressupostos que atravessam suas análises, Almeida interpreta, como vários dos pensadores brasileiros, o estatismo e todas as demais práticas como sendo uma persistência de traços pré-modernos no Brasil.

A obra de Almeida não merece estar ao lado de outros pensadores de fôlego do pensamento político nacional analisados ao longo desta tese. Também não é possível toma-la como representativa da moderna Ciência Política. Nos valem dela aqui de forma bastante breve tão somente para identificar alguns dos modos pelos quais o padrão de interpretação do Brasil ancorado na incapacidade popular que identificamos ao longo da tese segue presente mesmo em autores que, como Almeida, estão já inseridos no *modus operandi* padrão da Ciência Política contemporânea.

Trazendo de volta a reflexão de Botelho e Lahuerta (2005) apresentado no Capítulo 1, a tarefa de *interpretar* o Brasil não é restrita àqueles que trabalham com história e com pensamento político. Mesmo considerando que a “produção” dos dados tenha se dado de forma criteriosa por Almeida, essas informações seguem abertas à interpretação. O autor, contudo, apresenta a sua própria interpretação como sendo espécie de derivação natural do que identifica nos *surveys*. Dito de outro modo, a noção de incapacidade popular, atravessada ela mesma pelo racismo, segue presente em trabalhos que analisam aspectos da realidade brasileira e reproduzem traços analíticos que estão profundamente enraizados na história do pensamento político brasileiro.

b) Jessé Souza

Ainda no esforço de apontar a persistência de determinadas categorias analíticas em intelectuais brasileiros do século XXI, retoma-se aqui a obra de Jessé Souza. Responsável por uma bibliografia bem mais extensa, o sociólogo se debruçou sobre grandes temas que atravessaram o pensamento político brasileiro e buscou a seu modo compreender também “a cabeça do brasileiro”, como fez Almeida. Seu processo, contudo, deu-se através de pesquisas qualitativas e a partir de um esforço mais amplo de reflexão teórica acerca dos processos históricos vivenciados pelo país. Enquanto Almeida seguia os passos de Roberto DaMatta (1979; 1984), propondo testar empiricamente as teses do autor, Souza buscou construir sua obra em diálogo crítico com Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e com o próprio Roberto da DaMatta, autores que identificou como parte de uma “sociologia da inautenticidade” (SOUZA, 2000). Por outro lado, vale-se sobremaneira das obras de Florestan Fernandes (SOUZA, 2012a) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (SOUZA, 2018) para sustentar algumas de suas teses. Também recorrendo a Bourdieu, Taylor, Habermas e Honneth, construiu uma leitura própria da modernização brasileira e do seu impacto no processo de formação das classes sociais, notadamente a *ralé brasileira* (SOUZA, 2009), os *batalhadores* (SOUZA, 2012b), a classe média (SOUZA, 2018) e a elite brasileira (SOUZA, 2017).

Souza, que já havia se manifestado criticamente em relação às construções de DaMatta, foi um dos intelectuais que mais rápida e incisivamente denunciou as conclusões de Alberto Almeida. Já em seu *A Ralé Brasileira* (2009) apontava a presença de uma crença de fundo positivista na obra de Almeida na medida em que acreditava que por meio de métodos quantitativos se chegaria a uma “verdade” única. Apontava, ao contrário, que o diagnóstico da obra era atravessado por preconceitos e juízos do autor.

O racismo de cor toma a situação efetiva de precariedade social do negro como “prova empírica” de sua suposta inferioridade. O racismo de classe e de região, no tipo de culturalismo que Almeida usa, aparentemente sem ter a menor consciência de onde ele vem, produz o mesmo efeito. O nordestino “arcaico” de Almeida é percebido como o tipo ideal do “preguiçoso”, “conservador”, “machista” e, ao fim e ao cabo, do “tolo” culpado do próprio destino trágico. Na verdade, não é o “nordestino” que está em jogo aqui, mas a “ralé” e a classe baixa brasileira apenas sobrerepresentada no Nordeste (SOUZA, 2009, p. 80).

Jessé aponta também como Almeida é incapaz de compreender que o “gosto” do brasileiro pelo Estado deve estar associado à percepção racional de que as poucas chances do pobre brasileiro para uma vida digna vêm, quando muito, a partir da ação do Estado.

A conclusão de Almeida, porém, insistiria que “o problema e o ‘atraso’ do brasileiro pobre é que ‘ele ainda não sabe’ que é o mercado a ‘cura para todos os males’” (SOUZA, 2009, p. 86). A crítica de Jessé é bastante precisa e aponta justamente os limites da obra *A Cabeça do Brasileiro*, especialmente no que tange à interpretação feita dos dados.

Como alternativa a essa leitura, Jessé Souza apresenta seu estudo acerca da classe por ele intitulada “ralé”. Trata-se de trabalho de fôlego preocupado em compreender os modos de vida dos setores mais precarizados da sociedade brasileira. Um dos argumentos centrais do autor consiste em apontar para a existência de uma camada expressiva da sociedade excluída da cidadania e dos benefícios da modernidade. Tais condições de subcidadania em que viveria essa classe seriam caracterizadoras do processo de modernização seletivo brasileiro (SOUZA, 2000; 2012a).

Em sua construção, porém, Souza termina por produzir um retrato da “ralé” que é também problemático. Empenhado em denunciar sua precariedade, apresenta esse grupo de forma atomizada, reforçando as noções de apatia social antes abordadas.

O processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal (SOUZA, 2009, p. 21).

Como se vê, a “ralé” oprimida emerge em sua obra reduzida à sua incapacidade de ação. Se há a preocupação em retratar os limites estruturalmente impostos por um processo de modernização, o que é um esforço teórico necessário, há também a construção de uma narrativa que aponta para incapacidade de agência dessa mesma classe. Nasceriam condenados, “filhos de pais (apenas de mães, quase sempre) miseráveis não só economicamente, mas carentes de autoconfiança, de autoestima e sem ter internalizadas as condições psicossociais para ganhar a vida numa sociedade competitiva” (SOUZA, 2009, p. 99). Essa importante classe brasileira, constituída por um percentual próximo de um terço da população brasileira, é, assim, compreendida não apenas como inapta para o trabalho, mas também para a cidadania.

Os requisitos psicossociais para o trabalho produtivo são os mesmos da cidadania política. Sem autocontrole, disciplina e a noção correlata de autorresponsabilidade não é possível nem a adaptação ao ritmo produtivo da máquina e da fábrica capitalista – que se impõem de “fora para dentro” para o trabalhador – nem a contenção do cidadão que percebe seu espaço de ação e respeita o espaço alheio. Não há cidadania possível sem a “internalização”, ou melhor, sem a “in-corporação” de uma dada “economia emocional” (...) a “in-corporação” se refere a regras “afetivamente” tão bem internalizadas que se tornam automáticas, se tornam “corpo” que “atua” sem mediação da “mente” ou “consciência”, de toda uma “hierarquia de conduta” que define espaços e limites de ação constantemente de todos nós (SOUZA, 2009, p. 400).

Há na construção de Souza uma impossibilidade quase absoluta dessa “ralé” encontrar condições de superar sua situação de classe. Esse é um elemento apontado tanto por Ribeiro (2019) quanto por Sérgio da Mata (2018). Os autores denunciam a construção de uma narrativa que aponta para uma espécie de incapacidade congênita que impede que os excluídos rompam com o círculo de ferro a que estão submetidos. Embora empenhado em superar a tradição sociológica uspiana, que ele próprio denomina como “sociologia da inautenticidade”, Souza termina por reforçar um dos traços mais fortes dessa tradição, qual seja, a crença de que as estruturas operam como forças que impedem por completo a ação transformadora dos grupos subalternos⁸⁵.

No limite, emergem aqui as mesmas bases que serviram de sustentação para diversos teóricos do pensamento político brasileiro analisados nesta tese. Da ausência de modernidade passa-se à modernidade seletiva. Da análise da escravidão vai-se à análise das condições estruturais que formam a “ralé”. Ambos são tomados como instituições totalizantes responsáveis pela produção de indivíduos inaptos. Nos dois casos, enxerga-se aí um grupo tipicamente não moderno, fruto da própria ausência da modernidade no Brasil ou da sua seletividade. Jessé Souza avança ao identificar a conformação de uma ordem tipicamente moderna e ao apontar que a ralé é excluída *uma vez que* não possui os atributos básicos por ela exigidos. Ainda assim, sua obra repete o equívoco de tradições anteriores ao reduzir os sujeitos a essa condição de negatividade.

Assim, e finalizando esse breve diálogo entre Almeida e Souza, observa-se uma atualização dos termos em que se compreende a apatia popular. Ainda arraigados nos esforços de compreensão da realidade brasileira, a inaptidão de um expressivo setor da

⁸⁵ Alguns anos mais tarde o próprio autor faria ressalvas às suas construções ao se deparar com o processo de ascensão econômica de parte da “ralé”. Ali então reconheceu que alguns setores conseguiram se valer de políticas públicas, redes de apoio e acesso ao estudo para ascender socialmente. Trata-se do grupo identificado por ele como batalhadores (SOUZA, 2012b). Não se deu, contudo, alteração substantiva no entendimento geral acerca da constituição dessas classes e de sua relação com o processo de modernização.

sociedade brasileira à modernidade seria explicado pela baixa renda e escolaridade (ALMEIDA, 2007) ou pela ausência das pré-condições psicossociais necessárias à ordem moderna (SOUZA, 2010). Em ambos os casos, haveria a permanência de traços “pré-modernos” ou “arcaicos” que tornariam as classes populares não apenas miseráveis, mas também incapaz de agir em conformidade com a racionalidade moderna.

Modernização e Escravidão

Como se vê, mesmo alguns autores que, como Jessé Souza, buscaram escapar de leituras atravessadas pela dicotomia entre o “moderno” e o “pré-moderno”⁸⁶ terminaram por produzir interpretações que reproduzem esses mesmos padrões. No caso de Jessé, a raiz para a compreensão da pré-modernidade se assemelha àquela identificada por importantes autores da Escola Sociológica de São Paulo, notadamente Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso (cf. Capítulo 4). Trata-se da compreensão da escravidão como instituição constitutiva de uma ordem pré-moderna. Nesse sentido, é também ela que está na origem das interpretações acerca da apatia social entre nós.

Para oferecer um horizonte crítico a essas leituras, que envolvem os diversos autores trabalhados, incluindo também agora Jessé Souza, trazemos aqui dois pontos fundamentais a serem explorados e que, a nosso juízo, conectam o conjunto das reflexões que atravessaram esta tese. De um lado, a compreensão dos vícios interpretativos que surgem a partir de uma leitura romantizada da modernização. De outro, a leitura da escravidão como instituição total.

a) Em busca de uma modernização não seletiva

O debate acerca da modernização brasileira é tema de fundamental importância que atravessou as reflexões da intelectualidade brasileira, ganhando especial centralidade na obra de Fernando Henrique Cardoso, mas que também não deixava de constar em Caio

⁸⁶ Apesar de partir da crítica da “sociologia da inautenticidade”, o autor acaba por cair também em algumas das premissas dessa mesma tradição. A elite seria não moderna, mas sim “do atraso” (SOUZA, 2017). A “ralé” foi excluída do processo modernizador em função dessa mesma elite que tem os pés fincados no atraso. O mesmo ocorreria com a própria sociologia brasileira que, como aponta Sérgio da Mata, contraditoriamente seria atrasada mesmo em um contexto de modernidade periférica. “Precisamente, a sociedade brasileira moderna teria uma sociologia presa em um estágio pré-sociológico. Assim, teríamos uma sociologia do atraso da sociologia com Jessé Souza (Mata, 2018, p. 429). Ainda assim, com elite, ralé e sociologia atrasadas, o Brasil seria moderno.

Prado e Oliveira Viana. Via de regra, se compreendeu o processo de modernização brasileira pela chave da ausência, da negação, daquilo que ela não foi. Mesmo Jessé Souza propôs como chave de interpretação do Brasil *A Modernização Seletiva*⁸⁷ (SOUZA, 2000), insistindo no esforço de identificar uma singularidade brasileira associada aos processos de modernização. É o que aponta Marcos Abraão Ribeiro, indicando que a própria teorização de Souza carrega consigo um sentimento de falta, de incompletude e desvio em relação à modernidade central (RIBEIRO, 2019, p. 239-40). Também o faz Sérgio Tavolaro ao apontar que a proposta da modernização seletiva acaba nos conduzindo à repetição, ainda que sob outra roupagem, das abordagens tradicionais do pensamento social brasileiro (TAVOLARO, 2005, p. 11).

Na primeira parte do Capítulo 4 apresentamos uma reflexão crítica acerca do liberalismo, apontando como a denúncia da sua suposta impropriedade no Brasil seria antes produto de uma incompreensão de teóricos como Schwarz (2000) acerca da história do liberalismo. Não é muito diferente o que ocorre quando o assunto é a modernidade, em termos mais amplos. Aqui basta para nossos propósitos reiterar que o processo de modernização, aqui e alhures, só pode ser compreendido a partir da contradição que se inscreve em seu interior. Racista, desigual, seletivo ou excludente são adjetivos válidos para o processo de modernização, seja ele brasileiro ou não.

Não se trata de negar a existência de traços nacionais associados a esses processos de modernização, mas de compreender que a origem fundamental de nossas contradições não reside em uma suposta *falta* de modernidade ou de liberalismo, mas antes no caráter profundamente contraditório que caracteriza esses processos. Para isso, é necessário partir de uma análise sistêmica desmistificadora, seja por meio de uma análise de como se desenvolveu a modernidade capitalista nos países centrais, seja a partir de um olhar nas experiências da periferia desse mesmo sistema.

Retorno aqui a Sílvia Almeida e à referência a Hamilton e Malcolm X, para quem o racismo institucional poderia ser compreendido como uma versão peculiar do colonialismo no interior do próprio EUA. Esse entendimento é bastante rico na medida em que busca compreender os traços marcadamente excludentes do processo de

⁸⁷ Mesmo reconhecendo que todos os processos de modernização guardam uma certa dose de seletividade, Jessé Souza não deixa de apontar que tal seletividade seria mais profunda e explicitamente seletiva no Brasil.

modernização. Incidindo de forma específica a depender dos diferentes espaços e dos diferentes grupos sociais (povos originários, negros, imigrantes etc.), a contradição e a exclusão são traços marcantes dos processos modernizadores em todo o mundo. A persistência de pessoas em situação de extrema pobreza, a coexistência de padrões civilizatórios tão distintos no interior de um mesmo país, quando não na mesma cidade, longe de sinalizar uma persistência pré-moderna que fora denunciada por diversos intelectuais brasileiros ao longo da história, atestam o próprio limite dessa modernidade.

Nesse sentido, acompanhamos Ribeiro (2019) no resgate que faz da obra de Maria Sylvia de Carvalho Franco e trazemos novamente⁸⁸ aqui a importante contribuição da autora, ainda na década de 1970, formulando robusta teoria que foi capaz de compreender a experiência moderna para além das dualidades “moderno e atrasado”; “rural e urbano”; “racional e débil”, dentre outras que atravessaram o pensamento nacional. Franco abriu caminho para compreender as imbricações entre capitalismo e escravidão, oferecendo um horizonte de reflexão capaz de olhar para a realidade brasileira não como uma expressão da pré-modernidade (a ser transformada pela ação de alguma força ‘modernizadora’), mas sim como uma expressão contraditória da própria modernidade.

Nem do ponto de vista teórico, nem da pesquisa histórica, sustenta-se a caracterização “estamental” da sociedade brasileira, mas este rótulo cumpriu a importante tarefa ideológica de separar o economicamente “irracional e improdutivo”, o “socialmente violento e preconceituoso”, o “politicamente reacionário”, do moderno, do progressista, do último termo do milenarismo, ora escondido, ora confessado: o capitalismo como instância civilizadora (Franco, 2011, p. 173, *apud* RIBEIRO, 2019, p. 259).

Compreender o processo formativo brasileiro para além dessas dualidades abre caminho para pensar uma modernidade multifacetada (TAVOLARO, 2005). Essa proposta exige empreender um deslocamento, passando a ver diversos aspectos presentes na sociabilidade brasileira a partir de um ângulo diverso. Propõe Tavolaro que no lugar de tomar essas expressões como especificidades nacionais, “pode-se tomá-las como representativas de facetas e aspectos da modernidade subapreciados pelo discurso sociológico” (Idem, p. 136). Dito de outro modo, parece possível dizer que a base epistemológica eurocentrada em que se fundou a sociologia brasileira limitou a

⁸⁸ Trouxemos o pensamento da autora como importante marco no debate acerca das “Ideias fora de Lugar”, se opondo à visão hegemônica sobre o tema representada pela obra de Roberto Schwarz (2000).

capacidade de boa parte de nossos pensadores de identificar como traços importantes da modernidade, ainda que nada admiráveis, aspectos fortemente presentes entre nós.

Nesse esforço, a escravidão assume enorme centralidade. Não apenas por se tratar de elemento decisivo na formação social brasileira, mas também por ser uma experiência que se aprofundou com o desenvolvimento da modernidade capitalista. Instituição fundamental e ainda hoje um dos pontos de partida fundamentais para compreender os processos sociais brasileiros, os diferentes entendimentos sobre a escravidão ensejam também diferentes possibilidades de análise histórica da formação social nacional.

b) a leitura da escravidão como instituição total.

Identificamos nos capítulos anteriores como uma determinada leitura da escravidão, percebida como instituição capaz de efetivamente atomizar os sujeitos e impedi-los de agir e até mesmo de pensar, condicionou também as leituras sobre a sociedade brasileira empreendidas por Oliveira Vianna, Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso. Neste capítulo, trouxemos brevemente aspectos da obra de Jessé Souza que reforçam a seletividade e a permanência de aspectos não modernos na sociedade brasileira como herança de uma “sociedade que se moderniza e mantém, no entanto, intacta a herança escravocrata que divide a sociedade em homens e sub-homens, ou, nos termos da nova ordem política, em cidadãos e sub-cidadãos” (SOUZA, 2000, p. 262). A atualização da escravidão e a sua percepção acerca do modo como se deu a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado está desenvolvido em detalhe em *A construção social da sub-cidadania no Brasil* a partir da obra *A inserção do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes (SOUZA, 2012a, p.153-189).

Analisando a construção de Jessé Souza, Ribeiro identifica a atribuição a um suposto tradicionalismo do negro o elemento fundamental a explicar sua marginalização continuada, o que “seria generalizável para os dependentes formalmente livres de qualquer cor que viviam à margem do sistema escravista”, de tal modo que esse contingente “não possuiria as condições psicossociais de personalidade para se adaptar ao trabalho livre e agir conforme os requisitos da sociedade competitiva” (RIBEIRO, 2019, p. 254). Nota-se aqui uma construção que é também tributária da leitura produzida pela Escola Sociológica da USP, especialmente presente no pensamento de Cardoso (cf. Capítulo 4). Conforme vimos, há aí a identificação de uma formação social cuja herança pré-moderna pouco se alterou com o processo de modernização. Escravizados, negros e,

por fim, pobres são tratados como inaptos ou débeis *em decorrência de* imperativos estruturais como a própria escravidão, o racismo ou o patrimonialismo.

Assim, o argumento originalmente formulado, de corte eugênico, como trabalhado em Oliveira Viana (cf. Capítulo 2), atualizou-se e passou a se associar à noção de culturas superiores e inferiores, traço que se tornou bastante visível em Caio Prado Júnior (cf. Capítulo 3). Por fim, em Fernando Henrique Cardoso chegava-se à constatação empírica de que a ordem escravista e patrimonial produzira uma sociedade predominantemente sem consciência de classe e incapaz de ação racional (cf. Capítulo 4). E neste capítulo observamos como a obra de Souza percorre esses mesmos trilhos ao identificar na “ralé” um amplo grupo social que traria consigo o comportamento tradicionalista⁸⁹, essencialmente diverso daquele requerido pela sociedade moderna.

Uma vez mais, aparece aqui o desafio de denunciar a violência produzida pelo projeto colonial, pela escravidão e pela modernidade capitalista instituída no Brasil sem, contudo, infantilizar, retirar humanidade e negar reconhecimento às diversas lutas travadas por esse mesmo povo. Reconhecer as racionalidades presentes nas reconstruções dos modos de vida dos sujeitos subalternizados; as formas pelas quais se expressaram e ainda se expressam politicamente; compreender a forma rica pela qual, em meio à violência, resistiram e resistem, constituindo um rico caldo cultural que não só pode ser útil à democracia como também é frequentemente apropriado pela ordem capitalista. Esse (não) reconhecimento é parte do problema que se apresenta ao pensamento político brasileiro e possui implicações importantes para a formulação de projetos políticos, sendo fundamental também no necessário processo de reconstrução democrática do país.

Como dissemos, compreendemos que a raiz das interpretações que identificam o traço “arcaico”, “pré-moderno”, “débil” em importantes setores da sociedade brasileira, passando a compreendê-la como incapaz para a cidadania e para a ordem moderna, reside na escravidão. Nesse sentido, concordamos com Marcos Ribeiro quando afirma que parte importante dos teóricos caem em uma armadilha “ao analisar o antigo regime sob o

⁸⁹ Esse comportamento seria compreendido, de um lado, pelo padrão familiar desorganizado (SOUZA, 2006a, p. 158). Além disso, a ausência de políticas efetivas de inserção e a mentalidade atrasada de uma elite faria com que houvesse a reprodução secular deste padrão tradicionalista de organização familiar, gerando a ralé estrutural, incapaz de incorporar a disciplina produtiva do capitalismo (RIBEIRO, 2019, p. 254).

prisma do sistema escravista como instituição total” (RIBEIRO, 2019, p. 255). Buscando escapar dessa armadilha e, portanto, compreendendo a perversidade da escravidão sem, contudo, resumir importante contingente populacional brasileiro à condição de escravos ou de herdeiros daquela condição, buscaremos na seção a seguir produzir uma outra leitura do povo. De alguma forma, busca-se responder à segunda pergunta apresentada na introdução: “e esse povo não é/era débil mesmo?”.

POR UMA OUTRA LEITURA DE POVO

Do paradigma da ausência ao paradigma da agência

Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva apresentaram em texto de 2009 o diagnóstico de que os anos 1980 teriam sido um divisor de águas na historiografia nacional. Segundo os autores, predominava até aquele momento a compreensão de que enquanto na Europa os costumes e as tradições teriam fecundado as lutas operárias, no Brasil a escravidão teria deixado como legado a ausência de uma cultura política ou, quando muito, a sua capacidade de ação estaria associada à importação de ideias e ideologias do centro do mundo (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 16).

Os autores atestam que, embora várias dessas iniciativas tenham se dado com o objetivo louvável de denunciar o efeito devastador do racismo no Brasil, essas ideias “ao incorporar avaliações sobre as consequências da escravidão para os escravos articuladas no contexto das lutas abolicionistas de final do século XIX, resultou na desqualificação radical dos escravos como sujeitos possíveis de sua própria história” (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 20). Os autores apontam como as conclusões tiradas acerca dos modos de pensar dos escravos eram feitas com base em fontes do século XIX, “em especial relatos de viajantes cujas descrições e comentários incorporavam-se ao argumento sociológico sem qualquer mediação ou atenção aos preconceitos culturais etnocêntricos, ao racismo e às intenções políticas do observador.” (Idem, p. 21). Essa mesma percepção emerge das investigações que apresentamos ao longo desta tese.

Diversos trabalhos, e especialmente o de Robert Slenes (2000; 2001; 2008), abriram caminho para investigações acerca dos sentidos e reapropriações coletivas do legado africano pelos escravizados no Brasil. Além disso, também se abriu caminho para novas compreensões acerca da família dos escravizados, antes compreendida como de

menor importância, seja por ser vista como fruto de uma cultura inferior ou pela desagregação produzida pelo sistema escravista. A partir da leitura de Blassingame (1972), que apontava a importância da família para os cativos estadunidenses, Slenes (1976) apontou que no Brasil o escravo também aprendia por meio da família a tentar escapar da violência física do senhor bem como elevava seu moral através do amor e simpatia dos familiares. Dito de outro modo, a instituição profundamente violenta da escravidão não foi capaz de dissolver, ao menos não por completo, a família. Ao contrário, ela foi importante mecanismo de sobrevivência. Há aí aberta uma ampla e importante agenda de pesquisa (MOTTA, 1988; 2002) que, desde Slenes (1976), investiga a importância dessa instituição.

Não se trata de romantizar o papel da família, mas tão somente reconhecer a sua importância naquele contexto. José Flavio Motta aponta como desde as investigações de Slenes (1976, p. 414 *apud* MOTA, 2013, p. 427) já se compreendia a instituição da família em sua complexidade, de tal maneira que ao mesmo tempo em que ela ajudava os cativos a preservarem identidade e lidarem com pressões psicológicas, a família também funcionava como instrumento de controle social para os proprietários. Slenes afirma em *Lares negros, olhares brancos* que

Em resumo, o racismo, os preconceitos culturais e a ideologia do trabalho da época predispunham os viajantes europeus e os brasileiros ‘homens de bem’ a verem os negros, que aparentemente não seguiam suas regras na vida íntima, como desregrados. Na segunda metade do século, quando o ‘não seguir as regras’ parecia ameaçar cada vez mais a disciplina no trabalho, essa predisposição provavelmente tornou-se mais forte. Dentro desse contexto, as histórias que nos contam Ribeiro, Tschudi, Couty e os outros autores citados, tornam-se extremamente precárias como fontes, a não ser para retratar o pensamento das Lenitas [pessoas brancas, proprietárias de escravos] da época. Para penetrar no mundo do escravo, outros tipos de informação e métodos de análise são necessárias (SLENES, 1988, p. 203)

Romper com essas leituras é o primeiro passo para se compreender que outras formas de vida foram constituídas e que, nelas, a ação política se expressa de múltiplas formas. Superando as dualidades entre público e privado, corpo e alma, razão e emoção, passa a ser possível identificar a partir dos afetos como há potência criadora mesmo no âmbito doméstico, como aponta Mariléia de Almeida (2022) no seu *Devir Quilomba*.

Não só as formas de resistência adotadas foram inúmeras, valendo-se desde a violência física até às expressões artísticas, como também houve amplo conjunto de ações pensadas e articuladas para a obtenção da liberdade. Essas ações se deram tanto para a

conquista da liberdade individual de inúmeros cativos, cuja atuação exemplar remete à figura de Luiz Gama, à articulação do movimento abolicionista, que nos remete à atuação de André Rebouças, como também por meio da ação política propriamente dita de inúmeros escravos e ex-escravos que contribuiu sobremaneira para a conquista da abolição.

Uma vez mais, não se trata de romantizar essas ações e trata-las como episódios heroicos de um agrupamento social todo ele solidário e unido contra um opressor bem definido. Ao contrário, como aponta Ângela Alonso (2015), esse processo contou com protagonismo de importantes contingentes de escravos e ex-escravos, mas não só. Foi fundamental o apoio de setores expressivos das classes médias, artistas, intelectuais, jornais e políticos. Ou seja, à luz dessas interpretações contemporâneas, não se troca uma interpretação reificadora por outra romantizada, mas justamente buscam-se compreender as tensões, contradições e negociações que atravessaram esses processos históricos.

Longe da compreensão de que negros e indígenas formariam uma “massa passiva e improgressiva” (VIANA, 1938, p. 178), ou que a população brasileira seria “incapaz de projetar suas insatisfações, seus desejos e aspirações pessoais” (PRADO JR., 2014, p. 23, grifo nosso) ou mesmo que as lutas dos sujeitos escravizados seriam “negatividade pura” (CARDOSO, 1975a, p. 112). A partir dessa leitura que reconhece, portanto, a importância das lutas travadas por diversos desses grupos subalternizados, afasta-se definitivamente os diagnósticos apresentados por vários dos intérpretes que trabalhamos anteriormente.

Compreender a agência desses indivíduos, muitos deles ainda escravizados, contudo, é apenas um dos aspectos importantes nesse processo. Há ainda outros que merecem ser destacados. Um deles consiste em compreender que a passagem do trabalho escravo ao trabalho assalariado não se deu de forma homogênea em todo o território nacional e nem tampouco pode ser vista como indicativo de uma modernização econômica. Essa afirmação possui impactos profundos na reflexão sobre a desigualdade e sobre a constituição do mundo do trabalho no Brasil, conforme Adalberto Cardoso (2008; 2015).

Segundo o autor, a escravidão em certas regiões do Paraná já não tinha importância na segunda metade do século XVIII. As propriedades voltadas para a produção de bens de subsistência eram geridas por famílias que em nada se assemelhavam

àquelas de Pernambuco apresentadas por Gilberto Freyre. Nesse sentido, Cardoso chama a atenção para a importância de se compreender a pluralidade histórica dessa instituição no território brasileiro. Indica também que os diversos estudos sobre a escravidão demonstram que o modelo latifundiário monocultor que utilizava de centenas de escravos foi exceção no período colonial e depois (CARDOSO, 2008, p. 74-75).

Assim, chega-se à segunda metade do século XIX em um cenário em que o total de escravos já era bastante inferior ao dos trabalhadores livres, razão pela qual não poderiam ser interpretados como acontecimentos isolados e temporários na história nacional.

Em 1850, quando cessou o tráfico negreiro, havia cerca de dois milhões de escravos numa população estimada em oito milhões de almas, das quais mais de 90% viviam no campo. A força de trabalho já não era majoritariamente escrava. O censo demográfico de 1872 contou perto de dez milhões de brasileiros, dos quais 1,5 milhão de cativos. Como considerar intersticiais, ou sem lugar, os 75% de brasileiros que já não eram escravos em 1850? (CARDOSO, 2008, p. 76)

Assim, as noções de “plebe rural”, “inorgânico” ou “desclassificados” utilizadas por Oliveira Viana e depois por Caio Prado Junior para se referir aos grupos que não se enquadravam à situação de senhor ou de escravo já fariam pouco ou nenhum sentido em meados do século XIX quando predominaria entre nós o trabalho livre. Para Adalberto Cardoso, contudo, essa transição ao trabalho livre se dava em modos que replicaram a realidade escravocrata, identificando o autor uma espécie de continuidade entre a estrutura escravocrata e a constituição do mundo do trabalho. Essa continuidade é entendida a partir da hipertrofia da vida privada, da violência aplicada aos escravos e também às classes inferiores livres. Diz que, segundo Holloway,

a polícia funcionava como extensão, sancionada pelo Estado, do domínio da classe proprietária sobre as pessoas que lhe pertenciam. A polícia cresceu acostumada a tratar os escravos e as classes inferiores livres de maneira semelhante, e com a diminuição do número de escravos na população após meados do século as atitudes e práticas do sistema de repressão foram aos poucos sendo transferidas para as classes inferiores não-escravos — e perduraram (Holloway, 1997, p. 215, *apud* CARDOSO, 2008, p. 82).

O uso da violência que antes servia para afastar o medo do novo Haiti, aumentado ainda mais após a década de 1830 com a Revolta dos Malês, seguiria profundamente presente entre nós⁹⁰. A partir do começo do século XX, porém, esse medo se intensificaria

⁹⁰ Cardoso afirma que “Parte da ferocidade dos castigos infligidos aos cativos por aqui terá decorrido desse medo superlativo, com motivações mais imaginárias do que reais.” Diz em nota que no Brasil as chibatadas

a partir da chegada de ideais vinculados às pautas anarquistas e socialistas (Cf. MOTTA, 2002).

Diferente da leitura que compreende uma passagem abrupta de uma ordem escravocrata para o mundo do trabalho assalariado, o que esses dados indicam é justamente uma transição lenta e que não trouxe consigo mudanças drásticas que fossem capazes de justificar uma inaptidão dos setores subalternos à lógica moderna. O que há, segundo Cardoso, é a continuidade na estruturação do mundo do trabalho e dos temores em torno da mobilização, seja ela escravocrata ou operária. No século XX, esse temor se atualiza e o medo da ação coletiva provocada pelo imigrante se torna o equivalente do medo da rebelião escrava (CARDOSO, 2008, p. 86).

Compreendendo a ausência de mudanças drásticas na transição ao trabalho assalariado, passa a ser possível identificar as continuidades presentes nesse processo. Não cabem aqui as separações dicotômicas entre rural e urbano, atrasado e moderno. Tampouco seguem de pé interpretações que compreendem esse processo a partir de uma quantidade expressiva de escravizados sendo retirados da condição de escravidão e, repentinamente, sendo inseridos em (ou excluídos de) uma ordem moderna para a qual não estariam aptos. Compreendendo que a constituição do mundo do trabalho no Brasil se deu de forma progressiva e a partir da escravidão – e não só, portanto, a partir do seu fim – vale a pena passarmos à análise sobre a classe operária brasileira.

Escravos ou operários

Assim como ocorrera na análise dos escravos, também aqui predominava o *paradigma da ausência* nas análises dos operários. Paoli, Sader e Telles (1983) investigam um conjunto amplo de trabalhos que indicam que, nesse paradigma, a classe operária aparece como sujeito subordinado, sem uma dinâmica própria que emerja de suas

eram, na média, 200 e nos EUA na casa de 25. O resultado era que “(...) no Brasil do último quarto do século XIX a expectativa de vida dos escravos ao nascer variava em torno de 19 anos. O horror que essa cifra causa ao leitor contemporâneo só não é maior quando se sabe que a esperança de vida de um brasileiro não-escravo era de apenas 27 anos em 1879. Nos Estados Unidos, a expectativa de vida dos escravos era de 35,5 anos por volta de 1850, apenas 12% menor do que a da população total e muito superior à de um brasileiro médio” (CARDOSO, 2008, p. 76).

práticas de tal modo que o que determina seu comportamento são elementos externos à sua existência concreta (PAOLI, SADER & TELLES, 1983, p. 131).

Esse conjunto de trabalhos construía uma imagem da classe operária no interior das ciências sociais como sendo portadora de uma dinâmica “inteiramente subordinada à determinação estrutural das condições de industrialização, produzindo uma falta de consciência adequada de classe que pudesse se imprimir na transformação social e política do país” (PAOLI, SADER & TELLES, 1983, p. 139). Dentre o conjunto de trabalhos indicados pelos autores constam também textos de Caio Prado Júnior e Fernando Henrique, objeto de análise desta tese nos Capítulos 3 e 4, ainda que indiquem Leôncio Martins Rodrigues⁹¹ como sendo a obra mais bem acaba nesse sentido.

Voltando a Sidney Chalhoub e Fernando Silva, os autores reforçam esse mesmo entendimento. Apontam que nos anos 1950 predominava o entendimento de que as tradições patriarcais e patrimoniais impediam que os trabalhadores criassem alternativas políticas independentes ao ingressarem em uma ordem supostamente impessoal, racional. O entendimento predominante era de que a classe operária era “vítima de uma modernização incompleta e de um capitalismo tardio, capaz apenas de servir como vetor de sustentação das estratégias políticas populistas e como peça de manobra da engrenagem da dominação burguesa” (CHALHOUB & SILVA, 2009, p. 26-27). Incapazes de um entendimento adequado da realidade, especialmente devido à falta de consciência de classe, terminavam por se subordinar aos sindicatos e aos poderes públicos, fazendo do Estado o “real protagonista da história”. Para os autores, com os quais concordamos, essas noções enfeixaram o conceito de populismo, segundo o qual os trabalhadores sindicalizados “foram engolidos e burocratizados pela ação do Estado através da ordenação jurídica da CLT” (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 28).

A capacidade de intervenção dos trabalhadores na arena pública era apresentada como uma força potencial lançada num futuro incerto, quando a sociedade brasileira viesse a se tornar uma nação capitalista plenamente industrializada, o que levaria os trabalhadores a “atualizarem” sua consciência à sua “condição objetiva” de proletários (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 28).

Toda essa leitura a essa altura já assume tom exaustivo, dado que se apontou justamente a recorrência dessas interpretações nos capítulos anteriores. Cabe agora, pois,

⁹¹ Sobre o autor, indicam *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* (1966); *Industrialização e Atitudes Operárias* (1970) e *Trabalhadores, sindicatos e industrialização* (1974).

verificar como essas leituras se alteraram nas últimas décadas e apontar brevemente o surgimento de uma produção acadêmica que estava empenhada em “captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas” (Chalhoub e Silva, 2009, p. 26).

Um ponto de partida fundamental é a superação da compreensão dual entre o mundo do trabalho pré e pós 1888, entendendo que essa passagem se deu de forma menos abrupta do que se costuma pensar, de tal modo que não apenas a própria transição para o trabalho livre já havia se dado em diversas localidades anteriormente como também não representou imediatamente mudanças profundas em termos da estrutura econômica. Assim, a abolição, pensada como um marco em 1888 e já rapidamente associada à imigração, desenvolvimento econômico e industrialização, é, no máximo, uma especificidade paulista e não uma realidade que possa ser pensada como explicação para os processos nacionalmente observados.

Essa compreensão mais ampla dos mundos do trabalho e da escravidão ajuda a superar a interpretação inaugurada por Florestan Fernandes acerca da inclusão do negro na sociedade de classes, bem como serve também como contraposição a outros trabalhos que foram formulados a partir dessa mesma ideia.

Mais que um entendimento específico sobre a situação de um ou outro segmento da sociedade, o que está em questão é justamente a compreensão de fundo acerca dos limites da modernidade, ao menos a modernidade entendida a partir dos parâmetros modelares⁹² tradicionalmente estabelecidos. Trata-se, ao fim e ao cabo, de um país que se modernizou em um contexto de capitalismo periférico cujas marcas desse processo são profundas. Não são, contudo, bem compreendidas a partir da ótica da inadaptabilidade a essa modernidade, mas antes como produto dela.

Seja como for, recusar a abordagem que busca, *a priori*, definir os interesses, os modos de vida e a cultura política do povo e passar a olhar para esse mesmo povo como sujeito de sua história (seja ele assalariado ou escravizado), assume potencial disruptivo

⁹² Em sua proposta de compreender a pluralidade de retratos produzidos pela modernidade, TAVOLARO resume o padrão modelar como sendo construído a partir dos seguintes parâmetros: (1) diferenciação social, (2) racionalização, (3) separação público/ privado, (4) economia emocional dos agentes sociais, (5) controle técnico sobre o mundo natural e (6) uniformização e de-substancialização da configuração tempo-espacial. Cf. TAVOLARO, 2017. p. 119-122.

para a compreensão da história brasileira. Assim, diversos trabalhos nas últimas décadas buscaram compreender importantes episódios da história nacional por essa perspectiva.

Revisitando a História Nacional

Em meio aos trabalhos que revisitaram a história nacional e identificaram os modos e razões pelos quais importantes segmentos da sociedade se mobilizaram, há aqueles que retornam aos períodos mais remotos da história brasileira. Heloísa Starling em seu livro recente *Ser Republicano no Brasil Colônia* busca no século XVII as raízes de um ideal republicano que esteve nas bases da organização de Palmares. Mais que um quilombo, a autora compreende Palmares como uma confederação que reuniu diversos quilombos que mantinham suas respectivas estruturas organizacionais. A autodenominação “Angola Janga” – isto é, a pequena Angola – indicava não só a criação de uma identidade étnica africana na América como sugeria também que sua forma de organização teria origem naquele continente. Em contraste com a perspectiva de vários autores estudados ao longo deste trabalho, para quem mesmo no século XIX as revoltas escravistas seriam “pura negatividade” (CARDOSO, 1975b, p. 112), Heloísa indica que já em Palmares era possível compreender que se constituiu ali uma associação de natureza política que “era uma comunidade autogovernada, com seu próprio edifício institucional, um referencial coletivo de interesses e algum partilhamento de princípios norteadores da vida em comum” (STARLING, 2018, p. 25-27).

Reconstruindo o percurso dessa tradição republicana no Brasil, a autora ensina que seus sentidos foram sendo atualizados com o passar do tempo e com suas expressões em diferentes regiões do território nacional. Assim, enquanto em Palmares “república” era associada à ideia de autogoverno, nos séculos seguintes esse sentido seria alargado, assumindo, no XVIII, papel importante para mobilizar as sedições ocorridas em diversas províncias. A começar por Pernambuco, com a Guerra dos Mascates (1710-1711), identificado por Starling, valendo-se da obra de Evaldo Cabral de Mello (2002; 2003), como a primeira conjuração colonial em que “república” possuía o sentido de um novo governo e que, no decorrer do processo, ganha o sentido de autogoverno. A inspiração viria da República de Veneza (STARLING, 2018, P. 59-60).

Mobilizada por diferentes grupos sociais, desde escravizados até membros de uma “elite ilustrada”, fato marcante da Conjuração Mineira, República se consolidou como um termo que afrontava a coroa portuguesa e gerava medo nas autoridades (STARLING,

2018, p. 69). As ideias circulavam e se alteravam. Alguns anos depois, na conjuração carioca, inspirados pela Revolução Americana e pela própria Conjuração Mineira, os conjurados, segundo Starling (Idem, p. 191), estariam dispostos a expandir o princípio igualitário, inspirando-se na junção realizada pela Revolução Francesa entre República e democracia. Esses projetos, embora não tenham se concretizado politicamente, instituíram uma rede robusta de circulação de informações na América Portuguesa, tendo como origem a Sociedade Literária. O empenho das autoridades no combate às ideias sediciosas atestava a ameaça que essa rede construída pelos colonos representava (Idem, p. 202).

Poucos anos depois, na conjuração baiana apareceria uma importante novidade: agora república apareceria articulando os ideais de liberdade e igualdade, seguindo a interpretação dada pelos jacobinos à obra de Rousseau. Isto é: “povo era um ser composto e idealmente virtuoso, capaz de se erguer do ponto mais profundo da sociedade e atravessar com ferocidade a República para o confronto com seus inimigos” (STARLING, 2018, p. 231). A experiência baiana introduziu um dos princípios centrais à República, o plebeísmo.

O termo ‘plebeísmo’ exprime um ideal normativo de natureza democrática: a inclusão. Traduz a disposição expressa dos membros de uma comunidade em incorporar o número mais extenso e mais heterogêneo possível de cidadãos ao grupo dos politicamente iguais (STARLING, 2018, p. 236).

A última parada do percurso da ideia republicana analisado por Heloísa Starling é em 1817. Trata-se da Revolução Pernambucana, que iria resgatar boa parte das inspirações republicanas já presentes na Guerra dos Mascates, mais de um século antes. Além disso, o movimento de 1817 abriria um amplo campo de mobilização que seria responsável por diversos movimentos nos anos seguintes (o movimento de goiana, 1821, a junta de Gervásio Pires Ferreira, entre 1821 e 1822, a junta dos Matutos, entre 1822 e 23), chegando à Confederação do Equador, em 1824 (STARLING, 2018, p. 239-240).

Esses vários movimentos traziam em seu interior limitações e contradições importantes. Starling aponta como o próprio insucesso de alguns deles, como a Revolução Pernambucana de 1817, que buscou instaurar a República Federalista, pode ser explicado também a partir do impasse que marcara os Conjurados Mineiros, qual seja, a ausência de consenso em relação à ideia de igualdade. A República de Pernambuco também não foi abolicionista. Poderiam os negros também serem patriotas na sociedade hierárquica

do Recife? A autora atesta a complexidade que essa temática assumia naquele contexto, especialmente levando-se em conta o peso que os descendentes africanos livres assumiam na sociedade pernambucana, tendo eles sido parte importante da mobilização e da disposição para defender a República.

Não por acaso, os anos que se seguiram foram marcados por mobilizações que buscavam expandir os horizontes de igualdade de modo a incluir os grupos negros e escravizados. Um exemplo disso seria a “Pedrosada”, um batalhão de pretos e pardos, liderado por Pedro da Silva Pedroso, homem pardo, que escorraçou, em 1823, o governo provincial (a junta dos Matutos) e aclamou Pedro o governador de armas. O movimento foi marcado por um forte discurso contra a elite pernambucana, “os caiados”, sob forte inspiração da Revolução Haitiana. “Qual eu imito o Cristovam [ex-escravo que comandou tropas no Haiti em 1811]/ Esse imortal haitiano / Eia! Imitai a seu povo / Oh, meu povo soberano” (STARLING, 2018, p. 262).

Heloísa Starling (2018, p. 14) argumenta que República se transformou num conceito repleto de significados e de esperança para os que viveram na colônia no século XVII e principalmente XVIII. Essa construção tem origem ainda em Palmares e ecoa nas conjurações mineira, baiana, carioca e na Revolução Pernambucana.

Assim, revisitando esses diferentes movimentos, Starling identifica não apenas a pura ‘agência’ de diferentes segmentos da sociedade colonial – de escravos a membros de uma elite portuguesa –, mas a sua organização em torno de um ideal societário que, embora tenha variado ao longo do tempo, consolidou no final do século XVIII e início do XIX uma visão de República que compreendia “uma comunidade política soberana e autogovernada por seus cidadãos, cujos modos de convivência são regulados por um conjunto de valores” e que, ao mesmo tempo, nomeava “um tipo de governo que conta com uma administração zelosa do bem público” (STARLING, 2018, p. 245).

Também amplamente compreendida a partir do paradigma da ausência, a Independência do Brasil foi por muito tempo interpretada apenas como sendo um processo de ruptura conduzido pelo alto, representando a simples continuidade de uma ordem pré-moderna. Ou, como abordamos no Capítulo 3, a independência teria sido feita “por uma simples transferência política de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas

neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia” (PRADO JR, 1983, p. 52). Uma vasta literatura⁹³, contudo, tem se debruçado sobre o tema e trazido contribuições importantes para a sua melhor compreensão.

David Gomes (2011; 2016) propôs-se a revisitar os estudos sobre a Independência para pensar suas implicações jurídicas, em discussão própria à Teoria da Constituição, e sociológicas, especialmente no que tange ao problema da modernidade no Brasil. Seu trabalho oferece uma importante síntese dos entendimentos consolidados nas últimas décadas sobre a Independência, buscando compreender esse processo a partir das condições estruturais que estavam dadas, notadamente a crise do sistema colonial e do mercantilismo⁹⁴, mas também considerando que outras condições objetivas e subjetivas eram necessárias para que ele se desencadeasse efetivamente. A transferência da família real certamente foi um desses fatores, embora não suficiente (GOMES, 2016, p. 52).

No conjunto dos elementos que contribuíram para a independência certamente estavam conflitos internos, como aquele entre comerciantes (desejosos da recolonização) e senhores de terra, a partir do qual Caio Prado Junior (cf. Capítulo 3) descreve o processo de independência. Mas outros elementos igualmente importantes compõem o cenário mais geral que levou à emancipação. Um desses elementos era o medo de “um novo Haiti” – o que terminava por tensionar no sentido da manutenção do sistema colonial. Tal medo não era de todo desprovido de sentido, o que ilustra a participação ativa de escravos na luta pela independência, vendo-a como sinônimo de luta por liberdade (GOMES, 2016, p. 56-57). Havia, ainda, o medo da fragmentação que era também com frequência manifestado, tendo como base a experiência da América hispânica e que se misturava

⁹³ Sobre a independência e o período imperial, ver: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). O Brasil Imperial. 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000; LUSTOSA, Isabel. As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004; MALERBA, Jurandir (org.). A independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; MELLO, Evaldo Cabral de. A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. Editora 34, 2004; MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005; REIS, João José. O jogo duro do dois de julho: o “partido negro” na independência da Bahia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. Companhia das letras, 2009.

⁹⁴ Os conceitos são compreendidos de forma imbricada: “Completa-se, com isso, o circuito de conceitos: sistema colonial, mercantilismo, capitalismo, crise. O sistema colonial não se compreende fora de sua relação interna com o mercantilismo; que nada mais é do que uma primeira fase do capitalismo; que, para alcançar o estágio no qual se pode impor conforme sua própria lógica, exige internamente o mercantilismo, com o sistema colonial a ele umbilicalmente ligado, como fase de acumulação primitiva de capitais que propiciará as bases para a revolução das forças produtivas” (GOMES, 2016, p. 46-47).

com o receio do Brasil se transformar em República. Um dos elementos fundamentais em todo esse processo foi o aumento da difusão de informação. A imprensa contribuiu sobremaneira nesse processo, mas o processo não se restringiu a ela.

Imprensa (periódicos, panfletos, correspondências), rodas de leitura e conversa, sermões religiosos, festividades, bandos, manuscritos, cópias, desenhos, caricaturas, ruas (gritos, cantos, gestos), sociedades secretas, teatro: todos eles podem ser definidos como espaços sociais, como espaços de sociabilidade, no sentido de que no interior deles pessoas encontravam-se, presencial ou virtualmente, para buscarem compreender aquilo que acontecia na sociedade de sua época (GOMES, 2016, p. 67).

Apesar do cenário de baixa escolarização e alto analfabetismo, o processo de difusão não deve ser interpretado como sendo conduzido por uma elite letrada, de cima para baixo. Os setores marginalizados não se resumiram a uma aceitação passiva e acrítica do que era formulado nos altos escalões da sociedade (GOMES, 2016, p. 65). Ao contrário, esse fenômeno alcançou (e pretendeu alcançar) mesmo os grupos mais populares, valendo-se da construção de personagens de fácil compreensão, da prática de leituras em grupo, das sociedades secretas (tipicamente fechadas), dos Teatros (esses mais abertos), em torno da própria Igreja, das festividades e dos bandos (elementos originalmente típicos do Antigo Regime). Esse amplo rol de espaços contribuiu para que houvesse ressonância dessas informações que circulavam nos meios impressos mesmo entre setores não alfabetizados de tal modo que “a população de brancos e pardos pobres, negros libertos e até escravos [se colocaram] ativamente como sujeitos, não meros objetos, da trama política que ia sendo costurada” (Idem, p. 66).

Não se trata, como adverte Gomes, de uma idealização do contexto brasileiro do início do século XIX, sendo claro que “continuava existindo, de um lado e do outro do oceano Atlântico, uma sociedade marcada por traços estamentais, extremamente desigual e com arranjos sociais típicos do Antigo Regime”. O ponto central aqui consiste em apontar que

não se pode aceitar sem fortes ressalvas o velho mito da Independência outorgada de cima para baixo, simples acordo de elites com ausência total de participação popular nas contendas que definiriam o destino futuro de Brasil, Portugal e da relação entre ambos (GOMES, 2016, p. 71).

A reconstrução dos sentidos e das disputas em torno da Independência são sintomáticas. Os processos de mobilização não se iniciam com a Independência e tampouco se encerrarão com ela. Ao contrário, os anos seguintes seriam marcados por embates diversos entre projetos de sociedade distintos que não se restringiam a disputas

entre membros da elite. Problemas novos e antigos da colônia e, agora, do país recém independente eram colocados na agenda do dia e seguiriam agitando todo o período imperial (1822-1889), com especial destaque no período intersticial das regências (1831-1840). A construção do Brasil recém-independente foi atravessada por disputas entre republicanos, liberais e conservadores. Disputas essas, entretanto, que não se restringiam aos gabinetes e eram expressas de formas diversas, inclusive por meio de revoltas.

Algumas províncias que já haviam vivenciado intensa agitação política nos períodos anteriores seguiam atravessadas por movimentos de diferentes segmentos sociais. Nos anos de 1828 e 1829 eclodiria a Revolta dos Afogados em Pernambuco que buscava construir uma república no interior da província. Poucos anos antes, entre 1826 e 1828, a Bahia foi abalada por novas revoltas de escravos e por ataques de quilombolas, como se preparando a Revolta dos Malês, que aconteceria em 1835.

Aliás, a Bahia foi palco especialmente turbulento da vida política brasileira ao menos até meados do século XIX. Na região, ocorreram revoltas militares, motins antiportugueses, rebeliões de natureza federalista e republicana, quebra-quebras e saques populares. As mobilizações ocorriam em Salvador e no Recôncavo, tendo a participação de pobres livres e de escravos. Lilia Schwarcz e Heloísa Starling afirmam que entre 1807 e 1835 os cativos se tornaram protagonistas de revoltas de larga escala que eclodiram na região.

Essas revoltas acentuavam algumas características próprias ao contexto da luta escrava na Bahia: a cooperação entre escravos da área rural e urbana; a concentração de um número expressivo de cativos africanos com origens étnicas comuns, permitindo a formação de uma identidade cultural e religiosa compartilhada; a atuação dos quilombos na mobilização dos escravos rebeldes — quilombos que se multiplicavam nos subúrbios de Salvador e eram, ao mesmo tempo, refúgios para escravos fugidos e centros religiosos muitíssimo ativos. (...) Os anos de 1807, 1814 e 1816 ficaram marcados por levantes dos haussás. Todos eles marcados por grande violência e caracterizados por planos audaciosos: já em 1807 o levante pretendia mobilizar mulatos e negros, envenenar a população branca, queimar as imagens das igrejas em praça pública e, em seguida, atacar Pernambuco, para libertar os haussás escravizados naquela capitania. A guerra só terminaria com todos os brancos mortos e com a formação de um reino muçulmano, em algum ponto nos sertões da América portuguesa (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 317-318).

Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira em ampla revisão sobre o Primeiro Reinado afirmam que o povo foi ator político fundamental, “tanto por meio de revoltas ou burburinhos quanto usando mecanismos formais, como petições, queixas e representações” (RIBEIRO e PEREIRA, 2009, p. 142). Mas ao observar os períodos

anteriores e posteriores ao Primeiro Reinado percebe-se que essa afirmação não se restringe apenas ao período estudado pelos autores. Por meios e propósitos diversos, todos esses momentos históricos foram atravessados por mobilização política. A intensidade e o caráter variavam, sendo ora mais ou menos popular, mais ou menos conservador, mas estiveram sempre presentes.

Bahia e Pernambuco são províncias especialmente interessantes para se observar como no decorrer de um longo período de tempo se foi de Mascate e da Conjuração Baiana, no século XVIII, à Cabanada e Malês ou Sabinada, já em meados do século XIX. Schwarcz e Starling, notando o intervalo de quarenta anos entre a Conjuração e Sabinada na Bahia, indicam que foram quarenta anos de intensa agitação social e que as inúmeras revoltas “incluíram cativos, negros, pardos e mulatos livres numa província marcada pela escravidão e por uma clara insubmissão às hierarquias, pautada em critérios de origem e de cor” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 322-323).

Mas é certo que nem mesmo as grandes revoltas se resumiram à Bahia e a Pernambuco. Similar à Cabanada de Pernambuco foi a Cabanagem no Grão-Pará. O nome se relaciona às cabanas, estruturas extremamente pobres que serviam de morada para índios, mestiços e negros. Porém, enquanto em Pernambuco os proprietários rurais locais se juntaram a índios, escravos fugidos e posseiros para pedir a volta de D. Pedro I, no Grão-Pará os revoltosos dirigiam sua revolta fortemente contra a elite local.

(...) quanto mais o movimento se radicalizava, maior era a autonomia lograda por negros e indígenas, bem como crescia o papel dos líderes africanos. Os escravizados fizeram a diferença na Cabanagem. Daí veio essa associação dos cabanos com o “mal” e o recorrente medo de que uma revolução nos moldes do Haiti pudesse estourar por aqui. Portanto, nada há de “natural” na assim chamada “maldade dos cabanos”. Habitantes de “cabanas”, lutavam contra o que diziam ser a falta de religião dos usurpadores portugueses de Belém, os quais, segundo eles, seguiam apenas as ordens da corte carioca. Também criticavam o presidente de província, considerado estrangeiro e maçom. (...) Entre 1836 e 1840 os rebeldes se dirigiram para o interior da província e radicalizaram ainda mais, com os cabanos defendendo o fim da escravidão e o direito à autonomia local — além de expressarem antigos e consolidados ódios aos portugueses e estrangeiros (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 314).

Na mesma época, eclodia no Maranhão a “Balaiada”, movimento eminentemente popular que se opunha aos proprietários locais. A motivação principal está nas condições miseráveis vivenciadas pelos setores populares na região, condição essa que se aprofundava com a crise do algodão, principal produto exportado pela província, e a manutenção dos altos impostos (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 328).

Desnecessário relembrar em detalhe os duradouros conflitos que se deram na região Sul do Brasil ao longo de dez anos (1835-45). O conflito, amplamente conhecido por “Revolução Farroupilha”, fez-se por nomes como Bento Gonçalves, Giuseppe e Anita Garibaldi, mas também por um grande número de anônimos: “ali estavam reunidos não só os peões das estâncias como proprietários de terra e de gado do Sul, e pessoas de todos os estratos sociais” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 323).

Não se trata aqui, definitivamente, de reconstruir essas histórias em suas especificidades⁹⁵, mas tão somente constatar a partir de breves apontamentos que a historiografia recente tem reafirmado a existência de uma pluralidade de demandas e percepções das classes populares ao longo do tempo. Assim, é fácil constatar que nunca houve correspondência empírica à apatia popular amplamente diagnosticada por vários de nossos intérpretes. Também não houve em momento algum *um povo* que pudesse ser compreendido monoliticamente. A rápida análise do período regencial indica de forma bastante clara como os setores populares estiveram envolvidos em pautas diversas que passavam pela defesa da restauração monárquica, a defesa da república, a abolição da escravidão e a proposta de extermínio branco como parte de um projeto maior de fundação de uma teocracia islâmica.

A pluralidade de atores e de visões de mundo levou os grupos a interpretar e se apropriarem de modo particular de cada experiência histórica. A revolução haitiana, por exemplo, é apontada por Flávio Gomes como tendo sido objeto de diferentes interpretações ao longo do tempo, assumindo sentidos diversos em cada estrato social.

Os temores de São Domingos do século XVIII foram transformados em “haitianismo” no século XIX, significando, além das possibilidades de revoltas de escravos, também a mobilização política racial, incluindo libertos e a população negra letrada. Assim, o termo ainda foi utilizado para denunciar conspirações, ajuntamentos da população negra, e não apenas da população escrava. Vários significados surgiram. Para escravizados, a experiência de São

⁹⁵ Sobre as revoltas do período regencial ver, em GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). O Brasil Imperial. 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, os seguintes capítulos: RICCI, Magda. “Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução”; PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa revolução farroupilha; GRINGBERG, K. A sabinada e a politização da cor na década de 1830. Ver também: LEITMAN, Spencer. Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Graal, 1979. SANTOS, Maria Januária Vilela. A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão. São Paulo: Ática, 1983; SANTOS, Fabiano Vilaça dos. O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas do Grão-Pará e Maranhão. São Paulo: Annablume, 2011. REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. SOUZA, Paulo César. A sabinada: a revolta separatista da Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. MONACO, Maria Janotti de Lourdes. A Balaiada. São Paulo: Brasiliense, 1987. SANTOS, Maria Vilela. A balaiada e a insurreição dos escravos no Maranhão. São Paulo: Ática, 1983.

Domingos e depois do Haiti representava liberdade e o fim da escravidão. Para fazendeiros e autoridades, de uma forma geral, a imagem era estendida a massacres raciais e conspirações de negros. Além do mais, esses variados significados seriam constantemente redefinidos (GOMES, 2019, p. 140).

Sem dúvida, portanto, a evocação da imagem do Haiti serviu para importante mobilização de agrupamentos negros, sejam eles escravizados ou libertos. Inúmeras revoltas e movimentos se deram a partir desse ideal. Para os grandes proprietários, o inverso: o Haiti reforçava a necessidade do combate, da violência.

Já na segunda metade do século XIX, articula-se o que Ângela Alonso diz ser o primeiro movimento social nacional no Brasil. Trata-se de uma “estruturada e duradoura rede de ativistas, associações e manifestações públicas antiescravistas” (ALONSO, 2015, p. 8). Uma série de fatores atualizavam as condições para essa mobilização, desde as abolições ocorridas em Cuba e EUA, o processo de urbanização crescente até a reação do Partido Liberal ao predomínio do Partido Conservador na política.

Uma vez mais, a compreensão de processos históricos tão importantes quanto a abolição da escravidão depende de uma multiplicidade de fatores. Dentre eles, contudo, está sempre presente a mobilização de setores populares marginalizados. Nesse sentido, a abolição não se explica apenas por processos estruturais que ocorriam em Londres ou Manchester, como sugere Fernando Henrique Cardoso (cf. Capítulo 4), ou puramente pela canetada da princesa, ainda que esses episódios tenham também alguma relevância. Afastando-se das narrativas que superdimensionaram o peso dessas narrativas, Ângela Alonso identifica em seu estudo sobre os abolicionistas que

o movimento elegeu retóricas, estratégias e arenas conforme a conjuntura política e em atrito com iniciativas de governos e escravistas, operando sucessivamente com flores (no espaço público), votos (na esfera político-institucional) e balas (na clandestinidade), num jogo de ação e reação de duas décadas (1868-88) (...) Trazer à cena indivíduos que viveram o conflito dá rosto à enorme teia de ativismo, à tenaz mobilização social de homens e mulheres, brancos e negros, contra a escravidão no Brasil. Ativismo de impacto decisivo. A abolição não se faria por si, pelo desenvolvimento da economia ou por decisão solitária do sistema político, como não se fez por canetada da princesa (ALONSO, 2015, p. 12).

Se a abolição não pode ser bem compreendida sem a devida atenção às diferentes formas de organização dos setores populares, a República tampouco se compreende pela ideia de um povo que a assistiu *bestializado* como fora dito por Aristides Lobo e reforçado a partir da obra de José Murilo de Carvalho (1987). A construção do ideal republicano, como se indicou anteriormente, é aspecto que possui história longa no Brasil. A segunda

metade do século XIX, todavia, presenciou uma expansão desse ideal e a sua estruturação em torno de determinadas organizações como revistas e partidos. Fato amplamente ignorado até bem pouco tempo, Petrônio Domingues (2019) indica como mesmo muitos afro-brasileiros se identificaram com o ideal republicano e se mobilizaram em torno dele.

Se os maiores grupos republicanos eram os da capital nacional, o paulista e o gaúcho (ALONSO, 2019, P. 185), chama a atenção que tenham se formado também nessas províncias organizações republicanas dos “homens de cor”. Club Republicano dos Homens de Cor, no Rio de Janeiro, a “Mocidade Preta”, um grupo de negros republicanos e aliados de Assis Brasil (1858-1938) no Rio Grande do Sul e, em São Paulo, ex-escravos e homens livres de cor desfraldaram a bandeira da República e decidiram lançar “A Pátria”, um jornal com subtítulo bem sugestivo: “Órgão dos homens de cor” (DOMINGUES, 2019, p. 26-28).

Assim, se, de fato, havia grupos que viam na monarquia um poder tolerante e benemérito, acreditando ser essa forma de governo a única capaz de equacionar os impasses e dilemas da “raça estigmatizada pela escravidão” (DOMINGUES, 2019, p. 25), outros tinham em comum o desejo de participar dos debates políticos e “postulavam que a forma de governo instituída em 1889 seria a única capaz de proporcionar à população a ampliação da cidadania, direitos universais e igualdade de oportunidades e de tratamento”. Segundo Domingues, expressivos segmentos dos grupos populares “acreditavam que, na medida em que se estabelecessem os princípios republicanos do talento e da virtude, naturalmente as clivagens baseadas em cor ou raça seriam erradicadas” (Idem, p. 33).

A imagem cristalizada no imaginário popular acerca da República é, sem dúvida, aquela que a percebe estritamente como um “golpe da caserna, sem povo, de escravistas ressentidos”. Alonso (2019, p. 186-188) aponta, contudo, que “a República se inaugurou com mobilização civil-militar e gente nas ruas”. Isto é, esse processo, não poderia ser compreendido apenas pela ação de alguns generais e suas tropas, mas sim a partir de uma multiplicidade de fatores. Alonso detalha vários desses fatores e conclui que

O Império afundou por sua própria conta, incapaz de solucionar seus problemas estruturais. A República surgiu de suas entranhas e, como um Saturno às avessas, devorou o pai. A conjuntura da mudança de regime foi de crises confluentes, que as instituições políticas falharam em resolver. Juntas, desestabilizaram alinhamentos políticos e tornaram opacas as regras que orientavam os atores. (...) embora longe de revolução popular, a República

tampouco foi simples quartelada. Resultou de mobilização social e de crises sobrepostas a que as instituições monárquicas foram incapazes de responder. Se a República seria democrática ou oligárquica, não era futuro inevitável no dia de sua proclamação. O passado, sim, é certo: derrubou um regime arcaico, excludente e desigual (ALONSO, 2019, p. 189-190).

Se a Proclamação da República conduzida por militares não estava propriamente nos planos dos diversos grupos republicanos, tampouco o repúdio a esse movimento fora consensual e imediato entre eles. Seguia presente a expectativa de que a República poderia resolver questões que as muitas décadas de monarquia foi incapaz de solucionar. Desde o princípio, porém, a primeira experiência republicana foi atravessada pela ideia da ausência, tendo sido a proclamação interpretada como movimento sem povo e as mais de quatro décadas da Primeira Republicana logo se tornariam amplamente conhecidas pela designação pejorativa dada por seus críticos dos anos 1920: “República Velha”.

Thiago Lenine Tolentino (2016, p. 49-50) relembra a antiga tradição dos cartunistas brasileiros de representarem a República como uma mulher. Essa tradição remete ao final do século XIX, ainda antes da proclamação, quando em 1888 essa representação aparecia na Revista Ilustrada de Ângelo Agostini. Desde então, reiteradas vezes, especialmente nos aniversários da Proclamação, a figura feminina da República foi ganhando novas interpretações, notadamente pejorativas: de figura greco-romana portentosa, honesta e guerreira passara à senhorita mundana, à dama faceira, à ama de leite de funcionários e políticos, à prostituta em meio a orgias e, por fim, no começo dos anos 1920 como mulher velha e decadente (TOLENTINO, 2016, p. 49)⁹⁶.

As quatro décadas de experiência republicana, contudo, não podem ser reduzidas à imagem produzida por seus críticos. Desde a sua origem até a interpretação propriamente dita do que foi a experiência das primeiras décadas do período republicano há diferentes interpretações. Havia aqueles que ainda à época acompanhavam Aristides Lobo em sua interpretação pela chave dos ‘bestializados’, mas, por outro lado, havia pensadores como Euclides da Cunha que também à época já produziam interpretação diversa, compreendendo a República como um produto inevitável da evolução da humana e que não deveria ser confundida com a “bela parada comemorativa de 15 de novembro

⁹⁶ A análise dessa tradição é uma forma contundente de se perceber as avaliações do regime republicano, assim como as representações de gênero no interior da cultura intelectual brasileira. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

de 1889” (CUNHA, 2006, p. 192-210, *apud* TOLENTINO, 2016, p. 50), embora identificasse mesmo naquele momento seus primeiros fundamentos sendo lançados.

Estas duas visões matriciais orientaram as perspectivas acerca da República no interior da cultura intelectual brasileira. Acompanhando algumas análises, porém, verificamos que em nenhuma das visões, até os anos 1920, a República aparece como algo velho, decadente e ultrapassado. A questão não é anódina, pelo contrário. Uma das principais características do republicanismo no Brasil foi sua associação com o novo, o moderno e atual (TOLENTINO, 2016, p. 50).

Na literatura, contudo, há farta referência à Primeira República como momento a ser compreendido a partir do predomínio das oligarquias e das práticas políticas do clientelismo e do coronelismo (cf. LEAL, 1948; CARONE, 1977). Embora seja certo reconhecer que essas práticas estiveram presentes, sabe-se hoje que é igualmente verdadeiro que diversos segmentos da sociedade brasileira buscaram construir outras formas de sociabilidade, tanto no meio rural quanto no urbano. Canudos, contestado, cangaço, revolta da vacina ou da chibata, movimento modernista, movimento operário em suas mais diversas expressões, coluna prestes e tenentismo são alguns dos eventos mais recorrentemente estudados e que atravessaram de norte a sul a primeira experiência republicana brasileira.

Para além de compreender a natureza de cada um desses eventos e suas reivindicações mais específicas, parece importante destacar, com o auxílio de Chalhoub e Silva, a emergência a partir desses fatos de um entendimento diferente do que se identificou até algumas décadas atrás na primeira experiência republicana. Se é certo que o sindicalismo e o associativismo do período, de forma geral, não podem ser entendidos de modo romantizado, tão pouco é possível ignorá-los. Cai por terra o pressuposto básico da ausência de vínculos entre os sujeitos, o que permite deslocar o olhar, antes limitado às dinâmicas oriundas do poder político, para o sindicalismo e o associativismo, traços também marcantes da Primeira República. Esse associativismo, aliás, tem sido hoje compreendido também a partir de diversos fatores, incluindo os de gênero, classe e raça⁹⁷.

⁹⁷ Há ampla literatura sobre o associativismo no Brasil tanto do século XIX quanto da Primeira República. Ver: BIONDI, L. Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo, 1890 - 1920. 2002; SOIHET, R. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; BATALHA, C. H. de M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. (Org.). Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004; SANTOS, Aline Tosta dos. A construção do papel social da mulher na Primeira República. Revista Em Debate, v. 8, p. 1-18, 2008. DE LUCA, T. R. O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990; SIQUEIRA, U. Entre sindicatos, clubes e botequins: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos, 1890-

Tendo como base esse acúmulo de estudos sobre o período, Schwarcz e Starling propõem uma abordagem que dê complexidade à interpretação hegemônica que identifica naquele período uma experiência marcada apenas pelo predomínio do privado sobre o público. As autoras compreendem as razões que levaram esse entendimento a ter vida tão longa na historiografia brasileira, mas enfatizam que também nele tomaram forma vários processos “sem volta”, como a democratização dos costumes e das instituições.

Foi nesse momento que os diferentes poderes ganharam uma forja definida, ensaiaram-se novos processos eleitorais e se rascunharam os primeiros passos no sentido de constituir uma sociedade cidadã com modelos de participação. Assim, se estouraram muitos conflitos no período, se não foram poucos os movimentos autoritários que asseguraram o novo regime republicano na marra (...) o momento foi inaugural no sentido de transformar o espaço das cidades no lugar de uma cidadania ativa onde ocorrem as disputas próprias à vida republicana (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 434).

As autoras destacam que não por acaso a rua se tornou local que abrigava a moda, o footing, a vida social, ao mesmo tempo em que também abrigava jornalheiros, grevistas, as manifestações políticas e diversas expressões da cultura popular. É nesse sentido que concluem ser “melhor optar por Primeira República. “Primeira”, pois teve o protagonismo do início (para o bem e para o mal) e porque ensejou novas e múltiplas formas de exercício da cidadania” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 436).

A consolidação da terminologia “República Velha” viria a ser ainda mais fortalecida com a construção do seu par oposto, o Estado Novo. Essas construções estão, pois, imbricadas. Reconhecer que a Primeira República foi um período ambíguo, que nela também se travou a batalha por direitos, a construção de uma distinção mais robusta entre as esferas pública e privada, a busca pelo reconhecimento da cidadania, de forma geral, será fundamental também para compreender que os direitos assegurados na Era Vargas não seriam mera concessão paternalista, mas fruto das lutas políticas travadas nas décadas anteriores. Em muitos casos, inclusive, os direitos assegurados nacionalmente na Era Vargas já haviam sido assegurados especificamente em alguns estados da federação⁹⁸.

Os anos 1930 trouxeram elementos fundamentais para a história política brasileira. As transformações, contudo, também seguiram fortemente compreendidas a

1920, 2008; FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 1: A formação das tradições.

⁹⁸ O voto secreto foi aprovado ainda na Primeira República em experiências estaduais, como a do Ceará. O voto feminino estadual também já havia sido assegurado no Rio Grande do Norte em 1927 (cf. TOLENTINO, 2016, p. 352).

partir do paradigma da ausência. Assim, se há aqui a intensificação do processo de industrialização e são consolidados os direitos sociais, em especial os trabalhistas, os estudos sobre a classe operária, via de regra, acabam reafirmando a ideia desse grupo como sendo desprovido de consciência de classe, razão pela qual seriam cooptados, manipulados, alvo privilegiado do populismo⁹⁹. Essa interpretação, como indicamos, esteve na base de diferentes tradições do Pensamento Político e Social Brasileiro (Capítulos 2, 3 e 4).

Tal e qual na literatura sobre a escravidão, os teóricos do populismo também percebem no Estado e nas lideranças políticas atores capazes de atomizar a sociedade. Para essa literatura, de acordo com Ângela de Castro Gomes, “os dominados podem ser e são, com frequência, praticamente destituídos de autonomia e consciência, quando submetidos a estratégias políticas próprias à sociedade urbano-industrial de massa”. Em reflexão que busca observar as permanências nos modos de olhar para escravos e trabalhadores industriais, afirma a autora que “pode-se dizer que o dragão da maldade apenas recebeu uma outra pele, mas sua vítima continuou a ser o trabalhador. Agora não mais o escravo ou o liberto, mas sim o homem livre, assalariado ou não.” (GOMES, 2004, p. 174).

Em *A invenção do trabalhismo* (GOMES, 1988) a autora inaugurava a crítica à interpretação do “populismo” e propunha o uso do conceito de *trabalhismo*. Segundo ela, essa categoria nomearia melhor o conjunto de ideias, crenças, valores, símbolos e estilos de fazer política que integravam a cultura partidária e sindical brasileira do período. Além disso, a reconstrução do percurso histórico do conceito de *populismo* indica como seus sentidos foram profundamente alterados, sendo a conotação pejorativa do termo construção feita especialmente no pós-1964 (FERREIRA, 2013; GOMES, 2013).

As obras mencionadas acima permitiram compreender que as primeiras leis que regulam o mercado de trabalho livre no Brasil foram parte de um processo que se iniciou na Primeira República e não apenas no pós-1930. Com isso, transpõe-se o marco de 1930, até então muito consagrado, indicando como o sucesso do discurso estadonovista se deu

⁹⁹ Não se pretende aqui retomar em sua profundidade as construções sobre o populismo. A interpretação que se tornou mais influente acerca do tema foi a produzida por Francisco Weffort (1968; 1978) e em “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1930-1964”, Revista de Cultura Contemporânea, ano I, n. 1 e 2, e Revista de Cultura e Política, ano. I, n. 1 (São Paulo, Cedec, 1978-9).

justamente por sua capacidade de compreender as lutas dos trabalhadores do pré-1930. Nesse sentido, esse processo só seria bem compreendido se atento à atuação dos trabalhadores que, mesmo quando duramente reprimidos, eram sempre interlocutores do Estado. Desse modo, Ângela Gomes refuta a ideia de uma classe trabalhadora passiva – ou destituída de uma ‘verdadeira consciência de classe’ –, razão que faria com que ela pudesse ser “manipulada por políticos ‘populistas’ que, tanto antes quanto depois da chamada Revolução de 1930, a enganavam com promessas de falsos benefícios, visando unicamente a alcançar prestígio pessoal/eleitoral” (GOMES, 2004, p. 175).

Se os direitos eram apresentados pelo próprio Estado Novo como “dádiva”, a autora aponta que os trabalhadores também se apropriaram dessa “dádiva” e passaram a cobrar sua execução. Afasta-se, assim, da interpretação que compreende os direitos assegurados como mera formalidade que só faria enganar ou acalmar os trabalhadores. Ao contrário, mesmo que algumas dessas leis tenham sido pensadas com esse intuito, a sua previsão abriu “brechas de ação” aos trabalhadores que passavam, pois, a “reivindicar direitos no mercado de trabalho, com bases em leis, ainda que elas estivessem sendo desrespeitadas, ou talvez por isso mesmo” (GOMES, 2004, p. 176).

Aqui há um forte paralelo com as leis abolicionistas, por muito tempo entendidas como “leis pra inglês ver”. Assim como a importância da Lei do Ventre Livre não se resume ao número de crianças que efetivamente a partir dela se tornaram livres, mas também foi fundamental por inaugurar a possibilidade de uma ação do Estado que quebrasse o poder dos senhores, algo semelhante ocorria com as leis trabalhistas do pós-1930. Sua importância não pode ser reduzida ao impacto imediato efetivamente produzido, devendo ser vista como inauguradora de uma nova possibilidade de intervenção robusta do Estado na regulamentação do mercado de trabalho.

Assim, se os escravos souberam agir nas brechas que a lei de 1871 lhes abriu, também os trabalhadores urbanos, mas não só eles, procuraram usar os direitos que as novas leis estabeleciam, até porque podiam defendê-los através de uma instituição igualmente nova: a Justiça do Trabalho (GOMES, 2004, p. 176).¹⁰⁰

¹⁰⁰ Rica análise dessas relações também foi desenvolvida, na esteira do trabalho de Ângela de Castro Gomes, por Jorge Ferreira. O autor investigou a relação construída entre Vargas e o povo trabalhador. Dentre seus objetos de análise estavam as cartas enviadas maciçamente para o Presidente. Diversas delas reivindicavam providências na esfera trabalhista e atestava que os trabalhadores, conhecendo o discurso oficial, se utilizava dele para exigir a obediência. Cf. FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: Ed FGV, 1997.

Chalhoub e Silva (2009, p. 35) apontam que a leitura que identifica a plena implementação do projeto corporativista nos anos 1930 seria limitada por restringir sua análise aos aspectos jurídicos e institucionais, subestimando o papel dos trabalhadores e de suas organizações nesse processo¹⁰¹. Do mesmo modo, a interpretação que percebe uma Justiça do Trabalho construída para operar apenas a serviço dos empresários não capta a importância que essa instituição recém-criada desempenhava para os propósitos de criação de uma imagem do Estado protetor. Para isso, a Justiça do Trabalho não poderia ser rotineiramente arbitrária e funcionar sempre a serviço dos empresários. Havia aqui, portanto, uma disputa que os trabalhadores souberam travar e se apropriar do campo legal e jurídico que se abria (CHALOUB e SILVA, 2009, p. 38-42).

Tratamos no começo deste capítulo sobre os impactos profundos da interpretação da escravidão como instituição total e o seu impacto na produção de uma leitura do escravo como sujeito atomizado. A continuidade dessa leitura acerca desses mesmos sujeitos no pós-abolição, agora por meio de categorias como “ex-escravos”, “libertos”, “negros” ou “operários”, produziu também uma reprodução da interpretação totalizante com impactos importantes nos estudos de outras instituições e fenômenos como o Estado, o Patrimonialismo, o Coronelismo, o Corporativismo etc. Indicamos como essas questões estiveram no pano de fundo das interpretações acerca da incapacidade popular, entendidos como produto de uma inferioridade racial (notadamente em Oliveira Viana, cf. Capítulo 2), uma inferioridade cultural (forte em Caio Prado, cf. Capítulo 3) ou mesmo como um resquício pré-moderno, interpretação forte na Escola Sociológica (marcante em Fernando Henrique, cf. Capítulo 4), tendo ecos ainda hoje em interpretações como a de Jessé Souza.

Diante disso, reconhecer as diferentes formas de mobilização de expressivos setores da sociedade desde períodos mais remotos até o processo de industrialização abre um amplo leque de possibilidades de revisão das compreensões predominantes acerca

¹⁰¹ Para a motivação dos movimentos grevistas entre 1931 e 1935, indicam os autores, dentre outros: HALL, M. M. Labor and the Law in Brazil. In: VAN DER LINDEN, M.; PRICE, R. (Org.). The Rise and Development of Collective Labour Law. Bern: Peter Lang, 2000. p. 79-95; HALL, M. M. Corporativismo e fascismo nas origens das leis trabalhistas brasileiras. In: ARAÚJO, A. M. C. (Org.). Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 13- 28; FRENCH, J. D. Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. Tradução de Paulo Fontes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

daqueles períodos históricos¹⁰². Nessa perspectiva, o fim do Estado Novo, em 1945, não deverá ser visto como ponto de partida, mas sim como período que abrirá maior espaço para a articulação do discurso trabalhista, a organização sindical e a sua vinculação a um partido político de grande expressão, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Trabalhismo, sindicalismo e corporativismo são, pois, “termos complementares para o conhecimento das ações do movimento operário e de suas relações com a burocracia estatal e o novo sistema partidário, estabelecido no país após 1945” (GOMES, 2004, p. 179).

Vários dos acontecimentos mais marcantes do período democrático entre 1945 e 1964 certamente também serão compreendidos por essa chave. Jorge Ferreira (2006, p. 9-10) aponta como, contrariamente ao que se costuma dizer – de que os partidos seriam artificiais, o clientelismo impediria mobilizações, o corporativismo desviaria a classe operária de seus interesses e que a CLT representava a tutela do Estado sobre os trabalhadores –, quem votava no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) sabia o que fazia. Votava pelo nacionalismo, pela reforma agrária, pela manutenção e ampliação dos direitos sociais. Algo semelhante ocorria com eleitores da UDN. Partindo desse entendimento, Ferreira identifica nos trabalhadores atores fundamentais daquele período.

A luta pela ampliação de seus direitos de cidadão, de seus direitos sociais e políticos os incentivava a irem para as ruas. Nas ruas também estiveram em 1954, revoltados diante da notícia do suicídio do presidente; no ano seguinte, voltaram a esse espaço público para defender a posse de Juscelino; em 1961, lutaram pela legalidade e pela posse de Goulart; durante todo o governo Jango, defenderam as chamadas reformas de base (FERREIRA, 2006, p. 10).

A construção de Ferreira (2006) acerca dos trabalhadores chega a uma conclusão bastante clara: trata-se de constatar que a democracia do período não necessitava de adjetivos, especialmente daqueles que a desmerecia como aquela ideia de uma “democracia populista”. Em direção semelhante apontam Paoli, Sader e Telles ao constatar que

Em 1950, é com o voto operário que Getúlio Vargas volta à chefia do governo. Em 1953, são as greves operárias de São Paulo que questionam a liderança getulista e fazem ascender direções comunistas ainda no interior dos sindicatos estatizados. Em 1954, após o suicídio de Vargas, assediado pelos conservadores udenistas, são multidões de trabalhadores nas ruas que

¹⁰² Sobre o tema, ver: BATALHA, C. H. de M. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. SILVA, F. T. da. Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003; MUNAKATA, K. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

bloqueiam o triunfo de seus oponentes. Em 1955, o governo Kubitschek estabelece uma política intensa de industrialização, estimulando o ingresso de capitais estrangeiros, tendo por base de apoio um amplo leque de forças que tinha em uma das pontas os sindicatos operários (PAOLI, SADER e TELLES, 1983, p. 134).

Uma série de outros movimentos mereceriam maior destaque para tratar do período fosse esse o objetivo central desta tese. A campanha do “petróleo é nosso”, apresentado por Schwarcz e Starling (2015, p. 402) como um dos poucos movimentos de massa nacional que foi capaz de abrigar diferentes orientações ideológicas (de militares a comunistas, passando por católicos, estudantes, trabalhistas e udenistas) certamente consiste em importante expressão dessa mobilização popular. Igualmente mereceriam registro mais detalhado o alcance e a complexidade da atuação dos sindicalistas urbanos¹⁰³ bem como as diversas organizações no campo durante esse período dentre os quais se destacam as ligas camponesas e outros movimentos como a revolta de trombos e formoso¹⁰⁴. Não cabe aqui aprofundar a análise acerca de experiências específicas, mas apenas identificar a sua existência e, claro, atestar a sua importância para compreender os rumos da história nacional.

É curioso notar que esses eventos históricos ocorriam enquanto parte dos intelectuais analisados nesta tese – ao menos Caio Prado e Fernando Henrique – escreviam seus trabalhos. Nos estudos acerca do século XIX, como advertimos anteriormente, a pouca sensibilidade dos intérpretes aos movimentos populares pode, ao menos em parte, ser compreendido em função da escassez de informações e da utilização de relatos de viajantes europeus que eram uma das poucas fontes disponíveis. Contudo, a pouca atenção dada aos eventos que ocorriam no mesmo período em que escreviam e a insistência no diagnóstico da debilidade mesmo nesse contexto salta aos olhos.

Curiosamente, quem parece ter captado alguns desses movimentos foi Oliveira Viana. Sua resposta conservadora a esse processo, contudo, foi a construção de desenhos políticos que controlassem essa participação, sob o risco do Brasil se tornar o novo Haiti.

¹⁰³ Ângela de Castro Gomes (2004) aponta, a partir das obras de Regina de Moraes Morel (2001) e de Fernando Teixeira da Silva (1993; 1995) a complexidade da atuação dos metalúrgicos da CSN e dos marítimos do porto de Santos. Em resumo, a autora atesta que o que “todos esses estudos sobre o sindicalismo do pós-1946 evidenciam é a existência de um movimento operário muito mais rico e complexo, que se relaciona com o empresariado, com os partidos políticos e com setores da burocracia governamental, além, é claro, da Justiça do Trabalho. Entre todos esses atores políticos, com pesos muito distintos, as relações de dominação comportam tanto conflitos quanto acordos, havendo sempre múltiplas possibilidades” (GOMES, 2004, P. 182).

¹⁰⁴ Sobre o tema, ver: CUNHA, 1997; FERNANDES, 1988; MAIA, 2008.

Já Caio Prado e Fernando Henrique Cardoso, centrados em compreender as grandes estruturas que explicariam a totalidade da realidade social brasileira, perderam de vista aspectos microssociológicos que poderiam expandir o horizonte de suas obras. Sem elas, foram incapazes de reconhecer poderosas experiências concretas de organização popular que se desenvolviam mesmo em sua época.

Os ensaios que buscam reconstruir esses processos de longa duração da história nacional, tão marcante em autores como Oliveira Viana e Caio Prado, perderam centralidade a partir da especialização do conhecimento científico. Esse processo parece ter feito com que as grandes interpretações sobre o Brasil seguissem sendo aquelas produzidas no século passado. Tais interpretações seguem sendo polemizadas, discutidas, resgatadas, o que indica, antes de mais nada, ainda a sua forte presença entre nós¹⁰⁵. Por trás do conjunto de trabalhos que se propuseram a investigar períodos históricos específicos, muito bem recortados espacial e temporalmente na análise da organização de operários, camponeses ou outros segmentos da sociedade brasileira em locais e datas muito específicas, parece emergir propriamente uma nova interpretação do Brasil centrada no protagonismo das suas forças sociais.

Não se trata de superestimar tais processos ou idealizar suas motivações, mas sim de rejeitar os diagnósticos da apatia e compreender a mobilização social como parte indispensável no estudo dos processos políticos brasileiros. Nesse sentido, tanto se verá forças populares lutando por projetos democráticos e por expansão de direitos como também servindo de base para projetos autoritários e regressivos em matéria de direitos.

O golpe de 1964 por certo constitui um ponto de inflexão nesse processo. Ainda que se possa indicar a existência de apoio por parte de alguns segmentos da sociedade, foi esse movimento caracterizado por um forte caráter antipopular. Em meio aos inúmeros golpismos ensaiados nos dez anos anteriores, esse foi certamente o último recurso disponível a setores conservadores e reacionários em seu propósito de derrotar o trabalhismo que ainda possuía forte peso eleitoral¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Na tese de doutorado de Beal (2015, p. 29), é feita uma tabela listando os pensadores brasileiros mais citados nacional e internacionalmente, liderados respectivamente por Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. A metodologia utilizada para a sua produção, contudo, não é clara.

¹⁰⁶Luiz Antônio Dias (2013; 2021) analisa o papel da imprensa e o comportamento da opinião pública no contexto do golpe de 1964. A partir de pesquisas do IBOPE, o autor demonstra como Goulart tinha avaliação positiva, em especial entre os mais pobres. Esses dados reforçam nosso argumento e contraria a interpretação de que a queda de João Goulart estaria associada à perda de apoio popular.

O desenrolar do regime civil-militar, contudo, seria caracterizado por diferentes formas de resistência. A necessidade de dar ao regime um verniz moderno forçava os próprios autocratas a agirem por meio das leis e da criação de uma democracia aparente. A aparência aqui, uma vez mais, abria espaço para a atuação de diferentes grupos nas “frestas” dessa institucionalidade. No campo da política institucional, a oposição seguiu articulada por meio do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no restrito espaço existente. Advogados, do mesmo modo, também exploraram essa contradição para atuar (cf. SPIELER e QUEIROZ, 2013; SÁ, MUNTREAL e MARTINS, 2010). A igreja católica, embora dividida, também teve papel importante naquele contexto. Antes do golpe, atuou ao lado de setores comunistas no Movimento de Educação de Base (MEB). Depois, várias de suas lideranças, dentre elas o arcebispo de Recife e Olinda, D. Helder Câmara, foram ativos na luta contra o regime autoritário. Não por acaso, atestam Schwarcz e Starling (2015, p. 461), naquele regime assassinou-se pela primeira vez um padre por motivos políticos.

Fora do campo institucional, importantes lideranças coordenaram esforços diversos contra o regime de exceção, seja por meio da luta armada revolucionária ou em outras esferas, como nas greves operárias, nos movimentos estudantis, no movimento negro, nos clubes de mães, nas comunidades eclesiais de base, nas diversas articulações de artistas, nas escolas de samba e até no futebol. Ou seja, assim como a ditadura civil-militar (1964-1985) constituiu certamente um dos mais dramáticos e prolongados períodos de retrocesso na história política nacional, é igualmente verdade que se empreenderam esforços nas mais diversas frentes com o objetivo de contestar o regime em vigor.

Não se tratava, portanto, como sugeriu Cardoso, de produzir uma modernização econômica para então ocorrer uma “ativação” da sociedade civil. Não há sustentação para o diagnóstico de um “vazio histórico”, de uma sociedade que não foi educada e tornada capaz de “reivindicar tanto pão como liberdades” (CARDOSO, 1972b, p. 82)”, assim como não há outra coisa que não violência no discurso de Caio Prado ao dizer de um “predomínio incontestado” do homem branco justificável pela “inferioridade” de culturas negras e indígenas, especialmente das mulheres (2011, p. 291-293).

A partir dos anos 1980 novos teóricos passam a identificar o surgimento de nova força social. Os anos finais da ditadura civil-militar, marcados pela eclosão de diversos

movimentos, em especial as greves, a campanha pelas Diretas Já e o movimento em torno da Constituinte, teria feito com que essa sociedade – antes dominada pelo clientelismo, pela ação pouco racional, pelo cooptação – encontrasse agora condições para se desenvolver. A redemocratização funcionaria, pois, como uma espécie de marco zero do processo de formação social brasileira. Diferente do privatismo que explicaria os momentos anteriores, estaríamos diante de “Novos atores”, “novos públicos” que se oporiam às estruturas tradicionais. Essa construção foi importante à medida que identificou “agência” e rompeu com o diagnóstico corrente, mas encontra sua limitação justamente ao reproduzir os entendimentos sobre os períodos históricos anteriores (AVRTIZER e COSTA, 2004; AVRITZER e WAMPLER, 2004; WEFFORT, 1972).

Não se nega, é claro, a importância do processo de redemocratização, o marco representado pela Constituição de 1988 e as novas possibilidades de organização que emergem a partir de então. O que nos parece fundamental, contudo, é justamente compreender que esse processo foi um marco importante não pelo ineditismo de uma estrutura social “racional”, “ativa” ou “mobilizada”, mas pela criação de mecanismos institucionais que permitiram uma maior abertura do Estado à sociedade. Concordamos com Perlatto que

Não obstante a importância desses trabalhos, o foco da maior parte deles concentrou-se nas décadas de 1970, 1980 e 1990, como se a esfera pública apenas tivesse se configurado no País no contexto do fim da ditadura militar (...) ainda que destacando a importância desses trabalhos para problematizar as formulações que sustentam a inexistência de uma esfera pública no País, é preciso reconhecer a insuficiência deles no sentido de se compreender como se processou historicamente a construção da esfera pública no País (PERLATTO, 2018, p. 100).

A novidade aqui se dá também pela necessidade cada vez menor da adoção de “discursos ocultos”. Durante a ditadura civil-militar, com a maior parte dos espaços institucionais fechados, importantes setores da sociedade se viram forçados a constituir uma resistência por meio de discursos que abusavam da ironia e da ambiguidade, adotavam símbolos pouco explícitos e, na maioria das vezes, articulavam-se de forma clandestina. É importante destacar, contudo, que estratégias semelhantes a essas foram amplamente utilizadas pelos setores subalternos em diferentes períodos históricos. As ações apresentadas ao longo dessa seção, organizadas com finalidade política explícita, visando tomar o poder, pressionar abertamente um governante ou provocar o poder

judiciário, são apenas uma parte do que se deve compreender como as formas de mobilização social que atravessaram a história brasileira.

EM BUSCA DE OUTRAS GRAMÁTICAS – UM OUTRO OLHAR PARA O SUBALTERNO

Resistências cotidianas

Diante dos elementos expostos nas páginas anteriores, faz-se necessário reconhecer a existência de outros modos de organização política, outras práticas que não correspondiam aos parâmetros canonicamente estabelecidos para a construção do espaço público. Acredita-se ser possível afirmar que o subalterno não agiu apenas da forma esperada pelos teóricos, alinhados a uma racionalidade europeia, inseridos em uma perspectiva laicizada ou organizados a partir de espaços institucionais construídos com essa finalidade.

Nesse sentido, seguimos os passos de Ricardo Mendonça (2012) ao articular as contribuições de James Scott (1990) e Michel de Certeau (1994) para compreender formas de resistência que não se resumiram aos processos de estruturação política de demandas. Isto é, para além dos movimentos, revoltas e organizações que se estruturam ao longo da história brasileira, amplamente apresentados na seção anterior, há ainda outras formas do fazer político que merecem atenção. Sua expressão pode ser identificada em esferas da cultura usualmente pouco investigadas. Emerge disso, pois, a importância de se compreender as festividades, as práticas religiosas, a música e mesmo os modos de vida inseridos na vida cotidiana. Após ter apresentado vasta produção historiográfica identificando lutas populares organizadas em movimentos diversos, as formas ocultas de resistência (SCOTT, 1990) aparecem não em oposição, mas, ao contrário, como forma de expandir o horizonte de compreensão sobre o tema.

Nessa mesma direção, parece possível estabelecer aqui um paralelo com a obra de Gayatri Spivak (2010) e perceber como o subalterno sempre falou, mas nunca pode ser ouvido. Deslocando o olhar do *desvio* ou da *falta*¹⁰⁷ para compreender a potência presente

¹⁰⁷ AUSÊNCIA – Carlos Drummond de Andrade

Por muito tempo achei que a ausência é falta | E lastimava, ignorante, a falta. | Hoje não a lastimo. | Não há falta na ausência. | A ausência é um estar em mim. | E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços, | que rio e danço e invento exclamações alegres, | porque a ausência, essa ausência assimilada, | ninguém a rouba mais de mim.

nessas formas de manifestação, pretende-se apontar algumas das formas menos visíveis de resistência, aquilo que Scott (1990) denomina *hidden transcripts*. Acreditamos que também esse resgate, ainda que feito de forma bastante breve, contribui para afastar a persistente noção da apatia social amplamente tratada ao longo desta tese.

Partindo do diálogo entre Nancy Fraser e Jürgen Habermas, Fernando Perlatto (2018, p. 47¹⁰⁸) busca apontar como se formaram esferas públicas subalternas de forma mais fragmentada nos países (semi-)periféricos. Os profundos processos de exclusão e de estratificação social forçaram os grupos subalternos a constituírem múltiplas e diversas arenas organizativas e discursivas próprias para darem vazão às suas visões de mundo. Expandindo o conceito¹⁰⁹ originalmente formulado tendo como referencial a realidade dos países centrais – a partir do qual só se identificaria no Brasil a sua ‘falta’ –, busca apontar como desde o século XIX a esfera pública se configurou no país. De um lado, segundo o autor, ter-se-ia constituído uma esfera pública seletiva e, de outro, uma esfera pública subalterna em que se organizavam os segmentos populares.

Importante destacar aqui que a seletividade não deve servir, como faz Jessé Souza (2000), para caracterizar um processo particular brasileiro de ingresso na modernidade. Ao contrário, deve atestar a própria seletividade inerente a todo o processo modernizador, ainda que em diferentes graus. Concordamos aqui com David Gomes, para quem

Se não houve – principalmente no Brasil, que aqui interessa mais de perto do que Portugal – a conformação já naquele momento [início do século XIX] de uma ampla esfera pública, totalmente modernizada, liberta das antigas amarras e caracterizada pela livre troca argumentativa entre pessoas universalmente compreendidas como iguais, isso tampouco aconteceu em lugar algum do mundo (GOMES, 2016, p. 72).

Parece possível concordar com Perlatto (2018, p. 61-62) que historicamente houve o predomínio dos interesses presentes na esfera pública seletiva, mas também que essas esferas se comunicaram e que o fortalecimento de certas pautas, como a abolicionista,

¹⁰⁸ O acesso à obra de Perlatto se deu por meio de ebook cuja paginação não é precisa. Preferi manter a paginação indicada no software de leitura, mesmo que aproximada, para facilitar o trabalho de quem desejar consultar.

¹⁰⁹ A partir da obra habermasiana, Perlatto aponta que “Ao pensar a esfera pública mais associada aos fluxos comunicativos espontâneos que emergem na sociedade, a partir do debate e da discussão livre sobre questões de interesse comum entre os cidadãos considerados iguais, política e moralmente, Habermas procurou inserir essa categoria no núcleo de sua teoria procedimentalista da democracia, apontando-a como uma arena discursiva do agir orientado para o entendimento, na qual os valores democráticos formar-se-iam e reproduzir-se-iam a partir de redes de comunicação de conteúdos e tomadas de posição” (PERLATTO, 2018, P. 55-56).

invadiu a esfera pública seletiva e tornou insustentável a manutenção daquele sistema. Para compreender essa esfera subalterna, contudo, é importante compreender a importância que outras formas de expressão assumem aqui. Nesse sentido, Perlatto empreende uma crítica à centralidade das ações racionais no procedimentalismo de Jürgen Habermas (PERLATO, 2018, p. 83). A inventividade e a criatividade expressas no carnaval funcionam como um exemplo e também como uma alegoria dos diferentes modos pelos quais se disputaram sentidos, reconstruíram-se histórias apagadas e criaram-se formas de vida, especialmente para os povos da diáspora.

Há um esforço de ampliação da compreensão da esfera pública tendo como base a própria seletividade e a limitação imposta à sua formação em um contexto periférico, colonial. É isso que atesta também Marilena Chauí (1986, p. 33), ao afirmar que não são apenas os atos de fala, as expressões abertamente direcionadas ao convencimento que devem ser observadas. Em vários momentos, especialmente em sociedades marcadas pela violência, é preciso também observar os silêncios, o implícito, o invisível.

Nesse sentido, as expressões artísticas, religiosas, desportivas, enfim, culturais, aparecem como elementos de fundamental importância na construção dessas esferas públicas subalternas e na (re)criação de outras formas de vida no Brasil. É possível identificar sua expressão nos mais diversos momentos da história nacional. Já mencionamos anteriormente como o teatro se transformou em uma forma inventiva de compartilhar informações com expressivos setores não alfabetizados no contexto da Independência (GOMES, 2016, p. 66). Em sua análise do período imperial, Lilia Schwarcz (1998) apresenta como, em paralelo às festas oficiais, houve uma profusão de festas populares como o dia de Reis, a festa do Divino, as cavalhadas, as congadas e os batuques, o entrado ou o Carnaval que, em meio aos enredos religiosos, “contavam histórias diferentes desta terra, de sua população e de seu destino” (SCHWARCZ, 1998, p. 303).

É nesse sentido que Perlatto (2018, p. 79) identifica que embora tenham sido frequentemente perseguidos, das modinhas e lundus até o hip-hop e o funk, as canções produzidas pelos subalternos – irreverentes, obscenas ou graciosas – foram capazes de alcançar os espaços da esfera pública seletiva. Algo semelhante ocorria no campo estrito da religião, de tal modo que as festas e a profusão de irmandades e associações religiosas

revelam formas de associação do subalterno e as formas criativas pelos quais esses grupos leram as tradições, apropriaram-se delas e as reinventaram (cf. ALMEIDA, 2022).

O olhar colonizado, contudo, foi incapaz de compreender essas expressões em sua riqueza. Também as distintas tradições do pensamento político brasileiro analisadas nesta tese foram incapazes de fazer ouvir as vozes dos subalternos. Profundamente atravessados pelo racismo, ainda que expressos em graus diferentes, foram incapazes de compreender a riqueza e a potência daquilo que foi construído em resposta ao, ou apesar do, projeto colonial (Cf. MIGNOLO, 2018; QUIJANO, 2019).

Nesse sentido, mesmo a intelectualidade brasileira mais bem intencionada se transforma também em parte do problema na medida em que termina por construir ampla reflexão a partir da verificação daquilo que falta, não reconhecendo a potência inscrita nesse corpo social. Como buscamos demonstrar, esse olhar condicionou também o pensamento prospectivo e as possibilidades de construir projetos políticos e desenhos institucionais que dialogassem de modo mais efetivo com a realidade social. Os teóricos mais desalentados olharam para a realidade social com desânimo, desesperança. Os mais ousados, buscaram desenhar caminhos que, ao fim e ao cabo, propunham formas de nos emanciparmos de nós mesmos.

Há, assim, retratos do Brasil que se tornam de alguma forma uma continuidade de uma expressão colonial, ainda que eles próprios, como é o caso de Caio Prado Júnior, estejam justamente se empenhando em apontar o peso da colonização sobre nós. Antes dele, a proposição eugênica do branqueamento, sintetizada aqui na análise da obra de Oliveira Vianna, certamente foi a mais perversa, ainda que estivesse imbuída de uma crença genuína na purificação da nação. Depois, o processo de modernização a partir das forças do mercado, em especial do mercado internacional, analisado aqui a partir da obra de Fernando Henrique Cardoso, foi a versão mais bem-acabada dessa leitura, capaz de conectar análises sociológicas de longa duração a dinâmicas econômicas globais em curso no final do século XX.

Nesse sentido, recorro aqui a Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino (2018, p 11-13) para seguir na busca de uma alternativa ao olhar colonizado que predominou entre nós. Os autores denunciam que o colonialismo “se edificou em detrimento daquilo que foi produzido como sendo o seu outro”, que a agenda colonial produziu a incredibilidade

de inúmeras formas de existência e de saber e, ainda, atestam “como também produz[iu] a morte, seja ela física, através do extermínio, ou simbólica, através do desvio existencial”. Apesar disso, contudo, identificam que pela gigante encruzilhada que se tornou o Atlântico atravessaram sabedorias de outras terras que, “lançadas na via do não retorno, da desterritorialização e do despedaçamento cognitivo e identitário, reconstruíram-se no próprio curso, no transe, reinventando a si e ao mundo”. Concluem que “por mais que o colonialismo tenha nos submetido ao dismantelo cognitivo, à desordem das memórias, à quebra das pertenças e ao trauma, hoje somos herdeiros daqueles que se reconstruíram a partir de seus cacos” (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 13).

Trata-se de compreender que para as nações negro-africanas e também para diversas populações ameríndias, a morte é lida como espiritualidade e não como oposição à vida, de tal modo que só há morte quando há esquecimento. Compreender esses modos de concepção da vida ajuda a dar a dimensão da barbárie representada pelo aparato colonial, produzindo a morte a partir do apagamento e do esquecimento de milhões de pessoas. Em contrapartida, o Atlântico emerge como uma grande encruzilhada que permitiu também a (re)construção de memórias, a reinvenção do mundo a partir das frestas. Para cada regra, uma transgressão. A partir desse olhar, os autores buscam demonstrar como “o pau que deu no couro, marcando a trágica experiência colonial, é também a baqueta que repercute no couro da caixa da escola de samba e invoca Oxossi através de seu agueré, Xangô pelo seu alujá e Oyá pelo seu ilú” (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 12).

Em sintonia com as contribuições trazidas pelo debate sobre decolonialidade (DUSSEL, 2000; MIGNOLO, 2018; QUIJANO, 2010; 2019), especialmente no campo do saber (LANDER, 2005), Simas e Rufino se empenham em superar o modelo de ensino centrado no colonialismo ocidental e associado à política de expansão da fé cristã. Contribuindo também para o debate sobre epistemologias do sul (SANTOS, 2010), os autores desenvolvem uma outra proposta pedagógica que se funda na ideia oposta da debilidade, reconhecendo as culturas e valores a serem fortalecidas no processo pedagógico.

A pedagogia das encruzilhadas é versada como contragolpe, um projeto político/epistemológico/educativo que tem como finalidade principal desobsediar os carregos do racismo/colonialismo através da transgressão do cânone ocidental. Esse projeto compreende uma série de ações táticas que chamamos de cruzas. São essas táticas, fundamentadas nas culturas de síncope,

que operam esculhambando as normatizações. Os cruzas atravessam e demarcam zonas de fronteira. Essas zonas cruzadas, fronteiriças, são os lugares de vazio que serão preenchidos pelos corpos, sons e palavras. Desses preenchimentos emergirão outras possibilidades de invenção da vida firmadas nos tons das diversidades de saberes, das transformações radicais e da justiça cognitiva (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 22).

Um dos pontos centrais para os autores consiste em reconhecer as macumbas brasileiras como *locus* de produção de conhecimento. Tal reconhecimento teria como implicação partir de suas próprias bases prático-teóricas para pensar sobre elas mesmas, mas também sobre outros campos. Ensaia-se, assim, uma proposta de mudança radical nas perspectivas de compreensão da realidade. Trata-se de fazer coexistir diferentes modos de conhecimento, diferentes saberes. Projetar o mundo por meio de perspectivas que se orientem pelo cruzo e suas inúmeras possibilidades de recriação, redefinindo o lugar da produção e manutenção do saber determinada pela perspectiva monológica da “racionalidade ocidental e seu caráter monorracional - para uma perspectiva polirracional, assentada e orientada por inúmeras lógicas” (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 28).

A tarefa colocada ao pesquisador nessa área é espinhosa. Não há caminho simples para constituir um sistema político e/ou educacional capaz de substituir os padrões ocidentais que estiveram na origem desse sistema. Nem tampouco se trata de negar as importantes contribuições técnicas e científicas ou a robusta contribuição da filosofia ocidental, formadoras da modernidade. Há, porém, o desafio de compreender essas contribuições à luz da realidade periférica, latino-americana, brasileira. A nosso juízo, parece que a tarefa mais evidente e, ao mesmo tempo, mais necessária consiste em apontar como o olhar colonizado foi, e continua sendo, incapaz de reconhecer a potência presente nas forças sociais brasileiras, majoritariamente não brancas, e como isso produziu respostas, na melhor das hipóteses, insuficientes para resolver os impasses brasileiros. Como romper com esse padrão sem negá-lo por completo é o desafio que está posto.

Simas e Rufino parecem estar atentos ao mesmo problema e oferecem como proposta descentrar a primazia do postulado ocidental¹¹⁰ como única presença possível.

¹¹⁰ Apontam como a partir das práticas dos terreiros se rasura a máxima de Descartes, “penso, logo existo”, pra transformá-la em outras: “São elas, o ‘vibro, logo existo’, ‘danço, logo existo’, ‘toco, logo existo’, ‘incorporo, logo existo’ e ‘sacrifico, logo existo’. Todas essas máximas cunhadas nos chãos e axés das macumbas brasileiras vêm deslocar a primazia presente na razão ocidental que expressa, na edificação da cabeça em detrimento do corpo, a representação do saber/ poder de seu modo de racionalidade. A rasura aqui proposta não parte da fragmentação, mas sim do reconhecimento da integralidade corpórea. As epistemologias das macumbas rompem com a lógica dominante ocidental que se orienta por um corpo que se movimenta contrário à sua cabeça. (...) As máximas macumbísticas não só apontam o corpo,

Apresentam a riqueza e a complexidade que envolve o terreiro, ensinando que não se trata apenas de espaços físicos dedicados à prática religiosa, mas são também espaços que extrapolam a dimensão física, material. Recriam o sagrado, mas também o profano. Não seguem, pois, o binarismo tão presente na cultura europeia-ocidental. Trata-se de um tempo/espaço onde o saber é praticado nas mais variadas formas de invenção da vida cotidiana. Os autores apontam como essas culturas, embora destroçadas e fragmentadas pelo projeto colonial, “se redefiniram a partir da criação de instituições associativas (zungus, terreiros de santo, agremiações carnavalescas etc.) de invenção, construção, manutenção e dinamização de identidades comunitárias” (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 58).

Compreendemos, pois, que os terreiros constituíram espaços de resistência cotidiana que atravessaram séculos de escravidão, racismo e colonização. Na contramão dos dizeres de Fernando Henrique Cardoso (2003, p. 179), para quem “a sociedade escravocrata dispunha de mecanismos pelos quais moldava a personalidade do escravo, impedindo a formação de atitudes capazes de orientar sua ação para a concretização dos ideais de libertação”, reforçamos nosso entendimento de que a história brasileira não pode ser bem compreendida apenas a partir das suas estruturas de poder e dominação, sendo necessário também investigar como a sociedade inteira não se reduziu a essas estruturas (CERTEAU, 1994; MENDONÇA, 2012, p. 343). Nesse sentido, estamos convencidos que os terreiros, compreendidos aqui em suas múltiplas dimensões, constituíram formas de resistência, de reconstrução constante, de invenção de identidades e de vida.

Assim, parece importante reconhecer que esses espaços ajudaram a construir relações de reconhecimento, não cumprindo apenas o objetivo estratégico-racional que comumente se busca identificar em organizações cujo sentido é estritamente político, como os movimentos sociais e sindicatos. Os terreiros constituíram espaços físicos e simbólicos que contribuíram para a construção de noções de autorrespeito, autoconfiança e autoestima, permitindo que os sujeitos pudessem perceber a si mesmos como possuidores de um determinado *status* (HONNETH, 2011, p. 87-88).

historicamente negado e regulado, como potência de saber, como também deslocam o ser humano, que ao longo da história ocupa lugar de distinção, por ser considerado dotado de racionalidade, para um lugar de rasura e interseção com outras presenças. (SIMAS e RUFINO, 2018, P. 30)

Constituindo espaços em que se estruturavam tais relações, é possível identificar aquilo que Karl Monsma afirma ser percebido por James Scott como uma forma de resistência até mais democrática e mais enraizada na vida popular que diversos movimentos ou partidos formais, geralmente liderados por segmentos educados da classe média que acham que sabem melhor que os pobres o que é bom para eles (MONSMA, 1999). Contudo, não se busca hierarquizar, mas apenas ressaltar a existências das diferentes formas de organização social. Todas elas são úteis aqui ao nosso argumento, qual seja, de que a compreensão do peso das estruturas e das formas de dominação não devem ser suficientes para que interpretemos essas instituições como capazes de impedir o florescimento das mais variadas formas de expressão política e cultural.

Na primeira parte demonstramos como esses sujeitos, mesmo que escravizados ou em condição subalternizada, foram capazes de tensionar e disputar os rumos políticos do país junto ao aparato institucional em diferentes momentos da história nacional. Em seguida, buscamos apontar como as mobilizações extrapolavam a esfera do político-institucional, sendo muitas dessas expressões esforços de (re)construção de identidades. Resta, contudo, a tarefa de costurar melhor, ainda que brevemente, essas duas partes para aproximar os estudos da cultura e da história social à política.

Costurando as partes - ou a gramática do tambor

A partir de Simas e Rufino aprendemos que os tambores contam histórias, conversam com os sujeitos, modelam comportamentos e ampliam horizontes do mundo. Funcionam, pois, como forma de resistência em diversas dimensões, muitas vezes expressando o que a palavra não pode dizer e que os livros não podem contar. A alfabetização na percussão não é tarefa simples, existindo uma pluralidade de toques e possibilidades que levam os autores a falar em uma “pedagogia do tambor”¹¹¹ (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 58).

Tendo em mente a riqueza e a complexidade inserida nessas práticas, percebe-se que o figurino ou a letra de um samba cantado – esferas mais facilmente captadas por intelectuais ou por autoridades empenhadas no cerceamento das liberdades – não consiste

¹¹¹ Ensinam os autores que os tocadores são, em sua maioria, ensinados desde criança quais são os toques adequados para cada orixá, vodum ou inquice. Há também toques específicos para expressar coisas tão distintas como as conquistas, as alegrias e tristezas, o cansaço, a realeza, a harmonia, suavidade, conflitos.

no aspecto mais decisivo para a compreensão da mensagem que ali se transmite. Assim, se durante muito tempo as escolas de samba foram obrigadas a trazer em seus enredos as narrativas épicas da história oficial, sugerindo a simples submissão ao poder instituído, as baterias ofereciam mensagens que rompiam fortemente com essa imposição.

Quem apenas observar a gramática das letras, ao ouvir o samba de 1968 da Mocidade Independente de Padre Miguel, vai identificar a homenagem ao pintor alemão Johann Moritz Rugendas, um personagem canônico. Quem aprendeu o tambor, todavia, escutará a louvação aos orixás caçadores sintetizados nos mitos de Oxossi e no toque do agueré. Enquanto as fantasias, alegorias e a letra do samba evocavam o homem das telas e pincéis, a bateria evocava a cadência e a astúcia do caçador que conhece os atalhos da floresta e caça, durante sua dança, as mazelas e dores das mulheres e dos homens para curá-las (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 60-61).

O exemplo acima é apenas um dos muitos apresentados pelos autores, evidenciando os modos concretos como, por meio dos tambores, da festa, do carnaval, enfim, das diversas expressões culturais, povos subalternizados foram capazes de resistir ao poder instituído. Ao se constituir também como expressão religiosa, demonstram como não é pertinente para as concepções de mundo e saberes afro-brasileiros a separação simples entre sagrado e profano.

Assim, as escolas de samba, pra ficar em apenas um exemplo, foram ao longo dessa história uma instituição associativa fundamental. Não apenas criaram um sentimento de pertencimento para povos cuja história e identidade fora destroçada pelo projeto colonial, como também contestava o poder oficialmente instituído. O tambor funciona aqui como uma ponte fundamental. Questionam, pois, os autores: “quem não percebe que existe aí, nesse idioma dos tambores, um manancial educativo vigoroso de elucidação dos mundos e capacitação para interpretar a vida?” (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 62).

Perceber essa potência a partir das escolas de samba do Rio de Janeiro possui um significado especial dado o peso simbólico-político que esse espaço teve e tem ainda hoje. Nesse sentido, é possível toma-lo como exemplo, mas certamente o ponto aqui destacado não se resume a uma localidade e a um contexto específico¹¹². Ao contrário, as conexões

¹¹² Sobre a festa e o tambor, em Minas Gerais, ver: GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: os Arturos*. 2. ed. Belo Horizonte: Maza, 2000. (Coleção Minas e Mineiros); CARVALHO, Letícia Maria Badaró de. *A festa da libertação – comunidade dos Arturos: espaços de resistência e lugar do encontro entre visitante e visitado*, 2011.

entre religiosidade, festa e política seguem sendo prática comum em lutas políticas contemporâneas, por exemplo entre os que reivindicam direito à terra¹¹³ ou à moradia¹¹⁴.

A partir dos estudos acerca da cultura nos povos da diáspora percebe-se a impossibilidade de separação simples entre as dimensões política, religiosa, cultural e epistemológica. Estético, poético e epistemológico são compreendidos como esferas do político.

As inúmeras possibilidades de comunicação/linguagem das populações afro-ameríndias constituem-se como uma estética das presenças. Ou seja, diferentes formas de reivindicação das suas identidades políticas e dos estatutos ontológicos que fundamentam as suas presenças historicamente negadas e descredibilizadas pelo projeto de mundo alicerçado no paradigma ocidental. É nesses termos que a "festa que espanta a miséria" torna-se culto da potência transgressora que dobra a escassez e o desencantamento produzido pelo colonialismo (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 108).

Nesse sentido, acreditamos que está lançado o desafio à Ciência Política, e de resto em todas as áreas, de romper com a produção teórica fundada em um paradigma colonial. O olhar para a cultura no Pensamento Político e Social Brasileiro, quando houve, não raras vezes terminou por reproduzir uma visão de um povo que desconhece os imperativos da racionalidade e da impessoalidade moderna (HOLANDA, 1936; DA MATTA, 1979; 1984; ALMEIDA, 2007). Produziu-se um olhar hegemônico cujo diagnóstico principal centrava-se na ideia de *desvio*. Seguem ainda presentes, mesmo em autores tão distintos quanto Alberto Carlos Almeida e Jessé Souza, a expectativa de que finalmente as benesses da modernidade “cheguem” às camadas mais pobres. Não percebem, contudo, as contradições inerentes ao projeto moderno e como esse caldo cultural é o que de mais precioso emergiu como resposta a ele, a partir das suas margens.

As construções hegemônicas, como vimos, não só se valeram de pressupostos racistas como também terminaram por reforçá-los em alguma medida. Esse cenário demonstra um descompasso entre intelectualidade e sociedade diante do qual não parece haver possibilidade real de construção de um projeto emancipador de nação, para retomar aqui problema central da obra de Caio Prado Júnior e que segue ainda atual. Desfazer esse nó exige não apenas um olhar orientado para a institucionalidade, mas também uma abertura a essa pluralidade de saberes e de práticas políticas. O giro epistêmico proposto

¹¹³ Sobre os modos como essas expressões se manifestam no MST, ver o trabalho de Freda Indursky (2006; 2013; 2014) e também BARBOSA (2019).

¹¹⁴ Há farto material apontando o resgate dessas tradições nas lutas políticas contemporâneas, especialmente nas ocupações urbanas. Sobre isso, cf. FREITAS (2015; 2021); BERQUÓ (2013); FRANZONI (2018).

por Simas e Rufino, a partir do que denominam a ciência encantada das macumbas, pode nos servir como um passo importante, ainda que modesto.

Retomando a contribuição de Silvio Almeida (2019), o autor aponta como diversos teóricos que não captaram a dimensão estrutural do racismo atribuíram a sua permanência a um “passivo educacional” cuja solução, portanto, seria “mais educação”. Se contrapondo a essas abordagens, aponta para o fato de que também o racismo, posto que estrutural, se insere nos espaços educacionais, exigindo não apenas que se amplie o acesso à educação, mas também que essa mesma educação seja abertamente antirracista.

Nesse sentido, e compreendendo a questão racial como elemento estruturador de toda a sociabilidade brasileira, acreditamos que Simas e Rufino apontam na direção correta ao afirmar que “não há injustiça social que não seja também injustiça cognitiva” e que “não há prática de saber sem os seus praticantes”, de tal forma que “a proposição dos saberes assentes na macumba, como possibilidades de encantamento do mundo, perpassa diretamente pelo combate do racismo em todas as suas formas de operação, como também na transgressão do colonialismo” (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 109)¹¹⁵.

A tarefa trazida por Simas e Rufino parece implicitamente dialogar com a proposta de Gayatri Spivak (2010), especialmente em seu debate acerca das possibilidades de fala dos subalternos. Simas e Rufino afirmam que a ciência, sustentada nas tradições da modernidade ocidental e muitas vezes a serviço da política colonial, “reivindica o direito de falar sobre o outro sem se deslocar para o lugar do outro, sem buscar observar o mundo, a partir dos olhos do outro” (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 36). Já Spivak propõe uma crítica severa a importantes pensadores, demonstrando como mesmo na teoria crítica, em obras de autores como Deleuze e Foucault, a voz dos subalternos nunca pôde ser ouvida.

Por definição compreendidos como os indivíduos alijados dos espaços de poder, Spivak defende que os subalternos falaram de modo heterogêneo, não sendo as suas “gramáticas” devidamente apreendidas pela teoria eurocêntrica. A exceção se dava apenas quando há coincidência entre a fala do sujeito colonial e do colonizador. Ao dar

¹¹⁵ Compreendendo o racismo em três esferas, quais sejam, na impressão mais direta da cor da pele, na desqualificação dos bens simbólicos e no trabalho de destruição da autoestima dos submetidos, levando os sujeitos a introjetar uma percepção de inferioridade de si próprio e de sua cultura, apontam o caminho de uma ampliação das iniciativas que visam incluir essas “minorias”, não só a partir da inserção dos sujeitos em espaços institucionais de conhecimento, como faz a lei de cotas, mas também por meio de ações afirmativas no campo epistemológico (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 110).

voz aos subalternos somente nesses momentos, o que esses teóricos fariam seria tão somente falar sobre eles próprios. O risco aqui colocado, adverte, é de “o intelectual ser cúmplice na persistente constituição do Outro como a sombra do Eu [Self]” (SPIVAK, 2010, p. 46-47).

Se a autora tem no horizonte a produção teórica de Foucault e Deleuze acerca do subalterno e, especialmente, suas arriscadas reflexões sobre o terceiro mundo, nesta tese temos um objeto fisicamente mais próximo, mas ainda assim reprodutor de paradigma semelhante. Enquanto Spivak criticava os autores “Primeiro-mundistas” por tentarem pressupor uma consciência, falar em nome dos subalternos, entre nós tivemos diversos autores que foram incapazes de ouvir o que os grupos subalternizados falavam.

No caso específico do Brasil, o desenvolvimento científico se deu sob forte influência francesa (HAMBURGUER *et al*, 1986). Especialmente no que diz respeito à criação da Escola Sociológica da USP, instituição fundamental para o desenvolvimento do pensamento político e social brasileiro (cf. Capítulos 3 e 4), são amplamente conhecidas as “missões francesas” que tiveram como consequência a composição do corpo docente original da área de humanidades por professores franceses (cf. ARANTES, 1994; PETITJEAN, 1986).

Nesse sentido, não é forçoso reconhecer que o desenvolvimento da Sociologia brasileira, embora tenha em seu interior desde o princípio a preocupação em reconhecer as especificidades nacionais, fundou-se em um paradigma sociológico europeu, com especial influência francesa. A Ciência Política brasileira teve, à sua maneira, experiência semelhante, tendo sido fundada a partir da referência estadunidense (cf. Capítulo 1). Muito embora essas influências não possam servir para reafirmar a ideia da simples imitação (cf. Capítulo 4), é inevitável reconhecer que se adotou nas humanidades brasileiras os pressupostos e a episteme predominante nesses locais. Assim, seguindo o caminho de Spivak, indica-se, aqui, a produção de um conhecimento sobre o Brasil, e sobre os subalternos, construído sob a lógica do *desvio*. Essa construção quando feita pela própria inteligência nacional nos parece ser ainda mais grave e escancara o fato de que a distância física não impediu leituras essencializantes e elitistas em relação ao próprio povo.

Sem dúvidas, no entanto, o surgimento de reflexões empenhadas em realizar um “giro decolonial”, a atenção às formas de resistência cotidiana e a valorização de uma história oral abriram espaço para o amplo conjunto de trabalhos que foram mobilizados ao longo deste capítulo. São esforços diversos de compreensão de outras epistemologias, outros modos de vida e do fazer político. Ainda nessa direção, Ricardo Fabrino Mendonça e Helena Assunção (2016) se debruçam sobre a estética política da gambiarra cotidiana. A gambiarra é compreendida, a partir de Bouffleur (2006, p. 25), como procedimento necessário para a configuração de um artefato improvisado. Reconhecer a estética política da gambiarra significa reconhecer uma capacidade criativa de reinvenção do mundo fugindo às regras, ao planejamento. Os autores afirmam que

As práticas são concretas: ao experienciar/realizar uma gambiarra, ressignificamos “modos de usar” (e, com eles, valores e normas) com os quais estamos habituados. Justamente por isso, faz-se necessário entender a dimensão política dessa arte do fazer, a qual se liga fundamentalmente à sua dimensão estética (MENDONÇA e ASSUNÇÃO, 2016, p. 103).

Assim, reforça-se o entendimento da indissociabilidade entre estética e política. Com Rancière (1996, p. 42), os autores afirmam que o estético nos envolve e por meio dele podemos ver o que não era visto, ouvir o que antes era apenas barulho. E embora não seja o caso de aprofundar aqui no debate sobre o tema, cumpre reafirmar essa interconexão, reconhecendo que as reinvenções estéticas são capazes de produzir outros mundos. Nesse sentido, portanto, a gambiarra aparece como exemplo cotidiano de reinvenção do mundo que funciona como uma tática de resistência capaz de inventar novas práticas, novas artes do fazer. Com isso, revela-se também o potencial do objeto de “devolver-nos a percepção de nossa agência humana” (MENDONÇA e ASSUNÇÃO, 2016, p. 109).

As invenções não surgem do vazio. Ao contrário, todas essas criações são expressões da cultura e produzidas a partir da exclusão inerente à modernidade. São frutos de um processo de modernização especialmente contraditório quando percebido a partir da periferia, em que se produz, como afirma Milton Santos (2003), uma escassez de forma acelerada. A expansão ilimitada da racionalidade capitalista tem, contraditoriamente, como seu produto a incapacidade de uma parcela cada vez maior de obedecer às leis, cumprir os imperativos normativos da modernização. Emerge daí, segundo o autor, “a proliferação de ‘ilegais’, ‘irregulares’, ‘informais’”.

Produz-se a partir dessa incapacidade uma mistura de práticas e teorias, herdadas e inovadas, religiões tradicionais e novas convicções. Produz-se um caldo criativo que foge à racionalidade hegemônica e, essa criação, se dá com especial força nos espaços sociais, econômicos e geográficos “não conformes” à racionalidade dominante.

Na esfera da racionalidade hegemônica, pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade. Enquanto isso, surgem, nas outras esferas, contra-racionalidades e racionalidades paralelas corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que na realidade constituem outras formas de racionalidade. Estas são produzidas e mantidas pelos que estão “embaixo”, sobretudo os pobres, que desse modo conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante (SANTOS, 2003, p. 59-60).

Reconhecendo, pois, a origem excludente da produção dessas expressões culturais, não é o caso de romantizá-las, mas sim reconhecê-las e, tanto quanto possível, potencializá-las. O ponto de partida para esse processo, contudo, é o reconhecimento da riqueza produzida por essa “brasilidade”, assim denominada por Simas e Rufino (2018). Cumpre pensar formas criativas para que essa cultura seja ouvida também em projetos político-institucionais.

Esse, contudo, não é o esforço predominante entre nós. O processo modernizador, por natureza normatizador, impõe diversos padrões que transformam as expressões dessa brasilidade ora em mercadoria, ora em obstáculo. Tais processos são percebidos nos modos de experimentar o futebol, nas expressões religiosas, nas festividades, na macumba, no “gato”, na gambiarra, todos são alvos da padronização e da racionalização mercadológica. Não se trata de duvidar da capacidade de reinvenção, uma vez mais, dessa brasilidade, mas de apontar para a necessária conciliação dela com um projeto institucional brasileiro.

Tal reconciliação não se dará sem esforços amplos de compreensão dos processos de formação social brasileiro. Nesse sentido, reforçamos a importância não apenas das abordagens que identificam na cultura brasileira um obstáculo à modernização como também de abordagens que buscam compreender a democracia estritamente a partir de variáveis econômicas, negando importância à “variável cultura” (PRZEWORSKI, CHEIBUB e LIMONGI, 2003). Assim, o esforço de voltar a teóricos canônicos e refletir sobre o processo de formação social brasileiro é fundamental, desde que empreendido a partir de um esforço crítico de compreender os limites de suas proposições.

Assim, e para finalizar a reflexão que buscamos desenvolver nesta seção, retomo um *tweet* de um folião que, perplexo diante da grandiosidade dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro em 2022, escreveu: “o que há de mais avançado está aqui. Um povo que faz esse espetáculo pode fazer qualquer coisa, inclusive reconstruir esse país”¹¹⁶. Faz sentido.

¹¹⁶ <https://twitter.com/prodrigo434/status/1517935515022020614>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*No palco, na praça, no circo
Num banco de jardim
Correndo no escuro, pichado no muro
Você vai saber de mim
Mambembe, cigano
Debaixo da ponte, cantando
Por baixo da terra, cantando
Na boca do povo, cantando*

Chico Buarque

Ao longo desta tese identificamos como as leituras depreciativas acerca do povo brasileiro foram sendo alteradas ao longo do tempo, sem, contudo, deixarem de seguir presentes. Seus impactos são muitos, contribuindo para a construção de uma autoimagem negativa e limitando também consideravelmente os projetos políticos elaborados por nossos autores. Longe de ser problema historicamente localizado, acreditamos que as interpretações que exploramos ao longo desta tese constituem parte dos problemas atuais brasileiros e expressam uma dificuldade histórica de conciliação entre intelectualidade, institucionalidade e sociedade.

No Capítulo 1, desenvolvemos debate de cunho metodológico. Enunciamos as questões que moviam a atividade de pesquisa e os arcabouços teóricos que nos auxiliavam a trabalhar com a história das ideias e, especialmente, com tradições intelectuais. A partir dessa literatura, propomos a análise de Oliveira Viana, Caio Prado Júnior, e Fernando Henrique Cardoso, compreendidos como importantes representantes de diferentes tradições do Pensamento Político e Social Brasileiro.

No Capítulo 2, iniciando propriamente as análises dos autores, indicamos, em linhas gerais, como o conservadorismo de Viana se sustentava em grande medida na limitação imposta pelas condições nacionais por ele identificadas. Sua preocupação em compreender a realidade orgânica o levou ao diagnóstico de uma precária formação social que é também sustentado sob bases raciais. A partir dessa formulação, presente já em suas primeiras obras, compreende-se os diversos projetos políticos defendidos pelo autor, desde o eugenismo até o corporativismo autoritário.

No Capítulo 3, investigamos como as propostas de Caio Prado Júnior para a Revolução Brasileira foram impactadas por sua interpretação da estrutura social brasileira. O autor foi um dos mais importantes expoentes da nossa tradição socialista, sendo pioneiro no esforço sistemático de utilização do materialismo histórico para interpretação da realidade nacional. O tom elogioso dispendido às experiências socialistas mundo afora, contudo, contrastavam com a sua compreensão de uma realidade social em que predominavam povos de cultura inferior. O ímpeto revolucionário, assim, adequar-se-ia a um contexto desfavorável, levando o autor a defender um reformismo. Em sua visão, especialmente no que se refere à questão agrária, as reformas e a expansão de direitos trabalhistas consistiriam na verdadeira revolução possível de ser feita no país.

No Capítulo 4, categorizamos Fernando Henrique Cardoso como parte da tradição liberal brasileira, entendendo o modo pelo qual essa tradição se forma no Brasil e fora dele. Apontamos como a interpretação de Cardoso acerca do Patrimonialismo e da Escravidão tem como resultado a interpretação do corpo social brasileiro como débil. Se afastando do eugenismo e do culturalismo presente nos autores anteriores, Cardoso identifica nessas estruturas obstáculos fundamentais para o desenvolvimento do país. Sociedade débil e Estado patrimonial formam as bases de sua interpretação do Brasil. Compreendendo a nova lógica econômica global, o autor termina por sustentar que o *desenvolvimento associado* é o único caminho possível para o desenvolvimento brasileiro.

No Capítulo 5, buscamos refletir criticamente acerca das continuidades identificadas nos capítulos anteriores, indicando como o conjunto dessas reflexões apresenta um outro aspecto do *racismo estrutural*. Também a nossa intelectualidade e a formulação de projetos políticos para o país se viu castrada pelo racismo, ainda que sua expressão tenha variado conforme o autor e o momento histórico. Embora o foco analítico central da tese tenha sido em autores cuja obra se desenvolveu ao longo do século XX, também no Capítulo 5 buscamos identificar as permanências desses modos de compreender o Brasil no século XXI. Em linhas gerais, e recorrendo sobremaneira às obras de Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino, apontamos para o hiato entre o Brasil institucional e a “brasilidade”. Esse segue sendo um desafio que mesmo pensadores que buscam hoje produzir uma nova interpretação do Brasil não foram capazes de superar.

A dificuldade expressa na intelectualidade de reconhecer o protagonismo dessas forças populares é sintomática e não difere em grande medida do que se observa na esfera institucional. Mergulhado em uma crise política, econômica, ambiental e sanitária, a principal proposta de reconstrução política para o Brasil no horizonte próximo parece ser o resgate de um presidencialismo de coalizão, que aposta suas fichas em uma reconciliação intramuros e na tentativa de reconstrução das “grades de proteção” da democracia (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018). Trata-se de visão que idealiza um passado recente e o projeta no futuro próximo, limitando o horizonte possível de transformações políticas a serem realizadas.

Mesmo autores institucionalistas que se debruçaram sobre o presidencialismo de coalizão divergem sobre as suas possibilidades diante da crise em que estamos inseridos. Alguns não identificam nesse sistema razão suficiente para explicar a crise. É o caso de Fernando Limongi e Argelina Figueiredo (2017, p. 96) que afirmam que “a crise que o país vem enfrentando pouco tem a ver com o desenho institucional”. Já Sérgio Abranches reconhece os ganhos obtidos com o presidencialismo de coalizão, mas não deixa de atestar suas limitações atuais. Identifica nele problemas estruturais, mas não crê que as mudanças nas regras políticas trarão grandes resultados: nossos problemas estariam enraizados na sociologia política, nas relações de poder na sociedade e na cultura patrimonialista (ABRANCHES, 2018, p. 382) e clama por “soluções mais ousadas, mais inovadoras, mais disruptivas para nossos impasses e dilemas” (Idem, p. 388).

Como enunciamos desde os primeiros capítulos, o resgate do Pensamento Político e Social Brasileiro e a defesa da sua centralidade para a Ciência Política contemporânea tem como ponto de partida o reconhecimento das limitações de uma interpretação estritamente institucional da política brasileira. Ao mesmo tempo, também assumimos perspectiva crítica em relação ao diagnóstico amplamente compartilhado por nossos pensadores de que teria se desenvolvido no Brasil uma cultura política caracterizada apenas pelo “atraso”, pelo patrimonialismo, clientelismo, etc.

Fugindo da dicotomia que ora se apega à mudança institucional, ora identifica a necessidade de uma mudança cultural, buscamos nos valer dos acúmulos de pesquisa acerca do Pensamento Político e Social Brasileiro e de outras áreas da Ciência Política, bem como estabelecer diálogo com os igualmente ricos achados da historiografia brasileira das últimas décadas, para estabelecer uma base comum que sirva

posteriormente para a formulação de novos arranjos políticos. Nesse sentido, acreditamos ter aqui uma proposta que pode, a um só tempo, abrir novas agendas de pesquisa e também orientar a ação política. O ponto de partida, sem dúvida, reside em dar reconhecimento às distintas formas de luta política e mobilização popular que atravessaram a história brasileira. A partir daí, cumpre encontrar formas para que elas também possam se fazer mais presentes no âmbito político-institucional.

Trouxemos no começo desta tese a identificação de Gildo Marçal Brandão (2007, p. 248) acerca de duas grandes linhagens do pensamento nacional – seja em autores canônicos, seja em pesquisas já da “moderna Ciência Política”. Tais construções, segundo o autor, oscilariam entre o diagnóstico de um Estado excessivamente forte que sufoca e impede o desenvolvimento da sociedade e, do outro lado, os que identificam o caráter inorgânico da sociedade que exige justamente o Estado forte para “fazer emergir” a nação. Buscando um caminho sintético entre essas proposições, pensamos ser necessário produzir não apenas desenhos institucionais, mas modelos político-econômicos que reconheçam, preservem e eventualmente potencializem os saberes, as crenças e as lutas políticas que estão já inseridas nos modos de vida estabelecidos pelo povo brasileiro.

Por fim, seguindo no esforço de refletir sobre temas atuais à luz das discussões travadas nesta tese, propomos aqui uma breve digressão acerca da crise política brasileira. Mais especificamente, discute-se o evento que alguns pesquisadores brasileiros identificam como sendo o causador da crise atual: “Junho de 2013”. Temos aqui o propósito fundamental de evidenciar como os diagnósticos acerca da incapacidade popular seguem presentes e condicionam diversas análises relevantes do nosso tempo. Não apenas em esforços mais amplos de interpretação do Brasil, mas também em trabalhos que analisam eventos recentes bastante específicos.

**

Junho de 2013 e a Crise Brasileira: uma breve digressão

O Brasil dos últimos anos sofreu mudanças aceleradas e profundas. Em *O Brasil Dobrou à Direita*, Jairo Nicolau (2020) imagina a situação de alguém que entra em sono profundo e acorda após alguns anos e não mais reconhece o país em que vive, tamanha a transformação ocorrida em pouco tempo. Essa mesma perplexidade está narrada em diversos outros trabalhos. Heloísa Starling e Lilia Schwarcz escreveram novo pós-escrito

para *Brasil: uma biografia* para retificar a afirmação que finalizava a primeira edição da obra, qual seja, de que a democracia estaria consolidada no Brasil. Também André Singer (2012) em *Os sentidos do lulismo* percebia uma marcha, ainda que lenta, rumo a uma melhora das contradições brasileiras por meio do reformismo fraco. Alguns anos mais tarde o mesmo autor inauguraria *O lulismo em crise* manifestando a surpresa com as mudanças de rumo do país, “do sonho rooseveltiano ao pesadelo golpista”. E isso porque o livro foi lançado em 2018, não incluindo as partes mais desesperadoras do referido pesadelo que ainda estariam por vir.

Em meio às transformações aceleradas, um marco logo emerge como indispensável em quase todas as análises: “junho de 2013”. A compreensão filosófico-política do nosso tempo (ARANTES, 2014), a dinâmica dos grupos políticos, à esquerda (FERNANDES, 2019) ou à direita (CHALOUB e PERLATTO, 2015), e a própria dinâmica institucional (NOBRE, 2013; AVRITZER, 2016) precisariam ser pensadas a partir desse novo marco da política brasileira contemporânea. Não por outra razão, diversos autores propõem pensar “junho de 2013” como “Acontecimentos”, dada a sua complexidade e as rupturas que provocam, abrindo espaços para interpretação e reinterpretção do passado e do futuro (MENDONÇA *et al*, 2019).

Diante disso, um problema emerge imediatamente: o fato de esse acontecimento ser ambíguo, contraditório e de difícil apreensão por parte dos analistas, além da sua própria interpretação ser também profundamente influenciada pelos fatos políticos que lhe sucederam. Nesse sentido, o diagnóstico recorrente de que o Brasil caminhava para superar, ao menos em parte, suas contradições e a constatação inevitável da tragédia autoritária que nos inserimos, em especial após 2018, não deixam de compor o cenário de muitas das análises acerca do que foi “Junho de 2013”.

Apontada a sua complexidade, não há espaço aqui para desenvolver uma reflexão mais aprofundada acerca do significado desse evento. Contudo, há um aspecto mais geral que interessa retomar, dado que se conecta aos argumentos desenvolvidos ao longo da tese.

O primeiro e mais imediato ponto a ser notado consiste no próprio slogan que alguns grupos buscaram atribuir ao evento: “o gigante acordou”. Desnecessária maior elaboração para identificar, ainda que o intuito fosse o inverso, o reforço de uma

compreensão infundada historicamente acerca da passividade social brasileira. Pior, há ainda aqueles que não só insistem, mas pioram a lógica, afirmando que depois de 2013 o gigante “voltou a dormir”¹¹⁷. Concordamos com Fernando Perlatto que a ideia do gigante adormecido reforça o entendimento de que “a sociedade brasileira apresentaria como um de suas características principais a desmobilização e a apatia cívica e associativa” (2018, p. 137). Tais interpretações, conforme vimos, possuem trajetória longa no pensamento brasileiro.

Mas não é apenas na forma como compreende a trajetória histórica dessas lutas que muitas das interpretações de junho de 2013 reforçam a noção da *debilidade*. Ao buscar compreender os significados daqueles eventos, também se observa uma gama de interpretações, desde as redes sociais e os jornais até análises propriamente acadêmicas, que buscam atribuir de alguma forma ao evento de 2013 a causa de um “retrocesso” político. As interpretações nesse sentido são diversas. Uma das mais sofisticada delas é a de Singer, para quem

De maneira muito contraditória, os acontecimentos de junho de 2013, em sua vertente de esquerda, apontavam na direção antimercantil. Como reivindicava mais investimento social, a pressão desde a esquerda apontava na direção de conter o mercado. Daí terem ativado, no sentido oposto, energias destinadas a desfazer - via congelamento do gasto público, terceirização e reforma trabalhista - os avanços obtidos na década lulista (SINGER, 2018, p. 12).

Em sua leitura, “Junho de 2013” teria despertado forças conservadoras que viriam a desfazer os avanços do lulismo. Em análise recente (SINGER, 2018) que reproduz essencialmente o argumento desenvolvido à época (SINGER, 2013), o autor compreende o evento como ponto de encontro entre diferentes classes e correntes ideológicas. Teria havido *dois junhos de classe* nas mesmas ruas. A costura desses polos teria sido feita por um centro pós-materialista. Tudo isso, contudo, teria sido possível devido à recusa do Movimento Passe Livre (MPL) em impor um sentido por cima às mobilizações. A novidade que Singer identifica em 2018 é que ali mesmo, na abertura à diversidade do movimento, começaria “o crescimento de grupos que iriam desaguar na pré-candidatura direitista de Jair Bolsonaro à Presidência da República” (SINGER, 2018, p. 42).

A análise de Singer também menciona, ainda que brevemente, a cobertura da imprensa. Se referindo a capa da *Veja* de meados de junho, diz ter ficado com a sensação

¹¹⁷ <https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-socio/o-gigante-acordou-mas-voltou-a-dormir/>

de que havia ali “uma senha” para a ocupação das ruas contra os partidos e os políticos. “Recordo-me também de perceber que a cobertura da Rede Globo à manifestação do dia 17 era surpreendentemente simpática e extensa” (SINGER, 2018, p. 38).

O tema da cobertura midiática despertou interesse de uma gama de autores. Ao mesmo tempo em que se identifica uma quebra do monopólio dessa agenda a partir do uso das redes sociais, outros autores denunciam uma manipulação do movimento por parte da mídia tradicional. Esse seria o tratamento dado por Jessé Souza ao tema em *A Radiografia do Golpe*, publicado em 2016. O autor identifica uma “clara continuidade” entre aquelas que seriam as “glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013” e “o golpe de abril de 2016” (SOUZA, 2016, p. 87).

A manipulação se daria em transformar uma manifestação orientada para pautas municipais, notadamente o tema do transporte público, em tema nacional. Essa federalização teria usado sobremaneira do tema da corrupção que seria o tema mais propício para a “manipulação perfeita do público cativo” (SOUZA, 2016, p. 88). Também analisando as coberturas do Jornal Nacional, da Rede Globo, identifica uma virada que “transformou as bandeiras e o público do movimento” (Idem, p. 91).

O resultado seria que “a manifestação perdia seu sentido popular e reivindicativo e se tornava uma festa popular contra a corrupção e a ladroagem na política” (SOUZA, 2016, p. 93). Diante disso, conclui que a única novidade das ‘jornadas de junho’ teria sido a reconstrução, repaginada e turbinada “de um ator político velho e bem conhecido da história brasileira: a fração da classe média moralista e conservadora, que sempre desprezou e odiou os pobres, representantes da maioria da população brasileira” (Idem, p. 100). Ou, ainda, o grande produto da manipulação midiática das ‘jornadas de junho’ seria que “assumir o credo reacionário se torna[ria] chique e legítimo” (Idem, p. 105).

As interpretações de Singer e Jessé são apenas exemplos de um conjunto de interpretações acerca de “Junho de 2013” que ganharam força, especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro. Wilson Gomes identifica situação “ironicamente paradoxal” em que “quem protagonizou essa mudança de quadro, pelo menos na ignição inicial e na manutenção do ‘clima de protestos’ até o fim do ano, foram a esquerda e seus assemelhados, possivelmente os mais beneficiados com um governo do PT” (GOMES, 2020, p. 19). Para ele, a apresentação e dramatização das plataformas de insatisfação tinha

como base o “jihadismo da ‘esquerda de protestos’” (Idem, 2020, p. 20). Já Marilena Chauí (2013) apontou para a ausência de consciência política e de classe da juventude.

Essas obras, assim brevemente apresentadas, estão distantes de sintetizar os esforços interpretativos acerca desse acontecimento. Diversos outros trabalhos têm buscado apontar em direção diametralmente oposta, por exemplo ao tentar resgatar o sentido revolucionário inscrito nas manifestações (JOURDAN, 2018; SANTINI et al, 2021). Há trabalhos que buscam escapar do antagonismo interpretativo (LIMA e SAWAMURA, 2016) e ainda outros que buscam empiricamente reconstruir aspectos fundamentais dos protestos, como as formas pelos quais os manifestantes compreendiam sua própria atuação, as dimensões de democracia que articulavam em seus discursos, bem como as similaridades com outros movimentos semelhantes pelo mundo (cf. DOMINGUES, 2019b; MENDONÇA, 2018; MENDONÇA et al, 2019; MENDONÇA e DOMINGUES, 2021).

O intuito, portanto, de apresentar leituras como a de Jessé Souza cumpre tão somente o papel de indicar a permanência e recorrência entre nós de interpretações de processos sociais, mesmo aqueles tão complexos como “junho de 2013”, partir da chave da *incapacidade popular*. Reduzindo-se a uma lógica simples de verificação se foram “bem” ou “mal” sucedidas a partir do alcance ou não de sua finalidade específica, essas interpretações fazem lembrar uma passagem mencionada de Caio Prado Junior (cf. Cap. 2) que afirmava, analisando o período regencial brasileiro, que “concorre para a reação a atividade revolucionária e inconsequente das classes inferiores” (PRADO JR., 1983, p. 66). Ou que as revoltas populares tinham caráter “vago e abstrato”, razão pela qual “eram, em suma, aspirações confusas, muito mais destruidoras que construtivas” (PRADO JR., 1983, p. 59).

Nessa linha, compreendem-se, ontem e hoje, os movimentos não pelo que foram efetivamente, mas pela reação a ele ou mesmo por aquilo que não se conquistou. Por esse raciocínio, o #Elenão valeria pouco, uma vez que “Ele” foi, sim, eleito¹¹⁸. O “Não vai ter copa” mereceria desprezo após a efetiva realização da Copa do Mundo no Brasil. Ou, indo mais longe, a luta por liberdade de sujeitos escravizados; a luta de conjurados em diversas regiões do Brasil em busca da construção de uma república; as inúmeras lutas

¹¹⁸ <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2022/03/minimizar-o-elenao-a-reacao-da-maquina-bolsonarista-de-fake-news-e-desvalorizar-a-luta-das-mulheres/>

travadas contra os também muitos regimes autoritários no Brasil, nada disso teria qualquer validade se não alcançavam seus objetivos. Todas as mobilizações, ao fim e ao cabo, seriam resumíveis aos seus desfechos históricos imediatamente identificados.

Não se trata de negar por completo os aspectos presentes nessas narrativas. Concordamos com Mendonça e Domingues (2020) quando se afastam de interpretações que identificam uma causalidade simples entre os protestos políticos e a erosão democrática, mas também quando não deixam de reconhecer que, dentre os tantos fatores que alimentaram esse processo, os protestos devem ser inseridos na análise. Contudo, a questão fundamental está em não limitar a interpretação de evento tão complexo à sua derrota, limitando-se ao seu suposto “fracasso”, “manipulação” ou “deturpação”.

Há nesses protestos, para além ou mesmo por conta da própria divisão política, uma experiência comum que produz um sentido de coletividade. Nos termos de Mendonça, cumpre notar que nessa vivência coletiva do espaço e do tempo, do medo e dos afetos, da violência e da festa, “os sujeitos alimentam a potência de um público que se sente parte de um comum, ainda que, ou justamente porque, profundamente atravessado pelas diferenças” (MENDONÇA, 2017, p. 155). Nesse sentido, e concordando com Letícia B. Domingues, é importante “deixar em Junho o que é de Junho, sem transposições de fenômenos posteriores” (DOMINGUES, 2019b, p. 14).

Contudo, se se quer compreender a história recente e os perversos desdobramentos político-institucionais dos últimos anos a partir de “Junho de 2013”, é fundamental também ser sensível às novas formas de mobilização e de expressão política que emergiram desde então. Se é verdade que Jair Bolsonaro conseguiu usufruir de uma indignação coletiva e articular um discurso antissistema, também nesse período se intensificaram as articulações de expressivos setores da sociedade civil em sentido contrário. Mobilizações de estudantes, secundaristas e universitários, organização de movimentos de mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+, greves de diferentes segmentos, de garis a caminhoneiros, estão no horizonte das mobilizações que ganharam muita força de lá pra cá. Ainda no contexto dos protestos, no próprio “Junho de 2013”, não é demais lembrar que os manifestantes conseguiram produzir um importante

constrangimento¹¹⁹ ao sistema político, forçando a proposição de mudanças institucionais¹²⁰, além da própria revogação do aumento das passagens.

Um amplo processo de politização – frequentemente ignorado em meio à identificação de uma “polarização” – também se dá no Brasil. Assim como as mobilizações produziram uma forte reação, uma série de pautas fundamentais ao campo de esquerda apareceram com força na esfera pública. No âmbito da cultura essas mudanças são notáveis, de tal forma que as expressões artísticas, o carnaval, o futebol etc., que historicamente sempre foram espaços de expressão política, hoje são indissociáveis dessas questões. Chama a atenção, de forma especial, as produções artísticas aberta e profundamente politizadas assumidas pelas Escolas de Samba, bem como a centralidade nas discussões políticas no ascendente Rap nacional¹²¹.

Nesse sentido, e para finalizar, é preciso concluir o arco narrativo acerca de junho de 2013. Se parece correto supor que a partir dali se mobilizou pautas e lideranças políticas que levaram adiante um projeto de destruição nacional, é igualmente possível supor que as forças que emergiram e encontraram novas formas de mobilização a partir de 2013 serão igualmente necessárias para que se consiga a retomada de um projeto popular. Mesmo que se obtenha em 2022 uma vitória político-eleitoral, parece evidente, a nosso juízo, que a retomada de um projeto empenhado em superar problemas fundamentais do Brasil, mesmo que na forma de um reformismo fraco pelo qual Singer (2012) caracterizou o lulismo, só será possível com essas forças sociais historicamente marginalizadas profundamente mobilizadas. Se a resposta a essas forças que se organizam fora do âmbito institucional não for a sua criminalização, notadamente por meio da promulgação de decretos para a Garantia da Lei e da Ordem (GLPO) e a aprovação de leis antiterrorismo (cf. CANEDO, 2022), mas sim a abertura de canais que permitam que

¹¹⁹ Se os meios de comunicação efetivamente conseguiram direcionar de alguma forma as manifestações, é inevitável lembrar também de movimentos em sentido inverso. A partir de certo momento são os próprios manifestantes que constroem e forçam uma mudança de posição. Ilustrativo disso foi o expressivo apoio em enquete, ao vivo, no Programa de José Luiz Datena no auge daquelas mobilizações: <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>

¹²⁰ A principal delas certamente foi a proposta de uma *Constituinte Exclusiva* feita em cadeia nacional pela então Presidenta Dilma Rousseff.

¹²¹ Salta aos olhos que em 2013 o rapper Emicida lançava seu primeiro álbum. Tendo grande impacto nacionalmente, suas reflexões também constituíam uma expressão dos sujeitos marginalizados, dialogando com as inúmeras manifestações culturais historicamente construídas por pessoas negras no Brasil (cf. ABREU, 2022). O álbum não deixava de fazer referência ao turbilhão político de 2013, cantando, dentre outras coisas, “Tristeza, pé no chão, no país referência em arma antimanifestação” e reafirmando em várias faixas que “a rua é nois”.

esses grupos também possam falar e serem ouvidos, aí sim teremos dado um passo para caminhar rumo à superação dos impasses estruturais brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Tempos e espaços na mira de um historiador. In: D'INCAO, Maria Ângela. *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Unesp; Revista Brasiliense; 1989. p. 407-418.
- ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. Editora Companhia das Letras, 2018.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALMEIDA, Carina Santos de; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. A proteção tutelar às avessas: O Relatório Figueiredo e a violência contra o Povo Kaingang. *Anais do XV Encontro Estadual de História 1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado*, 2014.
- ALMEIDA, Mariléa de. *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. Editora Elefante, 2022.
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019, 264 p.
- ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 529 p.
- ALONSO, Ângela. Instauração da República. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. (Ed.). *Dicionário da República: 51 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. La Ciencia Política en Brasil en la Última Década: La Nacionalización y la Lenta Superación del Parroquialismo. *Revista de Ciencia Política*, vol. 35, no 1, 2015, p. 19-31.
- ANDRADE, Manuel Correia de. As rebeliões no período regencial. D'INCAO, Maria Ângela. *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Unesp; Revista Brasiliense; 1989.
- ANDREWS, Christina W. As policy sciences como "ciência": método e reificação. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 27, n. 1, 2005.
- ARANTES, Paulo. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otilia B. F. (Otilia Beatriz Fiori).; ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 135p.
- ARAUJO, Rosa de George Freitas. O corporativismo na (re) organização do Estado-Nação: Oliveira Vianna e Oliveira Salazar. *Nuevo mundo, mundos nuevos*, n. 18, p. 115, 2018.
- ASSUNÇÃO, Helena Santos; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A estética política da gambiarra cotidiana. *Compólitica*, v. 6, n. 1, p. 92-114, 2016.

AVRITZER, L.; WAMPLER, B. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: COELHO, S. P; NOBRE, M. (Org.). *Participação e deliberação*. São Paulo: Editora 34, 2004.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *Dados*, v. 47, p. 703-728, 2004.

AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro. (org.). *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

BARBOSA, Luciano Carvalho. *As místicas do MST: aspectos formais, políticos e organizativos da construção estética do território*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2019.

BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de. *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1993.

BASTOS, Élide Rugai. Atualidade do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, p. 51-70, 2011.

BATALHA, C. H. de M. Cultura associativa no Rio de Janeiro na Primeira República. In: BATALHA, C. H. de M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004;

BATALHA, C. H. de M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

BEAL, Marcos Antônio. *Fernando Henrique Cardoso e o pensamento político brasileiro*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERQUÓ, Paula Bruzzi. *A Ocupação e a produção de espaços biopotentes no espaço urbano de Belo Horizonte*. Dissertação Mestrado em NPGAU - Escola de Arquitetura da UFMG, 2013.

BEVIR, Mark. The Logic of the History of Ideas—Then and Now: The Author Responds. *Intellectual History Review*, v. 21, n. 1, p. 105-119, 2011.

BIANCHI, Álvaro. A difícil institucionalização da ciência política italiana: de Muratori a Mussolini”, *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 60, n. 3, 2017.

BIANCHI, Álvaro. O marxismo fora do lugar. *Política & sociedade*, v. 9, n. 16, p. 177-203, 2010a.

BIANCHI, Álvaro. Political Science contra a democracia: a formação de uma tradição. *Opinião Pública*, v. 17, p. 76-105, 2011.

BIANCHI, Alvaro. *Um ministério dos industriais: a federação das indústrias do estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010b.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Trad. Vera Ribeiro. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo, 1890- 1920*. 2002. Tese. (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BLASSINGAME, John. *The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South*, Nova York: Oxford University Press, 1972, 103 p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11ª Edição. Brasília: Editora UnB, 1998.

BOTELHO, André. Sequências de uma sociologia política brasileira. *Dados*, v. 50, n. 1, p. 49-82, 2007.

BOTELHO, André. Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 331-366, 2013.

BOTELHO, André; LAHUERTA, Milton. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 2005.

BOUFLEUR, Rodrigo. *A questão da gambiarra: Formas Alternativas de Produzir Artefatos e suas Relações com o Design de Produtos*. 2006. 153p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2006.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Oliveira Viana: populações meridionais. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Um banquete nos trópicos: Introdução ao Brasil*. 2002.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Prefácio. In: RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. Editora 34, 2000.

BRASIL JUNIOR, Antônio. Oliveira Vianna e os dilemas da ação coletiva no Brasil. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 31, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella. A concepção de Estado em Oliveira Viana. *Revista de História*, v. 46, n. 94, p. 623-639, 1973.

Cadernos do Nosso Tempo. Para uma política nacional de desenvolvimento. *Cadernos do Nosso Tempo*, Nº 5, 1956.

- CÂNDIDO, Antônio. Prefácio: o significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, v. 26, 1976.
- CARDOSO, Adalberto. “Estado Novo E Corporativismo”. *Locus: Revista De História*, 13 (2), 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20167>.
- CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Editora FGV, 2015.
- CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. *Novos estudos CEBRAP*, p. 71-88, 2008.
- CARDOSO, F. H. Subdesenvolvimento e sociedade de massas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 1, p. 85-106, 1962.
- CARDOSO, F. H; FALETTO, Enzo. *Dependencia e Desenvolvimento na America Latina* – ensaio de interpretação sociológica. 3ª edição. 1975b
- CARDOSO, F. H; FALETTO, Enzo. *Dependencia e Desenvolvimento na America Latina* – ensaio de interpretação sociológica. 10ª edição. 2011.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Condições sociais da industrialização de São Paulo. *Revista Brasiliense*, (28): 31-46, mar/abr. 1960.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado no Brasil: situação e comportamento social. *Revista Brasiliense*, (?): 98- 122, 1961
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993a.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975a. 240 p
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 5a ed., 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento Econômico e Nacionalismo. *Revista Brasiliense*, Nº 12, 1957, p. 88-98
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972a
- CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, n. 37, nov. 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro: e outros ensaios*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972b. 211 p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. Brasileira, 1960.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A questão racial. In: D'INCAO, Maria Ângela. *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Unesp; Revista Brasiliense; 1989.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. Vol 2: Evolução Política. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. O papel e a complexidade do liberalismo no Brasil. *Estudos Avançados*, 26 (76), Dez. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Ed. Schwarcz, 1987.

CARVALHO, Rodrigo Badaró. Entre o Marxista e o Liberal: estudo comparado das obras de Caio Prado Junior e Fernando Henrique Cardoso. *Revista de Economia Política e História Econômica (REPHE)*, Ano 10, nº 33, p. 233-271. 2015b.

CARVALHO, Rodrigo Badaró de. *FHC - do sociólogo ao presidente: A implementação de um projeto neoliberal no Brasil*. Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2021.

CARVALHO, Rodrigo Badaró de. *O sociólogo Fernando Henrique nunca esquecido pelo presidente FHC: do discurso contra Vargas à reforma neoliberal do Estado no Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Direito, UFMG, 2015.

CARVALHO, Rodrigo Badaró de. Rasguem o que escrevi! Uma análise comparada do intelectual e do presidente Fernando Henrique Cardoso. *Sociedade e Estado*, 37(02),2022, p. 621–649.

CERQUEIRA, Eli Diniz; LIMA, Maria Regina Soares de. O modelo político de Oliveira Vianna. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte: UFMG, n. 30, 1971.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1994

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre el colonialismo*, trads. Mara Viveros Vigoya, Juan Mari Madariaga y Benat Baltza Álvarez. Madrid: Akal, 2006.

CHALHOUB, Sidney; DA SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, 2009.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Tese de Doutorado. 2016.

- CHAUÍ, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Revista Teoria e Debate*, 2013.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CINTRA, Wendel Antunes. *Qual Democracia? O governo do povo no pensamento político brasileiro*. 2013. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ).
- COHN, Gabriel. *Ecletismo bem temperado. O saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, edited by Maria D’Incao, UNESP, 1987.
- COLEN, Célia Mara Ladeia. *Reforma do estado: em busca do dissenso perdido*. Programa de Pós Graduação em Ciência Política – UFMG. Dissertação de Mestrado. 2001.
- COMPARATO, Fábio Konder. Prefácio. In: FAORO, Raymundo. *A República inacabada*. Organização de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007, p. 18-22.
- COSTANZO, Daniela; MARINO, Rafael. Duas Interpretações do Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico, de Fernando Henrique Cardoso. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 299-330, 2022.
- COTRIM, Flávio Badaró. *Estado e Política em Caio Prado Junior e Florestan Fernandes*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG. Dissertação de Mestrado. 2012.
- COUTINHO, C. N. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado. In: *Cultura e sociedade no Brasil*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990
- COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via ‘não-clássica’ para o capitalismo. In: D’INCAO, Maria Ângela. *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Unesp; Revista Brasiliense; 1989.
- COUTY, Louis. *L’esclavage au Brésil*. Librairie de Guillaumin, 1881.
- CUNHA, Euclides da. *Da Independência à República. À Margem da História*. São Paulo: Martim Claret, 2006.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. Redescobrimo a história: A República de Formoso e Trombas. São Paulo: *Cadernos AEL*, n. 7, 1997.
- D’INCAO, Maria Ângela. *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Unesp; Revista Brasiliense; 1989.
- DA MATA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.
- DIAS, Luiz A. *Vozes de 1964: imprensa, militares e opinião pública*. Ed. CRV, 2021.

- DIAS, Luiz A. Vozes dissonantes: análise do jornal Folha de S. Paulo e de pesquisas do Ibope no golpe civil-militar de 1964. *Revista Verinotio-revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 17, p. 63-72. 2013.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Impasses do inorgânico. In: D'INCAO, Maria Ângela. *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Unesp; Revista Brasiliense; 1989.
- DINIZ, Eli & LIMA, Maria. R. O Modelo Político de Oliveira Vianna. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 30, 1971.
- DINIZ, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1978.
- DOMINGUES, Letícia Birchal. *Junho de 2013: atores, práticas e gramáticas nos protestos em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFMG, 2019b.
- DOMINGUES, Petrônio. Associações republicanas dos homens livres de cor. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. (Ed.). *Dicionário da República: 51 textos críticos*. Companhia das Letras, 2019a.
- DULCI, Marcelo Soares. *PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, tese de doutorado. 2010.
- DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Editora UFMG/Proed, 1986.
- DUNN, John. The Identity of the History of Ideas. *Philosophy*, vol. XLIII, nº 134, p. 85-104. 1968.
- DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidad y eurocentrismo*. Clacso, 2000.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. trad. Enilce Rocha e Lucy Magalhães, Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008
- FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.
- FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? *Estudos avançados*, v. 1, p. 9-58, 1987.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Globo, 1958.
- FAUSTO, Boris. Um mundo em ruínas. *Folha de São Paulo*. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/9/07/mais!/23.html>, acesso em 29 de jun. de 2022.

FEMIA, Joseph. An Historicist Critique of 'Revisionist' Methods for Studying the History of Ideas, in J. Tully (ed.), *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Cambridge, Polity Press. 1988.

FERES JR., João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 15, p. 97-110, Nov. 2000.

FERES JÚNIOR, João. Reflexões sobre o Projeto Iberconceptos. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 11-24.

FERES Júnior, João; CAMPOS, Luiz Augusto; ASSUMPÇÃO, San Romanelli. Teoria Política normativa. In: AVRIZTER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro. (org.). *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. p. 247-312

FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo Gantus (org.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUCRio/Loyola/IUPERJ, 2006;

FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo Gantus (org.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola/IUPERJ, 2007;

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Editora Contracorrente, 2021.

FERNANDES, Florestan. A visão do amigo. In: D'INCAO, Maria Ângela. *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Unesp; Revista Brasiliense; 1989. p.27-39

FERNANDES, Maria Esperança Carneiro. *A Revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Ed. da UFG, 1988.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *A democracia possível*. São Paulo: Saraiva, 1972.

FERREIRA, Jorge Luiz (Org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: Ed FGV, 1997

FERREIRA, Jorge Luiz; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia no Brasil: (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006. 136 p.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 1: A formação das tradições.

FERREIRA, Luciana Rodriguez; CHAVES, Vera Lucia Jacobi. A Pós-Graduação no Brasil: interfaces entre o financiamento e a expansão. In: *Anais do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos países e regiões de língua Portuguesa*, Forges, Coimbra, Portugal. 2015.

IORE, Mauricio; DOLHNIKOFF, Miriam (Ed.). *Mosaico de olhares: Pesquisa e futuro no cinquentenário do Cebrap*. Edições Sesc SP, 2021.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. *Cadernos de debate*, v. 1, p. 61-64, 1976.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969

FRANZONI, Júlia Ávila. *O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Direito, UFMG, 2018.

FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos de. *Constituição como comunidades de resistência: luta territorial e conjuntura da Nova República*. Tese de Doutorado, UFMG, Programa de Pós Graduação em Direito, 2021.

FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos de. *Do Profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, UFMG, Programa de Pós Graduação em Direito, 2015.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GARCIA, Marco Aurélio. Um ajuste de contas com a tradição. In: D'INCAO, Maria Ângela. *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Unesp; Revista Brasiliense; 1989. P.27-39

GENTILE, Fábio. A apropriação do corporativismo fascista no “autoritarismo instrumental” de Oliveira Vianna. *Tempo*, v. 25, n. 1, p. 110-131, 2019.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista da USP*, n. 65, p. 105-119, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Oliveira Viana: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Ed.). *Os intelectuais do antiliberalismo: projetos e políticas para outras modernidades*. Civilização Brasileira, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, nº 34, julho-dezembro de 2004, p. 157-186.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Edições Vertice Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 1988. 343p

GOMES, Ângela Maria de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Paulo Dutra. (Org.). *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. 1ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, v. 1, p. 185-210

GOMES, Ângela Maria de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. P. 17-58

GOMES, David Francisco Lopes. *A Constituição de 1824 e o Problema da Modernidade: o Conceito Moderno de Constituição, a História Constitucional Brasileira e a Teoria da Constituição no Brasil*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Direito - Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.

GOMES, David Francisco Lopes. *Houve mão mais poderosa: a independência do Brasil como momento de passagem à modernidade*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2011.

GOMES, David Francisco Lopes. *Houve mão mais poderosa? Soberania e modernidade na Independência do Brasil*. Initia Via Editora, 2015.

GOMES, Flávio. Haitianismo no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. (Ed.). *Dicionário da República: 51 textos críticos*. Companhia das Letras, 2019.

GONÇALVES, Rodrigo Santaella. *Teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. 2018.

GOTO, Roberto. *Para Ler Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Geração Editorial, 1998

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial*. 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

GUIMARÃES, Juarez Rocha. A liberdade é republicana e socialista. *REVICE - Revista de Ciências do Estado*. Belo Horizonte: v. 4, n. 2, 2019.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. Um pensador da democracia: Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019). In: MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. *O pensamento político de Wanderley Guilherme dos Santos*. Editora Appris, 2020.

GUIMARÃES, Juarez. *A Esperança Equilibrista*. O governo Lula em tempos de transição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

HABERMAS, Jurgen. *The theory of communicative action: reason and rationalization of society*. Tradução de Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1984. v. 1.

HAMBURGER, A. et al. (orgs.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, p.259-330, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Ed. José Olympio, 1936.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina*. Ática, 1989b.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1962.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, Octávio. *Sociologia da Sociologia*. São Paulo, Ática, 1989a.

IGLÉSIAS, Francisco (org). *Caio Prado Júnior: História*. Coleção Grandes cientistas sociais. São Paulo, Ed. Ática, n. 26, 1982.

IGLESIAS, Francisco. Leitura historiográfica de Oliveira Viana. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de. *O pensamento de Oliveira Vianna*. 1993.

INDURKY, F. O ritual da mística no processo de identificação e resistência. *Rua - Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*. 2014.

INDURSKY, Freda. A emergência do sujeito desejante no discurso do MST. *Gragoatá*, Niterói, n.34, p.27-38, 1. sem. 2013

INDURSKY, Freda. Identificação e contra-identificação: diferentes modalidades de subjetivação no discurso do/sobre o MST. In: MARIANI, Bethania (Org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos, SP: Clara Luz. 2006

IUMATTI, Paulo Teixeira. História, dialética e diálogo com as ciências: a gênese de Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Jr.(1933-1942). *Intermeios*, 2018.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *The Black Jacobins: Toussant L'ouverture and the San Domingo Revolution*. New York: Vintage Books. 1989.

KAYSEL, André. Os dilemas do marxismo latino-americano nas obras de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 27 n° 79 junho/2012.

KONDER, Leandro. *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

LACERDA, João Baptista de. *Congresso Universal das Raças*. Rio de Janeiro: s.n. 1912.

LAHUERTA, Milton *et al.* *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 40*. 1992.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. In: *Cadernos AEL*, Vol.8, n.14-15, 2001, p.57-92

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Programa de Pós Graduação em Ciência Política - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Tese Doutorado, 1999.

- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. História geral da civilização brasileira, v. 3, p. 1889-1930, 1977. In: FAUSTO, Boris (Ed.). *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Difusão Européia do Livro, 1977.
- LAMOUNIER, Bolívar; PRZEWORSKI, Adam. *A ciência política nos anos 80*. Editora Universidade de Brasília, com o apoio Fundação Roberto Marinho, 1983.
- LANDER, Edgardo et al. (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Tradução de Maria Lucia do Eirado Silva. Revisão e notas de Edison Carneiro. 2a. ed. rev. - Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- LAZARSELD, P. F.; BARTON, A. H. Qualitative measurement in the social sciences: classification, typologies, and indices. In: LERNER, D.; LASSWELL, H. D. (Org.). *The policy sciences: recent developments in scope and method*. Stanford: Stanford University Press, 1951. cap. 9, p. 155-192.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro. Revista Forense, 1948.
- LEHMANN, David. Two paths of agrarian capitalism, or a critique of Chayanovian Marxism. *Comparative studies in Society and History*, v. 28, n. 4, p. 601-627, 1986.
- LEICHSENDRING, Yuri Martins Fontes. *O marxismo de Caio Prado e Mariátegui: formação do pensamento latino-americano contemporâneo*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2015.
- LEITE, Fernando. *O Campo de Produção da Ciência Política Brasileira Contemporânea: Uma Análise Histórico-estrutural de seus Princípios de Divisão a partir de Periódicos, Áreas e Abordagens*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2015.
- LEITE, Fernando. Tradições Intelectuais na Ciência Política Brasileira Contemporânea. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 3, p. 751-791, Sept. 2017.
- LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 82, p. 17-60, 2011.
- LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. *Horizontes das ciências sociais no Brasil*, p. 13-20, 2010.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.
- LIMA, Pedro Luiz. Entre massas afônicas e o interesse soberano: Fernando Henrique Cardoso e a gênese marxista da teoria do populismo no Brasil. *Teoria e Pesquisa*, 2017, p. 118-148.

LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Ed.). *Os intelectuais do antiliberalismo: projetos e políticas para outras modernidades*. Civilização Brasileira, 2010.

LIMONGI, Fernando. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense”, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 2, nº 5, outubro de 1987.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. A crise atual e o debate institucional. *Novos estudos CEBRAP*, v. 36, p. 79-97, 2017.

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

LÖWY, Michael. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Tradução de Telma Costa. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

LUSTOSA, Isabel. *As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004;

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000;

LYNCH, C. E. C; CASSIMIRO, P. H. P. Bolivar Lamounier e a Interpretação Liberal do Pensamento Político Brasileiro. *42º Encontro Anual da ANPOCS*. GT 31 – Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro. Caxambu, 2018. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt31-17/11375-bolivar-lamounier-e-a-interpretacao-liberal-do-pensamento-politico-brasileiro/file>, acesso em 12 de jul. de 2022.

LYNCH, Christian E. C. Pensamento político brasileiro: conceito, história e estado da arte. In: AVRIZTER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro. (org.). *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV, 2016b. P. 314-366.

LYNCH, Christian E. C. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 56, n. 4, 2013b.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, p. 75-119, 2016a.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850). Araucaria. *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, v. 9, n. 17, p. 212-234, 2007.

LYNCH, Christian. “Entre a ‘Velha’ e a ‘Nova’ Ciência Política: continuidade e renovação acadêmica na primeira década da Revista DADOS (1966-1976)”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 60, n. 3, 2017.

LYNCH, Christian. A institucionalização da área do pensamento político brasileiro no âmbito das ciências sociais: revisitando a pesquisa de Wanderley Guilherme dos Santos (1963-1978). In: DULCI, Otavio (org.). *Leituras críticas sobre Wanderley Guilherme dos Santos*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. UFMG; Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013a.

MAIA, Cláudio. *Os Donos da Terra: A disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – A Luta dos Posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. Goiânia: UFG, 2008, 275 p. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, 2008.

MAIA, João. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, p. 71-94, 2011.

MAIA, João. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 71, p. 155-168, 2009

MAIA, Rousiley. Expanding the mass media role for the functioning of the public spheres. In: MAIA, Rousiley; CORREIA, João Carlos (Ed.). *The public sphere reconsidered: theories and practices*. Covilhã: Universidade da Beira Interior; LabCom Books, 2011. p. 141-151.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *XXII Encontro Anual da ANPOCS*. GT: Pensamento Social no Brasil. Caxambu, 1998. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt10-14/5116-mcmaio-o-projeto/file> Acesso em: 11 de jul. de 2022.

MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006;

MANCUSO, Wagner Pralon. *O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Humanitas/Edusp. 2007.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Trad. Sergio Malhões Santeiro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra). Archivo de Ruy Mauro Marini. Publicado en *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 40, número especial, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1978.

MATA, Sergio da. “A viagem redonda de Jessé Souza”. *Sociologias*, ano 20, n. 47, 2018, p. 424-437.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018. 320p.

- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1978.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. Editora 34, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MELO, Alfredo Cesar B. de. Raça e Modernidade em Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Jr. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, 2020.
- MELO, Jairo Gonçalves. O economicismo em Caio Prado Jr. *Novos Estudos CEBRAP*, 18: 42-48. 1987.
- MENDES, C. M. M. Um estudo sobre a relação entre Caio Prado Júnior e Fernando A. Novais. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 35(2), 189-199, 2013.
- MENDONÇA, R.F. Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. *Lua Nova*, 72, p.115-142. 2007
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino et al. Protests as “Events”: The Symbolic Struggles in 2013 Demonstrations in Turkey and Brazil. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 27, n. 69, e001, 2019.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, 2018.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* [online], n.66, 2017, p.130-159;
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Táticas cotidianas e ação coletiva: a resistência das pessoas atingidas pela hanseníase. *Varia História*, v. 28, p. 341-360, 2012.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; DOMINGUES, Letícia Birchal. Protestos contemporâneos e a crise da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2021.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; FIGUEIREDO, Júlia Moreira de. *No olho do furacão: protagonismo e incerteza nas Jornadas de Junho de 2013*. Manuscrito apresentado no encontro do Projeto “Transformações do Ativismo: Junho de 2013 em perspectiva comparada”, o qual foi realizado em Belo Horizonte, em junho de 2018;
- MICELI, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp/Vértice. 1989.
- MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Duke University Press, 2018.

- MINOGUE, Kenneth. Method in Intellectual History: Quentin Skinner Foundations", in J. Tully (ed.), *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Cambridge, Polity Press. 1988.
- MONASTERIO, Leonardo Monteiro. FHC errou? A economia da escravidão no Brasil meridional. *História e Economia, Revista Interdisciplinar*, 2005.
- MORAES Filho, Evaristo de. A protohistória do marxismo no Brasil". In: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1991.
- MORAES, João Q. Oliveira Viana e a democratização pelo alto. In: BASTOS, Élide Rugai; DE MORAES, João Quartim. *O pensamento de Oliveira Vianna*. 1993.
- MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. A imitação e o pensamento político brasileiro: uma análise das obras de Oliveira Vianna e de Guerreiro Ramos. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 25, n. 3, 2016.
- MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. O debate teórico-metodológico na ciência política e o pensamento social e político brasileiro. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 21, n. 1, 2012.
- MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. *O pensamento político de Wanderley Guilherme dos Santos*. Editora Appris, 2020.
- MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. *Raízes intelectuais da democracia brasileira: linguagens políticas e a formação da república*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2013.
- MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial. 2017.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005;
- MOREL, R. L. M. A construção da família siderúrgica: gestão paternalista e empresa estatal. In: José Ricardo Ramalho; Marco Aurélio Santana. (Org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro - a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora; FAPERJ, 2001, v. 01, p. 45-78.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira: ponto de partida para uma revisão histórica*. São Raulo: Atica, 1977.
- MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 2. ed. São Paulo: Senac, 1999-2002. 2 v.
- MOTTA, José Flávio. A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos, in SAMARA, Eni de Mesquita (org.), *Historiografia brasileira em debate: olhares, recortes e tendências*. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2002, p. 235-54.
- MOTTA, José Flávio. Família escrava: uma incursão pela historiografia, *História: Questões & Debates*, v. 9, n. 16 (1988), p. 104-159

MOTTA, José Flávio. Pessoas que eram coisas que eram pessoas... e cultivavam, não obstante, suas relações familiares. Resenhas, *Afro-Asia*, n. 48, Dez. 2013.

MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil — 1917-64*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NATALINO, Enrique Carlos. *A construção do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, tese de doutorado. 2020.

NOVAIS, Fernando A. Caio Prado Jr., historiador”. *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n. 2, p. 66-70, 1983.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 8ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

ODÁLIA, Nilo. O sonho de uma nação solidária. In: ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. Unesp, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à Razão dualista: o ornitorinco. In: *Crítica à razão dualista: o ornitorinco*. 2003.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Unicamp, 1993. p. 241-272.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de (coord.). *Constitucionalismo e História do Direito*. Belo Horizonte: Pergamum, 2011.

OTONI, Pedro Henrique de Souza. *A nação e seu labirinto: a ‘dependência’ e o desencontro entre a democracia e a nação*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2011.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Fernando Henrique Cardoso: o antidependentista. *Ensaio FEE*, v. 29, n. 1, 2008.

PAIVA, Vanilda (1976). Oliveira Vianna: nacionalismo ou racismo?. *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 3, n. 6, 1976.

PAOLI, SADER e TELLES. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, p. 129-149, 1983.

PÉCAUT, Daniel; GOLDWASSER, Maria Julia. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Astrojildo. *Interpretações*. Rio de Janeiro. Casa do Estudante do Brasil, 1944.

PEREIRA, Luísa Rauter. *Substituir a revolução dos homens pela revolução do tempo: uma história do conceito de povo no Brasil: revolução e historicização da linguagem política (1750-1870)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Ciência Política, UERJ, Rio de Janeiro, 2011.

- PERLATTO, Fernando & LIMA, Pedro. (2009) Habermas e a teoria sociológica brasileira: Um estudo sobre as leituras críticas de Jessé Souza e Sergio Costa. *Teoria e Cultura*, n. 1e 2., vol. 4, p. 25-40.
- PERLATTO, Fernando. *Esferas públicas no Brasil: teoria social, públicos subalternos e democracia*. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2018. 193 p.
- PETITJEAN, P. As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). In: HAMBURGER, A. et al. (orgs.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, p. 259-330, 1986.
- POCOCK, John. The History of Political Thought: A Methodological Enquiry, in P. Laslett e W. G. Runciman (eds.), *Philosophy, Politics and Society* (second series). Oxford, Blackwell, p. 183-202. 1962.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 2ª ed, 2000.
- PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2014.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Editora Companhia das Letras, 2011.
- PRADO JR, Caio. *O que é filosofia*. Ed. Brasiliense, 2017.
- PRADO Jr., Caio. “Prefácio”. In: LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes: Marchas e Combates*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 13a ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 102p.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, v. 9, 2006.
- PRADO JR., Caio. *O mundo do socialismo*. Editora Brasiliense, 1967.
- PRADO JR., Caio. *O que é liberdade*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.
- PRADO JR., Caio. *URSS, um novo mundo*. Companhia Editora Nacional, 1934.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1957.
- PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Trad. Vera Ribeiro. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José e Limongi, Fernando. Democracia e cultura: uma visão não-culturalista. *Lua Nova*, (58): 9-35. 2003.
- QUEIROZ, Pedro Henrique Santos. “Subcapitalismo ou socialismo?”: Revisitando uma passagem de Fernando Henrique Cardoso. *Latitude*, v. 14, n. 1, p. 73-94, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *Espacio Abierto*, v. 28, n. 1, p. 255-301, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza e MENEZES, *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed.34, 1996.

REIS, João José. O jogo duro do dois de julho: o “partido negro” na independência da Bahia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Companhia das letras, 2009.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução Brasileira". *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 245-277, Sept. 1999.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?. FGV Editora, 2006.

REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil*. 1: de Varnhagen a FHC. 9ª ed. 2007 [1994].

REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. *Quem deve ser o guardião da constituição? Do poder moderador ao Supremo Tribunal Federal*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

RIBEIRO, Djamila. Prefácio. In: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O primeiro reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 137-173.

RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. A recepção de Max Weber no pensamento de Fernando Henrique Cardoso e a legitimação intelectual do projeto de reforma do Estado no Brasil. *FIAR - Forum For Inter-American Research*, Vol. 13.3 (Dec. 2020) 58-74, 2020.

RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. As relações raciais na obra de Fernando Henrique Cardoso e a dimensão moral do racismo. *Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES*, v. 1, n. 1, 2011.

RIBEIRO, Marcos Abraão. Para Além da Sociologia da Inautenticidade? Um Diálogo com Jessé Souza. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 223-272, 2019.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. Editora 34, 2000.

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma: ainda as “idéias fora do lugar”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 73, p. 59-69, 2008.

RICUPERO, Bernardo. Orelha do livro. In: PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2014.

RICUPERO, Bernardo. Posfácio. In: PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Editora Companhia das Letras, 2011.

- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2a ed. São Paulo: Alameda, 2011.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1966.
- RODRIGUES, Leônico Martins. *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1970. 217 p.
- RODRIGUES, Leônico Martins. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- RODRIGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitaria, 1981.
- ROSA, Lilian da. Celso Furtado, o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, 1(81), 63-83. 2022.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. São Paulo: Alameda. 2010
- SÁ, Fernando. Munteal, Oswaldo; Martins, Paulo Emílio. *Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Editora Vozes, 2010.
- SALLUM Jr., B. Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo. *Política & Sociedade*, v. 1, n. 1, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.
- SANTOS, Milton. Renovando o pensamento geográfico. In: D'INCAO, Maria Ângela. *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Unesp; Revista Brasiliense; 1989, p. 419-434
- SANTOS, R. Raimundo Santos. Uma ciência política em Caio Prado Jr.? *Estudos Sociedade e Agricultura*. Número 14, Abril, 2000.
- SANTOS, Ronaldo Teodoro dos. *O fantasma da classe ausente: as tradições corporativas do sindicalismo e a crise de legitimação do SUS*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2014.
- SANTOS, Theotonio dos. *Socialismo o facismo: el nuevo caracter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1972. 342p.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A imaginação político-social brasileira". *Dados*, n. 2-3, 1967, p. 182-93.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rocco, 1998.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Ex-leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHULMAN, Gabriel. Esterilização Forçada, Incapacidade Civil e o Caso Janaína: “não é segurando nas asas que se ajuda um pássaro a voar”. *Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES*, v. 6, n. 2, p. 107-123, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*: reflexões sobre a construção da figura pública do monarca tropical D. Pedro II. São Paulo, Ed. Companhia das Letras 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. (Ed.). *Dicionário da República*: 51 textos críticos. Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito*. Editora Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco”. *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 225-242, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 82, p. 139-159, 2011.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. Editora 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. *Novos Estudos Cebrap*, v. 50, 1999.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência*: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013. 340p.

SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior*: o sentido da revolução. Boitempo Editorial, 2015.

SECCO, Lincoln. Posfácio. In: PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2014.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. (Les infortunes de la dialectique de la dépendance). *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 23, p. 35-80, 1978.

SILVA, Fernanda Xavier da. As quatro faces de Oliveira Vianna. *Política & Sociedade*, v. 14, n. 30, p. 132-159, 2015.

SILVA, Fernando Teixeira da. Cultura dos direitos: os Doqueiros do Porto de Santos no final do Estado Novo. *Impulso (Piracicaba)*, v. 6, n.3, p. 163-182, 1993.

SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, Política e Trabalho no Porto de Santos. In: Fernando Teixeira da Silva; Alexandre Fortes; Antônio Luigi Negro; Hélio da Costa; Paulo Fontes. (Org.). *Na luta por direitos: Estudos recentes em História Social do Trabalho*. 1ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1995, v. 1, p. 51-86.

SILVA, Ricardo. História intelectual e teoria política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 34, 2009.

SIMAS, Luiz Antônio. *Almanaque brasilidades: um inventário do Brasil popular*. Bazar do Tempo, 2018.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos CEBRAP*, p. 23-40, 2013.

SIQUEIRA, U. *Entre sindicatos, clubes e botequins: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos, 1890-1920*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SKINNER, Quentin. (1966), "The Limits of Historical Explanation". *Philosophy*, vol. 41, p. 199-215.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James (ed.). *Meaning & Context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 29-67.

SKINNER, Quentin. The Limits of Historical Explanation. *Philosophy*, vol. 41, p. 199-215. 1966.

SLENES, "Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX", *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16. 1988, p. 189-203

SLENES, R. W. "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta no Brasil. In: *Mostra do Redescobrimento: Negro de Corpo e Alma — Black in Body and Soul*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo; Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, 2000.

SLENES, R. W. Saint Anthony at the Crossroads in Kongo and Brazil: 'Creolization' and Identity Politics in the Black South Atlantic, ca. 1700/ 1850. In: SANSONE, L.; SOUMONNI, E.; BARRY, B. (Org.). *Africa, Brazil and the Construction of Trans-Atlantic Black Identities*. Trenton, Asmara: Africa World Press, 2008. p. 209-254.

SLENES, R. W. The Great Porpoise-Skull Strike: Central African Water Spirits and Slave Identity in Early-Nineteenth-Century Rio de Janeiro. In: HEYWOOD, L. (Org.). *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 183-208;

SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850- 1888*. Tese de Doutorado, Stanford University, 1976.

- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. 2008.
- SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Sextante, 2018.
- SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: Para uma sociologia política da modernidade periférica*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012a.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Leya, 2017.
- SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- SOUZA, Jessé. *Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012b.
- SOUZA, Letícia Godinho de. *Direito do Trabalho, justiça e democracia: o sentido da regulação trabalhista no Brasil*. São Paulo: LTr, 2006.
- SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.). *Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985*. Curitiba: Edição do Autor, 2013. 912p.
- SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 375 p.
- TAVOLARO, Sergio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *RBCS*, v. 20, n. 59, out. 2005, p. 5-22.
- TAVOLARO, Sérgio B. F. Retratos não-modelares da modernidade: Hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, e115-e141, set.-dez. 2017.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. Editora Ática, 1977.
- TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Do ceticismo aos extremos: cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2016.
- TORRES, J. B. de V. *Oliveira Vianna: sua vida e posição e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956.
- TRASPADINI, Roberta. *A Teoria da (Inter)Dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- VANNUCCHI, Marco Aurélio. O corporativismo como estratégia: governo Vargas, apoio social e a constituinte de 1933-1934. *Ler História*, n. 75, p. 65-87, 2019a.
- VANNUCCHI, Marco Aurélio. O momento forte do corporativismo: Estado Novo e profissionais liberais. *Tempo*, v. 25, n. 1, p. 198-218, 2019b.

- VIANA, Francisco José Oliveira de. *Evolução do povo brasileiro*. Brasília, 1938.
- VIANA, Francisco José Oliveira de. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- VIANA, Francisco José Oliveira de. *Populações meridionais do Brasil*. Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- VIANA, Francisco José Oliveira de. *Problemas de direito corporativo*. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1983.
- VIANA, Francisco José Oliveira de. *Problemas de Direito Sindical*. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1943.
- VIANA, Francisco José Oliveira de. *Problemas de política objetiva*. Companhia Editora Nacional, 1947.
- VIANNA, Luiz Werneck. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. *Dados*, v. 34, n. 2, p. 145-90, 1991.
- VIANNA, Luiz Werneck; DE CARVALHO, Maria Rezende. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. JESUS, Ronaldo P. de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "O índio em devir". In: HERRERA, M; FERNANDES, U. *Baré: povo do rio*. São Paulo, Edições Sesc. 2015.
- WASSERMAN, Cláudia. *A Teoria da Dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Editora FGV, 2017.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad* (vols. I e IV), Fondo de Cultura Económica, México, 1944.
- WEFFORT, Francisco C. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco*, 1968. Cebrap, 1972.
- WEFFORT, Francisco. *Classes populares e política*. São Paulo: USP, 1968.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 181 p.